



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO - MDU

GEICY PALMEIRA GOMES FERREIRA

A FESTA DE SÃO JOÃO E A SUA TERRITORIALIDADE NO PARQUE DO POVO:
as transformações de um festejo popular

Recife
2025

GEICY PALMEIRA GOMES FERREIRA

A FESTA DE SÃO JOÃO E A SUA TERRITORIALIDADE NO PARQUE DO POVO:
as transformações de um festejo popular

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito obrigatório para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Urbano.

Área de concentração: Conservação integrada.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Rocha Diniz.

Recife

2025

Catálogo de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Ferreira, Geicy Palmeira Gomes.

A festa de São João e a sua territorialidade no Parque do Povo: as transformações de um festejo popular / Geicy Palmeira Gomes Ferreira. - Recife, 2025.
244f.: il.

Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU), 2025.

Orientação: Fabiano Rocha Diniz.

1. Festa popular; 2. Parque do Povo; 3. São João de Campina Grande; 4. Territorialidade. I. Diniz, Fabiano Rocha. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

GEICY PALMEIRA GOMES FERREIRA

A FESTA DE SÃO JOÃO E A SUA TERRITORIALIDADE NO PARQUE DO POVO:
as transformações de um festejo popular

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito obrigatório para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Urbano.

Área de concentração: Conservação integrada.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Rocha Diniz.

Aprovado em: 05/09/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fabiano Rocha Diniz (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Tomás de Albuquerque Lapa (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Luciana de Oliveira Chianca Participação por Vídeo (Examinadora Externa)
Universidade Federal da Paraíba

Em reconhecimento ao apoio inabalável que sempre me ofereceram, dedico este trabalho aos meus pais, Jucilene e José Dilson, que, com muita luta, suportaram o peso do sol para que eu conhecesse a leveza da sombra; e à minha irmã, Juliana, cuja força e inspiração nunca me faltaram. A gratidão é o maior valor que vocês me ensinaram, e hoje, reconhecê-la em mim é também reconhecer tudo que veio de vocês.

AGRADECIMENTOS

Como sabiamente afirmou Santa Teresa de Jesus, **“É justo que muito custe o que muito vale”**. A escrita deste trabalho reflete o valor de uma jornada que, embora árdua, foi marcada por aprendizado e crescimento. Cada fase exigiu dedicação e perseverança, mas também foi permeada por incontáveis apoios e inspirações, sem os quais este momento não teria sido possível.

À minha fé, alicerce da minha existência, fundamento e ciência onde encontro sustento, direção e propósito. Agradeço profundamente a Deus, aos orixás, à jurema sagrada, aos meus guias e a todas os guias que, em silêncio ou em sinais, escolhem caminhar ao meu lado. Pela força que me ergue nos dias áridos, pelo amparo que me envolve, pelos caminhos que se abrem diante de mim, nutro uma gratidão profunda e diária, que se expressa em cada escolha, em cada passo.

Ao meu tudo. À minha mãe, Jucilene, ao meu padrasto, José Dilson, e, minha irmã, Juliana, alicerces onde me construo e reconstruo todos os dias. Em cada gesto de cuidado, em cada palavra de incentivo, em cada silêncio que acolhe, aprendi o que é amor incondicional, o que é força que não cede, o que é presença que não abandona. É por vocês que sigo, mesmo quando o caminho parece incerto. Cada conquista minha carrega a marca do apoio que nunca me faltou, da fé que vocês sempre depositaram em mim, mesmo quando eu duvidei. Com vocês, aprendi a ser raiz e voo, casa e horizonte. Esta caminhada, que às vezes me pareceu solitária, nunca foi de fato solitária, porque, mesmo distante, vocês sempre foram abrigo. O que sou hoje é também o reflexo do amor que recebi. Minha eterna e imensa gratidão a vocês. São, e sempre serão, o que há de mais precioso em mim.

Ao fiel companheiro de quatro patas da família, Draco, que esteve ao meu lado em silêncios cúmplices e alegrias barulhentas. Nos dias difíceis, bastava um olhar ou um abanar de rabo para que eu lembrasse que o amor também se manifesta em pequenos gestos, em presenças que não pedem nada além de estarem junto. Obrigada por me lembrar, nos dias em que está aqui, que a vida é feita de pausas para brincar e de afeto sem medida.

À minha família, um laço que transcende o tempo e a distância. Ao meu avô, Pai João, cuja presença amorosa, doses de cachaça, conversas e histórias continuam ecoando e se renovando em minha vida. Venho de uma linhagem de mulheres fortes e resilientes, e carrego em mim o reflexo de todas, me inspiram a ir além. Em especial,

às minhas avós, Salete (*in memoriam*) e Lisieux, cujas histórias são testemunhos de resistência, coragem e do valor das pequenas coisas. Seus exemplos seguem iluminando o meu caminho, oferecendo lições que perduram ao longo da minha vida.

À Recife, cidade que me acolheu em um dos momentos mais desafiadores da minha vida. Fui para estudar, mas encontrei muito mais do que um lugar de pesquisa, encontrei um território de confronto e de construção. No começo, tudo era estranho, as ruas, os rostos, o clima, o trânsito, o silêncio da ausência daqueles que sempre estiveram por perto. Estava longe de casa, e Recife não era meu lar. Mas, aos poucos, entre rios e pontes, entre o suor dos dias quentes e a solidão dos dias difíceis, fui plantando raízes, não na terra, mas em mim. Recife se tornou o cenário onde me reconstruí, como mulher, como mestrande, como gente. Foi no caos da cidade grande e no abraço dos encontros que compreendi que o lar não é sempre onde se nasce, mas onde a gente aprende a se sustentar. Hoje, carrego Recife como parte da minha história, com suas contradições, sua beleza cortante e sua maneira única de me ensinar a resistir, a pertencer e a florescer.

Aos que formam minha base, aos amigos que, de perto ou de longe, permaneceram presentes nesta caminhada, Pedrina, Rostand, Pedro, Samuel, Paulo Cesar. Cada palavra de apoio, cada conversa leve e cada gesto, mesmo os mais sutis, serviram de âncora e impulso nos momentos em que seguir em frente parecia mais difícil. Sou imensamente grata por essa rede de afeto que me amparou e fortaleceu nos momentos mais desafiadores. Afinal, “não importa o que você faça na vida, não será lendário, a menos que os seus amigos estejam lá para ver”¹.

Aos que iniciaram esta jornada comigo, aos amigos que o mestrado me deu. Camila, Vinícius – com quem dividi um lar compartilhado – Júlia, Jobson e Yara, nossa “panelinha migrante”, com quem troquei vivências, aprendizados e experiências que foram muito além da sala de aula. Geisa, Glenda e Raul, com quem compartilhei não apenas os desafios acadêmicos, mas também conversas, risadas, dúvidas e conquistas que tornaram o percurso mais leve. A convivência com cada um de vocês deu cor, sentido e afeto a essa etapa da minha vida, e é isso que permanece.

Às conversas que foram refúgio e força silenciosa, ao Eric, que, de forma discreta e carinhosa, reforçou minha força e minha capacidade quando eu mais precisei. Entre risadas, beijos e abraços, encontrei um apoio sereno, um acalento

¹ Frase original do episódio Sunrise, 9ª temporada, 17º episódio, How I Met Your Mother (Whatever you do in this life, it's not legendary unless your friends are there to see it).

necessário nos dias difíceis. Obrigada por compartilhar parte desse caminho com leveza e cuidado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por tornar possível, através de seu apoio financeiro, a concretização deste projeto e por sustentar tantos sonhos como o meu.

Ao Laboratório Observatório Pernambuco, Núcleo Recife do INCT Observatório das Metrópoles, espaço onde compartilhei momentos, trabalhos e conselhos que foram fundamentais ao longo desta jornada. O aprendizado e a parceria vividos ali enriqueceram meu percurso acadêmico, profissional e pessoal. Através do laboratório, pude conhecer Recife sob um novo olhar, aprendendo a enxergar com mais clareza a realidade da cidade e das pessoas, e, ao mesmo tempo, a valorizar ainda mais a minha própria trajetória.

Ao meu orientador, Fabiano Rocha Diniz, por ter me guiado neste percurso com confiança e respeito, por suas contribuições inestimáveis e pela liberdade concedida para que eu pudesse trilhar meu próprio caminho. Sou grata pela parceria ao longo dessa caminhada.

À minha banca, Luciana Chianca e Tomás Lapa, pelos conselhos sinceros e por me lembrarem, com sensibilidade, que o **SÃO JOÃO É POÉTICO**. Agradeço por me desafiarem a olhar além do óbvio, por todo o apoio e pelas trocas que tornaram este trabalho mais completo e verdadeiro. Cada palavra de vocês foi uma contribuição valiosa na construção deste trabalho.

À família que a vida me deu em Recife, e que se fez abrigo quando tudo ainda era estranho e novo, Rachid, Josy e Rafael (*in memoriam*). Obrigada por me acolherem com tanto carinho, como quem acolhe uma filha, uma amiga, parte do lar. Mais do que laços afetivos construídos a partir de um relacionamento, vocês foram, e seguirão sendo, família no sentido mais bonito e generoso da palavra. Entre conversas, silêncios e risadas, aprendi com vocês que é possível criar pertencimento mesmo longe das nossas origens. A gratidão que carrego por esse tempo juntos mora em mim com muito afeto, respeito e memória.

À terapia, que me acolheu quando a insanidade me cortejou. Por meio dela, aprendi a reconhecer minhas dores sem me perder nelas e a reencontrar forças mesmo nos dias mais nublados. E sou grata, especialmente, por cada momento em que, mesmo dizendo a mim mesma “eu não aguento mais”, fui capaz de provar, a mim

e por mim, o quanto sou potente, e o quanto é possível renascer e recomeçar quantas vezes for preciso. Obrigada por acolher minhas inúmeras lágrimas, Pedro.

Por fim, a minha gratidão também se estende a todos aqueles que, mesmo não citados nominalmente, acompanharam esta trajetória e torceram por mim ao longo do caminho. Sua presença, em gestos pequenos ou palavras breves, foi essencial para que eu chegasse até aqui.

O segredo, querida Alice, é rodear-se de pessoas que te façam sorrir o coração. É então, e só então, que você estará no país das maravilhas².

² Frase de autoria desconhecida, amplamente atribuída ao personagem Chapeleiro Maluco, embora não conste nas obras originais de Alice no País das Maravilhas, de Lewis Carroll. Ainda assim, ela ilustra bem este momento de agradecimento a tantas pessoas que acalentaram meu coração, mesmo que indiretamente.

Mais relevante que lamentar a perda de uma suposta autenticidade, no entanto, é tentar analisar as crenças, costumes, festas, valores e formas de entretenimento na forma em que se apresentam hoje, pois a cultura, mais que uma soma de produtos, é o processo de sua constante recriação, num espaço socialmente determinado (Magnani, 2003, p.26).

RESUMO

As festas populares desempenham um papel fundamental na formação das relações sociais e na construção da identidade cultural brasileira, sendo as festas juninas um de seus maiores expoentes, especialmente no Nordeste. Contudo, o São João tem sido progressivamente ressignificado por estratégias de mercantilização cultural, que afetam a sua materialidade e simbologia. Neste contexto, a festa de São João em Campina Grande, na Paraíba, é analisada como um fenômeno territorializado que evidencia tensões entre tradição e espetáculo, cultura e mercado. O objetivo desta pesquisa é identificar as permanências e mudanças ocorridas no Parque do Povo, objeto empírico deste estudo, observando como os valores associados à tradição são reconfigurados. Para isso, adota-se como base teórica e metodológica a abordagem do Planejamento e Gestão e da Conservação Integrada, articulada aos conceitos de território, territorialidade e produção do espaço, com foco na leitura da forma urbana e das práticas culturais como constitutivas do espaço e do seu entorno imediato, ampliando a compreensão da territorialidade da festa para além dos limites físicos do parque. Como resultado, a pesquisa aponta que o espaço do Parque do Povo passou por um processo de centralização, reconfiguração e espetacularização, evidenciando a patrimonialização convulsiva da festa e o controle crescente e rígido do ordenamento do espaço que regula fluxos e práticas. Embora a festa mantenha símbolos tradicionais, sua organização é atravessada por lógicas de consumo, gestão privada e usos políticos, que induzem novas normas urbanas. A territorialidade do São João revela-se, assim, em disputa: entre a memória e a marca, entre o pertencimento e a cênica. A dissertação organiza-se em cinco capítulos: o primeiro, de caráter introdutório, apresenta a contextualização, a problematização, os objetivos e a metodologia da pesquisa; o segundo discute o sentido simbólico e urbano das festas populares; o terceiro aborda os fundamentos teóricos sobre território, territorialização e produção do espaço; o quarto analisa a história e as transformações do Parque do Povo; e o quinto realiza a leitura morfológica e espacial do espaço festivo. Nas considerações finais, destaca-se a importância de compreender o espaço urbano como construção simbólica e social, revelando as disputas e apropriações que moldam a festa junina na contemporaneidade.

Palavras-chave: Festa popular, Festa Junina, Parque do Povo, São João de Campina Grande, Territorialidade.

ABSTRACT

Popular festivals play a fundamental role in the formation of social relations and in the construction of Brazilian cultural identity, with the June festivals being one of their greatest exponents, especially in the Northeast. However, São João has been progressively re-signified through strategies of cultural commodification, which affect its materiality and symbolism. In this context, the São João festival in Campina Grande, Paraíba, is analyzed as a territorialized phenomenon that highlights tensions between tradition and spectacle, culture and market. The objective of this research is to identify the continuities and changes that have taken place in the Parque do Povo, the empirical object of this study, observing how the values associated with tradition are reconfigured. To this end, the theoretical and methodological basis adopted is the approach of Planning and Management and Integrated Conservation, articulated with the concepts of territory, territoriality, and production of space, focusing on the reading of urban form and cultural practices as constitutive of the space and its immediate surroundings, broadening the understanding of the territoriality of the festival beyond the physical limits of the park. As a result, the research indicates that the space of the Parque do Povo has undergone a process of centralization, reconfiguration, and spectacularization, highlighting the convulsive patrimonialization of the festival and the increasing and strict control of the spatial ordering that regulates flows and practices. Although the festival maintains traditional symbols, its organization is traversed by logics of consumption, private management, and political uses, which induce new urban norms. The territoriality of São João thus reveals itself as being in dispute: between memory and branding, between belonging and scenarization. The dissertation is organized into five chapters: the first, introductory in nature, presents the contextualization, problematization, objectives, and methodology of the research; the second discusses the symbolic and urban meaning of popular festivals; the third addresses the theoretical foundations of territory, territorialization, and the production of space; the fourth analyzes the history and transformations of the Parque do Povo; and the fifth conducts the morphological and spatial reading of the festive space. In the final considerations, the importance of understanding urban space as a symbolic and social construction is emphasized, revealing the disputes and appropriations that shape the June festival in contemporaneity.

Keywords: Popular festival, June Festival, Parque do Povo, São João of Campina Grande, Territoriality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização do Parque do Povo.....	24
Figura 2 - Registros históricos de fotos tiradas da Rua 13 de maio, s/d	65
Figura 3 - Área Para Fins Recreativos e Paisagísticos 1 - PDLI.....	66
Figura 4 - Projeto para urbanização dos Coqueiros de José Rodrigues	72
Figura 5 - Vista do atual Parque do Povo, antiga área conhecida como Coqueiros de Zé Rodrigues, no início dos anos 1980	73
Figura 6 - Palhoção de Campina Grande, um pequeno arraial em 1983.....	79
Figura 7 - Etapas da construção da Pirâmide/Forródrômo	82
Figura 8 - Parque do Povo em 1986	83
Figura 9 - Parque do Povo no ano de 1988.....	96
Figura 10 - Parque do Povo no ano de 1994.....	99
Figura 11 - Réplica do Casino Eldorado no São João de 2024. Ao lado, atual situação do Casino Eldorado em arruinamento	101
Figura 12 - Projeto do Parque do Povo no ano de 1997.....	103
Figura 13 - Vila Sítio São João edição de 2024.....	104
Figura 14 - Fogueira artificial instalada no Parque do Povo, edição de São João de 2023 e 2025.....	106
Figura 15 - Layout de São João no Parque do Povo em 1999	107
Figura 16 - Layout de São João do Parque do Povo em 2000	109
Figura 17 - Layout de São João no Parque do Povo em 2001	111
Figura 18 - Layout de São João no Parque do Povo em 2007	114
Figura 19 - Layout de São João no Parque do Povo em 2009	116
Figura 20 - Layout de São João no Parque do Povo em 2011	118
Figura 21 - Layout de São João no Parque do Povo em 2013	119
Figura 22 - Maquete interativa do layout do Parque do Povo para o São João de 2015	122
Figura 23 - Maquete interativa do layout do Parque do Povo para o São João de 2017	127
Figura 24 - Pixações no entorno do Parque do Povo	128
Figura 25 - Polo de Eventos Poeta Ronaldo Cunha Lima é proposto para o São João 2018.....	131
Figura 26 - Incêndio no Parque do Povo durante São João 2018	132

Figura 27 - Layout de São João no Parque do Povo em 2019	134
Figura 28 - Layout do Parque do Povo para o São João 2022	137
Figura 29 - São João de 2022 no Parque do Povo.....	139
Figura 30 - Edital d' O Maior São João do Mundo 2023	141
Figura 31 - Quadrilhódromo na Estação Velha, São João de 2023	142
Figura 32 - Layout do Parque do Povo para o São João 2023	145
Figura 33 - Parque Evaldo Cruz, s/d	147
Figura 34 - Projeto de revitalização do Parque Evaldo Cruz	151
Figura 35 - Comparativo das áreas do Parque do Povo em 2023 e 2024, respectivamente.....	153
Figura 36 - Layout do Parque do Povo para o São João 2024	154
Figura 37 - Layout do Parque do Povo para o São João 2024	155
Figura 38 - Cidade Cenográfica no Parque do Povo para o São João 2024	155
Figura 39 - Linha do Tempo das transformações que moldaram a festa de São João no Parque do Povo	159
Figura 40 - Localização do município de Campina Grande	162
Figura 41 - Mapa de entorno do espaço do Parque do Povo	164
Figura 42 - Mapa de Praças Públicas nas áreas dos bairros São José e Centro ...	165
Figura 43 - Mapa do Plano Direto do ano de 2006, com foco nos bairros de São José e Centro	169
Figura 44 - Mapa dos imóveis individuais tombados e cadastrados de São José e Centro	171
Figura 45 - Mapa das poligonais de preservação dos bairros de São José e Centro	172
Figura 46 - Mapa de Setorização do Parque do Povo	177
Figura 47 - Mapa de atributos ambientais	179
Figura 48 - Mapa de Rota indevida de veículos dentro do Parque do Povo	180
Figura 49 - Mapa de Acessos ao Parque do Povo em dias normais	181
Figura 50 - Mapa esquemático dos acessos e restrições no Parque do Povo durante o São João.....	181
Figura 51 - Mapa de Cheios e Vazios	182
Figura 52 - Mapa de Uso e Ocupação	183
Figura 53 - Espaço do Parque do Povo utilizado como estacionamento	187

Figura 54 - Natal iluminado, integração entre o Parque Evaldo Cruz e o Parque do Povo em 2024.....	188
Figura 55 - Análise da ocupação espacial fora dos festejos juninos ou eventos	189
Figura 56 - Análise da ocupação espacial durante os festejos juninos.....	190
Figura 57 - Mapa de Gabarito do entorno do Parque do Povo	191
Figura 58 - Mapa de área do lote do entorno do Parque do Povo	192
Figura 59 - Mapa de plano operacional de trânsito durante o São João.....	194

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Duração do festejo, patrocinadores e Slogan do festejo do Maior São João do mundo de 1983 a 2024	88
Tabela 2 - Levantamento e avaliação dos bens patrimoniais no Parque do Povo e entorno.....	175

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APE	Área de Proteção de Entorno
APFR 1	Área para Fins Recreativos e Paisagísticos 1
APR	Área de Proteção Rigorosa
BNH	Banco Nacional da Habitação
CG	Campina Grande
COHAB	Companhia de Habitação Popular
COMDECA	Companhia Pró-Desenvolvimento de Campina Grande
CURA	Comunidade Urbana para Recuperação
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MSJM	Maior São João do Mundo
PBTUR	Empresa Paraibana de Turismo
PDLI	Plano de Desenvolvimento Local Integrado
PMCG	Prefeitura Municipal de Campina Grande
PPP	Parceria público-privada
SAB	Sociedades de Amigos de Bairro
SEDE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
STTP	Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos



O Sertão tem histórias marcantes como poucos lugares as têm. Todo aquele que se dispuser a pesquisar e a contar fatos ali ocorridos, terá, sem dúvida, uma longa e bela estrada a percorrer, um campo vasto e apaixonante pela frente; e correrá, ainda, o sério risco de se enamorar pelas caatingas nordestinas, pelos seus açudes, pelos seus riachos, pelo seu povo, pelo cheiro de chuva (Gominho, 1998, p.12 *apud* Gomes, 2021, p. 142).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE, CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO E PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA	22
1.2. PROBLEMATIZAÇÃO.....	25
1.3. OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS	26
1.4. CAMINHOS DA PESQUISA	27
2. O FESTEJAR NO ESPAÇO URBANO.....	32
2.1. A ORIGEM DAS FESTAS JUNINAS.....	43
3. TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	50
3.1. O CONCEITO DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE	50
3.2. O CONCEITO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO	52
3.2.1. A triplicidade do espaço em Lefebvre.....	53
3.2.2. O direito à cidade e a festa.....	57
4. UM PARQUE PARA UM POVO	62
4.1. DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO À AÇÃO .	62
4.2. O POVO PEDIU O PARQUE, EU FIZ O PARQUE DO POVO	74
4.3. ESTRUTURA E EVOLUÇÃO	95
4.3.1. Consagração como Patrimônio Imaterial da Paraíba	116
4.3.2. Terceirização, reconfiguração e disputas no Parque do Povo.....	125
4.3.3. São João está dormindo	134
4.3.4. Acordai, acordai, acordai João!	136
4.3.5. No céu da tradição, quarenta anos de emoção	140
4.3.6. Ampliação do parque do povo e revitalização do Parque Evaldo Vruz (Açude Novo).....	146
4.3.7. Em 2024, histórias novas começam a se revelar.....	152
5. UM OLHAR SOBRE A PREEXISTÊNCIA.....	161

5.1.	PRIMEIRO PASSO: CONHECIMENTO PRELIMINAR	161
5.1.1.	Localização e inserção urbana	162
5.1.2.	Contexto imediato.....	163
5.2.	SEGUNDO PASSO: PESQUISA HISTÓRICA	167
5.2.1.	Aspectos legais.....	167
5.2.1.1.	Levantamento e avaliação dos “bens patrimoniais”	174
5.3.	TERCEIRO PASSO: LEITURA DA FORMA URBANA.....	176
5.3.1.	Divisão espacial do Parque do Povo.....	176
5.3.2.	Atributos Ambientais.....	178
5.3.3.	Cheios e Vazios.....	182
5.3.4.	Uso e ocupação do solo.....	183
5.3.4.1.	Usos e ocupação ativa no Parque do Povo	185
5.3.5.	Verticalização e Gabarito das edificações	190
5.3.6.	Área do lote	191
5.3.7.	Hierarquia viária.....	192
5.3.7.1.	Fluxo viário e mobilidade urbana durante os festejos juninos	195
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	197
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	200
	ANEXOS.....	214
	ANEXO 01 FOLDER – O MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987 E 1988, RESPECTIVAMENTE	214
	ANEXO 02 FOLDER – O MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO , 1989, 1990, 1991, 1992 E 1993, RESPECTIVAMENTE	214
	ANEXO 03 FOLDER – O MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO, 1995, 1996, 1997 E 1988, RESPECTIVAMENTE	214
	ANEXO 04 FOLDER – O MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO, 1999, 2000, 2001	214
	ANEXO 05 FOLDER – O MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO, 2002 E 2003, RESPECTIVAMENTE	214

ANEXO 06 FOLDER – O MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO, 2004, 2005, 2007, 2008, 2009 E 2010, RESPECTIVAMENTE	214
ANEXO 07 FOLDER – O MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO, 2011, 2012, 2013 E 2014, RESPECTIVAMENTE	214
ANEXO 08 JORNAL – CAPITAL DO TURISMO, 1987	214
ANEXO 09 JORNAL – CAPITAL DO TURISMO, 1986.....	214
ANEXO 10 JORNAL – CAPITAL DO TURISMO, 1986.....	214
ANEXO 11 DECRETO LEI DE RECONHECIMENTO HISTÓRICO DA PIRÂMIDE, 2022_01	214
ANEXO 11 DECRETO LEI DE RECONHECIMENTO HISTÓRICO DA PIRÂMIDE, 2022_02	214
ANEXO 12 PROJETO DO PARQUE DO POVO NO ANO DE 1997	214
ANEXO 13 LAYOUT DO PARQUE DO POVO NO ANO DE 2001	214
ANEXO 14 ARRAIAL DO PARQUE DO POVO NO ANO DE 2003	214
ANEXO 15 NO AGRESTE, OS MAIORES “ARRAIÁS” DO PLANETA, 2003 ...	214
ANEXO 16 PRÊMIO PARA A MAIOR FESTA POPULAR DO MUNDO, 2004 .	214
ANEXO 17 PUBLICAÇÕES REGISTRADAS ATRAVÉS DA PLATAFORMA DO INSTAGRAM DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE E DO PREFEITO BRUNO CUNHA LIMA, 2022_01.....	214
ANEXO 17 PUBLICAÇÕES REGISTRADAS ATRAVÉS DA PLATAFORMA DO INSTAGRAM DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE E DO PREFEITO BRUNO CUNHA LIMA, 2022_02.....	215
ANEXO 17 PUBLICAÇÕES REGISTRADAS ATRAVÉS DA PLATAFORMA DO INSTAGRAM DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE E DO PREFEITO BRUNO CUNHA LIMA, 2022_03.....	215
ANEXO 17 PUBLICAÇÕES REGISTRADAS ATRAVÉS DA PLATAFORMA DO INSTAGRAM DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE E DO PREFEITO BRUNO CUNHA LIMA, 2022_04.....	215

ANEXO 18 PUBLICAÇÕES REGISTRADAS ATRAVÉS DA PLATAFORMA DO TIKTOK DO JOSÉ HORÁCIO ARAÚJO (USUÁRIO ROCKXUPADO) SOBRE A DIVISÃO SOCIOESPACIAL DO PARQUE DO POVO, 2022	215
--	-----

1. INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas nos espaços urbanos ao longo do século XX constituem objeto recorrente de análise nas ciências sociais e humanas, dada sua centralidade para a compreensão das dinâmicas contemporâneas. Entre esses processos, destaca-se a intensificação da urbanização em países periféricos, como o Brasil, onde os processos se desenvolveram de forma acelerada e desigual após a Segunda Guerra Mundial. A industrialização atuou como força de atração nas áreas urbanas, enquanto a mecanização progressiva da agricultura configurou-se como fator de repulsão no campo, promovendo a hegemonia das cidades sobre os espaços rurais tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. Embora em menor escala, essa lógica também se manifestou em cidades pequenas e médias, incluindo aquelas com estruturas industriais, as quais passaram a ser reorganizadas a partir de lógicas cada vez mais conectadas à visibilidade e ao consumo (Castro, 2012).

Canclini (2003) observa que os processos de industrialização e urbanização nos países periféricos, embora tardios, provocaram rupturas culturais. O espaço urbano passou a constituir, de forma progressiva, o núcleo das atividades econômicas tradicionais, e, simultaneamente, um ambiente de intensa produção cultural, cada vez mais submetidos às dinâmicas do mercado e aos imperativos da visibilidade midiática. Atualmente, observa-se uma crescente valorização das manifestações culturais, como eventos festivos, que vêm sendo cada vez mais tratados como mercadoria.

Arantes (1998) destaca que a discussão sobre cultura e suas manifestações nunca foi tão intensa quanto nos dias atuais, caracterizando o que a autora denomina de "era da cultura". Embora tal reflexão tenha sido formulada no final do século XX, sua pertinência permanece evidente no contexto contemporâneo, especialmente em função do avanço das tecnologias de comunicação e da globalização, que ampliaram as possibilidades de produção, difusão e consumo cultural. Neste cenário, a análise dos processos urbanos sob uma perspectiva cultural adquire centralidade, uma vez que os eventos culturais continuam a impulsionar dinâmicas efêmeras e a transformar as cidades como espaços de espetáculo. De forma complementar, Lefebvre (1991) argumenta que a mercantilização da cidade, intensificada pelo capitalismo, converte a cidade moderna em um espaço no qual o valor de troca passa a prevalecer sobre o valor de uso, evidenciando mudanças tanto na função quanto no sentido do espaço urbano como lócus da experiência humana.

Seguindo essa lógica, Fernandes (2006) explora o conceito de "culturalização generalizada" e destaca um paradoxo: embora essa transformação cultural possibilite o surgimento de novas e instigantes realidades, além de legitimar formas particulares de inserção no mundo, ela também resulta em um empobrecimento acelerado das perspectivas. A cidade passa a ser intensamente culturalizada e convertida em objeto mercantil, sob uma lógica corporativa e seletiva. Como desdobramento dessa lógica, observa-se a emergência de uma nova fronteira de acumulação capitalista: a cultura enquanto valor de troca, produzida para circular como bem de consumo, esvaziada de sua densidade histórica e simbólica. A "mercantilização avassaladora da cultura" torna-se, assim, instrumento de homogeneização e banalização do sensível (Fernandes, 2006, p. 52).

No ambiente acadêmico, observa-se uma intensificação das pesquisas e discussões sobre a relação entre cidade e cultura. Em um país como o Brasil, marcado pela grande diversidade de manifestações culturais, muitas das quais ocorrem no espaço urbano, é imprescindível uma análise crítica sobre a espetacularização e mercantilização da cultura urbana, fenômenos que têm contribuído para a redefinição funcional de algumas cidades, especialmente aquelas onde as festas populares se transformaram em tradições reinventadas, reinterpretadas como recursos estratégicos para o turismo e o marketing urbano. Esse processo envolve a patrimonialização convulsiva e a cenarização dos espaços urbanos, nos quais o patrimônio é transformado em cenário para garantir o fluxo turístico e a produção contínua de novidades culturais (Arantes, 1998; Santos, 1996).

Santos (1999), em uma de suas obras mais influentes, analisa o fenômeno da arenização e da espetacularização contemporânea, destacando que a cultura popular se expande para grandes arenas e espaços de entretenimento, impulsionada pelos avanços tecnológicos. Assim,

[...] A cultura popular deixa de estar cantonada numa geografia restritiva e encontra um palco multitudinário, graças as grandes arenas, como enormes estádios e as vastas casas de espetáculo e de diversão e graças aos efeitos ubiqüitários trazidos por uma aparelhagem tecnocrônica multiplicadora (Santos, 1999 p. 257).

As manifestações culturais populares, como as festas, apresentam uma nova dinâmica, tanto no plano espacial, ao se expandirem para além das escalas local e regional, quanto no plano simbólico, ao se adaptarem ao contexto urbano. Chauí

(2006) reconhece a importância do aspecto lúdico da cultura, mas ressalta que esta não deve ser reduzida a mero entretenimento ou mercadoria.

No transcurso da história, as festas populares desempenham funções diversas, que se alteram conforme sua natureza, abrangendo desde expressões religiosas até relações econômicas. No âmbito religioso, as festas reforçavam a conexão espiritual entre o devoto e o sagrado, enquanto as festas populares, caracterizadas por manifestações “profanas”, ofereciam um espaço para o lazer e, em certos contextos, permitiam uma subversão temporária das normas sociais (Castro, 2012). Contudo, a partir da segunda metade do século XX, as festas populares começaram a ser vistas também como oportunidades para o desenvolvimento do turismo, evidenciando seu potencial de atrair grandes contingentes populacionais, o que ampliou sua relevância e aumentou seu impacto social.

Entre as diversas manifestações culturais do calendário festivo brasileiro, as festas juninas destacam-se pela sua importância como uma prática cultural enraizada no imaginário coletivo, especialmente no Nordeste Brasileiro. Tradicionalmente, essas festividades estavam vinculadas ao âmbito comunitário, celebradas em ambientes familiares ou entre amigos. Contudo, ao longo do tempo, essas festas expandiram-se, tornando-se mais diversificadas e complexas, com a participação de diferentes agentes e a ocupação de novos espaços. O ciclo junino, antes restrito a celebrações em residências ou nas ruas, passou a ser comemorado em parques públicos e grandes arenas privadas. A partir da década de 1970, as festas começaram a ser reconfiguradas por meio de investimentos de prefeituras, empresários e governos estaduais de regiões como, por exemplo, a Paraíba, que passou a promover sua espetacularização como uma estratégia para a divulgação midiática e o fortalecimento do turismo. A compreensão desse processo exige uma abordagem diacrônica, capaz de revelar como, década a década, a festa se transformou, dos arraiais improvisados às réplicas cenográficas e à espetacularização contemporânea. Essa historicidade demonstra que não se trata de um apego estático ao passado, mas de uma gestão contínua de mudanças, na qual a tradição é mobilizada estrategicamente para projetar o futuro.

Assim, esta dissertação sustenta que o chamado “Maior São João do Mundo” deve ser compreendido como um projeto urbano deliberado, que produz e reconfigura a cidade. A festa opera como dispositivo de ordenamento e de transformação, não restrito à lógica da autenticidade perdida, mas entendido como processo de gestão

contínua da mudança. Nessa dinâmica, a tradição é acionada como recurso simbólico, estético e político para legitimar intervenções no espaço urbano, reorganizações econômicas e a consolidação de uma marca-cidade orientada para o futuro.

Em Campina Grande, cidade paraibana que desde 1983 se apresenta como sede do "Maior São João do Mundo", o ciclo junino foi radicalmente transformado, incorporando a lógica da cenarização e da patrimonialização espetacular. O Parque do Povo, projetado como espaço de celebração e vitrine moderna e competitiva da cidade, revela a dimensão política e projetiva da festa, se tornando um ativo urbano, estruturado por parcerias público-privadas, operando a cidade como plataforma de atração midiática, fluxos turísticos e investimentos corporativos.

Como argumenta Fernandes (2006, p. 58), a patrimonialização convulsiva³³ dos espaços urbanos, marcada pela transformação obsessiva de objetos, saberes e práticas em patrimônio, resulta na cidade como “supermercado de produtos e eventos produzidos para serem consumidos de maneira contínua e voraz”. A memória, nesse processo, é despolitizada, estetizada e colocada a serviço da lógica do capital. O Parque do Povo, principal espaço da festa em Campina Grande, ilustra esse movimento: um espaço público reconfigurado como vitrine cenográfica, onde a tradição é performada de modo controlado, vigiado e orientado à maximização do espetáculo.

A cenarização urbana, como processo complementar à patrimonialização, contribui para a constituição de um espaço rígido, onde o patrimônio é transformado em palco estático e as experiências culturais são mediadas por exigências de consumo, segurança e ordenamento. Trata-se, como aponta a autora, da reprodução de “espaços luminosos”, segmentados e seletivos, em detrimento das formas plurais e conflitivas de apropriação da cidade (Fernandes, 2006, p. 57).

Esse processo também se materializa no que Santos (1999) denomina como arenização da cultura popular. Para o autor, a cultura deixa de estar "cantonada numa geografia restritiva" e passa a ocupar “palcos multitudinários”, como estádios, arenas

³³ “A patrimonialização convulsiva das cidades se caracteriza pela transformação obsessiva de objetos, bens e saberes em patrimônio material e imaterial. (...) Contribui para esta lógica a possibilidade infindável de reprodução de novas situações de história e memória, na medida em que a historicização dos processos é quase imediata e sempre é possível recortar, aproximar, criar novos focos tensionadores de atrações. Assim, a história, a memória e a cidade transformam-se em supermercados de produtos e eventos produzidos para serem consumidos de maneira contínua e voraz”, (Fernandes, 2006, p.57-58).

e casas de espetáculo, impulsionada pelos “efeitos ubiqüitários trazidos por uma aparelhagem tecnocrônica multiplicadora” (Santos, 1999, p. 257). No caso de Campina Grande, a transposição da festa junina para o Parque do Povo expressa essa mudança: trata-se da transferência da festa para um espaço monumentalizado, planejado e fortemente mediado tecnologicamente. A expansão física da festa vem acompanhada de um processo de controle, onde o espetáculo, ainda que ancorado em referências tradicionais, passa a ser produzido sob os moldes da indústria cultural e do turismo de massa.

Essa materialização simbólica da cidade espetacularizada tem sido amplamente discutida por autores como Castro (2012), que aponta para a instrumentalização da cultura como estratégia de city marketing. Segundo ele, “inventam-se tradições a partir de elementos culturais pré-existentes”, criando uma imagem turística performada para atrair capital e circulação simbólica. Essa lógica transforma cidades sem grandes atrativos naturais ou arquitetônicos em vitrines de experiências temáticas, em que a tradição é moldada pela intenção gestora e pelo apelo mercadológico (Castro, 2012, p. 24).

Contudo, a compreensão da espetacularização das festas juninas em Campina Grande não pode se limitar à crítica da mercantilização. É preciso também reconhecer os conflitos, resistências e ambivalências que atravessam esse processo. Como observa Fernandes (2006, p. 60), embora o projeto hegemônico de cidade como espetáculo tenda a colonizar o espaço público, ele convive com experiências de “produção de territórios magros e plenos de vitalidade”, onde o saber popular e as práticas comunitárias mantêm uma racionalidade urbana solidária. A cidade, portanto, continua a ser lugar de disputas, onde convivem a lógica do espetáculo e as formas de resistência, muitas vezes subterrâneas, mas persistentes.

Sob essa ótica, a análise das festas juninas permite compreender como o espaço urbano, a cultura e o tempo histórico são constantemente reconfigurados a partir das tensões entre mercantilização e pertencimento, entre memória e espetáculo. Campina Grande se constitui como palco de disputas sobre os sentidos da cultura, da cidade e do direito à memória, nas quais o São João opera como uma estratégia central de reconfiguração do espaço urbano e de suas narrativas. Assim, para além de uma perspectiva que lamenta a perda de uma suposta pureza, esta pesquisa busca analisar como a cultura é recriada nesse processo, gerando novas territorialidades e significados em um espaço socialmente determinado, como adverte Magnani (2003).

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE, CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO E PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA

A cidade de Campina Grande, situada na macrorregião no agreste paraibano, estabeleceu-se como um centro regional estratégico, exercendo notável influência socioeconômica sobre os municípios circunvizinhos. Segundo dados do censo demográfico de 2022, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possui uma população estimada em aproximadamente 420 mil habitantes. A conformação urbana da região teve início no século XIX, impulsionada por dinâmicas centradas no comércio de farinha e rapadura, os quais atraíam viajantes e comerciantes oriundos de diversas localidades da Paraíba e de estados vizinhos (Andrade, 2014). Esse movimento mercantil contribuiu para o surgimento de um núcleo populacional cujos vínculos sociais e espaciais se estabeleceram em torno dos largos e mercados públicos, reconhecidos, à época, como espaços centrais da vida urbana (Queiroz, 2008).

O crescimento do tecido urbano de Campina Grande intensificou-se ao longo do século XX, impulsionado por fatores como a inauguração da ferrovia em 1907 e o ciclo do algodão, predominantemente entre as décadas de 1920 e 1940. Esses elementos foram determinantes para as transformações do ambiente citadino, estabelecendo as bases para o desenvolvimento econômico e estrutural da cidade (Andrade, 2014).

Na transição do século XIX para o XX, o ciclo do algodão destacou-se como o principal motor da economia local. A cidade experimentou um crescimento acelerado, consolidando-se como um importante centro econômico e comercial da região Nordeste. A cadeia produtiva do algodão, abrangendo desde o cultivo até a exportação, gerou riqueza e empregos, fomentando o desenvolvimento da infraestrutura e a diversificação das atividades econômicas. Durante o auge da cotonicultura, na década de 1860, Campina Grande consolidou-se como polo de beneficiamento de algodão de reconhecimento internacional, atraindo produtores regionais e comerciantes estrangeiros (Nóbrega, 2010).

Conforme observam Queiroz (2008) e Oliveira (2007), o apogeu econômico de Campina Grande ocorreu em 1907 com a chegada da ferrovia inglesa Great Western Brazil Railway. Essa ferrovia ligava a cidade ao litoral, especialmente a Recife,

principal porto da região, facilitando o escoamento da produção local e fortalecendo o comércio. A ferrovia, que ficou conhecida como “Cavalo de Aço”, desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento da cidade, tornando o algodão o principal produto comercializado, com destino ao porto de Recife e de Cabedelo, na Paraíba, para exportação (Araújo, 2006).

A implantação da ferrovia foi um marco no processo de expansão da cultura algodoeira, consolidando-a como a principal base econômica de Campina Grande. Durante esse período, o algodão, frequentemente denominado “ouro branco”, tornou-se o principal atrativo para uma ampla rede de comerciantes, tornando a cidade a maior exportadora de algodão do Brasil e a segunda maior do mundo, apenas atrás de Liverpool, na Inglaterra. Cabral Filho (2011) reforça essa análise ao afirmar que:

A cultura do algodão comandou a economia local assim como exerceu forte influência sobre a vida cotidiana em Campina Grande [...] marcando esta sociedade e condicionando, sob vários aspectos, determinadas atitudes de moradores desta cidade. (Cabral Filho, 2011, p. 262).

A crescente demanda pelo algodão impulsionou o desenvolvimento urbano e promoveu um aumento populacional substancial. Nesse contexto, grandes empresas se estabeleceram na cidade, atuando como agentes propulsores da expansão do tecido urbano (Oliveira, 2007). Simultaneamente, os estabelecimentos ligados à atividade algodoeira proliferaram, acompanhados pela expansão do comércio, dos serviços e da indústria, além de uma maior diversificação nas atividades dos profissionais liberais. Esse processo de dinamização também fomentou reflexões sobre a diversificação de “espaços de divertimento e sociabilidades” (Queiroz, 2008; Araújo, Apolinário, 2017).

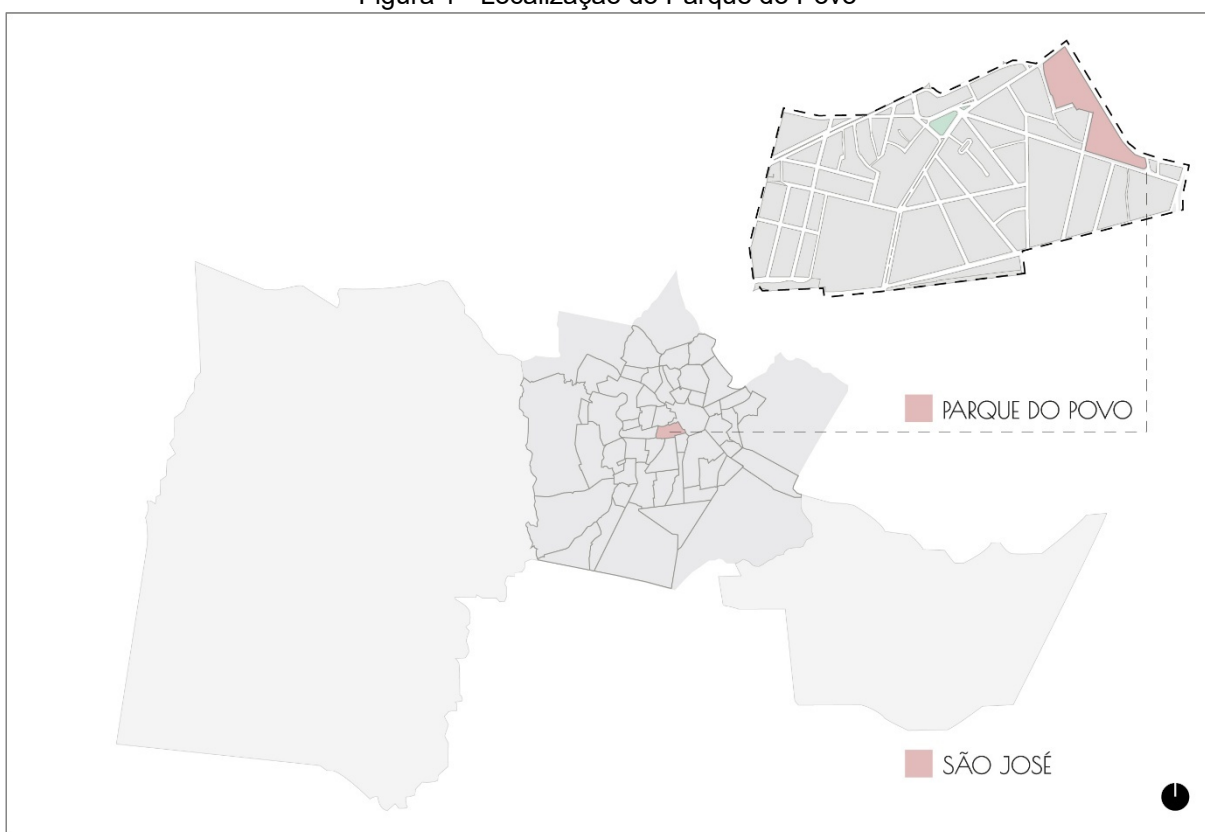
Entretanto, a década de 1950 marcou uma reconfiguração econômica, com efeitos negativos sobre o polo comercial de Campina Grande. Araújo (1985) aponta que a conjuntura internacional, em articulação com o capital monopolista da região Sudeste, absorveu a riqueza gerada pela economia local, dando início ao processo de empobrecimento da região. As cidades litorâneas, como Recife e João Pessoa, começaram a assumir a função de homogeneizar o espaço de atuação do capital, com a concentração de atividades econômicas nessas áreas.

Com o declínio da cotonicultura, iniciado na década de 1950, Campina Grande atravessou um período de instabilidade econômica. No entanto, a década de 1980 trouxe novas perspectivas. A cidade iniciou um processo de revitalização econômica,

com destaque para a área de pesquisa e produção em informática, impulsionada por iniciativas iniciadas no final da década de 1960. Ao mesmo tempo, o São João, com sua rica tradição cultural, passou a ser percebido como uma oportunidade para revitalizar a economia local (Lima, 2002, p. 34-35; Nóbrega, 2011).

Foi nesse contexto que o evento passou a ser promovido institucionalmente como o Maior São João do Mundo, adquirindo status de marca turística e cultural da cidade. Para atender à crescente demanda de infraestrutura, controle e visibilidade do evento, foi criado o Parque do Povo, inaugurado em 1983 como espaço público especialmente concebido para abrigar a festa junina. Situado no centro da cidade, o Parque do Povo tornou-se o principal território da celebração (Figura 1).

Figura 1 - Localização do Parque do Povo



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Ao longo dos anos, o Parque do Povo passou a concentrar os rituais mais simbólicos e midiáticos da festa, tornando-se um símbolo material e afetivo da territorialização do São João. Sua estrutura urbana, embora concebida como espaço público, passou por transformações que acompanham o crescimento do evento e as mudanças nas formas de gestão, apropriação e controle do espaço. A festa, que outrora se espalhava por diversos bairros da cidade, foi sendo centralizada no Parque

do Povo, consolidando-o como epicentro da experiência festiva e da narrativa institucional sobre a identidade local.

1.2. PROBLEMATIZAÇÃO

Embora o Parque do Povo seja amplamente promovido como espaço aberto, democrático e agregador, como divulgado pelos discursos institucionais, não resiste à análise mais atenta de sua configuração durante o Maior São João do Mundo. O evento é frequentemente descrito como um território de convivência entre diferentes sujeitos sociais, onde prevaleceria uma diversidade cultural e étnica que reafirma seu caráter popular. No entanto, esta suposta pluralidade encontra limites quando confrontada com os dispositivos de controle e consumo que regulam a experiência festiva.

Como observa Lima (2010), o evento carrega um forte apelo lúdico, mas é igualmente um cenário de exacerbação das desigualdades sociais. Participar da festa requer, antes de tudo, capacidade de consumo: mesmo sendo um evento de entrada gratuita, os preços praticados dentro do Parque do Povo, resultado da exclusividade imposta pelos patrocinadores, acabam por restringir o acesso pleno a bens e experiências do evento, segmentando o público de forma implícita, mas eficaz.

Além disso, o ambiente da festa tornou-se também um terreno fértil para estratégias de autopromoção política. O uso do palco principal como espaço para pronunciamentos de gestores públicos, especialmente o prefeito, inscreve o MSJM na lógica do espetáculo político, onde a visibilidade diante do público é utilizada como recurso eleitoral. A festa transforma-se, assim, em palanque, dissolvendo as fronteiras entre celebração e propaganda.

Nessa perspectiva, o Parque do Povo é consolidado como um lócus orientado por práticas de lazer, consumo e visibilidade, operando sob uma apropriação dirigida do espaço urbano. Como analisa Carvalho (2011), essa configuração busca tornar Campina Grande mais competitiva no circuito turístico nacional, embora os efeitos positivos dessa projeção sejam desigualmente distribuídos. O retorno financeiro se concentra majoritariamente nas grandes empresas envolvidas, enquanto os custos públicos seguem elevados e o impacto direto na economia local, especialmente entre trabalhadores informais e pequenos comerciantes, permanece restrito.

A adoção de parcerias público-privadas para a gestão da festa, a partir de 2017, intensificou essa lógica de mercado. A concessão à iniciativa privada, mediante licitação e investimento público, contribuiu para o aprofundamento de processos de privatização simbólica e material do espaço. A festa passou a operar sob as regras da rentabilidade, com aumento da burocratização, do cercamento e da cobrança de taxas, afastando progressivamente os sujeitos populares que tradicionalmente ocupavam e se apropriavam daquele território.

Diante desse cenário, emergem algumas questões centrais: Quais os impactos desses processos? Como as festas populares, a exemplo do São João, inserem-se no espaço urbano? De que maneira a espacialidade urbana reconfigura as festividades juninas? A presente pesquisa busca compreender as dinâmicas espaciais envolvidas nesse contexto, com ênfase nos efeitos da patrimonialização convulsiva e da cenarização sobre um espaço urbano específico, o Parque do Povo, cuja infraestrutura é mobilizada sazonalmente para a realização de uma das maiores festas populares do país.

1.3. OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O **objetivo geral** desta pesquisa é identificar e caracterizar as permanências e transformações das festas juninas no espaço público do Parque do Povo, em Campina Grande, com ênfase em sua territorialização, buscando compreender as dinâmicas espaciais que moldam e (re)configuram territorialmente essas celebrações ao longo do tempo.

Para tanto, três **objetivos específicos** são estabelecidos:

a) Reunir e sistematizar a produção bibliográfica e documental sobre o festejo junino no Parque do Povo, com ênfase nas dimensões materiais, simbólicas e territoriais, de modo a construir uma base conceitual sólida para a análise da festa no espaço urbano, sobretudo no período de 2000 a 2024, diante da escassez de registros acadêmicos sobre esse recorte temporal;

b) Identificar os elementos tradicionais e mapear suas transformações espaciais ao longo do tempo, analisando a organização do território festivo, suas permanências e rupturas, e a forma como a relação entre a festa e a cidade se alterou historicamente;

c) Caracterizar o processo de territorialização da festa de São João, interpretando como o espaço urbano é apropriado, modificado e ressignificado para sua realização, e como essas operações configuram uma paisagem cultural em constante disputa e reconstrução.

1.4. CAMINHOS DA PESQUISA

Esta pesquisa estrutura-se em cinco etapas que, embora sigam uma sequência cronológica, não se configuram como compartimentadas, mas sim como interdependentes e retroalimentadas ao longo de todo o processo. As etapas consistem em: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo, sistematização das informações e, por fim, análises e reflexões.

A condução metodológica está ancorada na abordagem proposta por Virgínia Pontual e Rosane Piccolo (2008), voltada para a identificação e interpretação do patrimônio cultural, a partir da articulação entre pesquisa histórica, leitura da forma urbana e levantamento urbano-arquitetônico. Essa abordagem dialoga diretamente com os pressupostos de Luz Valente-Pereira (2005), cuja metodologia para a reabilitação de áreas urbanas valoriza a observação empírica, a percepção da cidade vivida e a leitura da imagem urbana como instrumento central para a compreensão das dinâmicas territoriais, simbólicas e sociais. Ambas as metodologias compartilham o entendimento da cidade como construção histórica e coletiva, cuja forma reflete as práticas, os valores e as disputas simbólicas de seu tempo.

A pesquisa bibliográfica foi organizada segundo três linhas de leitura. A primeira linha de leitura corresponde às obras utilizadas para compreender o contexto das festas no espaço urbano e seu papel na cultura popular brasileira, fornecendo subsídios para a introdução e o primeiro capítulo desta pesquisa. Para isso, foram consultados: Duvignaud (1983), DaMatta (1990 e 1997), Durkheim (1996), Deleuze e Guattari (1992, 1995, 1997), Henri Lefebvre (1991, 2002, 2006), Castro (2012), Milton Santos (1996, 1999, 2000), Marilena Chauí (2006), Fernandes (2006), Arantes (1998), Brandão (1989), Amaral (1998), Canclini (1983), Huizinga (2005), Cox (1974), Bourdieu (2002), entre outros.

A segunda linha de leitura dedica-se à história das festividades juninas, com ênfase em sua origem, estrutura simbólica, rituais e processo de sincretismo cultural, fundamentais para compreender o enraizamento social da festa. Para isso, foram

consultados autores clássicos e contemporâneos, como Pimentel (1905), Freyre (1933), Bettencourt (1947), Cascudo (1954, 1969, 1988), Araújo (1977), Frazer (1978), Burke (1989), Chianca (2006, 2013, 2022) e Lima (2010, 2002), além de estudos que abordam a espetacularização, patrimonialização e a reinvenção das tradições, como Morigi (2001), Nóbrega (2010) e Canclini (1983).

Por fim, a terceira linha de leitura refere-se às obras que subsidiam a delimitação empírica da pesquisa: a cidade de Campina Grande, Paraíba, e sua festa de São João. Foram priorizados estudos históricos, urbanos e culturais sobre a cidade e sobre o evento, incluindo autores como Almeida (1962), Lima Neto (2022), Oliveira (2000, 2005, 2007), Queiroz (2008), Cavalcante (2018), Carvalho (2011), Costa (2010), Diniz (2018), Marques (2018), Marinho (2013), Lucena Filho (2005) e Medeiros (2021).

A pesquisa documental foi orientada pela análise de documentos relacionados à festa de São João na cidade de Campina Grande. Para isso, foram selecionadas fontes de arquivos públicos, destacando-se o da Secretaria de Planejamento, Gestão e Transparência da Cidade (SEPLAN). Complementarmente, foram utilizados acervos de jornais, como o Diário da Borborema, vinculado à Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), e o Jornal da Paraíba. Além dessas fontes, foram incorporados acervos particulares, como o de Cléa Cordeiro, que abriga registros significativos⁴ da festividade, bem como materiais que discutem a midiatização da festa e as transformações ocorridas ao longo do tempo. No intuito de ampliar a análise, também foram examinadas reportagens televisivas e interações em plataformas digitais nas quais os moradores compartilham suas percepções sobre as mudanças na festa nos últimos anos.

A análise documental permitiu uma compreensão mais acurada da história e da dinâmica da festividade. Seguindo a proposta de Jacques Le Goff, que postula que um documento, seja de natureza cultural material ou imaterial, pode revelar e dialogar com questões do contexto sociocultural em que foi produzido, as diversas fontes foram analisadas sob essa perspectiva. Essa abordagem contemplou documentos

⁴ O maior acervo de documentação sobre o São João de Campina Grande encontra-se sob a guarda particular de Cléa Cordeiro, superando inclusive o acervo público disponível. Essa realidade desperta preocupação, uma vez que evidencia a ausência de um registro sistemático por parte do poder público, que negligencia a consolidação de um acervo de extrema importância para a preservação da história de Campina Grande e de seu patrimônio cultural, ainda que este não receba o devido reconhecimento institucional.

institucionais, postagens em redes sociais, registros fotográficos e percepção dos frequentadores, propiciando um entendimento multifacetado das transformações da festa ao longo do tempo.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (...) O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (...) O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias (Le Goff, 1990).

A pesquisa de campo foi realizada por meio da observação direta da festa nos anos de 2023 e 2024, com foco na apropriação e transformação dos espaços urbanos pelos diversos atores sociais. Essa etapa seguiu os parâmetros do Gehl Institute (2016), que orienta a leitura da paisagem urbana e o uso dos espaços públicos a partir de critérios como acessibilidade, permanência, usos diversos e vitalidade urbana. A observação foi estruturada também com base na leitura morfológica da forma urbana, identificando elementos como cheios e vazios, centralidades, gabarito, setorização funcional e relações visuais, em consonância com as propostas metodológicas de Pontual, Piccolo e Pereira.

As etapas de sistematização das informações, análises e reflexões permeiam toda a construção do trabalho até sua finalização. A articulação entre os dados empíricos e os referenciais teóricos e documentais permitiu identificar convergências e tensões entre o espaço festivo e os processos urbanos. Esse entrelaçamento sustentou uma narrativa crítica e interpretativa sobre o São João de Campina Grande, valorizando tanto as permanências culturais quanto as transformações morfológicas e afetivas ocorridas no Parque do Povo.

A dissertação está estruturada em cinco capítulos. O primeiro, esta Introdução, apresenta a contextualização do tema, a problematização, os objetivos e a metodologia da pesquisa.

O segundo capítulo, intitulado *O festejar no espaço urbano*, discute as festas populares sob a perspectiva simbólica, cultural e sociológica. Examina os sentidos atribuídos ao ato de festejar e como esses eventos operam como momentos de ruptura com a ordem cotidiana, ressignificando o espaço urbano, promovendo experiências coletivas e revelando tensões entre tradição, mercantilização e resistência.

O terceiro capítulo, denominado *Território, territorialidade e produção do espaço urbano*, apresenta o arcabouço teórico da pesquisa, abordando conceitos como território, territorialidade, produção do espaço, direito à cidade e apropriação simbólica, com base em autores como Lefebvre, Raffestin e Le Berre. Este capítulo estabelece as bases conceituais para a análise crítica da festa como fenômeno espacial e político.

O quarto capítulo, intitulado *Um parque para um povo*, analisa o processo de territorialização da festa de São João de Campina Grande no Parque do Povo, destacando suas transformações materiais, simbólicas e institucionais. A partir da análise documental e histórica, reconstrói-se o processo de institucionalização da festa, seus marcos espaciais e disputas em torno de sua identidade e apropriação.

O quinto capítulo, denominado *Um olhar sobre a preexistência*, realiza a análise morfológica e territorial do espaço festivo. Utilizando observação direta, registros iconográficos, mapas temáticos e levantamento documental, são abordados aspectos como localização, entorno, setorização interna, cheios e vazios, usos e fluxos, verticalização e dinâmicas de apropriação. Essa leitura da forma urbana permite compreender como a festa atua sobre o espaço e como este, por sua vez, reflete processos mais amplos de transformação urbana e cultural.

Por fim, nas *Considerações finais*, são apresentadas as sínteses e contribuições da pesquisa, ressaltando a importância de articular práticas culturais, memória urbana e leitura da forma como elementos centrais na compreensão do espaço como construção simbólica e social.



A festa [...] é religiosa e profana, crítica e debochada, conservadora e vanguardista, divertida e devocional, esbanjamento e concentração, fruição e modo de ação social; ela ainda é o reviver do passado e projeção de utopias, afirmação da identidade particular de um grupo e inserção na sociedade global; expressão de alegria e de indignação (Amaral, 1998).

2. O FESTEJAR NO ESPAÇO URBANO

Os sentidos atribuídos às festas são multifacetados e complexos, englobando dimensões simbólicas, culturais e sociais que transcendem o cotidiano. De acordo com Duvignaud (1983), a festa é um evento capaz de interromper a linearidade da vida cotidiana, criando uma experiência temporária que se apresenta como uma alternativa ao tempo regido pelas estruturas burocráticas e pelas normas de conduta estabelecidas. Essa transformação não se limita ao plano simbólico, mas se manifesta também no espaço urbano, que assume novas funções e significados. Ruas, pátios e praças tornam-se palcos efêmeros onde as pessoas abandonam suas rotinas e papéis sociais, vivenciando um ambiente de liberdade e expressão.

Nesse contexto de transgressão e efemeridade, surgem figuras imaginárias ou idealizadas que permitem aos indivíduos se desprenderem, ainda que momentaneamente, de suas funções sociais habituais. Conforme observa DaMatta (1990), essa transição é evidente, por exemplo, na possibilidade de um trabalhador comum assumir, durante a festividade, o papel simbólico de um rei ou príncipe. Esses personagens, sejam eles reais ou míticos, conferem à festa uma dimensão catártica, permitindo que os sujeitos experimentem identidades e experiências que, em condições ordinárias, seriam inalcançáveis. Nessa perspectiva, a festa urbana aparece como uma “metamorfose transitória dos papéis sociais”, promovendo uma ruptura com a rotina funcional da vida cotidiana, como afirmam alguns autores (Castro, 2012).

A ausência de propósito utilitário, característica da festa, é um aspecto fundamental para compreender sua capacidade transformadora. Ao dialogar com Duvignaud, a análise de Henri Lefebvre (1991) aprofunda a compreensão dos impactos da festa no ambiente urbano e no tecido social das cidades, especialmente no que diz respeito à produção do espaço e à construção de identidades coletivas. Lefebvre (1991), destaca que,

[...] uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem, além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro), (Lefebvre, 1991).

Duvignaud (1983) também sublinha que as concepções de funcionalidade, utilidade e rentabilidade, características predominantes das sociedades ocidentais industrializadas, representam os principais obstáculos para uma compreensão plena da festa em suas múltiplas dimensões. Ele propõe uma classificação das festas em dois tipos: as de participação, que reúnem ativamente a comunidade, e as de representação, onde há uma separação entre os protagonistas e os espectadores da celebração.

Considerando a classificação de Duvignaud (1983), as festas juninas contemporâneas podem ser vistas como eventos multifacetados e complexos, que integram tanto aspectos de representação quanto de participação, como observa Amaral (1998). As festas espetaculares, como a tradicional celebração de São João, realizadas nas áreas urbanas de cidades como Campina Grande, são cuidadosamente planejadas e organizadas pela administração municipal, com o objetivo de envolver uma vasta quantidade de participantes. Nesse contexto, o público se envolve de diversas formas: seja como participante ativo nas danças e cantorias, como um observador casual ou até mesmo como um transeunte, circulando sem se inserir diretamente nas dinâmicas festivas.

Cox (1974, p. 28-29) destaca a importância da festa como uma "válvula de escape", sublinhando sua capacidade de infundir ludicidade na rotina diária: "A festividade é, pois, um período de tempo reservado para a expressão plena do sentimento. Consiste dum irredutível elemento de prodigalidade, dum viver intensamente". Para Cox, a festividade oferece uma pausa nas tarefas diárias, criando uma alternância essencial para que a vida não se torne insuportável. Ele observa que, ao contrário de outras atividades, a festa tem um valor intrínseco em si mesma, sendo realizada "por sua própria causa". Ela propicia um afastamento temporário das obrigações cotidianas, permitindo uma experiência de libertação emocional.

Em contraposição à crítica de Lefebvre (1991; 2001) ao escalonamento tradicional da vida, que promove um hiato entre o lazer, a festa e o cotidiano, Cox (1974) ressalta a necessidade do indivíduo funcional de participar ativamente da trama festiva, compreendendo-a como um evento alternativo dissociado das práticas diárias. Nesse sentido, a festa assume a função de mitigar as tensões criadas pela excessiva formalização e burocratização da vida moderna. Nessa linha de raciocínio, Huizinga (2005, p. 25) identifica vários pontos em comuns entre a festa e o jogo, sugerindo que ambos compartilham características:

Existem entre a festa e o jogo, naturalmente, as mais estreitas relações. Ambos implicam uma eliminação da vida quotidiana. Em ambos predomina a alegria, embora não necessariamente, pois também a festa pode ser séria. Ambos são limitados no tempo e no espaço. Em ambos encontramos uma combinação de regras estritas com a mais autêntica liberdade (Huizinga, 2005, p. 25).

Lefebvre (1991), por sua vez, ressalta que as fadigas impostas pela vida moderna tornam o divertimento não apenas desejável, mas indispensável. Contudo, ele critica a segmentação que separa o lazer e a festa do cotidiano de maneira geral. Ao longo das décadas que se seguiram à publicação da obra de Cox, observou-se que o hiato entre festas e trabalho cotidiano se manteve, com a prevalência da rotina diária, evidenciando a continuidade da divisão entre as esferas da vida social.

Quanto à relação entre festas e jogos, proposta por Huizinga (2005), pode-se afirmar que a racionalização dos eventos festivos espetacularizados na contemporaneidade intensificou a normatização de diversas festas populares, como o São João urbano no Nordeste brasileiro. A lógica de controle e de gestão dos eventos, imposta pela organização moderna das festividades, leva à conformação de um espetáculo que minimiza a liberdade e espontaneidade que caracterizavam as celebrações originais.

Porém, Maffesoli (1996) observa que o tempo livre, mais do que mera recuperação do ritmo imposto pelo trabalho, não se limita a um produto comercializável, mas constitui uma totalidade que abrange o lúdico, o imaginário e o emocional. Ele propõe o conceito de socialidade⁵, que integra esses elementos e se manifesta de maneira especial no lazer festivo contemporâneo. Esse conceito funciona como um contraponto à excessiva racionalização da vida social, sendo uma forma de resistência à mecanização da existência humana.

As festas populares representam uma manifestação cultural, cuja origem pode estar vinculada a eventos sagrados, sociais, econômicos ou até políticos do passado, e que, constantemente, se transformam, sendo atualizadas e recriadas. Conforme aponta Claval (1999), a cultura, vista como uma herança transmitida, pode ter raízes em um passado longínquo, mas não se configura como um sistema fechado e imutável de práticas e comportamentos. Essa visão permite aos estudiosos

⁵ A “socialidade”, em Maffesoli, refere-se a formas de vínculo afetivo e comunitário que escapam à lógica individualista da modernidade. Está associada a vivências coletivas intensas e muitas vezes efêmeras, como a festa, o culto, o espetáculo e a moda.

compreender o dinamismo das manifestações culturais, que preservam elementos essenciais, funcionando como um elo entre o passado, o mito fundante, e o presente.

Claval (1999) também observa que os contatos entre diferentes contextos culturais são fundamentais para a transformação e reinvenção das práticas. Nas últimas décadas, a intensificação dos meios de informação e comunicação tem facilitado essa disseminação de influências e contribuições culturais. Por outro lado, autores como Eliade (1992) e Câmara Cascudo (1969), alertam que o enfoque mercadológico e espetacular de algumas festas contemporâneas pode desvirtuar a conexão entre o ato de festejar e elementos como a rememoração, o conhecimento histórico, os mitos fundantes ou as práticas de reatualização das tradições.

O enfoque lúdico-cultural, impregnado de simbolismo, distingue-se das práticas festivas de entretenimento efêmero, que se baseiam, principalmente, no lazer e na diversão, como destaca Arendt (2002). A festa, em sua essência, configura-se como uma prática voltada para o presente, frequentemente destacando o passado como pano de fundo ou sob uma ótica da estetização do espaço festivo⁶.

Ao refletirmos sobre essa distinção, percebemos que as festas podem assumir características diferentes, dependendo de seu vínculo com a memória histórica ou sua ênfase no prazer imediato. Essa dicotomia entre festas de rememoração, fortemente ancoradas em práticas do passado, e festas voltadas para o entretenimento e a celebração de eventos contemporâneos, oferece uma chave para entender as várias dimensões da festa no contexto brasileiro, especialmente as festas juninas, objeto central desta pesquisa. Essas celebrações, assim como outras manifestações culturais no Brasil, transitam entre essas duas perspectivas, mesclando tradições passadas com as dinâmicas do presente.

Numa sociedade marcada por estriamentos, codificações e pela imposição cartesiana do cotidiano, que territorializam os indivíduos e restringe suas expressões, algumas festas assumem um caráter desterritorializante, funcionando como uma ruptura com as normas que regem a vida cotidiana. Durkheim (1996, p. 417), ao estudar os eventos festivos, observa que, durante as celebrações, “o homem é transportado fora de si, distraído de suas ocupações e preocupações ordinárias.” Esse distanciamento da rotina, segundo o autor, possibilita um momento de liberdade que,

⁶ Cumpre destacar que este trabalho não advoga pela preservação de práticas festivas essencialistas, baseadas em uma suposta aura que as mantenha imutáveis ao longo do tempo. A sociedade é dinâmica, e, portanto, os atos e significados do festejar se transformam conforme as épocas.

por sua vez, pode comprometer os limites entre o lícito e o ilícito. Em um olhar mais crítico, Brandão (1989) aponta que a festa oferece um breve, porém significativo, exercício de transgressão, permitindo que o indivíduo experimente uma liberdade temporária dos normativos sociais.

Sob essa perspectiva transgressiva e excepcional dos eventos festivos, Duvignaud (1983, p. 228) destaca que “A nossa capacidade de violar, transgredir o quadro geral da nossa vida é, provavelmente, a parte mais fecunda do nosso ser”. A festa, para ele, se apresenta como uma antecipação do possível, um momento em que os princípios da civilização, especialmente os da vida urbana, são desafiados. Esse ato de transgressão, portanto, não é apenas uma fuga momentânea, mas uma verdadeira subversão das regras estabelecidas. A festividade, nesse sentido, oferece uma pausa na estrutura rígida da sociedade, permitindo o florescimento de uma outra forma de existir, mais livre e espontânea.

É inegável que o avanço da sociedade urbana engendrou transformações socioculturais importantes, as quais redimensionaram simbolicamente os sentidos atribuídos ao ato de festejar.

Por isso, as concepções sobre o tempo e o espaço festivo nas sociedades tradicionais, como entre grupos indígenas ou tribos africanas⁷, devem ser reinterpretadas à luz da constante evolução das práticas sociais. Isso exige uma abordagem que não só considere a teoria, mas também as especificidades locais e regionais, buscando entender as particularidades de cada povo. Quando contrastamos as festas de sociedades tribais com as manifestações festivas nas sociedades industriais e pós-industriais, torna-se evidente que surgiram diferenças importantes, especialmente com a introdução de elementos como racionalização, mercantilização e laicismo. Apesar disso, persistem alguns traços comuns, especialmente os vinculados à dimensão lúdica, à celebração coletiva, ao prazer e à intensa vivência emocional que englobam tanto indivíduos quanto grupos.

⁷ É importante evitar generalizações sobre culturas indígenas ou africanas. Cada grupo possui concepções singulares de tempo, espaço e festividade, frequentemente organizadas a partir de cosmologias próprias que articulam mitos fundadores, ciclos naturais e rituais de passagem. A compreensão dessas práticas exige atenção às especificidades socioculturais e aos contextos históricos de cada povo.

Seguindo a linha de pensamento de Deleuze e Guattari (1997; 1992), podemos identificar, nas festas urbanas contemporâneas, um processo de estriamento⁸ causado por estruturas de normatização e racionalização, tanto de origem estatal quanto privada. Esse processo se reflete na adaptação das festas tradicionais às demandas do contexto atual, criando uma mistura entre elementos do passado e práticas contemporâneas. As festas juninas urbanas, por exemplo, que se transformaram em grandes espetáculos, ilustram bem essa dinâmica, em que a tradição convive com as estratégias modernas de organização e consumo, demonstrando como as celebrações podem ser moldadas por fatores externos à sua essência original.

Lefebvre (2001) argumenta que a sociedade rural pode ser concebida como a “sociedade da festa”, na medida em que os rituais festivos ocupam um lugar central na organização do tempo social e da vida coletiva. Nesse contexto, as festas juninas, enquanto manifestações enraizadas em territórios rurais, exemplificam uma forma de celebração marcada pela ritmicidade, pela repetição cíclica e pela integração comunitária. Estas festas estruturavam-se espacialmente em torno de elementos simbólicos como a fogueira, que funcionava como eixo organizador das atividades, e temporalmente em consonância com o calendário agrícola e litúrgico, articulando práticas de sociabilidade e religiosidade popular.

Ainda que concentradas em espaços determinados, como quintais, terreiros ou arredores de pequenas capelas, essas festividades possuíam um caráter relacional que extrapolava a unidade doméstica, promovendo redes de interação entre famílias e vizinhanças. A vivência festiva incluía expressões coletivas como danças, cantos, alimentação partilhada e práticas lúdicas que reforçavam os laços sociais e a memória cultural.

Com o avanço dos processos de urbanização e a consequente reconfiguração das dinâmicas territoriais, essas práticas passaram a ser adaptadas aos espaços urbanos, frequentemente sob mediação institucional e planejamento técnico. Tal transposição não representou uma simples continuidade das tradições, mas implicou transformações profundas, tanto na forma quanto no conteúdo das celebrações. O que se observa é a emergência de festividades híbridas, que articulam elementos

⁸ Gilles Deleuze e Félix Guattari, em *Mil Platôs*, elaboram a noção de “espaço estriado” como aquele submetido à ordenação e controle, em contraste com o “espaço liso”, de fluidez e liberdade. As festas urbanas tensionam essas categorias ao combinarem espontaneidade e normatização.

oriundos da tradição rural a novas demandas contemporâneas de consumo cultural, espetáculo e gestão pública do lazer.

DaMatta (1987) observa que o tempo festivo é estruturado por unidades emocionais que, ao romperem com o ritmo ordinário da vida cotidiana, facultam ao sujeito a possibilidade de transcender os limites de seu comportamento socialmente regulado. Nessa mesma direção, Duvignaud (1983) enfatiza que os eventos festivos operam como dispositivos de ruptura, instaurando uma lógica alternativa ao ordenamento racional e funcionalista da modernidade urbana, possibilitando a emergência de experiências coletivas desvinculadas da normatividade cotidiana.

Sob uma perspectiva microssociológica, é possível argumentar que a iniciativa individual, ao apropriar-se do espaço público urbano durante os festejos, encontra margem para performances de caráter transgressivo, materializadas em práticas como o uso de indumentárias excêntricas, a exibição de faixas com teor contestatório, danças que subvertem normas corporais convencionais ou, especificamente no contexto das festas juninas, no ato simbólico de lançar artefatos pirotécnicos em direção a edifícios representativos do poder institucional, tais como igrejas ou sedes administrativas locais. Contudo, no plano macrossocial, constata-se a emergência de processos crescentes de normatização e controle espacial, sobretudo em eventos de caráter espetacularizado, que tendem à organização sistemática e à previsibilidade, como aponta Castro (2012), restringindo a espontaneidade que outrora caracterizava as manifestações festivas tradicionais.

Nesse cenário, a previsibilidade que permeia tanto a estética dos ambientes quanto a performatividade dos participantes atua como mecanismo disciplinador, inibindo expressões de transgressão, sejam estas individuais ou coletivas. Instaure-se, assim, uma tensão dialética: a urbe convertida em espetáculo, ainda que amplifique as possibilidades de visibilidade para manifestações sociais e estéticas irreverentes, simultaneamente impõe dispositivos de vigilância e contenção, limitando a potência subversiva da festa (Castro, 2012).

Nesse cenário, a previsibilidade que permeia tanto a estética dos ambientes quanto a performatividade dos participantes atua como mecanismo disciplinador, inibindo expressões de transgressão, sejam estas individuais ou coletivas. Instaure-se, assim, uma tensão dialética: a urbe convertida em espetáculo, ainda que amplifique as possibilidades de visibilidade para manifestações sociais e estéticas

irreverentes, simultaneamente impõe dispositivos de vigilância e contenção, limitando a potência subversiva da festa (Castro, 2012).

A festa continua, a tal ponto, a existência cotidiana que reproduz no seu desenvolvimento as contradições da sociedade. Ela não pode ser lugar de subversão e da livre expressão igualitária, ou só consegue sê-lo de maneira fragmentada, pois não é apenas um movimento de unificação coletiva; as diferenças sociais e econômicas nela se repetem (Canclini, 1983, p. 55).

De acordo com Castro (2012), as festas, em sua configuração contemporânea, não operam como instrumentos de redistribuição simbólica ou de atenuação das desigualdades econômicas. Tal constatação revela-se com clareza na forma mercantilizada e urbanizada das festas juninas, especialmente nas duas modalidades que constituem o foco analítico deste estudo: os eventos espetaculares promovidos em espaços públicos, como praças centrais, e aqueles organizados em arenas privadas, geralmente associados a circuitos comerciais.

Lefebvre (1991), ao propor a superação das dicotomias tradicionais entre cotidiano e lazer, ou entre vida ordinária e festividade, oferece uma contribuição conceitual significativa. Para o autor, a prática festiva não deve ser concebida como uma suspensão episódica da cotidianidade, mas sim como uma dimensão que, ao ser integrada ao tecido urbano e às rotinas sociais, potencializa a transformação qualitativa da vida coletiva. Ao advogar tal integração, Lefebvre tensiona diretamente as concepções defendidas por Duvignaud (1983), que via na festa uma ruptura efêmera com a ordem vigente. A leitura lefebvriana, em contrapartida, concebe a festividade como uma possibilidade de ressignificação da cidade, que embora submetida à lógica da espetacularização e da segregação espacial, ainda conserva traços de sua vocação original: a celebração da vida coletiva, mesmo que permeada por reinvenções impostas pelo contexto urbano e capitalista.

A fruição das experiências festivas, no entanto, não se dá de modo universal ou equânime. O acesso a determinadas modalidades de celebração, sobretudo àquelas convertidas em produtos culturais, encontra-se condicionado por um conjunto de disposições estruturais que organizam o espaço social. Tais disposições, teorizadas por Bourdieu (2002) sob a noção de *habitus* de classe, operam como esquemas geradores e classificatórios que conformam não apenas as práticas sociais, mas também os modos de percepção e julgamento estético. O *habitus*, nesse sentido, é simultaneamente uma estrutura estruturante, na medida em que orienta práticas, e

uma estrutura estruturada, pois é historicamente moldado pelas condições materiais e simbólicas associadas à posição social do sujeito (Bourdieu, 1979, apud Serpa, 2004).

Dessa forma, as preferências culturais e os padrões de consumo não emergem de escolhas livres ou arbitrárias, mas são mediados por regularidades sociais internalizadas que refletem, ainda que não de maneira determinista, a localização do indivíduo no espaço social. Diferentes estratos sociais, portanto, apresentam desigualdades significativas tanto no acesso quanto na apropriação das experiências festivas, perpetuando distinções simbólicas que operam como marcadores de classe no campo do entretenimento e da cultura.

Canclini (1983) argumenta que as festas e outras manifestações populares persistem e se expandem não apenas por sua função simbólica ou cultural, mas sobretudo por desempenharem um papel estruturante na reprodução social da divisão do trabalho, contribuindo, assim, para a consolidação e ampliação das lógicas capitalistas. Todavia, tais interpretações de caráter macroestrutural demandam a mediação de uma abordagem investigativa que articule teoria e empiria, de modo a apreender as especificidades locais e regionais que conferem singularidade aos fenômenos festivos em contextos distintos. É nesse entrelaçamento entre o estrutural e o particular que se torna possível compreender os impactos e as configurações próprias das festas-espetáculo.

No intuito de fomentar o fluxo turístico em direção aos polos juninos, como é o caso de Campina Grande, são mobilizados diversos dispositivos discursivos disseminados por meio de múltiplas plataformas midiáticas, televisão, rádio, internet e mídias impressas, os quais operam na construção e disseminação de uma imagem idealizada da cidade e de sua identidade cultural. Esses discursos promovem a estetização das práticas locais, enfatizando traços materiais e imateriais que compõem a tradição festiva como forma de atrativo simbólico. Lefebvre (1991) adverte que o consumo cultural não se limita à aquisição de bens materiais, mas se configura, sobretudo, como um consumo de signos: os turistas, portanto, não consomem a cidade em sua concretude, mas sim as representações que sobre ela são construídas e espetacularizadas. Assim, os meios de comunicação assumem um papel de mediação central na produção de sentidos e na ampliação da visibilidade da festa, promovendo-a como mercadoria simbólica no mercado turístico-cultural.

No contexto da globalização, Milton Santos (2000) problematiza a relação entre cultura popular e os processos de massificação mediados pelo mercado, que tende a impor, de forma verticalizada e homogeneizante, os elementos da cultura de massa, frequentemente alheios às tradições e às realidades locais. Ainda assim, o autor ressalta que as culturas locais não se mantêm inertes frente a tais imposições. Ao contrário, reagem criativamente, gerando formas híbridas e sincréticas que resultam em manifestações culturais reelaboradas, muitas vezes convertidas em espetáculo. Esse movimento dialético é por ele descrito como a constituição de uma “cultura popular domesticada”, na qual a resistência e a adaptação coexistem, evidenciando as tensões entre tradição e mercado, autenticidade e espetáculo.

As festas juninas urbanas configuram-se como manifestações complexas de sincretismo cultural, nas quais emergem, de forma visível, as tensões entre polos conceituais como local/global, lugar/mundo, urbano/rural, tradição/ inovação e cultura popular/cultura de massa. Em meio à persistência de elementos tradicionais vinculados à memória e à identidade dos territórios, observam-se também a emergência e a consolidação dos grandes palcos das festas-espetáculo, marcados por sua inserção nas lógicas do mercado e da indústria cultural. Assim como ocorre em outras manifestações festivas brasileiras, as festas juninas contemporâneas transitam entre o espaço íntimo e comunitário das celebrações familiares e as megaestruturas espetacularizadas, voltadas ao consumo e à performance mercadológica (Castro, 2012).

Lefebvre (1991; 2001), ao refletir sobre a condição festiva na sociedade moderna, propõe uma ruptura radical com a cotidianidade alienada e uma reintegração da festa como elemento constitutivo da experiência humana plena. Para o autor, a festa foi progressivamente esvaziada de seu potencial transformador, convertida em uma “miniatura” de si mesma, especialmente sob a lógica funcionalista e racionalizadora do capitalismo tardio. Ainda que Lefebvre não se detenha especificamente na dimensão espacial das festas contemporâneas, cuja expansão física é inegável, sua crítica recai sobre a perda de densidade temporal e simbólica desses eventos, que se tornaram episódicos e subalternizados no interior de calendários controlados pelo turismo e pela economia do espetáculo.

Nesse contexto, a festa deixa de constituir um momento de suspensão e regeneração do tempo vivido, tornando-se uma engrenagem da produção disciplinada. Lefebvre (1991, p. 61) observa que a estrutura temporal da modernidade

se organiza em torno de três categorias: o tempo obrigatório (dedicado ao trabalho produtivo), o tempo livre (destinado ao lazer), e o tempo imposto (relacionado às exigências externas e burocráticas da vida cotidiana). A expansão do tempo imposto, em detrimento do tempo livre, redefine o cotidiano como um conjunto de imposições e compromissos, reduzindo os espaços de fruição autêntica e lúdica. Nas palavras do autor:

[...] Os empregos do tempo, analisados de forma comparativa, deixam também aparecer fenômenos novos. Classificando-se as horas (do dia, da semana, do mês, do ano) em três categorias, a saber: o tempo obrigatório (o trabalho profissional), o tempo livre (o dos lazes), o tempo imposto (o das exigências diversas fora do trabalho, como transporte, idas e vindas, formalidades etc.), verifica-se que o tempo imposto ganha terreno. Ele aumenta mais rápido que o tempo dos lazes. O tempo imposto se inscreve na cotidianidade e tende a definir o cotidiano pela soma das imposições (pelo conjunto delas), (Lefebvre, 1991, p. 61).

As sociedades de lazer idealizadas por Lefebvre no final dos anos 1960, e revisitadas posteriormente em sua obra, permanecem, assim, em um horizonte utópico. A fragmentação cartesiana do tempo contribui para a atomização das experiências lúdicas, limitando-as a períodos delimitados e controlados, como os recessos escolares e as férias laborais. Mesmo em estados com calendários festivos particularmente ricos, como a Bahia, a participação efetiva dos indivíduos nesses eventos continua condicionada à organização racional do tempo de trabalho, o que compromete a integração entre ludicidade e vida cotidiana. Para Lefebvre (1991, p. 62), “o lazer não é mais a festa ou a recompensa do labor, tampouco é ainda a atividade livre exercida para si mesma: é o espetáculo generalizado: televisão, cinema e turismo.”

A questão sobre se o processo de mercantilização e espetacularização comprometeu a autenticidade das festas populares na contemporaneidade tem sido recorrente tanto em setores da sociedade civil quanto no campo acadêmico, especialmente nas Ciências Sociais e Humanas, onde se desenvolvem estudos voltados à análise das festividades como fenômenos socioculturais complexos. Nesse sentido, o antropólogo José Guilherme Magnani (2003, p. 26) adverte que:

Mais relevante que lamentar a perda de uma suposta autenticidade, no entanto, é tentar analisar as crenças, costumes, festas, valores e formas de entretenimento na forma em que se apresentam hoje, pois a cultura, mais que uma soma de produtos, é o processo de sua constante recriação, num espaço socialmente determinado (MAGNANI, 2003, p. 26).

A partir dessa perspectiva, torna-se evidente que a compreensão das festas populares não pode se limitar à crítica nostálgica de sua alegada “descaracterização” frente às dinâmicas de mercado. Magnani propõe uma abordagem analítica que reconhece a cultura como um processo em constante transformação, condicionado por variáveis contextuais e estruturais específicas. Desse modo, atribuir exclusivamente ao capitalismo o esvaziamento dos sentidos autênticos do festejar corresponderia a uma leitura reducionista de um fenômeno que envolve múltiplas camadas de significação e agência.

Corroborando essa concepção, Amaral (1998) destaca que, embora diversas manifestações populares, incluindo festas tradicionais, tenham sido incorporadas às lógicas do capital, é necessário reconhecer o papel ativo de sujeitos que, longe de apenas consumirem tais eventos, os ressignificam como espaços de criatividade, resistência simbólica e, não raro, de geração de renda. Nessa lógica, a festa deixa de ser entendida apenas como um produto cultural passivo e passa a ser vista como campo de disputas, negociações e reinvenções.

Essa problematização leva à indagação sobre onde residiria, afinal, a tal “autenticidade” das festas do passado, frequentemente evocada como algo a ser preservado ou restaurado. A esse respeito, as contribuições de Deleuze e Guattari (1992; 1997a) revelam-se particularmente instigantes. Os autores propõem compreender os fenômenos culturais não como entidades fixas ou essencializadas, mas como processos de “devir outro”, atravessados por fluxos, rupturas e diferenciações. Ao romper com concepções totalizantes, centradas em uma identidade cultural macro e integradora, sua abordagem favorece uma leitura que acolhe a multiplicidade, o hibridismo e a transformação contínua como aspectos constitutivos da realidade social.

No âmbito deste estudo, que se propõe a identificar e caracterizar as permanências e transformações das festas juninas no espaço urbano do Parque do Povo, em Campina Grande, torna-se crucial adotar uma perspectiva que compreenda a festa como um fenômeno vivo, situado e relacional. Tal abordagem permite captar tanto as dinâmicas estruturais que moldam o evento, como sua espetacularização e mercantilização.

2.1. A ORIGEM DAS FESTAS JUNINAS

A festa de São João é objeto de análise na literatura acadêmica sob diferentes interpretações teóricas⁹ quanto à sua origem. Entre essas abordagens, uma hipótese destacada associa sua celebração ao período do solstício de verão europeu, o dia mais longo do ano, que, no hemisfério sul corresponde ao solstício de inverno, a noite mais longa do ano. Tal fenômeno natural teria estabelecido uma conexão simbólica com o ciclo das colheitas, como argumenta Morigi (2001). Posteriormente, essas práticas foram apropriadas pela Igreja Católica, que instituiu o dia 24 de junho como a data oficial para celebrar o nascimento de São João Batista, reconhecido como precursor do Cristianismo.

No Brasil, as festas juninas foram introduzidas pelos colonizadores portugueses, que transplantaram tradições culturais enraizadas no contexto europeu. De acordo com o folclorista brasileiro Câmara Cascudo (1969), essas festividades, ao serem adaptadas ao território brasileiro, tornaram-se recriações de celebrações europeias, mais especificamente de origem portuguesa, e apresentavam um caráter predominantemente familiar e, ocasionalmente, comunitário, configurando-se em práticas que mesclavam elementos religiosos, míticos e sociais.

Adicionalmente, a origem de certos elementos tradicionais das festas juninas é frequentemente associada à narrativa bíblica. Segundo essa tradição, Isabel, mãe de João Batista, enfrentava a esterilidade e já se encontrava em idade avançada quando, em um evento considerado milagroso, concebeu um filho. Em um gesto simbólico, teria prometido à sua prima Maria, mãe de Jesus Cristo, que anunciaria o nascimento de seu filho por meio do acendimento de uma grande fogueira. João Batista, mais tarde reconhecido como o profeta que batizou Jesus nas águas do rio Jordão e anunciou a chegada do Messias, está, portanto, intimamente ligado ao simbolismo das fogueiras acesas na véspera de 24 de junho, elemento que confere às celebrações uma dimensão sagrada e ritualística.

Por outro lado, alguns folcloristas atribuem o costume de acender fogueiras nas festividades juninas a práticas pagãs oriundas da Europa, nas quais o fogo era concebido como um elemento dotado de propriedades mágicas, capaz de afastar pestes que comprometiam as lavouras. No plano das narrativas míticas e folclóricas,

⁹ Autores como Araújo (1977, p.18), Bettencourt (1947, p.16), Burton apud Cascudo (1956, p. 153), Cascudo (1954, p. 478; 1967, p. 28), Carneiro (1982, p.17) e Pimentel (1905, p.207-208) defendem a primeira teoria, enquanto Lima (1961, p.17), Moraes Filho (1979, p.77-78) e Oliveira (1965, p.59) sustentam a segunda.

subsiste a crença de que São João permaneceria adormecido durante o ápice profano das celebrações juninas. Supõe-se, ainda, que, se despertasse e presenciasse as formas seculares com que se comemora seu nascimento, abandonaria o céu e renunciaria à santidade. É importante destacar que o São João comemorado no Nordeste, na dimensão profana, é frequentemente representado em sua infância, uma iconografia que remonta a quadros nos quais o santo é figurado como um menino mestiço, de cabelos encaracolados, segurando um carneiro, símbolo de pureza e inocência. Sob a perspectiva do catolicismo formal e popular, entretanto, São João Batista é reverenciado como padroeiro de localidades específicas.

As festas juninas no Nordeste brasileiro, embora se configurem predominantemente de caráter profano, possuem suas raízes ancoradas em elementos do sagrado, que foram reinterpretados pela cultura popular e ressignificados no espaço urbano. Hobsbawm e Ranger (1997) conceituam a "tradição inventada" como um conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólico, reguladas por normas tácitas ou abertamente aceitas, que têm como finalidade inculcar valores e normas de conduta por meio da repetição, o que, por sua vez, cria uma percepção de continuidade histórica em relação ao passado.

Os autores em questão sublinham, entretanto, que o conceito de "tradição inventada" é empregado de forma ampla, mas jamais imprecisa, abrangendo tanto as tradições efetivamente criadas e formalmente institucionalizadas quanto aquelas que surgiram espontaneamente, cujas origens, por sua natureza, se tornam difíceis de situar dentro de um período temporal específico.

Para Eliade (1992), as festas de matriz religiosa estão vinculadas a práticas e rituais de reatualização de eventos e fenômenos do passado. Contudo, tal perspectiva não se aplica às festividades juninas contemporâneas, nas quais se observa uma notável ausência de uma preocupação com a memória coletiva ou com a rememoração de acontecimentos semidivinos do tempo sagrado. Embora as fogueiras, que remeteriam a uma tentativa de reatualização de eventos passados, continuem a ser acesas diante das residências, mesmo no contexto dos grandiosos palcos urbanos onde se realizam os espetáculos, o seu simbolismo revela-se, de forma predominante, de natureza profana. A fogueira acesa diante das casas assume um papel paradoxal: o mesmo fogo que, historicamente temido como símbolo do inferno, destino dos pecadores, é também o fogo que, nas festas juninas de tempos passados, carregava um sentido associado à purificação e à celebração, e que,

atualmente, esse fogo se transforma, expressando a comemoração festiva e religiosa em homenagem a um dos santos do calendário brasileiro.

Nas primeiras décadas do século XX, as festividades juninas, em Campina Grande, assumiam um caráter predominantemente familiar, sendo marcadas por reuniões e confraternizações entre parentes e amigos, especialmente na véspera de São João, em 23 de junho. As celebrações ocorriam predominantemente em sítios e fazendas situadas nos arredores da cidade, onde fogueiras eram acesas, e balões e fogos de artifício eram soltos, tanto nas zonas urbanas quanto nas áreas rurais, apesar dos riscos de incêndios, que se intensificavam pela vasta cobertura vegetal. Durante esse período, a cidade ficava praticamente deserta, uma vez que grande parte da população se deslocava para o campo, mantendo, assim, a essência rural da festividade. Aqueles que permaneciam nas áreas urbanas frequentavam clubes sociais, enquanto os menos abastados se reuniam nas calçadas das residências para admirar as fogueiras e os fogos, vivenciando, de maneira simples, a festa popular que se expressava tanto na rua quanto na intimidade do lar (Lima, 2002, p. 35-37).

No passado, o acendimento de fogueiras em honra a São João possuía uma dimensão mais vinculada à religiosidade popular. Essa prática era imbuída de simbolismos sagrados, representando não apenas devoção, mas também uma conexão visceral com os mitos fundadores da tradição junina. Ademais, rituais de adivinhação e práticas supersticiosas ocupavam um papel de destaque no imaginário popular, sobretudo entre os mais idosos. Entre essas, destacava-se o uso de elementos como água, espelhos e fogo em rituais destinados à previsão do futuro. Um exemplo notório era a observação de reflexos em recipientes com água¹⁰, onde a ausência de reflexo era interpretada como um mau presságio, associado à morte ou a desventuras iminentes. Esses rituais eram impregnados de misticismo, intensificado pela crença de que a noite de São João era permeada por forças sobrenaturais, capazes de desvendar mistérios do porvir.

¹⁰ Essa prática de adivinhação possui uma dimensão afetiva e memorial na minha história familiar. Minha mãe relata, com grande emoção, as festas organizadas por meu bisavô, conhecido como "adivinhão" entre os familiares e amigos. Ele costumava conduzir a tradicional brincadeira do balde, enchendo-o com água e posicionando-o próximo à fogueira, convidando todos a olharem para o reflexo. Em uma dessas noites de São João, tanto ele quanto minha tia, em ocasiões diferentes, não conseguiram enxergar seus próprios rostos no balde, interpretando o fato como um mau presságio de morte, conforme a crença popular. Pouco tempo depois, ambos faleceram, o que reforçou entre os presentes a ideia de que a superstição era verdadeira. **Essa memória, transmitida com tanto fervor, ilustra não apenas a riqueza das práticas juninas, mas também a profundidade simbólica que elas assumem nas relações familiares e comunitárias.**

Outras práticas adivinhatórias, igualmente emblemáticas, incluíam o uso de claras de ovo em água para interpretar formas, bem como a disposição de papéis com nomes sob pratos para revelar o futuro companheiro.

Outra prática profundamente enraizada nas festividades juninas, que perdura até os dias atuais, é a realização de simpatias atribuídas aos santos deste ciclo litúrgico, particularmente a Santo Antônio, São João e São Pedro. Entre as mais notáveis, destaca-se o gesto simbólico de colocar a imagem de Santo Antônio, popularmente reconhecido como o "santo casamenteiro", de cabeça para baixo, em uma tentativa de "persuadir" o santo a interceder na realização de um matrimônio.

Dada a recorrente problemática da escassez hídrica que aflige diversas localidades no Nordeste brasileiro, os moradores católicos desses povoados engajam-se em práticas religiosas como rezas, novenários e procissões. Esses atos são realizados com o objetivo de rogar pela continuidade do fluxo das fontes de água, especialmente durante o período crítico da estiagem, quando o temor pelo esgotamento dos recursos hídricos se torna mais acentuado.

Santo Antônio, São João e São Pedro destacam-se tanto no âmbito do catolicismo oficial, que os celebra por meio de ritos litúrgicos regulamentados, quanto no universo do catolicismo popular, onde são venerados por meio de práticas culturais continuamente recriadas ao longo do tempo. Essas celebrações populares, enriquecidas por elementos folclóricos e míticos, evidenciam o dinamismo das tradições culturais. São João Batista, em particular, assume um caráter único no calendário católico brasileiro, pois sua festa é realizada em comemoração ao seu nascimento, um aspecto incomum entre os santos canonizados.

Os festejos em honra a São João, que constituem o ponto culminante do ciclo junino, são marcados por uma fusão de narrativas lendárias, práticas supersticiosas e rituais místicos. Tal contexto revela uma interação sincrética entre o sagrado, o profano e o mítico, em que os elementos naturais, como o fogo, a água e a terra, possuem um papel central na construção simbólica das celebrações. Como observa Lima (2002), São João Batista é interpretado, por alguns estudiosos do folclore, como o santo associado ao amor e ao erotismo. As noites de 23 e 24 de junho, que correspondem ao auge das festividades em sua homenagem, são envoltas em práticas místicas e simbologias supersticiosas, particularmente enraizadas na tradição cultural do Nordeste brasileiro.

São João Batista ocupou, historicamente, a posição de primeiro padroeiro da cidade de Campina Grande¹¹, um aspecto que reforça a relevância afetiva de sua figura na configuração identitária e cultural da região. Em diversos municípios do Nordeste, onde o santo é padroeiro, as celebrações ainda preservam, em algum grau, a perspectiva de reatualização mítica conforme delineada por Eliade (1992). Contudo, a dimensão predominante das festas do ciclo junino nos municípios nordestinos contemporâneos é marcadamente profana. Esse caráter reflete o processo de transformação das práticas culturais, nas quais elementos tradicionais, religiosos e míticos coexistem, mas são frequentemente ressignificados em função de contextos socioculturais e econômicos atuais.

¹¹ É relevante observar que os principais polos das festas juninas espetacularizadas, reconhecidos por sua projeção midiática, não possuem São João Batista como padroeiro local. Nessas localidades, observa-se uma ênfase no caráter espetacular das festividades, privilegiando uma abordagem turística e econômica.



“A festa é, num sentido bem amplo, a produção de memória e, portanto, de identidade no tempo e no espaço social” (Guarinello, 2001, p.972).

3. TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

O debate sobre território, territorialidade e produção do espaço urbano constitui o eixo conceitual central desta dissertação, oferecendo as ferramentas analíticas para compreender a festa de São João em Campina Grande enquanto fenômeno espacial, cultural e político. Este capítulo tem por objetivo apresentar o arcabouço teórico que sustenta a pesquisa, explorando os conceitos de território e territorialidade em suas múltiplas dimensões, material, simbólica e política, bem como as contribuições de autores como Lefebvre, Raffestin, Le Berre e Harvey contribuem, cada um a seu modo, para a compreensão do espaço urbano como produto social, ressaltando dimensões como a produção simbólica, as relações de poder, a territorialidade e a lógica capitalista. Ao situar o São João no interior dessas discussões, busca-se evidenciar como a festa, mais do que expressão cultural, constitui processo de apropriação, ordenamento e disputa do espaço, articulando práticas de pertencimento, estratégias de poder e projetos de cidade.

3.1. O CONCEITO DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

A cidade é, antes de tudo, uma construção social em disputa. Longe de ser apenas uma configuração física de ruas, prédios e praças, o espaço urbano é produzido por relações de poder, práticas cotidianas e apropriações simbólicas que revelam diferentes formas de viver, controlar e imaginar o território. É nesse entrelaçamento de forças e sentidos que emergem as territorialidades, expressões concretas da luta pelo espaço e pelo direito à cidade.

Conforme Raffestin (1993), território é um conceito construído a partir da ação social sobre o espaço. Trata-se de uma porção do espaço que foi apropriada, organizada e dotada de sentido por um grupo social específico. O território, portanto, é produto da ação humana, moldado pelas relações de poder, pelas instituições e pelos processos históricos e econômicos que o atravessam.

Lefebvre (1978 *apud* Raffestin, 1993) reforça essa concepção ao afirmar que o território é o resultado da produção do espaço: um espaço físico transformado pelas redes, circuitos, fluxos e estruturas que ali se instalam, como rodovias, sistemas financeiros, centros administrativos, ou mesmo manifestações simbólicas como festas

e tradições locais. É nesse sentido que o território adquire uma natureza complexa e multifacetada, simultaneamente ecológica, social, econômica, jurídica e cultural.

A tradição geopolítica moderna associa o território a um dos pilares do Estado-nação, ao lado do povo e da soberania. Le Berre (1995) define o território como "porção da superfície terrestre apropriada por um grupo social, visando assegurar sua reprodução e a satisfação de suas necessidades vitais". Nesse sentido, o território é mais que suporte físico, é campo de ação política e estratégica. A delimitação territorial estabelece fronteiras simbólicas e materiais, regula o acesso a recursos e organiza a vida coletiva.

Por isso, o território não é dado, mas construído historicamente através de um processo denominado territorialização, isto é, a apropriação e a ordenação do espaço com base em interesses econômicos, sociais e políticos. Como destaca Heller (1968), as fronteiras políticas não são naturais, mas resultantes de relações de poder e decisões arbitrárias. Dessa maneira, o território é, antes de tudo, uma expressão do domínio e da organização de um grupo social sobre uma parte do espaço.

Se o território é o produto da ação social sobre o espaço, a territorialidade pode ser compreendida como o conjunto de estratégias, práticas e relações que tornam essa apropriação possível e operante. Territorialidade, conforme Raffestin (1993), é um fenômeno relacional, que emerge da interação entre sociedade, espaço e tempo. Ela não se reduz à demarcação de uma área, mas envolve a regulação de acessos, o controle dos fluxos e a produção de significados sobre os lugares.

A origem do conceito remete à biologia, mas foi apropriado pelas ciências sociais e pela geografia crítica, ganhando um conteúdo político e cultural. Para Sack (1986), a territorialidade é uma estratégia humana para afetar, influenciar ou controlar o acesso e o uso do espaço por parte de pessoas e grupos. Isso se expressa tanto em escalas microssociais, como na delimitação de espaços pessoais (a "proxêmica" de Hall, 1989), quanto em escalas amplas, como nas políticas públicas urbanas ou na gestão dos recursos naturais.

Territorialidade é, portanto, ação no e sobre o espaço. Ela manifesta-se através de formas materiais (muros, sinais, infraestrutura) e simbólicas (identidade, pertencimento, memória). Como lembra Soja (1971), envolve identidade espacial, exclusividade e compartimentação, isto é, uma construção afetiva e política do espaço socialmente vivido.

No contexto urbano, a territorialidade é múltipla, sobreposta e, muitas vezes, conflitante. Grupos distintos compartilham o mesmo território, mas nem sempre de forma igualitária. A produção de territorialidades urbanas está fortemente marcada pela desigualdade social, pelo acesso diferenciado aos recursos e pela lógica seletiva da cidade capitalista. Como afirma Milton Santos (1996), a apropriação do território urbano ocorre de forma fragmentada e hierárquica, refletindo a lógica do capital e a racionalidade técnico-instrumental dominante.

Essas territorialidades operam tanto no plano institucional, por meio de políticas públicas, legislações e planos urbanísticos, quanto no cotidiano dos sujeitos sociais que ressignificam os espaços com base em suas práticas culturais, afetos e resistências. Assim, a territorialidade pode ser tanto instrumento de dominação quanto campo de resistência.

A análise do Parque do Povo, por exemplo, permite observar como a territorialidade se expressa em diferentes níveis: há uma territorialidade institucional (ligada à prefeitura e ao turismo), mas também há territorialidades populares e simbólicas, vinculadas às memórias, aos usos cotidianos e às práticas de sociabilidade que escapam à lógica do planejamento. A coexistência e o confronto entre essas territorialidades revelam o caráter dinâmico, disputado e relacional da construção do espaço urbano.

Territorialidades são, portanto, as formas como diferentes grupos sociais organizam, se apropriam e significam o território urbano. Elas expressam relações de poder e identidade, e refletem os processos de inclusão e exclusão que marcam a vida na cidade. No Parque do Povo, as territorialidades institucionais, voltadas para o turismo e o lazer formal, convivem e se tensionam com as territorialidades populares, manifestadas nas apropriações cotidianas e usos alternativos do espaço. Essa pluralidade territorial é um campo de disputa permanente, no qual se expressa o direito à cidade como um direito à diversidade, à participação e à reinvenção do urbano.

3.2. O CONCEITO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO

A produção do espaço urbano constitui um processo social e histórico, vinculado à reprodução das relações sociais e ao modo de organização da vida em sociedade. Ao contrário de uma visão que o reduz a um suporte físico ou técnico, o espaço urbano deve ser compreendido como uma construção social contínua,

marcada por conflitos, disputas simbólicas e apropriações diferenciadas. A cidade, portanto, não se apresenta como mero pano de fundo das práticas humanas, mas como produto e condição dessas práticas.

Sob a ótica da teoria formulada por Henri Lefebvre (2006), o espaço é uma instância fundamental na compreensão da sociedade, pois ele condensa contradições e materializa as relações sociais. Não há, portanto, prática social que não esteja espacialmente situada. O espaço jamais é neutro ou vazio de conteúdo: ele é carregado de significados, usos e valores. Sua forma resulta da ação humana, mas também a condiciona. Como tal, o espaço urbano revela-se um elemento dialético, simultaneamente estruturante e estruturado pelas dinâmicas sociais.

A espacialidade, enquanto dimensão constitutiva da vida social, expressa-se através da cotidianidade, do consumo, da mobilidade, das práticas de lazer e do uso do território. A forma urbana, fragmentada e hierarquizada, resulta de processos sociais desiguais, os quais refletem a lógica do capital e a racionalidade técnico-instrumental que orienta as intervenções no espaço. Assim, o urbano se configura como arena de conflitos de classe, de gênero, de raça, e também de poder simbólico.

O espaço urbano, nesse contexto, não deve ser interpretado apenas como reflexo das estruturas sociais, mas como agente ativo na sua reprodução. Ele organiza, regula e limita formas de vida, ao mesmo tempo em que oferece possibilidades de resistência, criação e reapropriação. A análise crítica da produção do espaço permite, assim, desvelar os mecanismos de dominação e exclusão que operam no território, bem como identificar os modos pelos quais os sujeitos sociais transformam e ressignificam os lugares que habitam.

3.2.1. A triplicidade do espaço em Lefebvre

A teoria formulada por Henri Lefebvre acerca da produção do espaço constitui um dos marcos fundamentais para a análise crítica da espacialidade urbana. Em sua obra *A produção do espaço* (2006), o autor propõe uma leitura dialética da espacialidade, estruturada por três dimensões inter-relacionadas: o espaço **concebido**, o espaço **percebido** e o espaço **vivido**. Essa triplicidade permite compreender o espaço não como dado ou natural, mas como construção social, ideológica e simbólica, atravessada por relações de poder e disputas cotidianas.

O espaço concebido corresponde à dimensão das representações formais e abstratas do espaço. Trata-se do domínio dos planejadores, engenheiros, arquitetos, tecnocratas e gestores públicos, aqueles que, a partir do saber técnico e institucional, projetam e normatizam o território. Este espaço é expressão do poder dominante, materializado em planos urbanos, legislações, discursos de ordem e em um imaginário visual de controle e funcionalidade. Nele prevalece a lógica da organização, da racionalização e da padronização espacial. Contudo, tal concepção ignora, em grande medida, as formas pelas quais os sujeitos sociais vivenciam e se apropriam do espaço em sua cotidianidade.

No caso do Parque do Povo, por exemplo, observa-se claramente a força do espaço concebido: sua configuração física foi planejada com foco na realização do evento do Maior São João do Mundo, o que revela a prevalência de uma lógica institucional e turística sobre o uso e a forma urbana. Entretanto, o espaço ultrapassa esse planejamento ao abrigar, ao longo do ano, diversas outras formas de apropriação e usos não previstos inicialmente, o que evidencia as tensões entre o concebido e outras dimensões da espacialidade.

O espaço percebido, por sua vez, refere-se à prática espacial concreta. É a dimensão do uso cotidiano, na qual os sujeitos produzem e reproduzem suas vidas por meio da apropriação funcional do território. Trata-se do espaço da materialidade, da circulação, das interações, do trabalho e do lazer. A espacialidade percebida é estruturada pelas rotinas e relações sociais que conferem sentido prático ao ambiente urbano. Nesse campo, o espaço deixa de ser apenas um projeto e passa a ser um recurso ativo na organização da vida.

Essa dimensão prática é fundamental para compreender como o espaço é continuamente ressignificado pelas ações dos usuários. As dinâmicas vividas no Parque do Povo durante o cotidiano, fora do calendário festivo, revelam como a população transforma esse espaço em um lugar de convivência, de práticas informais e de uso comunitário, articulando-o a diferentes temporalidades e necessidades sociais.

Por fim, o espaço vivido corresponde ao campo simbólico e afetivo das experiências espaciais. É a dimensão das representações que emergem do cotidiano, das memórias, dos desejos e da subjetividade dos sujeitos. Lefebvre associa essa esfera ao imaginário, à arte, à resistência e à potencialidade de subversão. O espaço vivido transcende as racionalidades institucionais e escapa à total normatização. Ele

é, portanto, o campo das tensões entre dominação e emancipação, onde se manifestam práticas sociais capazes de confrontar o espaço concebido e reconfigurar o percebido.

No espaço vivido, emergem significados não institucionais, formas de resistência e possibilidades de construção identitária. Ao considerar as múltiplas apropriações simbólicas do Parque do Povo, observa-se que ele se constitui também como lugar de afetos, de encontros, de narrativas sociais que resistem à lógica homogênea do planejamento urbano. O vivido expressa, portanto, a potência criadora da vida cotidiana, ainda que, muitas vezes, relegada a um plano secundário diante da supremacia do espaço concebido.

A reflexão proposta por Lefebvre é, assim, essencial para a análise crítica do espaço urbano contemporâneo. Ao destacar a hegemonia do espaço concebido, reforçada pelos discursos técnicos e pela lógica da imagem, em detrimento das experiências vividas e das práticas cotidianas, o autor denuncia a marginalização simbólica de sujeitos que não participam dos processos formais de produção do espaço. Sem acesso às estruturas de poder, esses grupos têm suas representações territoriais invisibilizadas ou silenciadas, o que reforça a necessidade de repensar a centralidade do vivido nas políticas urbanas.

Para aprofundar a análise da produção e apropriação do espaço urbano, especialmente no que tange ao Parque do Povo, é pertinente recorrer à distinção proposta por Lefebvre (2002) entre os conceitos de isotopia e heterotopia. Essa classificação, apresentada na obra *A Revolução Urbana*, permite pensar a espacialidade a partir de suas funções, usos e lógicas sociais subjacentes, revelando as tensões entre a reprodução do capital e a reprodução da vida.

As isotopias correspondem a espaços homólogos, cuja organização funcional está diretamente associada à racionalidade técnico-econômica. São ambientes planejados sob a lógica da normatização, da eficiência e da previsibilidade, com vistas à reprodução do capital. Nesses espaços predominam relações impessoais e homogêneas, frequentemente marcadas pela padronização das formas urbanas e pela instrumentalização da vida social. Mesmo espaços ditos “públicos” ou “participativos” podem ser classificados como isotópicos, caso estejam subordinados a estratégias de controle político ou à consolidação da ordem institucional. Tais espaços, embora formalmente acessíveis, tendem a operar como mecanismos de dominação simbólica e funcional.

Já as heterotopias se constituem como espaços contrastantes, de múltiplas práticas, usos e sentidos. São espaços nos quais emergem diferenças, conflitos e resistências, configurando-se como territórios vivos, pulsantes, que escapam à total racionalização. Nessas espacialidades, o valor de uso prevalece sobre o valor de troca, permitindo a emergência de sociabilidades diversas, práticas subversivas e apropriações criativas. A heterotopia, nesse sentido, manifesta-se como lugar de encontro entre diferenças, de construção de centralidades autônomas e de experiências que tensionam a ordem estabelecida. Ela se opõe à homogeneização espacial promovida pela lógica modernista, baseada na especialização funcional e na segregação socioespacial.

Lefebvre advoga, portanto, por um retorno à centralidade urbana como espaço de convivência plural, de circulação de afetos, de produção cultural e de realização de direitos. Essa centralidade não remete apenas a um ponto geográfico, mas à criação de espaços nos quais a vida cotidiana possa florescer em sua diversidade e complexidade. A heterotopia, nesse contexto, aparece como expressão concreta de uma utopia em movimento, não como projeto fechado ou ideal abstrato, mas como horizonte de transformação possível.

A utopia, para Lefebvre, não se refere a uma ruptura pontual ou à construção de um modelo ideal e definitivo. Pelo contrário, trata-se de um processo contínuo, marcado pela abertura, pela experimentação e pela crítica radical à lógica dominante. Essa utopia se ancora nas experiências cotidianas, nos desejos coletivos e nas práticas urbanas que vislumbram outras formas de vida possíveis. Está, portanto, intimamente relacionada ao exercício do direito à cidade, entendido como o direito à apropriação, à participação e à invenção de novas formas de habitar o espaço urbano.

Ao lançar esse olhar sobre o Parque do Povo, percebe-se a coexistência de elementos isotópicos e heterotópicos em sua conformação. Embora sua concepção inicial tenha obedecido a uma lógica de racionalidade técnica e promoção do capital turístico, especialmente em função da realização do Maior São João do Mundo, o espaço tem sido continuamente ressignificado por seus usuários. As múltiplas apropriações cotidianas, que vão além do uso festivo e formal, revelam um território em disputa, que abriga experiências heterotópicas de convivência, lazer, memória e identidade.

Essa ambiguidade do Parque do Povo como espaço simultaneamente disciplinado e vivido, normatizado e reinventado, evidencia as contradições da

produção espacial contemporânea. Ao mesmo tempo que cumpre funções programadas pela gestão urbana, ele se abre à imprevisibilidade da prática social, constituindo-se como lugar onde a utopia, enquanto crítica e criação, pode, de fato, emergir.

3.2.2. O direito à cidade e a festa

Henri Lefebvre (2002), ao refletir sobre os efeitos da industrialização e da urbanização sob a égide do capitalismo, observa que a lógica de produção e reprodução do capital desencadeia a fragmentação morfológica dos espaços urbanos, a segregação socioespacial e a conformação da cidade às exigências funcionais da economia. Essa racionalização imposta à vida cotidiana provoca o esvaziamento das formas tradicionais de sociabilidade e intensifica processos de exclusão social e espacial. O urbano deixa, assim, de ser um espaço de convivência plural para tornar-se instrumento de reprodução da ordem capitalista, subordinando os sujeitos às dinâmicas do mercado.

Como forma de resistência a essa racionalidade dominante, Lefebvre propõe uma outra concepção de espaço urbano: a produção social do espaço. Essa perspectiva compreende o espaço não como produto acabado ou mercadoria, mas como obra coletiva em permanente construção, cuja legitimação passa necessariamente pela participação ativa de todos os seus habitantes. É nesse contexto que emerge a noção de direito à cidade, entendida como categoria política fundamental e caminho possível para a transformação emancipadora do espaço urbano.

O direito à cidade, tal como formulado por Lefebvre, implica a superação da condição de passividade dos sujeitos frente à produção urbana. Trata-se da reivindicação de um protagonismo efetivo no processo de construção do espaço, na gestão dos territórios e nas decisões que definem os rumos da vida urbana. O autor delineia, assim, as bases de uma vida urbana desejável, sustentada nos encontros e confrontos entre as diferenças, na centralidade do espaço como fórum público de expressão cidadã, e na valorização das manifestações espontâneas, das trocas simbólicas e da reprodução da cotidianidade.

Nesse sentido, excluir determinados grupos, classes ou sujeitos do acesso ao urbano significa, simultaneamente, negá-los enquanto membros plenos da sociedade.

É por isso que o direito à cidade não se limita ao acesso físico ao espaço, mas se estende à possibilidade de uso pleno, criativo e significativo do território, um uso orientado pelo valor de uso, e não pelo valor de troca. A cidade deve, portanto, ser pensada a partir da centralidade da vida e da diversidade de experiências, e não como suporte das lógicas mercadológicas ou instrumento de segregação.

Uma expressão concreta dessa disputa em torno do uso, apropriação e significado do espaço urbano pode ser observada na realização do **Maior São João do Mundo**, em Campina Grande. A festa, que ocupa uma área central da cidade e mobiliza diferentes atores, poder público, iniciativa privada, artistas, comerciantes e a população local, transforma temporariamente o espaço urbano em lugar de celebração, encontro e expressão cultural. Por um lado, evidencia-se o direito à cidade como fruição, como obra coletiva em que a população participa ativamente da construção afetiva e material do espaço. Por outro, observa-se a tensão entre territorialidades institucionais, ligadas à organização oficial do evento, à mercantilização da festa e à lógica turística, e territorialidades populares, expressas nos usos cotidianos, nas práticas culturais espontâneas e nas formas alternativas de ocupação do território.

A festa, portanto, condensa contradições e possibilidades: ao mesmo tempo em que pode reforçar dinâmicas de exclusão e espetacularização, também pode ser apropriada como instrumento de resistência, de pertencimento e de reafirmação de identidades coletivas, contribuindo para uma cidade mais plural, vivida e participativa. É nesse entrecruzamento entre cultura, espaço e política que o São João se inscreve como uma prática concreta do direito à cidade, revelando as disputas materiais e imateriais que definem quem pode estar, participar e significar o urbano.

As formulações de Lefebvre constituem-se, assim, como crítica contundente à ordem urbana capitalista e apontam para a necessidade de ruptura com a lógica produtivista e homogeneizadora que rege a produção do espaço. Para o autor, o direito à cidade refere-se ao direito de viver uma vida qualitativamente distinta daquela que é possível sob o domínio da mercantilização do espaço urbano. Trata-se de afirmar a cidade como espaço de prazer, de criação, de relações, de fruição da vida coletiva, e não apenas como território de circulação de bens, pessoas e capital.

Nesse horizonte, Lefebvre (2001, p. 134) concebe o direito à cidade como uma forma superior dos direitos, pois engloba o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. Articulam-se a ele, ainda, o direito à obra,

entendido como o direito à participação ativa na criação e transformação do espaço urbano, e o direito à apropriação, que diz respeito ao uso e vivência do espaço, mais do que à sua propriedade formal. A cidade, assim, não deve ser apenas ocupada, mas vivida e recriada por seus habitantes, em suas múltiplas expressões e insurgências cotidianas.

Ampliando esse debate, David Harvey (2014), ao dialogar com os pressupostos lefebvrianos, observa que o direito à cidade, nas sociedades capitalistas contemporâneas, permanece fortemente restringido, concentrado nas mãos de uma elite político-econômica que detém os meios para moldar o urbano segundo interesses privados. Para Harvey, esse direito não se resume ao acesso a bens e serviços, mas implica o poder coletivo de transformar a cidade, de reinventá-la em conformidade com os desejos e necessidades de seus habitantes. Essa concepção atribui ao direito à cidade uma dimensão insurgente e profundamente política, pois remete à ruptura com a lógica dominante e à construção de alternativas urbanas mais abertas, significativas e democráticas.

É nesse contexto que as festas populares podem ser compreendidas como formas concretas de apropriação e reinvenção do espaço urbano. A festa, que transforma profundamente a paisagem e o cotidiano da cidade durante seu período de realização, mobiliza diferentes territorialidades que coexistem e, por vezes, se tensionam no mesmo espaço. De um lado, evidencia-se uma territorialidade institucional, marcada pela organização formal do evento, pela atuação do poder público e pela presença massiva da iniciativa privada, que insere a festa numa lógica de espetacularização e mercantilização do espaço urbano. De outro, emergem territorialidades populares, que se expressam nas formas espontâneas de ocupação, nos circuitos informais, nas manifestações culturais não institucionalizadas e nas práticas cotidianas dos moradores e frequentadores locais.

Nesse cenário, o direito à cidade manifesta-se como o direito à fruição do espaço urbano, à expressão da diversidade cultural e à construção coletiva do território enquanto obra e apropriação. O São João, embora inserido em dinâmicas de mercado e políticas de promoção turística, também pode ser apropriado como espaço de resistência, de pertencimento e de construção de identidades. É nesse entrecruzamento entre festa, cultura e espaço que a cidade se torna palco de disputas, não apenas físicas, mas também afetivas, sobre quem tem direito de estar, de participar e de significar o urbano.

Como destaca Harvey, o direito à cidade deve ser coletivo e insurgente, sendo efetivado na prática por meio de ações que contestem as formas dominantes de organização do espaço urbano. Assim, o São João em Campina Grande celebra uma tradição cultural, e ao mesmo tempo, constitui-se como um fenômeno urbano que condensa contradições e possibilidades. Ao mesmo tempo em que pode reforçar processos de exclusão e privatização do espaço público, mas também permite vislumbrar práticas insurgentes e experiências coletivas que resgatam o valor de uso da cidade, reafirmando o direito à sua vivência plena, criativa e compartilhada.



Neste palco onde vocês dançam; amigos, / Outrora
sob ele piabas faziam acrobacias / No açude Novo
onde eu nadava aos domingos / Destruíram minha
piscina, meu lago, minha utopia / Mas lembrem-se
que da maneira como dançam / Entre as águas eu
fazia idênticos movimento / Os prazeres sentidos
hoje neste palco em folgança, / Eu também gozei
nos meus entretenimentos / Mas o açude já se foi –
sepultaram minhas esperanças / Da morte – igual
fênix – novos divertimentos, / Porém diferentes dos
meus tempos de criança / Açude Novo – parque
dos meus passatempos / Parque do Povo – açude
feito de cimento – que mudança / Arena onde
assisto o desfile dos meus sentimentos (Izrael
Marinho de Falcão, 1990) ¹².



¹² Crônica: **Parque do Povo**, escrita por Izrael Marinho de Falcão, divulgada por Folha Junina, Campina Grande, Ano II, n°6, em 08/06/1990.

4. UM PARQUE PARA UM POVO

Este capítulo destina-se a apresentar a trajetória histórica e a territorialidade do São João de Campina Grande no Parque do Povo, desde suas origens como uma celebração popular tradicional até sua consolidação como um dos maiores eventos turísticos do Brasil. A permanência dessa festa no contexto urbano revela um processo de reinvenção, reprodução e apropriação da tradição junina, por meio do qual foram construídas imagens que consolidam a festa como símbolo cultural e elemento identitário da cidade de Campina Grande.

4.1. DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO À AÇÃO

No início da década de 1970, Campina Grande foi incorporada ao processo de planejamento urbano nacional conduzido pelo regime militar, através da atuação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU). Inserido nessa lógica de planejamento centralizado e voltado à indução do crescimento regional, o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) foi concebido a partir de 1969 e implementado oficialmente em 1973, durante a gestão do prefeito Evaldo Cruz. Esse documento representou um marco na formulação de diretrizes urbanas para o município, articulando-as às estratégias dos Planos Nacionais de Desenvolvimento.

Elaborado em parceria entre o SERFHAU e a Companhia Pró-Desenvolvimento de Campina Grande (COMDECA)¹³, o projeto configurava-se como um instrumento técnico de ordenamento urbano e territorial. Embora denominado “plano local”, seu diagnóstico e diretrizes extrapolavam os limites do município, abrangendo o chamado Compartimento da Borborema, uma região composta por 57 municípios, com Campina Grande assumindo o papel de cidade-polo de interesse microrregional (Oliveira, 2005, p. 84).

A proposta central era preparar o município para consolidar-se como centro de desenvolvimento regional, por meio de investimentos em infraestrutura e modernização urbana. Contudo, a condução do processo caracterizou-se por centralização decisória, com pouca ou nenhuma participação da população local e,

¹³ Trata-se de uma empresa com participação pública e privada, ou seja, de capital misto, cuja equipe composta por profissionais de diferentes áreas foi designada para desenvolver o Plano em cooperação com o SERFHAU.

em alguns casos, até mesmo dos técnicos municipais envolvidos, um padrão recorrente nos programas urbanos elaborados sob o regime militar, conforme observa Villaça (1999, p. 203), “a maior parte desses planos foi elaborada por especialistas pouco engajados na realidade sociocultural local. A população não foi ouvida e, frequentemente, nem mesmo os técnicos municipais.

Politicamente, o PDLI refletia a convergência ideológica entre a gestão municipal e o governo militar. Para Evaldo Cruz, o plano não se limitava a uma ferramenta técnica de desenvolvimento urbano, mas constituía também uma estratégia de afirmação política e consolidação de sua posição frente às elites locais, bem como às esferas estadual e federal. Ao viabilizar investimentos públicos e promover intervenções urbanas de ampla visibilidade, o PDLI contribuiu para fortalecer sua imagem administrativa e ampliar sua legitimidade política. A vinculação entre ação urbanística e capital político torna-se evidente nas declarações do próprio prefeito¹⁴:

[...] considero a infraestrutura urbanística imprescindível ao desenvolvimento sócio – econômico de uma comunidade. Não apenas construí parques destinados ao lazer da população, como abri ou deixei projetadas novas avenidas destinadas à ocupação dos espaços vazios da cidade. A Avenida Canal, a Avenida Santa Margarida e o contorno da Cidade Universitária são exemplos disso. Vocês já observaram como a cidade está crescendo nessas áreas beneficiadas? Em segundo lugar, o planejamento urbanístico a cuja execução me dediquei tornou Campina mais humana, recriando seus pontos de encontro ou fazendo surgir novos: o Calçadão, Parque do Açude Novo, a Estação Velha, a 2002, etc. Antes, o que havia? O que se tinha para mostrar aos que nos visitavam? Campina estava, na verdade, se brutalizando numa época em que o homem da cidade ansiava por redescobrir a natureza. Por fim, o desenvolvimento urbanístico disciplina o crescimento da cidade, beneficiando todos os setores de suas atividades e preparando-a para o futuro (Diário da Borborema, 1978 *apud* Oliveira, 2005, p.91).

Do ponto de vista ideológico, o PDLI incorporava o discurso oficial do regime militar sobre a integração nacional, alicerçado na construção de uma sociedade homogênea, supostamente isenta de conflitos de classe e de disparidades regionais. Essa perspectiva negligenciava as desigualdades sociais e territoriais existentes, promovendo um modelo de desenvolvimento pautado na racionalização técnica do espaço e no fortalecimento de centros urbanos estratégicos como vetores de modernização.

¹⁴ Trecho de entrevista do prefeito Evaldo Cruz publicada no Diário da Borborema (30 de julho de 1978), conforme registro em Oliveira (2005, p. 91).

Estruturado com diretrizes de curto, médio e longo prazo, o material orientava-se pela racionalização do uso do solo, pela funcionalização da malha urbana e pela modernização da cidade, em consonância com os paradigmas tecnocráticos vigentes no período da ditadura civil-militar. Projetava-se, assim, uma cidade voltada ao desenvolvimento econômico, priorizando a eficiência, a produtividade e a circulação do capital. Entre suas propostas estruturantes destacavam-se o plano de urbanização, paisagismo e áreas de recreação; a reestruturação do sistema viário; a remodelação de áreas centrais; a erradicação de assentamentos considerados irregulares mediante a construção de conjuntos habitacionais financiados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), em parceria com a prefeitura municipal e a Companhia de Habitação Popular (COHAB), e a reorganização dos setores administrativos e educacionais, ações que refletiam a lógica excludente do urbanismo moderno (Oliveira, 2005, p. 91).

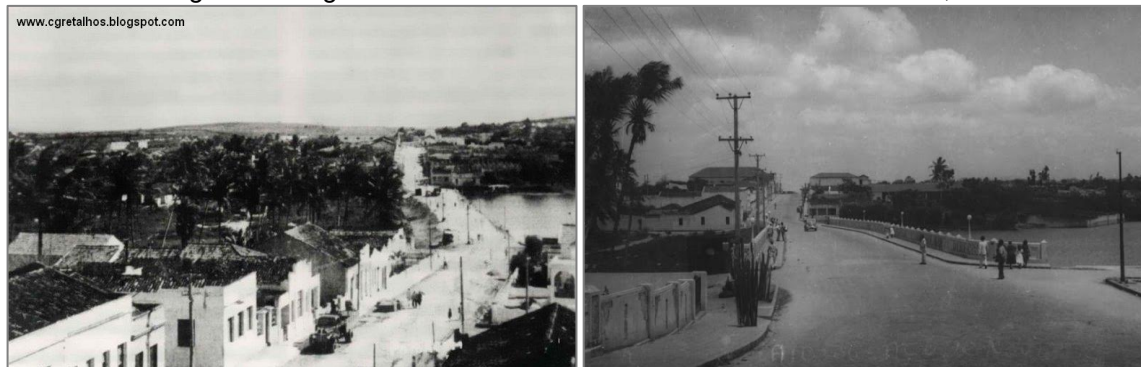
Frente ao desenvolvimento que Campina Grande vivenciava em meados do século XX tanto no âmbito populacional, como também começava a expandir o ensino superior e a produção industrial, o município foi incorporado ao planejamento integrado proposto pelo Governo Federal ao implantar o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), na década de 1970, que serviu para orientar o planejamento de organização da cidade, além de propiciar o desenvolvimento do município e sua região e corrigir os setores considerados deficientes da cidade, desde a área de educação e administração, até os problemas urbanísticos (Fernandes, 2011. p.13).

Dentre as diretrizes contempladas no plano, sobressai o projeto de urbanização, paisagismo e áreas de recreação, fundamentado em diagnósticos técnicos que evidenciavam a escassez crítica de áreas verdes no município. Para além da resposta a demandas por infraestrutura urbana, a reurbanização visava atenuar déficits ambientais historicamente negligenciados.

Como aponta Oliveira (2005, p. 105-106), Campina apresentava um dos menores índices de área verde por habitante no mundo, com apenas 0,48 m²/habitante, número inferior ao mínimo de 16 m²/habitante recomendado por urbanistas na época. A isso somava-se a carência de espaços apropriados para equipamentos culturais e recreativos, o funcionamento inadequado da sede da prefeitura (instalada em um edifício construído originalmente para fins hoteleiros) e a escassez de áreas destinadas a estacionamento, elementos que justificaram a prioridade conferida à requalificação da região do Açude Novo (Figura 2) durante a

administração de Evaldo Cruz, além de promover a humanização dos espaços urbanos e a valorização da paisagem.

Figura 2 - Registros históricos de fotos tiradas da Rua 13 de maio, s/d



Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande¹⁵ (2015, 2018, respectivamente)¹⁶

O plano voltado às áreas de lazer abrangia propostas distribuídas por diversas frações do território municipal, entre as quais se destacavam as bacias do Açude Novo e do Açude Velho, a Avenida Canal, a Avenida Severino Cabral e o Estádio Municipal. Esses espaços, interligados por meio da infraestrutura do canal até a Cachoeira, concentraram a maior parte das intervenções executadas pela gestão municipal. Segundo o PDLI, esse conjunto integrado de obras públicas, articulado por meio de ruas e espaços públicos, seria executado em etapas e visava atender principalmente aos interesses das camadas socioeconômicas mais privilegiadas da população, no tocante à oferta de equipamentos culturais, áreas de lazer e arborização (PDLI, 1973, p. 132-133):

Assim, um programa maior, isto é, de maior alcance e eficiência recreacional deve ser incentivado, através da política do uso dos vazios urbanos e das terras inundáveis como áreas verdes de Parques e espaços lúdicos a serviço desta população. Tais áreas, de maior importância sociocultural, devem a todo custo passar ao poder público [desapropriadas], para que possam formar, juntamente com a primeira faixa verde da região dos açudes, do Estádio Municipal e da Av. Canal e com o escudo de proteção do Distrito Industrial, o arcabouço do sistema de áreas verdes de Campina Grande, cujo fruto estará fundamentalmente ligado à sua taxa de conforto urbano, isto é, à sua imagem de marca, que a colocará inclusive em melhores condições de disputar com vantagem sobre outros centros do nordeste, (...) dimensionado segundo índices que a coloquem em igualdade com outros centros desenvolvidos do país.” (PDLI, 1973, p. 132).

¹⁵ O blog Retalhos Históricos de Campina é reconhecido como Serviço de Utilidade Pública por meio da Lei Municipal nº 5.096/2011, de 24 de novembro de 2011, constituindo um valioso acervo digital que reúne informações históricas, fotografias, documentos, depoimentos e outros registros sobre a cidade.

¹⁶ RETALHOS HISTÓRICOS DE CAMPINA GRANDE. Memória Fotográfica: Coqueiros de Zé Rodrigues e Açude Novo, respectivamente. Publicado em 2015, 2018 e 2013, respectivamente. Disponível em: <https://cgretalhos.blogspot.com/search?q=Coqueiros+de+Z%C3%A9+Rodrigues> e <https://cgretalhos.blogspot.com/2012/01/memoria-fotografica-acude-novo.html>, respectivamente.

Dentre os setores definidos no plano, destaca-se a Área para Fins Recreativos e Paisagísticos 1 (APFR 1), (Figura 3), correspondente à região do Açude Novo (Figura 2), por concentrar uma das intervenções urbanísticas de maior visibilidade e impacto simbólico da gestão municipal, em consonância com o ideário desenvolvimentista vigente. Parte dessa área abrangia o entorno imediato de onde, anos depois, seria implantado o Parque do Povo, espaço que se consolidaria como um dos principais legados simbólicos das transformações urbanas promovidas no período e constitui o foco central desta investigação.

Figura 3 - Área Para Fins Recreativos e Paisagísticos 1 - PDLI



Fonte: Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Campina Grande, 1973

Para a área do Açude Novo, o PDLI estabeleceu objetivos específicos para a primeira etapa de sua implantação, no âmbito do Plano Trienal 1974/1976, focando na urbanização da bacia e das áreas circundantes. Entre as principais intervenções previstas estava a instalação do Monumento aos Índios Ariús, uma obra monumental de concreto armado, com 45 metros de altura e base de 4 metros, situada no interior da bacia, representando o marco “0” da cidade. A estrutura seria circundada por um lago e adornada com fontes sonoras, visando conferir imponência estética e simbólica ao local.

Além disso, o plano contemplava a criação de um espaço de recreação infantil, destinado a promover uma frequência familiar e educativa na área da bacia, aproveitando a proximidade com o monumento, esculturas e o futuro Museu de Arte. Este último, considerado fundamental para a valorização do acervo local, deveria ser construído em uma edificação adequada, com área prevista de 1.200 m², empregando técnicas construtivas simples e materiais de fácil manutenção, compatíveis com os recursos disponíveis. Complementarmente, o projeto paisagístico preconizava uma densa arborização e ajardinamento exuberante, com o propósito de triplicar o índice de área verde existente na região, contribuindo para a melhoria ambiental e a qualidade de vida urbana (Oliveira, 2000, p. 196).

Complementarmente à urbanização da bacia do Açude Novo, a área adjacente foi planejada para abrigar um setor administrativo integrado a um amplo parque cultural multifuncional. Essa proposta previa a implantação de diversos equipamentos públicos destinados tanto à cultura quanto ao lazer, entre eles um teatro de arena, um centro cultural e espaços para apresentações artísticas e atividades recreativas.

Como pontua Lima Neto (2022, p. 135), a proposta visava concentrar “diversos equipamentos em um espaço dotado de monumentalidade e diferenciado de seu entorno”. Essa intenção é também reforçada por Sousa (2014, p. 55), ao destacar que:

Teria ele o papel de permitir aos seus habitantes a fruição de novas e regradas formas de lazer. Transformaria significativamente o cenário e os usos dados àquele lugar, ficando então, especializado no recrear e no circular [...] queria-se, porém, ali, possivelmente, dar vida a um corpo uniforme de equipamentos funcionais e articulados, (Sousa, 2014, p.55).

A articulação entre os espaços planejados constituía uma diretriz central no projeto urbano do PDLI, prevendo inclusive a integração física entre os parques por meio de uma passagem subterrânea que conectaria o Parque Evaldo Cruz ao atual Parque do Povo. Essa solução projetual buscava a criação de um eixo contínuo de equipamentos públicos e áreas verdes (PDLI, 1973, p. 135), concebido como elemento estruturante da vida urbana, em consonância com o modelo de cidade funcional e racionalmente ordenada.

Contudo, embora a urbanização da área correspondente ao Açude Novo tenha sido concluída em 1976, os objetivos originalmente propostos foram apenas parcialmente alcançados, uma vez que a desapropriação da área destinada ao futuro

Parque do Povo não se efetivou, inviabilizando a implantação integral do Sistema de Espaços Livres. Apesar dessas limitações, a intervenção realizada expressava os princípios modernizadores que orientavam o planejamento urbano da época, articulando as noções de embelezamento, bem-estar coletivo e lazer organizado como fundamentos centrais da reconfiguração espacial idealizada pelas elites dirigentes.

Essa lógica de valorização do espaço urbano, entretanto, esteve acompanhada de práticas excludentes, dado que as populações de baixa renda residentes em áreas centrais eram tratadas como entraves à ordem urbana e à racionalidade do planejamento. Foram, assim, alvo de processos sistemáticos de remoção, previstos no Plano de Erradicação de Favelas, como ocorreu com a favela São Joaquim, localizada na região do Açude Novo, onde viviam diversas famílias oriundas do alto sertão paraibano, conduzidos sem qualquer participação ou consulta às comunidades afetadas. Esse contexto revela uma dinâmica de exclusão social e a ausência de mecanismos democráticos no processo de reestruturação urbana¹⁷ (Sousa, 2021).

[...] o conjunto arquitetônico ladeado por vasta área arborizada e tendo a sua frente o majestoso espaço do Açude Novo. Este, não mais podendo ser espelho d'água, será submetido a um plano urbanístico e paisagístico, dotando-o de aspecto nobre através de generosidades de espaços, da arborização e do uso público, (Oliveira, 2000, p.183).

O próprio PDLI reconhecia a presença de assentamentos precários como um dos principais desafios estruturais das cidades nordestinas, embora os abordasse a partir de uma perspectiva técnico-higienista, associando-os à desorganização urbana e à degradação ambiental. Segundo os diagnósticos elaborados pela COMDECA, as favelas de Campina Grande reproduziam:

[...] as mesmas características genéticas, o mesmo tipo humano, as famílias paupérrimas originárias de áreas rurais [...] distribuídas irregularmente na área urbana [...], (PDLI, 1973, p.146).

Ainda que o plano mencionasse a realização de uma enquête com as famílias afetadas, não há detalhes sobre como esse processo seria conduzido, tampouco evidências de que tal medida tenha sido efetivamente implementada. Como aponta a autora, também não há registros sobre o destino final dessas famílias, o que evidencia

¹⁷ A análise dessas diretrizes permite identificar tensões entre as metas de requalificação urbana e os efeitos sobre os grupos historicamente vulnerabilizados.

a ausência de diretrizes claras para a resolução das demandas habitacionais das populações removidas (Oliveira, 2005).

As favelas localizadas na periferia urbana, como Cachoeira, Vila Cabral e Coréia, foram marginalizadas pelas propostas do plano. Já os assentamentos situados nas áreas centrais, considerados como manchas deterioradas no tecido urbano, tornaram-se alvos prioritários das intervenções, sendo classificados como “frágeis vítimas do processo espontâneo de desenvolvimento físico da cidade e da especulação imobiliária”. Como descrito no próprio PDLI:

Serão expulsos, aos poucos e aos pedaços para fora da cidade, ocupando áreas que serão futuramente solicitadas, criando assim um círculo vicioso com a repetição dos mesmos problemas, (PDLI, 1973, p.147).

A leitura do plano revela uma distinção clara no tratamento dispensado às favelas conforme sua localização. Ocupações centrais, como as comunidades São Joaquim e Coqueiros de José Rodrigues, foram removidas para dar lugar, respectivamente, ao novo arranjo paisagístico do Açude Novo e ao Parque do Povo. Apesar das resistências das populações, essas áreas foram radicalmente reconfiguradas, com o deslocamento compulsório de seus moradores para regiões mais afastadas do centro. Como descrito pelo próprio plano:

[...] as favelas denominadas por “Cova da onça”, “Tamandaré”, “Maloca”, e “Cortiço do Canal”, são manchas urbanas vizinhas e separadas apenas por canal e ponte e correspondem a uma das áreas mais antigas da cidade bairro de José Pinheiro cuja densidade média de 202hab/ha, demonstra bem a intensidade de ocupação do solo. Localizadas às margens da Avenida Canal, no trecho entre o Estádio Municipal, Ponte Quebra Quilos e o Açude Velho, ocupam uma área cujo tratamento urbano, após a transferência, os integrará com o Plano de Micro Urbanismos que se propõe para o centro da cidade. Finalmente, há as favelas de “Coqueiros de José Rodrigues” e “São Joaquim”, constituídas cada uma por habitações (quartos na sua maioria) do mais baixo padrão, alinhadas ao longo de uma rua estreita, incrustadas no coração da cidade e não apresentam espaço físico que possibilite sua expansão. Em última análise verificamos que das 9 áreas consideradas, 3 estão situadas na periferia urbana e encontram-se incrustadas no coração da cidade, ocupando áreas que fatalmente serão absorvidas, quer pela própria especulação imobiliária (loteamentos e/ou obras contraindicadas para o local) quer por ação planejada. O que não pode ser admitida é a posição de expectativa, enquanto as áreas faveladas se adensam e a ocupação do centro se torna desmedida, deixando-se passar a oportunidade de um trabalho sério e profundo, (PDLI, 1973, p. 147).

Como resultado, determinadas áreas centrais foram profundamente transformadas, com a substituição das populações residentes e a elitização dos

espaços urbanos, como se observa no caso da comunidade dos Coqueiros de José Rodrigues. A criação de áreas verdes e de lazer, como parques e centros culturais, esteve diretamente associada a uma política de remoções de populações consideradas “indesejadas”. As justificativas frequentemente se ancoravam na suposta inadequação da ocupação do solo e na ausência de possibilidades de expansão, argumentos que legitimavam a exclusão dessas comunidades em nome da conformação de uma imagem moderna e ordenada do centro da cidade (PDLI, 1973, p. 147).

Essa lógica evidencia o uso do urbanismo como instrumento de exclusão e controle social, promovendo a substituição das populações originárias por estruturas voltadas às camadas médias, ao comércio e ao turismo. Ainda que o plano declarasse a intenção de ampliar o acesso da população de baixa renda aos espaços públicos de lazer, as remoções forçadas contradiziam essa proposta, deslocando essas comunidades para áreas periféricas e distantes das novas centralidades.

A compreensão do direito à cidade, portanto, deve ir além do acesso à moradia, abrangendo também o direito ao lazer, à convivência comunitária e à permanência nos territórios de origem. As remoções compulsórias não apenas restringiam o acesso a serviços e equipamentos urbanos, como também desarticulavam redes de sociabilidade e enfraqueciam os vínculos identitários, comprometendo o sentimento de pertencimento das comunidades deslocadas.

O PDLI evidencia essa seletividade ao priorizar intervenções no centro da cidade com alto grau de detalhamento técnico e atenção governamental, enquanto relegava à margem as comunidades periféricas. Conforme indicado na documentação oficial, esperava-se que as comunidades populares situadas em áreas centrais fossem absorvidas por processos de requalificação e especulação, ao mesmo tempo em que se adotava uma postura de inação frente ao crescimento das periferias (PDLI, 1973, p. 147).

Além dessa assimetria territorial, o PDLI expressava uma lógica de planejamento subordinada às exigências do mercado e à construção simbólica da cidade. Segundo Diniz (2018, p. 52), o plano favorecia os interesses do setor mercantil e sua capacidade de reprodução do capital, em detrimento da consolidação de espaços públicos inclusivos e da participação social nos processos decisórios.

Ao propor a reconfiguração da imagem urbana, o plano atribuía ao Estado um papel central na indução de novas dinâmicas territoriais, silenciando sobre as práticas

socioculturais das camadas populares. A cidade era projetada para turistas, consumidores e investidores, enquanto suas populações historicamente enraizadas eram invisibilizadas ou removidas. Para Carvalho (2011, p. 140), trata-se de uma estratégia de valorização da aparência urbana, voltada à promoção de uma imagem idealizada e tecnocrática da cidade. Essa ênfase estética, orientada por uma racionalidade tecnocrática e espetacularizada, subordinava o espaço vivido à imagem que se pretendia projetar.

As intervenções previstas no PDLI foram concebidas para execução em diferentes prazos, curto, médio e longo, e, por isso, muitas seriam retomadas e ampliadas por gestões subsequentes, especialmente no contexto do projeto Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (CURA), como será discutido adiante.

Na administração seguinte, sob a liderança do prefeito Enivaldo Ribeiro, Campina Grande passou a integrar, a partir de 1978, o conjunto de cidades contempladas pelo projeto CURA, financiado pelo governo federal. A iniciativa previa intervenções nas áreas centrais da cidade, com foco na requalificação da infraestrutura urbana, o que implicou novas desapropriações e remoções de moradores, principalmente daqueles considerados “desalinhados” com as diretrizes de ordenamento territorial em vigor.

Segundo Silva (1987, p. 37 *apud* Costa, 2010, p. 99), embora o Projeto CURA fosse oficialmente apresentado como uma ação voltada à ampliação de serviços básicos e ao combate à especulação imobiliária, seus efeitos concretos seguiram em sentido oposto. As áreas contempladas pelas obras passaram por acelerados processos de valorização fundiária, favorecendo o capital imobiliário e intensificando dinâmicas especulativas. Ademais, o deslocamento compulsório de moradores das zonas centrais contribuiu para a expansão desordenada da ocupação periférica, aprofundando as desigualdades no acesso a serviços, infraestrutura e equipamentos urbanos.

Essa dinâmica se insere no que Harvey (2005) denomina “acumulação por despossessão”, processo no qual o espaço urbano se torna vetor privilegiado da reprodução do capital, frequentemente à custa dos direitos das populações mais vulneráveis. De modo semelhante, Maricato (2001) e Rolnik (2015) destacam que políticas de requalificação urbana, embora sustentadas por discursos de modernização e revitalização, operam frequentemente como mecanismos de

higienização social, promovendo a expulsão das populações pobres em favor da apropriação privada de áreas valorizadas. Nessa perspectiva, o CURA, ainda que tecnicamente planejado, reproduziu a lógica excludente do urbanismo brasileiro, historicamente marcado pela dissociação entre o planejamento formal e as necessidades concretas das camadas populares.

A articulação entre o PDLI e o Projeto CURA demonstra que essa racionalidade excludente não permaneceu apenas no plano normativo, mas se concretizou em práticas urbanas contínuas. Um exemplo eloquente disso pode ser observado na planta urbanística (Figura 4) da área anteriormente ocupada pela comunidade dos Coqueiros de José Rodrigues, elaborada em 1979 e apresentada na figura 03. Nela, evidencia-se a continuidade das intervenções previstas para a denominada APFR 1, conforme estabelecido no PDLI. Nessa etapa, as obras foram parcialmente executadas com recursos do CURA, revelando a sobreposição de programas governamentais voltados à reestruturação do centro urbano.

Figura 4 - Projeto para urbanização dos Coqueiros de José Rodrigues



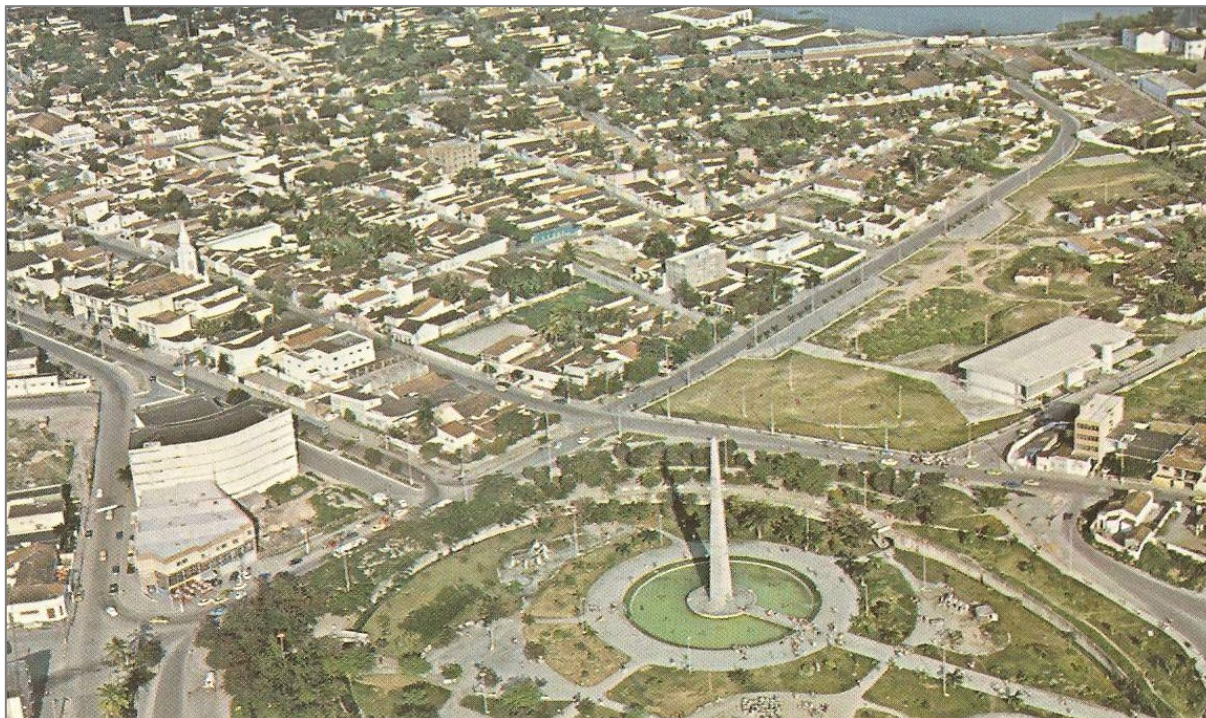
Fonte: PMCG, 1979

Apesar das diretrizes estabelecidas, as obras delineadas nessa planta foram realizadas apenas parcialmente, devido a restrições orçamentárias que limitaram o escopo das intervenções. Um dos exemplos mais emblemáticos dessa incompletude foi a não concretização da conexão entre o Parque do Povo, o Parque do Açude Novo e o Açude Velho. Essa integração era concebida como eixo estruturante de um sistema de áreas verdes e lazer, cuja ausência comprometeu os objetivos de requalificação urbana formulados à época.

Como já discutido, um dos efeitos mais marcantes da reestruturação urbana promovida pelo PDLI e pelo Projeto CURA foi a remoção de comunidades localizadas

nas áreas centrais da cidade. O projeto urbanístico previa, de forma explícita, a expulsão das famílias que habitavam a comunidade dos Coqueiros de José Rodrigues. Como desdobramento dessa diretriz, ao final da década de 1970, durante a gestão de Enivaldo Ribeiro, foi conduzido o processo de desapropriação da área (Figura 5), culminando na retirada forçada dos moradores.

Figura 5 - Vista do atual Parque do Povo, antiga área conhecida como Coqueiros de Zé Rodrigues, no início dos anos 1980



Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande, 1987

Em 1982, foi inaugurado o Centro Cultural, equipamento implantado na área que hoje integra o Parque do Povo e que permanece em funcionamento até os dias atuais. Sua construção integrou o projeto de urbanização dos Coqueiros de José Rodrigues, componente do plano de urbanização da área central, viabilizado com recursos do CURA. A criação desse espaço representava, por um lado, o esforço em dotar o centro de infraestrutura voltada à cultura e ao lazer; por outro, consolidava as diretrizes modernizantes que pautaram a reconfiguração do espaço urbano nas décadas de 1970 e 1980.

A partir desse período, os festejos juninos passaram a ocorrer nas imediações do Centro Cultural, especialmente no largo adjacente, o que promoveu uma reorganização espacial do evento e, progressivamente, sua institucionalização. Essa mudança contribuiu para consolidar um novo eixo de sociabilidade e celebração no centro urbano, fortalecendo os vínculos entre cultura popular, planejamento urbano e

estratégias de visibilidade institucional. Nas décadas seguintes, o evento alcançaria projeção nacional, sendo reconhecido como o Maior São João do Mundo (MSJM). O local transformou-se, assim, em um palco de expressão cultural e valorização simbólica da cidade, dinâmica que será aprofundada na seção seguinte.

4.2. O POVO PEDIU O PARQUE, EU FIZ O PARQUE DO POVO¹⁸

Nasce para responder a duas inquietações distintas, porém complementares: resgatar as raízes culturais comuns às festas juninas e abrir caminhos para a retomada do desenvolvimento econômico local, sob a forma de inserir a cidade no universo da Indústria Turística (Ronaldo José Cunha Lima *apud* Lucena, 2005).

A realização de festejos juninos em Campina Grande remonta às primeiras décadas do século XX (Chianca, 1987, p. 16), período em que o município passou por importantes transformações em sua estrutura urbana e social. As celebrações ocorriam, majoritariamente, em fazendas situadas nos arredores da cidade, reunindo familiares e amigos em encontros marcados pelo caráter religioso e comunitário. Nessas ocasiões, era comum o acendimento de fogueiras na véspera do dia 24 de junho, dia de São João, a preparação de comidas típicas à base de milho, danças de quadrilha, queima de fogos e a realização de simpatias, adivinhações e “brincadeiras pagãs” vinculadas à tradição junina (Chianca, 1987, p. 16; Morigi, 2001, p. 52).

Com o avanço do processo de urbanização e o impacto das transformações modernizantes na vida social campinense, o São João rural, das fazendas e sítios, começou a sofrer modificações, sendo progressivamente apropriado pelos espaços urbanos. Setores mais abastados da sociedade passaram a organizar comemorações em clubes sociais e associações, com programação voltada a públicos seletos, enquanto, nos bairros populares, os festejos passaram a ser conduzidos por Sociedades de Amigos de Bairro (SABs), clubes de mães, igrejas e instituições escolares (Lima, 2002, p. 42-43).

Na década de 1970, observa-se um novo salto rumo à sua institucionalização da festa, agora com investimentos públicos diretos, incluindo a alocação de recursos no orçamento municipal. Esse momento marcou o início de uma organização formal por parte do poder público, especialmente a partir de 1976, durante a gestão do

¹⁸ “Que esse meu gesto marque o nascer de um tempo novo o povo pediu o parque eu fiz o parque do povo”. Esses versos foram utilizados por Ronaldo Cunha Lima, à época governador da Paraíba, para inaugurar o Parque do Povo, em Campina Grande.

prefeito Evaldo Cavalcanti Cruz¹⁹, quando foram adotadas medidas para centralizar e estruturar a festa: “montagem, supervisão, orientação e referenciação da escolha do lugar para a festa; definir um espaço e um tempo determinado” (Lima, 2002, p. 45; Chianca, 1987, p. 17). Nesse contexto, o estímulo às festas de bairro e a valorização das tradições populares também passaram a ser instrumentalizados como estratégias de promoção turística, sinalizando o início do processo de espetacularização e mercantilização do evento, que se intensificaria nas décadas seguintes.

Esse processo de institucionalização se desenvolveu em consonância com transformações mais amplas no espaço urbano. Entre as décadas de 1970 e 1980, nota-se um movimento crescente de centralização dos festejos juninos na região central de Campina Grande. Tal tendência ocorreu paralelamente às intervenções urbanísticas orientadas pelo PDLI, que tinha como objetivo modernizar a infraestrutura da cidade com base em ideais higienistas e funcionalistas. O centro urbano passou a concentrar o olhar da gestão municipal, não com o propósito explícito de abrigar os festejos, mas como parte de um projeto de modernização que buscava alinhar a cidade a uma imagem de progresso.

Entre os anos de 1980 e 1983, a prefeitura passou a ocupar oficialmente o período de São João com uma programação festiva urbana, em um movimento que alterou a lógica tradicional do calendário junino paraibano. Segundo Chianca (1987), “vimos [...] uma ousada programação da prefeitura, que ocupou pela primeira vez com festas os dias de São João em Campina Grande, o que veio a abalar profundamente o já desgastado São João do sertão”. A autora atribui esse enfraquecimento à seca que se prolongava desde o final da década de 1970, comprometendo as condições materiais para a realização das celebração nas comunidades sertanejas.

A partir desse cenário, configura-se uma inflexão decisiva na condução dos festejos juninos. Sob a gestão do prefeito Enivaldo Ribeiro²⁰, a administração municipal dá os primeiros passos para a consolidação do São João, por meio de uma programação intensa. Já em 1982, como observa Chianca (1987), foi possível identificar um movimento significativo de entrada e saída de pessoas na cidade durante o período das festividades, evidenciando os primeiros sinais de reversão do quadro de retração provocado pela estiagem na década anterior (Chianca, 1987, p. 17-18).

¹⁹ Evaldo Cavalcanti Cruz, prefeito de Campina Grande no período de 1973 a 1977.

²⁰ Enivaldo Ribeiro, prefeito de Campina Grande no período de 1977 a 1983.

Em 1982, o então prefeito Enivaldo Ribeiro realizou a desapropriação de uma área conhecida como Coqueiros de Zé Rodrigues, situada nas imediações do Açude Novo, com o objetivo de implantar um centro cultural. Nesse terreno, com aproximadamente 25 mil metros quadrados, foi construído o Palhoção, um grande barracão rústico destinado às festividades juninas.

O chão onde as pessoas dançavam era de terra batida. Quando estava seco, levantava uma nuvem de pó e quando chovia era uma lama só. Mas isso, segundo eles, pouco importava, pois todos queriam mesmo era dançar. Como atrações, havia dezenas de quadrilhas de bairros que levavam os nomes dos bairros e das ruas e inscreviam-se para participar da festa. Além disso, havia casamento matuto, desfile de carroças, corrida da fogueira. Os clubes também realizavam seus bailes, os “forrós entra e sai”, e traziam para animar as noites nomes consagrados da música regional e nacional. Durante esse período, era registrado um sensível aumento das vendas do comércio, principalmente tecidos, confecções, calçados e fogos. O sucesso do primeiro ano garantiu a continuidade da festa nos anos seguintes (Morigi, 2007, p. 47).

No ano seguinte, já sob a gestão de Ronaldo José da Cunha Lima²¹, o local passou a concentrar oficialmente os festejos promovidos pelo município, marcando o início de uma nova etapa na condução do evento. Incorporada ao circuito urbano da festa, essa estrutura marcou a consolidação de um espaço permanente para os eventos juninos, reafirmando o protagonismo do poder público na condução dessas manifestações culturais (PMCG, 2024)²².

A festa, portanto, já nascia como um **projeto de futuro**: uma ferramenta para inserir Campina Grande na nascente indústria do turismo, consolidando desde o início sua vocação para transformar a cidade, mobilizar a economia local e construir uma imagem projetada nacionalmente. Segundo Lima (2002, p. 55), sua gestão representaria “uma espécie de divisor entre o que era a festa junina da cidade antes de Ronaldo e depois de Ronaldo”. Ainda que tal formulação denote certa grandiloquência, é inegável que a imagem do prefeito passou a ser, desde então, amplamente associada à expansão, profissionalização e projeção midiática do São João campinense, um legado que começa a se delinear já em sua primeira edição à frente do evento.

²¹ Ronaldo José da Cunha Lima, prefeito de Campina Grande no período de 1983 a 1989.

²² PMCG. Parque do Povo: transformação de Campina Grande através do PP e do São João. Publicado em 2024. Disponível em: <https://campinagrande.pb.gov.br/parque-do-povo-transformacao-de-campina-grande-atraves-do-pp-e-do-sao-joao/>.

O cenário ainda incipiente dessas iniciativas é descrito por Lopes (2003, p. 4), ao rememorar que:

[...] no princípio, por volta dos anos 80, precisamente 83, existia apenas uma palhoça improvisada próximo do centro cultural, na cidade de Campina Grande onde, no mês de junho, as pessoas se reuniam para dançar forró e saborear a culinária local. Até então, apenas Caruaru despontava como uma festa genuinamente nordestina (Lopes, 2003, p.4).

Esse depoimento ajuda a delinear o estágio embrionário da urbanização das comemorações, revelando um panorama anterior às transformações institucionais, simbólicas e midiáticas que se intensificariam nos anos seguintes.

O espaço do Parque do Centro Cultural, passou, em 1983, a concentrar oficialmente as atividades do festejo junino promovido pelo município, ainda com uma infraestrutura rudimentar um Palhoção de madeira coberto com palhas de coqueiro e folhas de bananeiras, mas já assumindo um papel central na nova configuração urbana do evento. No interior, os forrozeiros se reuniam para dançar ao som do forró pé de serra, enquanto ao redor dele se espalhavam diversas barracas de comidas e bebidas típicas, majoritariamente administradas por pequenos comerciantes, particulares e vendedores amadores ou aventureiros que viam na festa uma oportunidade de lucro temporário (Chianca, 1987, p. 19-20).

Uma das distinções mais evidentes em relação aos anos anteriores foi a **ampliação da duração** da festa que estenderam do dia 4 de junho (abertura) a 2 de julho, configurando uma temporalidade inédita até então (Lima, 2002, p. 56). A abertura oficial atraiu cerca de 10 mil pessoas à área do Parque do Centro Cultural, segundo registros da imprensa local (Jornal da Paraíba, 1983 *apud* Lima, 2002, p. 57).

Nesse mesmo contexto, começa a se delinear uma atuação mais coordenada do poder público na divulgação midiática da festa. A cobertura da imprensa falada e escrita já destacava o aumento expressivo de visitantes, embora os termos “turista” e “turismo” ainda não fossem recorrentes no vocabulário jornalístico da época. Essa terminologia viria a se consolidar nos anos seguintes da gestão de Ronaldo, à medida que o evento era promovido como ativo estratégico para o fomento à economia local e para a inserção de Campina Grande no circuito nacional de eventos culturais (Lima, 2002, p. 58).

Como parte desse esforço de institucionalização e construção simbólica, duas outras iniciativas marcaram a edição do mesmo ano, a criação da chamada “Quadrilha

dos Turistas”, voltada à recepção e integração de visitantes de outras regiões, e o lançamento dos mascotes oficiais da festa, **Sabugildo** e **Milharilda** (ver anexos dos folders e cartazes). Representando um casal de camponeses estilizados, suas imagens passaram a figurar sistematicamente em folders, cartazes e demais materiais promocionais, funcionando como emblemas visuais da identidade junina campinense. Parte desse acervo gráfico encontra-se anexado ao final deste trabalho, compondo a base documental da análise desenvolvida (Lima, 2002, p. 58).

Cabe destacar que, ao longo da década de 1980, diversas cidades brasileiras passaram a investir no turismo de eventos como estratégia de desenvolvimento econômico e construção de imagem. Campina Grande insere-se diretamente nesse movimento, consolidando-se como um dos principais polos festivos do país no que se refere às celebrações juninas. Nesse sentido, Castro (2012, p. 101) observa a intensificação do processo de espetacularização dos festejos durante esse período:

Notadamente a partir da década de 1980, quando ocorre um incremento no turismo no território brasileiro, intensificou-se os processos de espetacularização das festas juninas no espaço urbano de algumas cidades do Nordeste brasileiro. Apesar das festas juninas se constituírem em um evento festivo que atinge praticamente todos os municípios nordestinos, o grau de espetacularidade e a dimensão espacial desses eventos determinou o surgimento de alguns polos festivos (Castro, 2012, p. 101).

Em 1984, apesar de o evento ainda contar com uma estrutura simples, novas diretrizes começaram a configurar um projeto mais ambicioso. Chianca (1987) descreve esse ano como uma espécie de “ano de experiência”, cujo sucesso impulsionou a necessidade de reconfigurar o Palhoção, visando proporcionar condições mínimas de infraestrutura e conforto aos participantes da festa, já promovida como expressão da “**capital mundial do forró**”.

Um dos elementos simbólicos que passou a marcar a identidade do evento foi a adoção do slogan “**Maior São João do Mundo**”. Essa expressão não apenas enfatizava a grandiosidade da festa, mas também funcionava como uma ferramenta estratégica para a projeção da imagem de Campina Grande no cenário nacional, consolidando o evento como um grande espetáculo cultural e turístico. Segundo a autora, a gestão de Ronaldo, em articulação com a equipe municipal de turismo, passou a tratar o evento para além de uma manifestação cultural tradicional, encarando-o como um ativo turístico com potencial de diferenciação: “O São João tem em todo lugar, é uma festa popular, em todo lugar você faz igual, mas aqui é diferente

pelo fato de ter o Parque do Povo, o Forródrômo, e durar 30 dias” (Chianca, 1987, p. 20). A diferenciação apontada por Chianca reside justamente na combinação entre o espaço urbano e a longa duração da festa, elementos que se tornariam a identidade do evento.

Há, contudo, uma divergência entre os registros documentais e trabalhos acadêmicos quanto ao ano em que a inscrição “Maior São João do Mundo” passou a ser utilizada oficialmente. Enquanto Chianca (1987) e Lima (2002) indicam que o uso sistemático do slogan teria se consolidado apenas em 1984, o acervo iconográfico (Figura 6) organizado por Cléa Cordeiro (Memorial do Maior São João do Mundo) inclui uma fotografia datada de 1983, na qual a expressão já aparece registrada na cenografia do evento.

Figura 6 - Palhoção de Campina Grande, um pequeno arraial em 1983



Fonte: Acervo de Cléa Cordeiro (Memorial do Maior São João do Mundo)

Considerando o rigor metodológico das fontes acadêmicas e a possibilidade de erro na datação da imagem, adota-se aqui a versão apresentada por Chianca e Lima. Ainda assim, a presença precoce da inscrição, mesmo que não institucionalizada, já apontava para uma estratégia de afirmação identitária e de projeção midiática que moldaria o imaginário em torno do festejo nas décadas seguintes.

Dito isso, é importante observar que a consolidação simbólica do slogan também se articulava à performance pública de Ronaldo Cunha Lima, que além de gestor era reconhecido como poeta.

Na abertura oficial do São João de 1984, em 2 de junho, ele dirigiu-se ao público e recitou a seguinte estrofe: “Grande festa nordestina, forró a cada segundo, vamos fazer em Campina, o Maior São João do Mundo”. Esses versos, entoados ainda hoje durante os festejos, não apenas anunciam o uso do slogan como sintetizam o projeto político-cultural em curso, onde cultura popular, turismo e identidade regional se fundem em um mesmo enunciado poético e promocional. Essa estrofe, como destaca Lima (2002), não surge como resultado de uma simples intuição ou de uma inspiração momentânea do governante municipal. Pelo contrário, “ele apenas continua a pôr em prática e a substancializar um projeto extremamente bem definido de construir na cidade a festa junina, instituindo-a como um evento turístico”, (Lima, 2002, p. 59-61).

Em 1985, a festa junina de Campina Grande ingressa em uma nova etapa de institucionalização e projeção. Segundo Chianca (1987), esse ano foi marcado pela implementação de elementos estruturais fundamentais para o desenvolvimento do evento, como a inauguração da nova rodoviária da cidade e da primeira casa de shows local, o Forrock. Também se registra o primeiro contato formal entre a gestão municipal, por meio do Departamento Municipal de Divulgação e Turismo e EMBRATUR, sinalizando o início de uma articulação voltada à inserção da festa no circuito do turismo cultural.

Ainda assim, Chianca (1987, p. 23), aponta entraves importantes nesse processo, como a ausência de apoio institucional por parte da PBTur, órgão estadual de turismo vinculada a um partido político adversário da administração municipal. Mesmo diante desses obstáculos, a Prefeitura intensificava os esforços para consolidar o evento como produto turístico competitivo, articulando infraestrutura, programação e estratégias de divulgação.

Lima (2002, p. 62) complementa esse cenário ao destacar a criação, naquele mesmo ano, de uma estrutura burocrática específica: a Comissão para o Festejo Junino, composta por diferentes órgãos da administração municipal. Tal iniciativa, segundo a autora, demonstra um “cuidado e atenção maiores no que diz respeito à montagem da festa”, com uma gestão voltada à coordenação de todos os aspectos envolvidos, da infraestrutura à programação artística dos trinta dias de celebração.

Com os novos sentidos que a festa assume, o discurso de seus organizadores também se renova, buscando justificar as transformações e reafirmar a grandiosidade almejada. Durante a solenidade na Prefeitura Municipal para apresentação da programação oficial do segundo evento do “Maior São João do Mundo”, o presidente da Comissão Organizadora afirmou:

A partir desse momento entrego à imprensa²³, para que ela se empenhe na publicidade e transforme o São João de Campina, realmente no “maior do mundo”. A festa não é da Prefeitura, é do povo, é da cidade, precisamos do empenho de todos para que ela se torne realmente realidade (Jornal da Paraíba, 1985 *apud* Lima, 2002, p. 62-63).²⁴

Esse alinhamento entre poder público e imprensa ganha contornos ainda mais estratégicos nos anos seguintes. Como observa Lima (2002, p. 68–69), “não é sem intenção que nos cadernos especiais veiculados pelo Jornal da Paraíba, a partir de 1986, diversas matérias serão produzidas destacando as origens do festejo junino na cidade, como demonstração para o fato de que ele sempre existiu, ganhando apenas dimensão maior com a inauguração de uma nova espacialidade para a festa: a construção do Parque do Povo”, discursos que contribuem para instituir e subjetivar uma importância simbólica que, embora já presente, adquire novos contornos e intensidade no cenário da festa institucionalizada. Operam, assim, como instrumentos de legitimação histórica e afetiva, reforçando uma “sensibilidade junina” que consolida o evento como um traço identitário da cidade.

Outro aspecto importante observado por Chianca naquele período refere-se às mudanças no comportamento do público e ao deslocamento territorial das celebrações. Segundo a autora,

A estas alturas as festas de fazendas e sítios haviam perdido totalmente seu espaço. A juventude agora se recusa a ‘ir para o meio do mato’, para a zona rural, e funcionam como âncoras, segurando na cidade os mais velhos que preferiam a festa mais tradicional, (Chianca, 1987, p. 23).

O trecho evidencia como o projeto de urbanização e institucionalização do São João de Campina Grande reconfigurou dos modos de celebração, influenciando

²³ Ver anexo 08, onde podemos observar declarações da imprensa sobre a grandiosidade do evento. Destaca-se a matéria publicada em 23 de junho de 1987, registro localizado no acervo iconográfico organizado por Cléa Cordeiro (Memorial do Maior São João do Mundo).

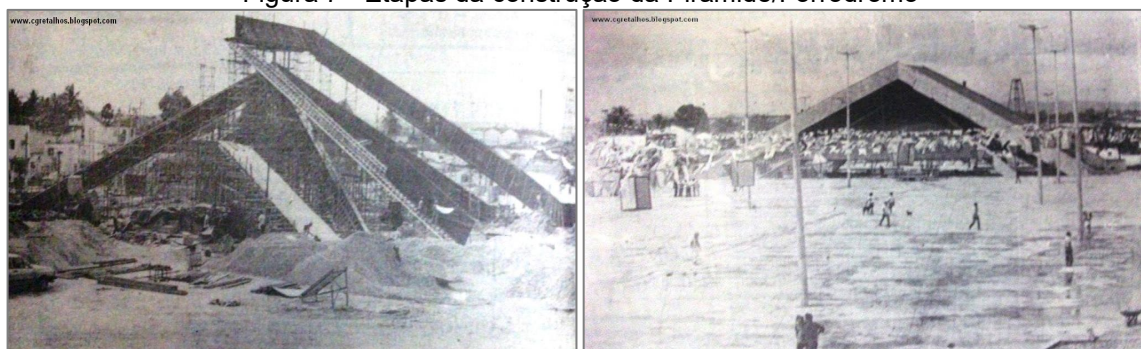
²⁴ Jornal da Paraíba – Campina Grande, 23/05/1985 *apud* Lima, 2002

também as dinâmicas sociais e intergeracionais, conforme observado por Chianca (1987), a centralização das festividades na zona urbana contribuiu para o esvaziamento das celebrações rurais, ao passo que consolidou a cidade como principal polo regional dos festejos juninos.

Com uma proposta mais ambiciosa, em 1986, o São João de Campina Grande passou por uma reconfiguração espacial significativa com a criação do Parque do Povo. Situado entre as ruas Sebastião Donato e Treze de maio, no centro da cidade, o espaço passou a concentrar as principais atividades do festejo junino, ocupando uma área de 27 mil metros quadrados.

No coração desse novo complexo urbano, foi erguido o Forródro (Figura 7), uma estrutura em forma de pirâmide que aludia a uma fogueira, projetado por Carlos Alberto Almeida, inspirado no modelo do sambódromo carioca. Funcionando como uma pista de dança coberta, o espaço também contava com um palco para apresentações musicais. Pela sua forma peculiar, a estrutura logo passou a ser conhecida popularmente como **"Pirâmide"**, nome que se manteve ao longo das décadas e que simboliza hoje um dos marcos culturais mais emblemáticos da cidade (Chianca, 1987, p. 23; Lima, 2002, p. 64).

Figura 7 - Etapas da construção da Pirâmide/Forródro



Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande (2008)²⁵

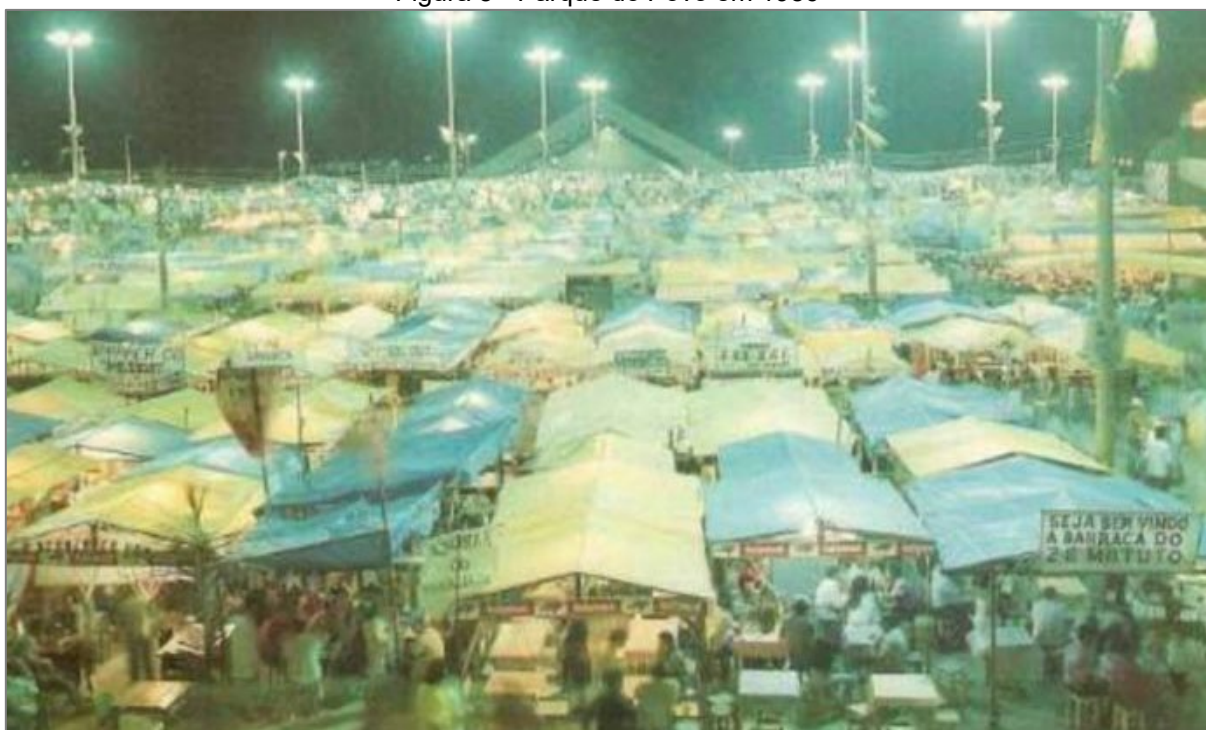
Apesar de sua presença marcante e contínua no imaginário da festa, a Pirâmide do Parque do Povo, estrutura central do Forródro e um dos ícones mais reconhecíveis do São João de Campina Grande, teve seu valor histórico oficialmente reconhecido apenas recentemente. Em 26 de outubro de 2022, foi apresentado na Câmara Municipal de Campina Grande um projeto de lei com a ementa que propõe o reconhecimento da Pirâmide como patrimônio histórico do município (ver anexo 11).

²⁵ RETALHOS HISTÓRICOS DE CAMPINA GRANDE. Como surgiu o evento "Maior São João do Mundo". Publicado em 2008. Disponível em: <https://cgretalhos.blogspot.com/2009/08/parque-do-povo- sendo-construido-o-sao.html>

Trata-se de uma iniciativa pouco conhecida, que não tem sido mencionada em trabalhos acadêmicos, nem divulgada de forma consistente pelos meios institucionais ou pela imprensa local. A baixa visibilidade desse reconhecimento contrasta com o peso simbólico da estrutura, cuja importância cultural permanece fortemente presente na paisagem urbana e nas memórias coletivas da cidade.

Ao lado do Forródrômo, foi construída uma ampla praça, batizada de Parque do Povo “Jackson do Pandeiro”, onde se concentram as barracas, cerca de 150 no ano de 1986 (Figura 8), de comidas e bebidas típicas durante os festejos juninos. A disposição dessas barracas ao longo do espaço físico do Parque do Povo é definida pela comissão organizadora da festa e varia conforme o tamanho e a localização, o que interfere diretamente no valor cobrado pelo aluguel de cada ponto, (Chianca, 1987, p. 23; Lima, 2002, p. 64).

Figura 8 - Parque do Povo em 1986



Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande (2008)²⁶

Ainda nos primeiros anos de funcionamento, o espaço das barracas era segmentado em três setores básicos. O setor A era destinado a barracas grandes e médias, conhecidas como pavilhões, ocupadas por grandes restaurantes ou barraqueiros de alto poder aquisitivo. Localizadas na parte superior do Parque,

²⁶ RETALHOS HISTÓRICOS DE CAMPINA GRANDE. Como surgiu o evento "Maior São João do Mundo". Publicado em 2008. Disponível em: <https://cgrethalhos.blogspot.com/2009/08/parque-do-povo- sendo-construido-o-sao.html>

próximas às ruas do entorno, essas barracas atraíam principalmente as classes mais abastadas e o público jovem. O setor B, situado na parte central, reunia barracas de médio e pequeno porte, voltadas a comerciantes de poder aquisitivo intermediário, com frequentadores majoritariamente de classe média. Já o setor C agrupava barracas também de médio e pequeno porte, operadas por comerciantes de menor poder aquisitivo, localizadas mais próximas da Pirâmide e da área de dança (do Forró dromo/Pirâmide), (Chianca, 1987; Lima, 2002).

Esse arranjo espacial, ainda que voltado a um evento festivo, reflete uma segmentação que espelha a própria hierarquia e estratificação social da cidade, revelando que a festa, ainda que envolta por um imaginário de celebração popular e democrática, não rompe com as dinâmicas cotidianas de diferenciação social. Como observa Néstor García Canclini (1983, p. 55), “não pode ser o lugar de subversão e da livre expressão igualitária, ou só consegue sê-lo de maneira fragmentada. Porque não é apenas um momento de unificação coletiva: as diferenças sociais e econômicas se repetem”.

Assim, ainda que se construa o discurso de que o São João é um *locus* privilegiado de convivência, confraternização e acesso amplo, na prática, o próprio espaço evidencia marcas de segmentação por posição social, poder aquisitivo, faixa etária, entre outros recortes. O que se vê é a conformação de territorialidades distintas dentro de um mesmo ambiente festivo que, simbolicamente, se pretende igualitário (Lima, 2002, p. 66).

Além das transformações espaciais, o processo de institucionalização do São João também passou a envolver novos arranjos no financiamento do evento. Chianca (1987, p. 24) destaca que, até 1986, apenas três empresas privadas colaboravam com a festa: a Caranguejo, o Café Aurora e o Banco Itaú. A partir de 1987, no entanto, a Prefeitura passou a estruturar um pacote formal de participação empresarial, no qual os custos seriam divididos entre o poder público (com 50%) e a iniciativa privada.

Elas, (as empresas) participantes apenas para explorar o evento... Era interessante que houvesse um retorno pelo menos para cobrir os custos. Porque a gente não visa o lucro evidentemente, o evento é feito para lazer da população e para promover a cidade, (Citação registrada por Chianca, 1987, p. 25; autoria não identificada no texto).

A declaração revela, portanto, uma visão de festa enquanto investimento público voltado ao bem-estar coletivo e à projeção simbólica do município, mais do

que como uma atividade de geração de lucro direto. Essa perspectiva, ainda que idealizada, contrasta com os arranjos contemporâneos da festa, marcados por uma presença empresarial cada vez mais intensa, contratos milionários de patrocínio e disputas em torno dos direitos de exploração econômica do evento. Ao reler essa fala mais de três décadas depois, somos levados a refletir sobre como a lógica da promoção cultural e do lazer público vem sendo tensionada por interesses comerciais e pela crescente mercantilização dos festejos juninos.

A partir de 1996, constata-se um crescimento no número de patrocinadores, que passam a ser denominados como apoiadores, indicando uma estratégia de diversificação de fontes de financiamento e aumento do interesse comercial pelo evento. Tendência de expansão que se intensifica nos anos seguintes, culminando na edição de 2009, cujas peças publicitárias registraram a expressiva marca de 30 patrocínios, evidenciando o elevado grau de institucionalização e mercantilização do festejo junino.

Historicamente, as festas populares sempre estiveram intrinsecamente vinculadas a mecanismos de financiamento, tanto públicos quanto privados. No contexto brasileiro, observa-se que desde o período colonial as celebrações de cunho religioso contaram com doações em diferentes escalas, muitas vezes motivadas não apenas pela fé, mas também pelo desejo de obter lucro destinado à manutenção de templos, à execução de obras sociais e à construção de patrimônios eclesiásticos. Segundo Nóbrega (2011), esse modelo de financiamento remonta a uma longa tradição em que as festividades sempre buscaram apoio para sua realização, refletindo a complexa articulação entre cultura, fé e economia.

Ao ampliar a análise para os eventos festivos como oferta de bens culturais passíveis de consumo, verifica-se que, já na Antiguidade, indivíduos detentores de capital exerciam um papel na sustentação das artes e da produção intelectual. Essas práticas se davam, em parte, por apreciação estética ou filosófica, mas também como estratégia para consolidar prestígio social, assumindo a figura de protetores das artes, prática esta que remete ao diletantismo ilustrado (Nóbrega, 2011).

Neste cenário, destaca-se a figura de *Caius Maecenas*, político romano que viveu entre 60 a.C. e 8 d.C., e que se tornou símbolo histórico dessa prática de apoio às artes. Seu nome deu origem ao termo “mecenas”, utilizado até os dias atuais para designar aquele que financia ou patrocina atividades artísticas e científicas. *Maecenas* foi responsável pelo apoio material a figuras centrais da literatura latina, como os

poetas Virgílio e Horácio, assegurando-lhes condições para desenvolverem suas obras, e consolidando assim um legado cultural que atravessaria os séculos (Nóbrega, 2011).

Dois mil anos depois, o mecenato permanece vivo, agora sob a lógica da economia da cultura, campo que envolve diferentes tipos e valores de financiamentos voltados à produção artística e cultural. Esses recursos provêm de fontes variadas, públicas, privadas ou mistas, e atuam em constante articulação entre o Estado, o investimento sociocultural empresarial, os patrocínios e o mercado consumidor. Segundo Nóbrega (2011), essa relação configura-se como um novo modelo de mecenato, onde o capital cultural torna-se ferramenta estratégica para a movimentação econômica, servindo tanto aos interesses dos patrocinadores quanto à viabilidade de grandes eventos culturais.

Nesse cenário, ações culturais que atingem elevado patamar de visibilidade e apelo público passam a integrar o circuito mercadológico de bens culturais, tornando-se atrativas para investimentos que asseguram sua organização e realização em larga escala. É o caso do Maior São João do Mundo, que, pela sua dimensão de megaevento e impacto sociocultural, atrai substanciais aportes financeiros, tanto públicos quanto privados.

Apesar das recorrentes dúvidas e questionamentos quanto à transparência e equidade na distribuição dos recursos públicos, nos níveis municipal, estadual e federal, predomina a construção de uma imagem positiva e legitimada do evento, que aparenta corresponder ao gosto do grande público. Tal narrativa sustenta a ideia de um modelo cultural de sucesso, capaz de gerar retorno econômico e visibilidade midiática, ao mesmo tempo em que fortalece o discurso da viabilidade financeira propiciado pelos investimentos empresariais e o incremento da economia local (Nóbrega, 2011).

Esse crescente interesse em torno do Maior São João do Mundo pode ser observado pela ampliação dos investimentos e patrocínios ao longo do tempo, mas também pelo aumento progressivo da duração e da dimensão simbólica da festa. Desde sua criação, em 1983, o evento vem incorporando estratégias de fortalecimento de sua imagem pública, como a escolha de slogans temáticos a cada edição e a expansão do número de dias de festividade, o que evidencia sua transformação em um produto cultural de largo alcance, alinhado às dinâmicas de mercado e consumo cultural. A tabela a seguir apresenta a evolução da festa ao longo de 41 anos (de 1983

a 2024, exceto 2020 e 2021), detalhando informações como o ano, slogan, duração, apoios institucionais e patrocínios comerciais.

Tabela 1 - Duração do festejo, patrocinadores e Slogan do festejo do Maior São João do mundo de 1983 a 2024

Ano	Duração do festejo	Realização / Promoção	Apoio	Patrocínio	Slogan
1983	04 de junho (abertura) a 2 de julho (de acordo com Lima, 2002)	PMCG, Secretaria de Educação e Cultura e Governo Ronaldo da Cunha Lima	Café Aurora	-	Festa de abertura I Campina Grande I 113 quadrilhas de rua
1984	02 de junho a 01 de julho	PMCG, Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura e recreação, Governo da Paraíba e Administração Ronaldo Cunha Lima	Banco Itaú	-	O maior São João do Mundo I Um mês inteirinho de festa
1985	01 de junho a 30 de junho	PMCG, Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura e recreação e Administração Ronaldo Cunha Lima	Banco Itaú	-	O maior São João do Mundo I 30 dias de festa
1986	01 de junho a 30 de junho	PMCG e Administração Ronaldo Cunha Lima	Banco Itaú	-	O maior São João do Mundo I Festa que dura um mês
1987	30 de maio a 30 de junho	PMCG, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Departamento Municipal de Turismo	Ministério da indústria e do comércio (Embratur), Administração Ronaldo Cunha Lima, Café Aurora e Banco Itaú	-	O maior São João do Mundo I Um mês de festa
1988	04 de junho a 10 de julho	PMCG, Administração Ronaldo Cunha Lima, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio e Departamento de Turismo	PBTUR, Embratur, Governo do Estado, Banco Bradesco e Itaú	-	O maior São João do Mundo

1989	02 de junho a 02 de julho	PMCG	Governo do Estado, PBTUR, Departamento municipal de Turismo, Embratur, São Braz, Caixa Econômica Federal	-	Em junho, Campina Grande pega fogo Trinta dias de festa
1990	01 de junho a 01 de julho	PMCG	Banco Itaú e Sandálias Havaianas	-	Acenda a fogueira do seu coração O maior São João do Mundo
1991	01 de junho a 30 junho	PMCG e Governo do Estado	Banco Itaú e PBTUR	-	Em Campina Grande o brasil vira forró junho 30 dias de festa O maior festival de música popular O maior São João do Mundo
1992	05 de junho a 05 de julho	PMCG	Banco Itaú, Sandálias Havaianas, Governo do Estado e PBTUR	-	Em Campina Grande o brasil vira forró 30 dias de festa O maior São João do Mundo
1993	04 de junho a 04 de julho	-	-	-	Em Campina Grande o brasil vira forró O maior São João do mundo
1994	-	-	Itaú; Sandálias Havaianas, Doriana, Governo do Estado, PBTUR e PMCG	-	-
1995	09 de junho a 09 de julho	PMCG	Governo do Estado, PBTUR e Listel	-	Em Campina Grande o brasil vira forró 350 horas de forró Venha para o maior São João do Mundo O maior São João do mundo vai até 9 de julho
1996	07 de junho a 07 de julho		Banco Bandeirantes/Banorte, Parmalat, Listel, Cerveja Antarctica, PBTUR, CDL, Governo do Estado e PMCG	-	Vem virar forró! Campina Grande, o maior São João do Mundo
1997	30 de maio a 29 de junho		Coca Cola, Cerveja Antarctica, Brahma, Top Havaianas, Governo do Estado, Agemed e PMCG	-	O maior São João do Mundo

1998	-	PMCG, Secretaria de Governo e Coordenação Política, Departamento de Comunicação e Departamento de Turismo	-	Ministério da Cultura, Embratur, Brahma, Vitamilho, Top Havaianas e Banco do Nordeste	Campina Grande, o maior São João do mundo
1999	04 de junho a 04 de julho	PMCG	Embratur e Ministério da Cultura	Tim, Brahma e Top Havaianas	Campina Grande, olha pro céu, meu amor O maior São João do mundo
2000	02 de junho a 02 de julho	PMCG	-	Tim, Embratur, Primor, TAM, Caixa Econômica Federal, Ministério do Turismo, Havaianas, Celb e Antarctica	O maior São João do mundo
2001	01 de junho a 01 de julho	PMCG	Primor, Uol, Transporte oficial: Varig	Caixa Econômica Federal, BCP Telecomunicações; Banco do Brasil, Kaiser, Coca Cola, Montilla, Embratur e Ministério da Cultura	Campina Grande, o maior São João do mundo
2002	01 de junho a 30 de junho	PMCG	-	Tim, Antarctica, Montilla, Caixa, Embratur, Primor, Celb, Paraíba e Banco do Brasil	Em Campina Grande, brilham estrelas O maior São João do mundo
2003	30 de maio a 29 de junho	PMCG	Governo do Estado	Tim, Banco do Brasil, Antarctica, Montilla e Fome Zero	A alegria é nossa bandeira O maior São João do mundo
2004	04 de junho a 04 de julho	PMCG	-	Antarctica, Telemar, Banco do Brasil, Governo do Estado da Paraíba, Montilla, Caixa e Governo Federal	Em junho, o Brasil festeja aqui 300 atrações 500 horas de forró O maior São João do mundo
2005	03 de junho a 03 de julho	PMCG	-	Parahyba Convention & Visitors Bureau, Ministério do Turismo, Governo do Estado da Paraíba, Skol Ambev, Nestlé, Havaianas, Eletrobrás, Montilla, Correios, Natura, Infraero, Telemar; Banco do Nordeste, Bradesco, Caixa e Banco do Brasil	O maior São João do mundo

2006 (COPA)	09 de junho a 09 de julho	PMCG	-	Petrobras, Eletrobrás, Banco do Brasil, Caixa, Bradesco, Alpargatas, Correios, Natura, Banco do Nordeste, Merino, Ministério do Turismo, Governo Federal, Governo da Paraíba, Skol, Nestlé e Souza Cruz	O maior São João do Mundo é campeão do mundo A maior seleção de atrações do Brasil
2007	01 de junho a 01 de julho	PMCG	Skol, Smirnoff, Bradesco, Nestlé, Natura, Parahyba Convention & Visitors Bureau, Havaianas, Banco do Brasil, Caixa, Banco do Nordeste, Correios, Eletrobrás, Petrobrás, Ministério das Comunicações, Ministério do Turismo, Ministério de Minas e Energia, Ministério da Cultura e Governo Federal	-	O maior São João do mundo
2008	30 de maio a 29 de junho	PMCG e SEDE	-	Skol, Sony, Bradesco, Bombril, Garoto, Havaianas, Sadia, Brasfrigo S/A, Visa, Parahyba Convention & Visitors Bureau, Abrasel, ABPA, Banco do Brasil, Caixa, Banco do Nordeste, Correios, Eletrobrás, Petrobrás, Ministério de Minas e Energia, Ministério da Cultura, Ministério do Turismo, Ministério das Comunicações e Governo Federal	O maior São João do mundo, cada vez melhor! 31 dias de alegria, cultura e tradição Mais de 400 atrações pra você brincar o São João
2009	29 de maio a 28 de junho	PMCG, SEDE e Governo da Paraíba	-	Governo Federal, Ministério de Minas e Energia, Ministério da Cultura, Ministério do Turismo, Ministério das Comunicações, Skol, Caixa, Avon, Confiança, Montilla, Correios, Infraero, Petrobrás, Eletrobrás, Banco do Nordeste, Bradesco, Banco do Brasil, Bombril, Indaiá, Night Power, Garoto, Havaianas, Bic, Pitú, Sazón, ABPA, Abrasel, Parahyba Convention & Visitors Bureau, Borborema e Wärtsilä	Em Campina o Brasil é mais São João O maior São João do mundo

2010	04 de junho a 04 de julho	PMCG e SEDE	-	Governo Federal, Ministério de Minas e Energia, Ministério da Cultura, Ministério do Turismo, Ministério das Comunicações, Governo da Paraíba, Skol, Caixa, Avon, ABPA, Petrobrás, Banco do Nordeste, Bradesco, Banco do Brasil, Sony, Havaianas, Bic, Hipercard, Cimento Campeão, Pitú, Parahyba Convention & Visitors Bureau e Abrasel	Venha viver o Maior São João do Mundo São João de Campina Grande Do coração da Paraíba para o Brasil
2011	03 de junho a 03 de julho	PMCG e SEDE	-	Schin, Bradesco, Caixa, Banco do Brasil, Avon, Itaú, Hipercard, Hyundai CAO, Montilla, Sky 1S, ABPA, AB Group Infraero, Petrobras, Banco do Nordeste, Ministério de Minas e Energia, Ministério da Cultura, Ministério do Turismo, Ministério das Comunicações e Governo Federal	Aqui, tem mais emoção São João de Campina Grande O maior São João do mundo
2012	01 de junho a 01 de julho	Realização: PMCG, SEDE Comercialização: ABPA e AB group	-	Skol, Bradesco, Caixa, Banco do Brasil, Oi, Avon, Contigo! Primor, Cachaça 51, Hyundai CAO, Montilla, Extra, Puro Sabor, Finna, Banco do Nordeste, Sky, Petrobras, Infraero, Chesf, Ministério de Minas e Energia, Ministério do Turismo, Ministério das Comunicações, Governo Federal, ABPA e AB group	Viva as emoções do São João do Gonzagão O maior São João do mundo
2013	07 de junho a 07 de julho	PMCG, SEDE e Aliança (captação e produção)	-	Governo da Paraíba, Ypióca, Petrobras, Bradesco, Skol, Banco do Brasil, Caixa, Puro Sabor, Finna, Sky, Fofo, Skol, Seda, Havaianas, Kibon, Oi, Honda, Bar do Cuscuz, Indaiá, Redepharma, Trident e Extra	Aqui a animação é do tamanho do mundo O maior São João do mundo 30 anos
2014	06 de junho a 06 de julho	PMCG, SEDE e Aliança (captação e produção)	-	-	Campina Grande, o maior São João do mundo

2015	05 de junho a 05 de julho	PMCG, SEDE e Aliança (captação e produção)	-	Skol, Havaianas, Ypióca, Rede, Banco do Brasil, Petrobras, Fusion, Bradesco, Deline, Sky, Gomes da Costa, Intimus, Smirnoff, Johnnie Walker, Caixa, Governo do Brasil, Lux e Indaiá	É xote, xaxado, baião, milho verde. É São João em Campina. Trinta dias de festa, que ninguém imagina, aqui no parque do povo, é emoção por segundo, o Brasil vira forró no maior São João do mundo O maior São João do mundo
2016	03 de junho a 03 de julho				Venha curtir as tradições O maior São João do mundo
2017	02 de junho a 02 de julho	PMCG, Aliança (captação e produção) e Medow promo (estrutura)	-	-	34 anos de tradição Quem ama festa junina, vem danças 31 dias sem parar O maior São João do mundo
2018	01 de junho a 01 de julho	PMCG, Aliança (captação e produção) e Medow promo (estrutura e montagem)	-	-	O maior São João do mundo
2019	07 de junho a 07 de julho	PMCG, Aliança (captação e produção) e Medow Entertainment (estrutura)	Brahma	-	Se achegue pra Campina Grande O maior São João do mundo
2020	PANDEMIA 23, 24 e 27 de junho	PANDEMIA (Live – Medow Entertainment)	PANDEMIA (PMCG)	Brahma, Carajás, Redepharma, Pitú, Mercedes, DrogaVET, Brasifort, Sercosi, Polo da Moda Campina Grande, Unidas, Top mídia, Mais vídeo, Armazém Paraíba, ArmazemPB, Energisa, Tely, Talismã	PANDEMIA São João de Campina em casa O maior São João do mundo
2021	PANDEMIA 12, 19, 23, 24, 26 e 29 de junho	PANDEMIA (Live – Medow Entertainment)	PANDEMIA (PMCG, Vila sítio São João)	Brahma, Bohemia, Primor, Br polo shopping, Brisanet, Energisa, Redepharma, Brasifort, Sesc, Pitú, Loterias, Governo federal	PANDEMIA Circuito mundial de lives e eventos juninos O mundo vira forró em Campina Grande O maior São João do mundo

2022	10 de junho a 10 de julho	PMCG, Meadow Entertainment, Secretaria de Cultura do Município	Brahma	Brahma, Brisanet, BraisCompany, Bradesco, Redepharma, BetPix, Assaí, Toddy, Cheetos, Primor, Governo Federal, Cartões Caixa, Elo, Azul, Casas Bahia, Ballantine's, Matuta, Natura, PagSeguro, São Braz, Amvox, Energisa, Assolan, Maggi, Indaiá, Sua Música, Consul, Engov, Mioche, Will e Sercosi	O maior São João do mundo
2023	01 de junho a 02 de julho	PMCG, Arte Produções, Viotte eventos, Vybbe	Brahma e Vai de Bet	Banco Master, Seda, Banco Bradesco, Ballantine's, Proxima, Primor, Matuta, Elo, PagBank, Redepharma, Mix Mateus, o Boticário, AeC, Casas Bahia, Amvox, Maggi, Energisa, Santa Clara, C&A, Gol, Cremer, PHD, Beats, Pepsi, Banco do Brasil, Claro e Sua Música	O maior São João do mundo
2024	29 de maio a 30 de junho	PMCG, Ministério da Cultura e Governo Federal	Ministério do Turismo, Brahma e Vai de Bet	Petrobras, Garoto, Natura, Bradesco, Banco do Brasil, Ballantine's, Brasil Gás, Primor, L'oreal Elseve, Baygon, Proxima, Assaí, Maggi, Azul, Matuta, Casas Bahia, Redepharma, Engov, Guanabara, AeC, Cielo, Elo, Nestlé, Colgate, Energisa, Amvox, Cremer, Santa Helena, Neosaldina, Claro, Indaiá, Pepsi, Beats, São Braz, PagFast, Banco do Nordeste, Sua Música, C&A, PND, Kairós e Loterias Caixa	O maior São João do mundo

Fonte: Elaborado pela autora com base em Nóbrega (2010), nos folders oficiais de divulgação dos festejos juninos, com complementações referentes aos anos não cobertos pela autora²⁷

²⁷ Levantamento originalmente iniciado por Nóbrega (2020), com atualizações e complementações realizadas pela autora a partir dos folders de divulgação das edições mais recentes do evento.

4.3. ESTRUTURA E EVOLUÇÃO

Precisava Campina dum evento, / um marco inusitado, um fato novo. / Em vez de um lamaçal, Parque do Povo, / imenso e triunfal empreendimento. / Drenagem, cavação, pedra, cimento, / aterro, ferro, brita, a lama move, / da luta desigual não me demovo, / o destemor do inédito alimento. / Hoje, o Parque do Povo no apogeu, / tenho orgulho da gente que o ergueu / dando ao poeta o sonho mais fecundo. / Pela força da fé que Deus me deu, / Campina Grande muito mais cresceu / ao nascer o Maior São João do Mundo, (Lima, 2012)²⁸.

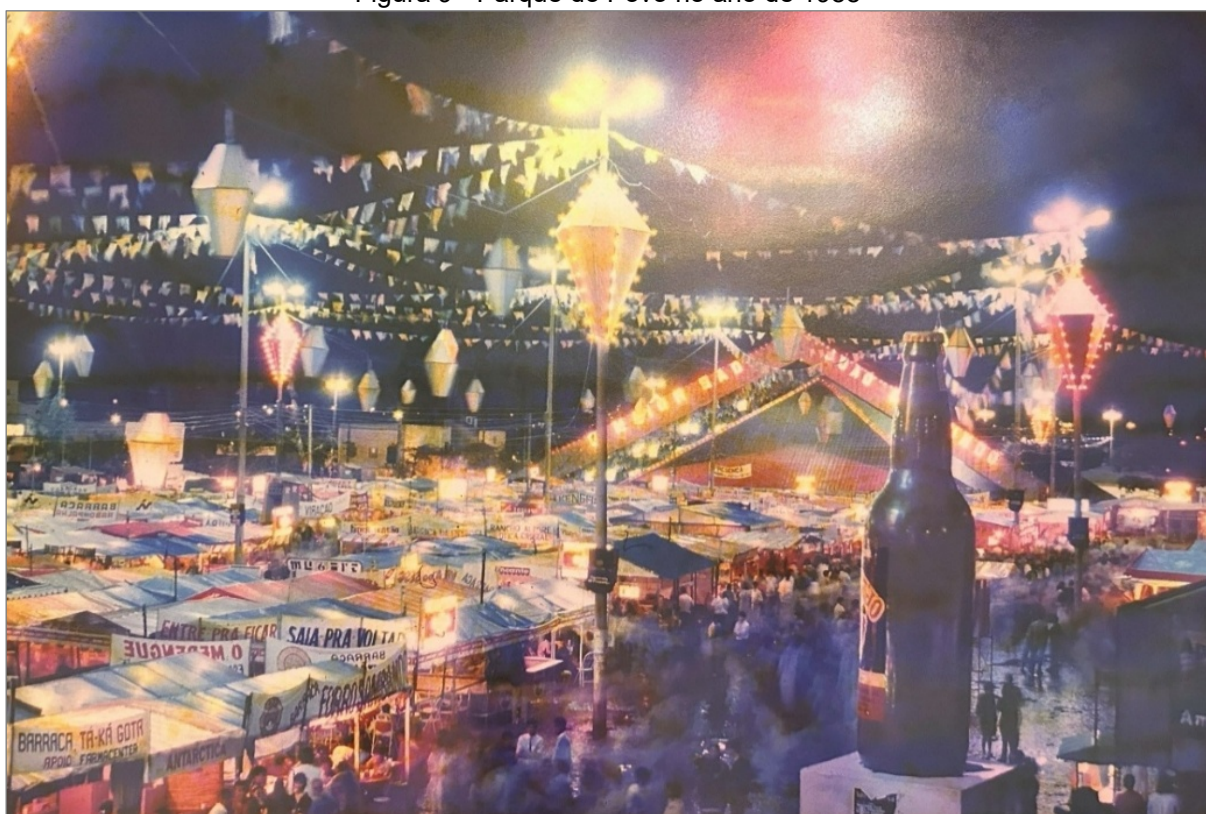
Nos anos subsequentes, especificamente entre 1987 e 1988 (Figura 9), ainda sob a gestão de Ronaldo José da Cunha Lima, a área destinada à realização das festividades passou por uma ampliação, impulsionada pelo êxito crescente do evento junino. A expansão ocorreu por meio da desapropriação de imóveis no entorno imediato, sendo a extensão total da área frequentemente referida na literatura acadêmica, e até mesmo oficialmente, como atesta a própria placa instalada no Parque do Povo, como tendo alcançado 42 mil metros quadrados (PMCG, 2024; Lima, 2022, p. 64).

No entanto, análises mais recentes, com base na atual base cartográfica da cidade, indicam que a área efetiva à época era sensivelmente menor, entre 32 e 33 mil metros quadrados, atingindo aproximadamente 40 mil metros quadrados apenas em 2024, após nova ampliação. Essa discrepância numérica pode estar relacionada a múltiplos fatores. É possível que, à época, os dados divulgados se baseassem em estimativas pouco precisas ou considerassem áreas ainda não totalmente incorporadas ao uso efetivo do evento, como espaços adjacentes planejados, áreas de apoio temporário ou vias públicas parcialmente interditadas. Outra hipótese plausível é a divergência entre a área total bruta sob controle municipal e a área útil efetivamente utilizada. Além disso, não se pode descartar a possibilidade de que parte dos terrenos inicialmente desapropriados tenha sido posteriormente remanejada para outros fins urbanísticos. Essa discrepância revela como os dados espaciais associados ao Parque do Povo foram, ao longo do tempo, também utilizados como instrumentos de construção da grandiosidade do evento. Hoje, com o apoio de bases cartográficas digitais e sistemas georreferenciados, é possível obter medidas mais acuradas sobre o espaço efetivamente ocupado pela festa.

²⁸ O poema foi publicado no Jornal da Paraíba de 24 de junho de 2012, no encerramento do festejo do Maior São João do mundo.

A ampliação física provocou reconfigurações importantes na ocupação interna do Parque do Povo, especialmente no reposicionamento espacial do setor C, cujas barracas passaram a ser instaladas atrás da pirâmide. Segundo Chianca (1987, p. 24) registra que, naquele ano, cerca de 400 barracas foram instaladas no espaço festivo. Entre elas, destacou-se uma barraca específica, coordenada pela primeira-dama Glória Rodrigues da Cunha Lima, dedicada à venda de artigos confeccionados por representantes da sociedade civil, sem fins lucrativos, cuja renda era integralmente revertida para obras sociais e filantrópicas do município. O que leva Lima (2002, p. 70) a observar que “é o espaço festivo servindo, também, para popularizar a figura da primeira-dama”, (Chianca, 1987, p. 24; Lima, 2002, p. 70).

Figura 9 - Parque do Povo no ano de 1988



Fonte: Acervo de Cléa Cordeiro (Memorial do Maior São João do Mundo)

É interessante notar a permanência dessa estratégia no tempo, na atual gestão municipal, administrada por Bruno Cunha Lima, neto de Ronaldo, observa-se uma retomada dessa prática. Nas últimas edições do evento, sua esposa, Juliana Cunha Lima, tem promovido iniciativas semelhantes de valorização do artesanato local, com destaque, em 2025, para um desfile realizado na Pirâmide, ampliando a visibilidade de artesãos e produtores culturais da cidade. A recorrência dessa ação sugere uma permanência de uso do espaço festivo como plataforma de reforço institucional e de

promoção da figura da primeira-dama, além de ressaltar o entrelaçamento entre festa, poder público e visibilidade social.

Já no período de 1989 a 1992, sob a administração do então prefeito Cássio Rodrigues da Cunha Lima, filho do idealizador do evento, os discursos e os agenciamentos em torno do São João de Campina Grande ganham novos contornos. Para a organização do festejo de 1989, foi criada uma comissão permanente, com atuação ao longo de todo o ano, incumbida de elaborar um projeto que contemplasse desde a infraestrutura até a programação artística do evento (Lima, 2002, p. 71).

Observa-se, nesse período, um esforço deliberado de intensificação da ambiência junina por meio da valorização de elementos tradicionais não apenas no campo da ornamentação visual, mas também nas expressões alimentares, nos trajes típicos e nas práticas simbólicas. A decoração da festa recebeu atenção especial: 58 balões e incontáveis bandeirolas foram espalhados por todo o Parque do Povo e pelo Forródro. No Centro Cultural, ao lado, instalaram-se três grandes painéis, com cerca de seis metros de altura, representando os santos juninos, iluminados por 150 lâmpadas coloridas. O próprio Forródro foi adornado com estrelas de mais de um metro de diâmetro, acopladas a refletores e cercadas por balões. Nesse mesmo sentido, a nomeação das fileiras de barracas com designações como “Rua da Pamonha”, “Rua do Angu” e “Rua da Canjica” reforçou o vínculo temático com a cultura alimentar regional, além de funcionar como recurso de organização espacial e orientação para os frequentadores. Vale destacar que, em 1989, o número de barracas instaladas chegou a 350, uma leve redução em relação ao ano anterior, mas que ainda confirma a consolidação do evento enquanto festejo urbano de grande porte, (Lima, 2002, p. 71-78).

Todas essas ações refletem um esforço contínuo de alinhar tradição e inovação, autenticidade cultural e projeção midiática. Desde sua origem, os elementos associados à autenticidade da cultura junina nordestina já estavam presentes, especialmente no plano simbólico-discursivo elaborado por seus idealizadores. Nesse sentido, o próprio criador da marca “O Maior São João do Mundo”, Ronaldo Cunha Lima, justificava a institucionalização da festa como uma iniciativa voltada ao:

[...] resgate das raízes culturais comuns às festas juninas e à retomada do desenvolvimento econômico local, mediante a inserção da cidade no universo da indústria turística (Nóbrega, 2010, p. 161–162).

Entre os anos de 1991 e 1993, não foram localizadas documentações oficiais ou registros acadêmicos que evidenciem modificações espaciais significativas no Parque do Povo. Nesse período, o destaque recai menos sobre transformações físicas e mais sobre a crescente profissionalização e aprimoramento da organização do evento. Observa-se um avanço na estrutura administrativa da festa, com maior planejamento técnico, padronização de procedimentos e consolidação de práticas que visavam qualificar a experiência dos frequentadores e fortalecer a imagem do São João de Campina Grande como um grande produto turístico-cultural.

Em 1994, o São João de Campina Grande apresenta algumas inovações na configuração espacial do Parque do Povo, sinalizando ajustes pontuais dentro de um processo mais amplo de organização contínua do evento. Conforme relata Lima (2002, p. 84-85), uma das principais alterações diz respeito à cobertura das barracas, cuja padronização foi atribuída à empresa “Salvador Toldos”, contratada pela prefeitura municipal. A empresa ficou encarregada da instalação de coberturas em formato piramidal e da aplicação de um padrão cromático, verde, amarelo, azul e laranja, supostamente vinculado à ambientação da Copa do Mundo realizada naquele ano.

No entanto, registros fotográficos do período indicam diferenças entre o relato e a execução visual do projeto, evidenciando o uso predominante das cores branca, vermelha, amarela e azul, remetendo, antes, ao imaginário simbólico dos balões juninos. Há também divergências quanto à datação dessa intervenção visual, enquanto Lima (2002) apresenta registro semelhante datado de 1994, o memorial organizado por Cléa Cordeiro traz um registro fotográfico semelhante datado de 1996, ao passo que a TV Paraíba veicula, em publicação de 1995, imagens da abertura do São João daquele ano com a presença de Dominginhos, nas quais o mesmo padrão visual é identificado. Opta-se, neste trabalho, por considerar 1994 como o ano da alteração, com base em reportagem jornalística da época que descreve a instalação de 160 barracas, organizadas duas a duas sob coberturas que remetiam formalmente à estética dos balões juninos (Figura 10).

Além disso, o mesmo jornal relata a disposição de outras 98 barracas na área anexa ao espaço principal, somadas a 10 pavilhões. No Arraial Hilton Motta abrigava 22 barracas adicionais, complementando o ambiente festivo, que também incluía a tradicional “cidadezinha do interior”. Já nas proximidades da Pirâmide, registrou-se o

uso de lonas comuns como cobertura, indicando coexistência de distintos modelos construtivos dentro do mesmo ambiente festivo (Jornal A união, 1994) ²⁹.

Figura 10 - Parque do Povo no ano de 1994



Fonte: Registrado por Cácio Murilo, encontrado no acervo de Cléa Cordeiro (Memorial do Maior São João do Mundo)

Em 1995, o evento apresentou poucas modificações em relação ao ano anterior; todavia, passou a incorporar um novo elemento espacial: a **cidade cenográfica**, instalada na porção sul do Parque do Povo (área inferior), no recém-inaugurado Arraial Hilton Motta, acompanhada da implantação de um segundo palco, destinado às apresentações de grupos folclóricos e quadrilhas juninas. A justificativa para a criação da cidade cenográfica baseia-se em discursos formulados pelos organizadores e pela mídia, que ressaltam seu caráter educativo e memorial, proporcionando aos visitantes a oportunidade de conhecer aspectos da história local e de reviver, de forma simbólica, o passado do município. Dessa forma, constituída por réplicas de edificações historicamente relevantes, a cidade cenográfica funciona como estratégia de turistificação de marcos identitários de Campina Grande, ao reproduzir tanto construções preservadas quanto representações de edifícios já

²⁹ Revista Turismo, Cultura e Lazer, Jornal A União. Título: **O Maior São João do Mundo – Ano Dez.** Ano I, n.º 17, 1994, João Pessoa – PB. Data de publicação: 23/06/1994.

demolidos ou em processo de arruinamento, ressignificando os no contexto do consumo cultural.

Cabe destacar que nunca houve uma “reprodução da cidade” em escala, mas sim a criação de réplicas cenográficas de fachadas, que evocam elementos da memória arquitetônica regional. Essas réplicas funcionam mais como um simulacro afetivo do que como reconstituições fidedignas, reforçando o caráter espetacular e identitário do evento.

A cidade cenográfica permanece, três décadas depois, como um dos principais elementos do “Maior São João do Mundo”, abrigando réplicas de edifícios históricos, como igrejas, casarões, praças e ruas, que, organizadas em forma de vila, buscam representar um passado urbano idealizado de Campina Grande. No entanto, essa operação simbólica também carrega uma contradição, enquanto se reproduzem versões estilizadas do patrimônio arquitetônico edificado para consumo festivo e turístico, as referências concretas da cidade, seus edifícios históricos reais, enfrentam abandono, descaracterização ou demolição (Figura 11). Como aponta Queiroz (2010), há um paradoxo evidente entre o que se exalta como memória no espaço cenográfico e o que se negligencia no espaço urbano cotidiano:

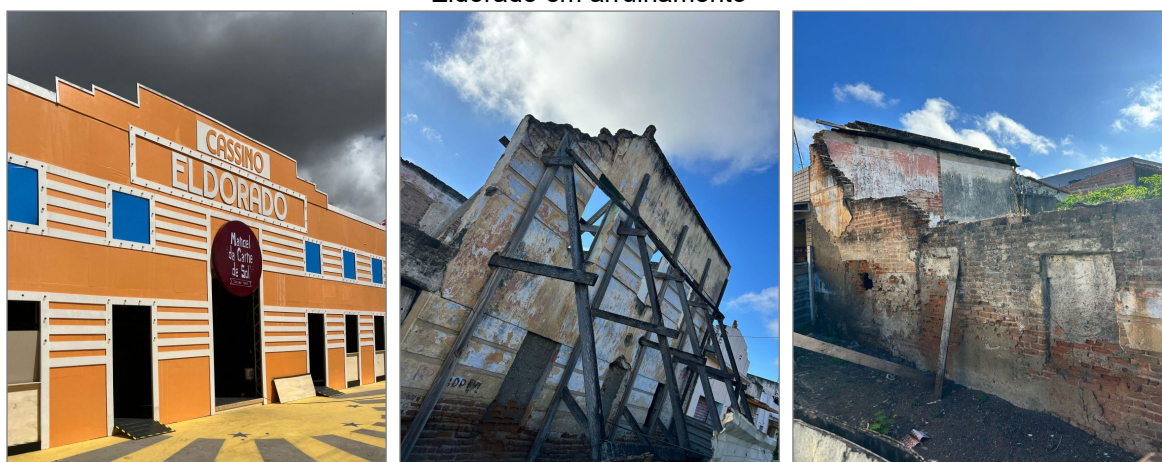
Durante os festejos juninos, cultuamos réplicas arquitetônicas de um pretérito que nem sabemos se é nosso. Enquanto isso, as nossas concretas referências se desmaterializam. Junto, vai-se parte de tudo o que está atrelado ao patrimônio material: memórias de usos, formas espaciais, padrões estéticos, sons, cheiros, vestimentas, gestos, (Queiroz, 2010, p. 6).

Iniciativas como a cidade cenográfica, ao transformarem o patrimônio cultural em um simulacro estético facilmente consumível, tendem a esvaziar sua densidade histórica e simbólica, reduzindo-o a um mero objeto de consumo, transformado em espetáculo raso e assimilável como qualquer mercadoria que circula na lógica contemporânea, um fetiche, como define Veloso (2006). Nesse processo, promove-se o culto à réplica, onde a representação visual sobrepõe-se à prática cultural viva, eliminando gradualmente a relação orgânica entre formas, usos e significados (Menezes, 2012). Trata-se de uma dinâmica que ressoa com a crítica de Debord (1997) à sociedade do espetáculo, na qual a realidade é substituída por imagens que operam como mercadorias visuais, a experiência vivida é substituída pela representação. O espetáculo, nesse caso, não é apenas um conjunto de imagens, mas uma relação social mediada por essas imagens, que reorganiza a vida coletiva

em função do consumo simbólico. A fetichização do patrimônio edificado, ao convertê-lo em superfície estética desvinculada de sua historicidade, compromete sua capacidade de mediar a memória coletiva, diluindo os vínculos afetivos, simbólicos e sociais que o legitimam como bem cultural.

Contudo, tal crítica não nega a relevância da materialidade patrimonial, pois embora sejam os valores simbólicos que constituem o patrimônio, é por meio de sua materialidade que esses sentidos se condensam e se atualizam. Como afirmam Nery e Baeta (2022, p. 87), a materialidade do patrimônio edificado atua como vetor de significados, capaz de emanar e aceitar múltiplas interpretações, sendo, portanto, elemento imprescindível à continuidade das memórias que nele se inscrevem. O paradoxo instaurado, portanto, não é entre réplica e original, mas entre representação estetizada e vivência coletiva; entre a preservação crítica e o apagamento cultural disfarçado de celebração (Diniz *et al.*, 2025).

Figura 11 - Réplica do Casino Eldorado no São João de 2024. Ao lado, atual situação do Casino Eldorado em arruinamento



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora, 2024 e 2025, respectivamente

Para além dos discursos voltados à evocação do passado urbano de Campina Grande, a construção da Cidade Cenográfica, em 1995, também visava fomentar uma maior circulação de campinenses e turistas na porção sul do Parque do Povo, especificamente no recém-inaugurado Arraial Hilton Motta, funcionando como estratégia para desconcentrar o fluxo intenso de pessoas na área norte, tradicionalmente mais frequentada. Como já discutido em páginas anteriores, essa região inferior do Parque, localizada atrás da pirâmide central, era historicamente associada a festeiros de menor poder aquisitivo, configurando uma territorialidade marcada por distinções sociais.

A ideia de fazer reproduções de alguns prédios históricos da cidade no Arraial Hilton Motta, em Campina Grande, não foi só um fato de inovação e beleza, mas também conseguiu 'equilibrar' todo o Parque do Povo durante as festividades do Maior São João do Mundo, já que antes havia uma certa discriminação com a parte de baixo do Parque, que inclusive era chamada de xerém. Ao contrário do que aconteceu em anos anteriores, hoje a parte de baixo é a mais procurada e frequentada por campinenses e turistas exatamente por um motivo específico: a existência da cidade cenográfica. Reproduzindo com riqueza de detalhes os prédios da Câmara Municipal, Catedral, Cassino Eldorado, Telégrafo Nacional e a Fruteira de Cristino Pimentel, a cidade se constitui numa das maiores atrações, não só pelo fato de mostrar o passado para quem vive no presente, mas também por resgatar a memória campinense (Jornal da Paraíba, 1995)³⁰.

A inserção da “Cidade Cenográfica” nesse espaço, portanto, contribui para a redefinição de usos e sentidos do território festivo. O que se observa, nesse contexto, é a emergência de novos pontos de referência dentro da festa, configurando uma nova territorialidade construída não apenas a partir da estética cenográfica, mas também da tentativa de **reequilibrar espacialmente os fluxos e experiências durante os festejos**.

Essa lógica ganha ainda mais intensidade no ano de 1996, quando o parque passa por uma nova reconfiguração espacial, marcada pela implantação de módulos compostos por bares e pistas de dança, substituindo as tradicionais barracas lineares. Cada módulo, formado por seis bares e uma área destinada ao forró, promoveu uma descentralização das atividades dançantes que, até então, gravitavam em torno da pirâmide. Essa redistribuição fragmentou o território da dança, multiplicando os pontos de sociabilidade e formando micro territorialidades festivas ao longo do parque, uma racionalização espacial que tornou a experiência mais dispersa e, ao mesmo tempo, mais acessível.

Paralelamente, a Cidade Cenográfica foi expandida para incluir 34 réplicas de edificações históricas de Campina Grande, reforçando o investimento simbólico na memória urbana como estratégia de ambientação do setor sul do evento. No entanto, tal ampliação não implicou em um fortalecimento da centralidade dessa área, o palco em forma de coreto, anteriormente utilizado para apresentações de quadrilhas e grupos folclóricos, foi transferido para a parte norte (superior), restando à área inferior apenas o som reproduzido por alto-falantes e pelas próprias barracas, alteração que evidenciou um deslocamento hierárquico nas dinâmicas festivas (Lima, 2002, p. 92).

³⁰ Jornal da Paraíba – Campina Grande, 25/06/1995 *apud* Lima, 2002, p. 87.

Dando continuidade ao processo de reconfiguração do Parque do Povo, em 1997 (Figura 12), intensifica-se a cenarização do espaço festivo com a adoção de barracas mais elaboradas, feitas em madeira e telhas, substituindo os tradicionais toldos (ver anexo 12), compondo um cenário cada vez mais estilizado e espetacularizado. Paralelamente, a criação da chamada Rua da Imprensa, revelando o peso crescente da mediação midiática na estruturação do evento, ao integrar a lógica do espetáculo à organização espacial da festa. Também ganham destaque as “Ilhas do Forró”, batizadas como forró de Zé Bezerra e forró de Zé Lagoa, pequenos palcos descentralizados dedicados à performance de trios de forró pé-de-serra, que se somam à multiplicação de áreas dançantes iniciada no ano anterior, consolidando a fragmentação das territorialidades festivas. A esse conjunto, somam-se painéis decorativos e fachadas temáticas que emolduram o parque com símbolos populares da festa junina, ativando um repertório visual que transforma o espaço em vitrine simbólica da “tradição”, agora transfigurada em imagem urbana para consumo e apreciação (Lima, 2002, p. 94).

Figura 12 - Projeto do Parque do Povo no ano de 1997



Fonte: Correio da Paraíba, 1997 - Acervo de Cléa Cordeiro (Memorial do Maior São João do Mundo)

Em 1998, embora o volume de mudanças na estrutura do Parque do Povo tenha sido menor em comparação aos anos anteriores, algumas alterações pontuais reforçam a continuidade do processo de espetacularização e cenarização da festa. O palco principal foi transferido da porção norte do parque para o setor da cidade cenográfica, no Arraial Hilton Motta, ao passo que duas novas Ilhas do Forró, batizadas como forró de Seu Vavá” e forró de Zé Pacheco, foram instaladas. A multiplicação desses núcleos descentralizados de dança reafirma a fragmentação do território festivo e a busca por uma experiência mais imersiva e difusa (Lima, 2002, p. 100).

Outro destaque desse ano foi a introdução do **Sítio São João** (Figura 13), uma barraca que simula o interior de uma casa rural nordestina, com mobílias e utensílios típicos: penico debaixo da cama, colcha de retalhos, imagens religiosas nas paredes, prateleiras com sanfona e potes de barro (Lima, 2002, p. 100). Ao reproduzir uma estética rústica idealizada, esse espaço reafirma a construção de um rural imaginado, estetizado e descontextualizado, uma representação caricata que transforma o cotidiano do campo em alegoria urbana para fins turísticos. O sítio torna-se, assim, emblema daquilo que a festa propõe, a conversão do urbano em espaço rural simbólico, onde a tradição é encenada como espetáculo.

Figura 13 - Vila Sítio São João edição de 2024



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora, 2024

Importa observar, contudo, que naquele momento tratava-se apenas de uma única barraca instalada dentro do Parque do Povo. Com o passar dos anos, o Sítio São João expandiu-se, desvinculando-se do espaço original da festa e sendo relocado em outros pontos da cidade. Atualmente, constitui-se como uma atração autônoma e mais complexa, que simula um verdadeiro vilarejo rural, composto por

uma série de edificações e ambientações típicas, como casa de taipa, bodega, casa de farinha, casa de ferreiro, engenho de cana-de-açúcar, entre outros elementos. A localização do Sítio variou ao longo dos anos, ocupando diferentes pontos da cidade, mas sua proposta permaneceu a mesma: ampliar a experiência sensorial e imersiva do “rural nordestino” idealizado.

Em 2018, no entanto, o Sítio São João passou a contar com um espaço fixo, consolidando-se como uma atração permanente no calendário junino de Campina Grande e fortalecendo ainda mais sua função como dispositivo simbólico da festa.

Embora algumas fontes indiquem a instalação do Sítio São João apenas a partir de 2001, como afirma Nóbrega (2007, p. 73), ao atribuir ao idealizador João Dantas a criação do espaço no interior do Parque do Povo naquele ano, registros anteriores sugerem que versões embrionárias da proposta já estavam presentes no evento. Layouts da festa de 2000 (Figura 15), por exemplo, já apontam a presença de um espaço identificado como Sítio São João, ainda que em escala reduzida. Essa diferença pode indicar não uma contradição, mas sim uma distinção entre a presença inicial do tema enquanto recurso cenográfico pontual e sua posterior ampliação como espaço cenográfico estruturado e com identidade própria, o que teria ocorrido, de fato, em 2001.

A versão consolidada do Sítio São João, tal como destacada por Nóbrega (2007, p. 73), alcançou, já em seu segundo ano, status de principal atração temática do evento, com uma estimativa de 400 mil visitantes em 2002, o que reforça seu papel como dispositivo simbólico central na lógica da espetacularização da festa.

Em 1999, o processo de cenarização avançou com mudanças na ambientação da cidade cenográfica, as réplicas antigas foram substituídas por novas imagens, reproduzindo, inclusive, cenários atuais, como a Catedral de Nossa Senhora da Conceição e o Casino Eldorado³¹, servindo de “camarote destinado às autoridades políticas e convidados especiais” (PMCG, 2024³²; Lima, 2002, p. 102).

³¹ Mantém-se a grafia “Casino Eldorado”, conforme registrado na fachada da edificação e veiculada nas publicações da época. Embora a forma atual da palavra seja “cassino”, optou-se por preservar a grafia original por razões históricas e de fidelidade documental.

³² PMCG. Parque do Povo: transformação de Campina Grande através do PP e do São João. Publicado em 2024. Disponível em: <https://campinagrande.pb.gov.br/parque-do-povo-transformacao-de-campina-grande-atraves-do-pp-e-do-sao-joao/>.

Outro marco cenográfico relevante foi a instalação da fogueira cenográfica (Figura 14), também chamada de fogueira ecológica, elemento que passou a compor centralmente a ambientação do Parque do Povo.

Instalada na parte superior do Parque do Povo, a super fogueira mede 15 metros de altura por 5 metros de diâmetro. A estrutura também é de ferro, mas na parte de cenografia foi utilizado madeira revestida de tecido para que ela ficasse mais leve. A cenografia dá impressão de imensos troncos dispostos uns sobre os outros, tal e qual numa fogueira de verdade. Para completar o cenário, efeitos de iluminação farão o trabalho das chamas artificiais e um dispositivo eletrônico comporá o sistema de áudio, reproduzindo sons de chamas e o estalar característico da lenha queimando (Diário da Borborema, 1999)³³.

Como podemos ver nas imagens abaixo, trata-se de um marco tanto espacial quanto simbólico, cuja presença permanece até hoje nos layouts das edições posteriores do evento. Sua imponência não apenas orienta a organização do espaço, funcionando como ponto de referência visual e de encontro, como também reforça o imaginário tradicional em torno das festas juninas, reconfigurado em escala monumental.

Figura 14 - Fogueira artificial instalada no Parque do Povo, edição de São João de 2023 e 2025



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora, 2023 e 2025, respectivamente

³³ Diário da Borborema – Campina Grande, 08/06/1999 *apud* Lima, 2002.

Ainda nesse movimento revalorização da religiosidade, outra novidade foi o Casamento Coletivo, promovido em frente à réplica da catedral no dia de Santo Antônio (13 de junho), reafirmando o entrelaçamento entre tradição religiosa, performance simbólica e estratégia de atração turística, uma tradição consolidada que permanece até os dias de hoje (Lima, 2002, p. 104-106).

Ao longo dessas observações pontuais sobre as modificações espaciais promovidas ao longo do tempo, percebe-se como muitas das transformações implementadas em edições passadas continuam entrelaçadas à estrutura e à simbologia das festividades atuais. Em especial, a década de 1990 se destaca como um período decisivo de reconfiguração territorial e estética do evento, marcado por intensos processos de cenarização, tematização e segmentação dos espaços festivos. É nesse período que se consolidam estratégias de valorização simbólica e patrimonialização da cultura nordestina, muitas das quais permanecem como traços estruturais do São João contemporâneo, evidenciando o modo como o passado recente ainda molda a forma e o sentido da festa hoje.

Apesar da existência de importantes trabalhos sobre o São João de Campina Grande, como os de Chianca (1987) e Lima (2001), que se debruçam sobre as transformações ocorridas nas décadas de 1980 e 1990, nota-se que, entre os anos 2000 a 2024, são escassas as produções que documentam a história e os desdobramentos do festejo. Diante dessa lacuna, as análises que se seguem tomam como base os registros documentais disponíveis e alguns trabalhos acadêmicos relevantes, privilegiando os anos cujas modificações espaciais puderam ser confirmadas por fontes diretas.

No ano 2000 (Figura 16), observa-se uma reconfiguração marcante na organização do evento, com a realocação do palco principal, anteriormente situado na porção norte do Parque do Povo, para a extremidade sul, ocupando a área que antes abrigada o parque de diversões (conforme evidenciado no layout de 1999). Essa alteração não apenas modificou o arranjo físico da festa, mas também ressignificou a dinâmica de ocupação e circulação no espaço festivo. Além disso, registrou-se um aumento no número total de barracas, com crescimento particularmente expressivo no setor sul do parque, consolidando uma nova lógica espacial e funcional.

A mudança implicou, ainda, na interdição prolongada da Rua Sebastião Donato, via estratégica de circulação urbana, que permaneceu fechada por mais de um mês durante a realização do evento. Tal estratégia, aliás, ainda persiste nas

edições contemporâneas, embora com adaptações, nos últimos anos, a via permanece liberada durante o dia e é interditada apenas no período noturno, acompanhando o fluxo crescente e a intensificação das atividades festivas.

Figura 16 - Layout de São João do Parque do Povo em 2000



Fonte: Acervo de Cléa Cordeiro (Memorial do Maior São João do Mundo)

Essa nova disposição do palco proporcionou uma ampliação perceptível do espaço destinado ao público e à dança, redefinindo os limites e os usos da área central da festa. Com o palco deslocado para a porção inferior e a parte superior ocupada predominantemente por barracas e restaurantes, estabeleceu-se uma segmentação social e simbólica entre os diferentes perfis de público. Conforme relata Cléa Cordeiro, “nessa época a cidade acabou criando uma espécie de divisão de classes sociais. Muita gente brincava dizendo que a parte superior era para os ricos e a parte de baixo era para os pobres”. Apesar do tom irônico dessa observação, ela revela como a organização espacial do festejo reflete e reforça distinções sociais presentes na cidade.

Essas dinâmicas de segregação espacial já haviam sido destacadas por estudiosos como Chianca (1987) e Lima (2002), que indicam a existência de zonas dentro do Parque do Povo marcadas por diferentes níveis de prestígio, consumo e acessibilidade. Ambas ressaltam que a área próxima à pista de dança, onde o público

assiste aos shows, está associada a uma classe social mais popular, em contraste com outras áreas, que evidenciam distinções simbólicas e socioeconômicas.

Ainda em 2000, registra-se o primeiro show pirotécnico oficial do evento, marco que sinaliza outro marco da nova fase de espetacularização do São João. A ampliação da dimensão cênica do palco, aliada à expansão do espaço para o público, intensificou a transformação da festa em um espetáculo de grandes proporções. Assim, o ano 2000 configura-se como ponto de inflexão decisivo, inaugurando o século XXI com maior intensidade nas estratégias de entretenimento, visibilidade midiática e segmentação espacial.

A reorganização espacial e as inovações técnicas desse período podem ser compreendidas como o início de uma fase em que o São João de Campina Grande se estrutura com maior densidade técnica, simbólica e midiática, consolidando sua posição enquanto evento de relevância nacional e internacional.

A partir da comparação entre o layout oficial do evento e as informações veiculadas pelo Jornal da Paraíba (2001), é possível observar que a edição daquele ano manteve, em grande medida, a organização espacial consolidada em 2000, promovendo apenas alterações pontuais voltadas à ampliação da infraestrutura e à qualificação da experiência do público (ver anexo 13). A principal modificação registrada foi o recuo de 50 metros no palco principal, medida que teve como objetivo ampliar a área de visibilidade e circulação diante das apresentações musicais, reafirmando o investimento crescente na dimensão performática do evento (Figura 17).

Outras intervenções incluíram a instalação de quatro novos pavilhões e uma ilha de forró no Arraial Hilton Motta, além da criação de dois minipavilhões na parte superior do Parque do Povo, ajustes que indicam um processo de refinamento no uso dos espaços já consolidados no ano anterior. A cidade cenográfica e os camarotes, antes localizados na Rua Sebastião Donato, foram deslocados para o lado oposto da praça, medida que reordenou os fluxos internos e melhorou o acesso ao evento.

A valorização da cultura popular seguiu como eixo da programação, com destaque para o Sítio São João e a Vila Nova da Rainha, que concentraram apresentações de bandas de pífanos, emboladores de coco, rabequeiros e repentistas. Já a abertura da festa contou com um show pirotécnico de 20 minutos, reforçando a lógica de espetacularização adotada desde o ano 2000. Em meio ao contexto do racionamento de energia elétrica, a festa foi simbolicamente apresentada

pelo então prefeito Cássio Cunha Lima como uma “indústria movida a candeeiro”, frase que, além de responder às condições práticas do período, também se insere no imaginário de rusticidade e resistência cultural que permeia o evento.

Figura 17 - Layout de São João no Parque do Povo em 2001



Fonte: Acervo de Cléa Cordeiro (Memorial do Maior São João do Mundo)

Apesar da escassez de registros sistemáticos entre os anos de 2002 a 2009, as matérias jornalísticas (olhar anexos) e os materiais iconográficos disponíveis referentes ao ano de 2003, 2004, 2007 e 2009 permitem vislumbrar aspectos importantes da configuração e das estratégias do evento naquele período. Complementarmente, trabalhos acadêmicos produzidos posteriormente oferecem subsídios valiosos para reconstruir e interpretar a evolução da festa nos anos seguintes, especialmente diante da ausência de registros oficiais ou jornalísticos. Ainda que esses estudos não sejam registros diretos do período, suas análises permitem inferir transformações espaciais relevantes.

De acordo com matéria de Jornal (2003), Campina Grande já se afirmava como uma das sedes dos maiores festejos juninos do país, e, segundo o discurso midiático, “do mundo”, com expectativa de atrair mais de um milhão de pessoas ao longo do mês de celebrações. O Parque do Povo surge, nesse contexto, como o principal epicentro das atividades, com cerca de 300 barracas, um palco central para grandes

shows, um tablado para apresentações folclóricas e diversas Ilhas de Forró distribuídas pelo espaço.

A cenografia assume, mais uma vez, como papel na construção da experiência festiva, como enfatiza matéria do jornal Tribuna (2003), estruturas como a Vila Nova da Rainha e o Sítio São João operam como dispositivos narrativos que articulam memória, identidade e performance cultural. A Vila Nova da Rainha, composta por quinze casas, capela, coreto e estabelecimentos comerciais, funciona como réplica da ambiência urbana da Campina antiga, ao passo que o Sítio São João remete ao espaço rural sertanejo, com elementos típicos como casas de taipa, fogões à lenha, oratórios e representações de ofícios em processo de desaparecimento. Além das estruturas cenográficas, o Arraial Hilton Motta é descrito como o “coração da festa”, abrigando o Forródomo e concentrando as atrações musicais de maior visibilidade midiática, como Elba Ramalho, Dominginhos, Fagner e Marinês.

Em 2004, o São João alcançou um marco de visibilidade e prestígio ao conquistar o Prêmio Caio, uma das maiores premiações do setor de eventos e turismo do Brasil. A distinção, na categoria “Melhor Festa Popular Regional”, foi concedida durante cerimônia realizada no Royal Palm Resort, em Campinas (SP), superando eventos como o Carnaval de São Paulo e o Natal Luz de Curitiba. A conquista foi articulada pela então presidente da PBTur, Cléa Cordeiro, e apresentada por meio de materiais artesanais e informativos que destacavam o valor cultural, econômico e simbólico da festa.

Embora não haja menção direta a alterações estruturais em relação aos anos anteriores, os elementos descritos nas reportagens sugerem a continuidade do modelo espacial consolidado nos anos 2000 e 2001, com aprimoramentos na cenografia e na composição das atrações culturais.

No ano de 2005, os ajustes reforçaram a racionalização do espaço e a funcionalidade do evento, com a padronização das barracas, conferindo maior uniformidade visual ao ambiente festivo, nesse mesmo período, um dos palcos localizados na parte superior foi desativado, e as apresentações de quadrilhas foram transferidas para a estrutura da pirâmide, que passou a concentrar as atividades cênicas e coreográficas da festa - as apresentações de quadrilhas - uma dinâmica que se mantém até os dias atuais (Aquino *et al*, 2018).

A partir de 2006, sob a gestão do prefeito Veneziano Vital do Rêgo, o evento ingressou numa nova fase de reestruturação, marcada por intervenções que

reorganizaram a lógica de ocupação e circulação no Parque. Além da requalificação da infraestrutura, como a padronização das barracas com estruturas metálicas - garantindo maior durabilidade e homogeneidade estética - e o alargamento das vias internas para otimizar o fluxo de pessoas, a transformação de maior impacto consistiu na implementação de um novo ordenamento espacial, materializado pelo fechamento do perímetro com tapumes metálicos de 2,20 metros e a restrição do acesso a cinco entradas oficiais, equipados com detectores de metais e segurança privada, marcando uma nova forma de controle do público e do território.

Embora justificadas por critérios de segurança, tais medidas introduziram uma lógica de contenção e vigilância que redefiniu as relações entre cidade, festa e cidadania. Essa reconfiguração do espaço festivo pode ser lida como parte de um processo mais amplo de disciplinamento dos corpos e do consumo, no qual a festa popular passa a operar sob uma lógica de contenção, seletividade e vigilância, alinhada às demandas de espetacularização e mercantilização do evento. O perímetro fechado, portanto, funciona como uma fronteira material e simbólica não apenas protege, mas que produz e regula as formas de apropriação do território temporariamente transformado em vitrine da cidade³⁴.

Essas transformações coincidem com a última edição do Sítio São João dentro do Parque do Povo, que, a partir de 2007, é deslocado para outro ponto da cidade, mais amplo e estruturado, onde passou a operar como um polo independente. O deslocamento do Sítio São João marca a separação entre o universo rural-tradicional e o eixo urbano-espetacular da festa.

Após as transformações estruturais iniciadas no ano anterior, o layout do espaço, em 2007 (Figura 18), passa a refletir com maior clareza uma segmentação socioeconômica e simbólica dos frequentadores, além de um investimento mais acentuado na cenografia e na espetacularização do evento. Como temos visto, a cada

³⁴ As transformações no controle do espaço festivo podem ser interpretadas à luz de diferentes aportes teóricos. A lógica de contenção e vigilância instaurada pelo fechamento perimetral do Parque do Povo remete ao que Michel Foucault (1999) denomina como dispositivos de segurança, mecanismos de regulação dos corpos e das populações a partir da gestão do espaço. Ao transformar a festa em um ambiente de circulação controlada, acessos restritos e visibilidade constante, estabelece-se um regime disciplinar que redefine as formas de ocupação do espaço urbano e da experiência festiva. Henri Lefebvre (2006) contribui para essa leitura ao afirmar que o espaço é socialmente produzido e sempre atravessado por disputas simbólicas, econômicas e políticas. No mesmo sentido, autores como David Harvey (2004) e Néstor García Canclini (1997) chamam atenção para o modo como festas populares, ao serem reconfiguradas como vitrines turísticas e produtos de consumo, tendem a ser moldadas segundo a lógica do capital, perdendo parte de sua espontaneidade e horizontalidade.

Em contraposição, à direita da Pirâmide e ao longo do caminho que leva ao palco principal, se encontra o setor mais popular do evento, composto por 106 barracas padronizadas de 3x6 metros, onde são servidos caldinhos, petiscos e bebidas a preços mais acessíveis. Nessa área, ruas como a do Beco, do Chifre e da Manichula recebem um público mais amplo e diverso. Ainda mais acessíveis são os 91 quiosques da Rua Sebastião Donato, via lateral de acesso ao palco principal, sem mesas, oferecendo opções rápidas e populares de alimentação (Nóbrega, 2008, p. 92-95).

Os quiosques continuam ocupando esses mesmos espaços nos festejos atuais, como se observa nas edições mais recentes, permanência que indica não apenas uma consolidação da organização espacial, mas também a naturalização de uma lógica de segmentação que vem sendo reiterada ano após ano, moldando os modos de circulação, consumo e pertencimento no Parque do Povo.

Outros setores reforçam a lógica da distinção, os camarotes, por exemplo, terceirizados desde 2005 e gerenciados pela empresa Liffe, passaram a ser construídos com estrutura metálica a partir de 2007, em nome da sustentabilidade. Organizados em dois andares e localizados ao lado do palco principal, esses espaços são ocupados majoritariamente por empresas patrocinadoras e pela Prefeitura, que reserva seu camarote para políticos, artistas e celebridades nacionais, compondo um espaço de visibilidade institucional e consagração pública.

O palco principal Hilton Motta impressiona por sua grandiosidade com 20 metros de largura e telões laterais de 10 x 5 metros, conectado a uma tenda de apoio com cinco camarins. À sua frente, uma área restrita por grades, reserva espaço para convidados especiais, reforçando os mecanismos de controle e distinção mesmo na área mais próxima da “massa”. A cenografia ganha ainda mais destaque na Vila Nova da Rainha, composta por 15 casas, uma igreja, um coreto, além da fogueira artificial de 20 metros, agora localizada na porção sul do parque. A festa também prestou homenagem ao sanfoneiro Sivuca, por meio de uma réplica de sua casa natal e exposição de fotos, e a instalação da Feira de Mangaio.

Com base no layout de 2009 (Figura 19) divulgado pela Prefeitura, observa-se que a organização espacial do evento mantém uma estrutura semelhante à de 2007, com barracas e quiosques localizados nos mesmos setores, ainda que com alterações pontuais nos tamanhos e quantidades. Uma mudança significativa, porém, é a

governador Ricardo Coutinho e publicada no Diário Oficial em 29 de junho de 2011. A legislação, de autoria do deputado estadual André Gadelha, inscreveu a festa no artigo 216 da Constituição Estadual, reafirmando seu valor simbólico como bem cultural coletivo.

É importante, contudo, distinguir esse reconhecimento estadual do processo de registro promovido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O IPHAN, autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, é o órgão responsável pela política de salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro. O Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, instrumento jurídico que reconhece e protege práticas culturais coletivas, expressas em saberes, celebrações, formas de expressão e lugares. No caso das festas populares, como o São João, o enquadramento se daria no Livro de Registro das Celebrações, que contempla rituais e festividades que estruturam a vida social e reforçam identidades coletivas.

O título conferido pelo Estado da Paraíba, embora relevante do ponto de vista político e simbólico, não corresponde a esse registro federal. Trata-se, portanto, de um ato de caráter celebratório e institucional, sem que dele tenham derivado políticas públicas de salvaguarda, planos de continuidade ou mecanismos normativos de proteção das práticas culturais associadas à festa. Cabe destacar que o São João de Campina Grande não se encontra registrado pelo IPHAN, o que reforça o caráter essencialmente simbólico de sua patrimonialização estadual.

Embora o reconhecimento estadual represente uma valorização importante, é preciso compreender que o processo não teve como objetivo central a preservação de suas tradições, formas expressivas ou modos de fazer, mas sim o reconhecimento formal da importância sociocultural e econômica do evento para o estado. Ou seja, trata-se de uma titulação mais celebratória do que normativa, voltada à consagração institucional da festa como referência cultural da Paraíba.

Os desdobramentos legais, administrativos e simbólicos dessa titulação, e seus paradoxos frente à realidade da festa, serão aprofundados no capítulo seguinte, no tópico dedicado aos aspectos legais.

Além do reconhecimento patrimonial, a edição de 2011 apresentou inovações espaciais, a principal delas foi a introdução do palco duplo, permitindo a alternância entre atrações, o que dinamizou a programação artística e reduziu os intervalos entre as apresentações. A abertura dos espetáculos com grupos folclóricos também

Por fim, a decoração com 200 mil bandeirolas, a réplica da igreja, a fogueira de 18 metros de altura e os tradicionais casamentos coletivos (com cerca de 100 noivos) continuaram a reforçar o caráter híbrido do evento (G1, 2011), entre tradição e espetáculo, entre cultura local e produção de cidade para o consumo

Em 2013 (Figura 21), o palco principal foi transferido da parte inferior para o área superior, com o argumento de ampliar a capacidade de público, estimada em mais de 40 mil pessoas (PMCG, 2024), mudança que reestruturou todo o layout e introduziu um novo padrão de segmentação socioespacial, com **a criação de uma área VIP**, além dos já existentes camarotes, isolada por grades metálicas e posicionada em frente ao novo palco, cujo acesso passou a ser condicionado ao pagamento, alteração que formaliza e intensifica a lógica de mercantilização do espaço da festa, ao transformar o acesso privilegiado em um bem negociável.

Com a instalação do novo palco, maior e mais moderno, na área norte, observamos que, os camarotes, passaram a ocupar a antiga Rua da Imprensa, anteriormente destinada aos veículos de comunicação locais e nacionais, na rua Sebastião Donato, evidenciando uma expansão da chamada “camarotização” das festas públicas, processo que reforça distinções sociais em eventos tradicionalmente populares. Desde então, observa-se a expansão gradual dos espaços destinados a camarotes, evidenciando uma crescente comercialização da festa em detrimento de seus componentes culturais e sociais originários. O novo arranjo (Figura 21) também deslocou outras estruturas, como os camarins e a central de imprensa.

Figura 21 - Layout de São João no Parque do Povo em 2013



Fonte: Acervo de Cléa Cordeiro (Memorial do Maior São João do Mundo)

A parte inferior do Parque passa a abrigar um segundo palco de menor porte, voltado às apresentações locais e mais intimistas, além das tradicionais barracas de restaurantes, especialmente ao longo da Sebastião Donato. Nos anos seguintes, a reorganização continuou a se ajustar: o palco menor foi retirado em 2014 e 2015, retornando em 2016, o que demonstra certa instabilidade nas decisões espaciais, mas sempre em torno de uma mesma lógica de ocupação, privilegiando a visibilidade, o controle e a diferenciação.

A mudança estrutural implementada foi alvo de críticas. Segundo matéria publicada em julho daquele ano, ainda nos preparativos para o início das festividades, promotores e técnicos do Ministério Público contestaram as alterações e solicitaram a retomada da planta anterior. Contudo, diante da falta de prazo hábil e da justificativa de que a reversão comprometeria cerca de 15 dias do evento, firmou-se um acordo para a manutenção do novo modelo naquele ano. A Prefeitura, à época, anunciou que em 2014 o layout retornaria à forma tradicional, com o palco principal no Arraial Hilton Motta (parte inferior do Parque) e os pavilhões (bares e restaurantes) novamente alocados na parte superior. A proposta buscava atender às críticas, que também envolviam a redução da lucratividade dos comerciantes e as dificuldades de acesso a água, energia e esgoto na parte inferior, ainda sem a infraestrutura adequada após o remanejamento dos pontos comerciais para a área pavimentada e saneada da parte superior (Paraíba Total, 2013).

Apesar disso, a gestão municipal manteve as mudanças adotadas em 2013 durante as três edições subsequentes (2014, 2015 e 2016), contrariando o anúncio inicial e consolidando, assim, um novo paradigma espacial para o evento. A resistência às críticas e à proposta de retorno ao formato anterior revela uma estratégia política de consolidação de um modelo de festa cada vez mais alinhado às lógicas do mercado e da privatização do espaço público.

Em 2014, a configuração do Parque do Povo foi requalificada com ênfase na memória urbana de Campina Grande, em comemoração aos 150 anos de emancipação política da cidade. A cenografia adotou um enfoque histórico, com a criação de ambientes que remetiam a locais e símbolos tradicionais, integrando elementos arquitetônicos, culturais e afetivos ao espaço da festa (G1, 2014).

Entre os destaques cenográficos, figurou a ambientação do Beco da Pororoca, espaço boêmio das décadas de 1950 e 1960, reconstruído com referências à personagem mítica Maria Pororoca. A festa também trouxe réplicas da Catedral, da

Vila Nova da Rainha, do Museu Histórico e Geográfico e do Cassino Eldorado, reafirmando o uso simbólico do Parque como território de memória e espetáculo (G1, 2014; G1, 2014).

O layout foi dividido em três polos temáticos: o Arraial Marinês, na parte inferior, com bares e restaurantes; o Arraial do Poeta, na Pirâmide, destinado a apresentações de quadrilhas e grupos folclóricos e que, pela primeira vez, contou com arquibancada; e o Arraial Genival Lacerda, na área superior, com o Palco Capilé e as ilhas de forró. A cidade cenográfica recebeu ainda uma réplica funcional do Cassino Eldorado e o Arraial do Conhecimento, com exposições sobre a arquitetura e cultura local (G1, 2014; G1, 2014).

A estrutura física também passou por melhorias: os camarotes foram ampliados com segundo andar e recuo, inspirados nos circuitos do Carnaval de Salvador. O palco principal, mantido na parte superior desde 2013, ganhou telões de LED e internet gratuita para o público, além de uma estética alinhada à Copa do Mundo de 2014, com decoração temática e possibilidade de extensão da festa até 13 de julho, caso o Brasil vencesse o torneio (G1, 2014; G1, 2014).

A parte inferior manteve as ilhas de forró, barracas e espaços de convivência mais tradicionais. No total, o Parque do Povo acomodou 168 barracas, 74 quiosques e cerca de 250 ambulantes cadastrados. A setorização espacial e o incremento cenográfico reafirmam a consolidação do Parque como espaço híbrido, onde tradição popular e estratégias de consumo urbano coexistem em constante negociação simbólica.

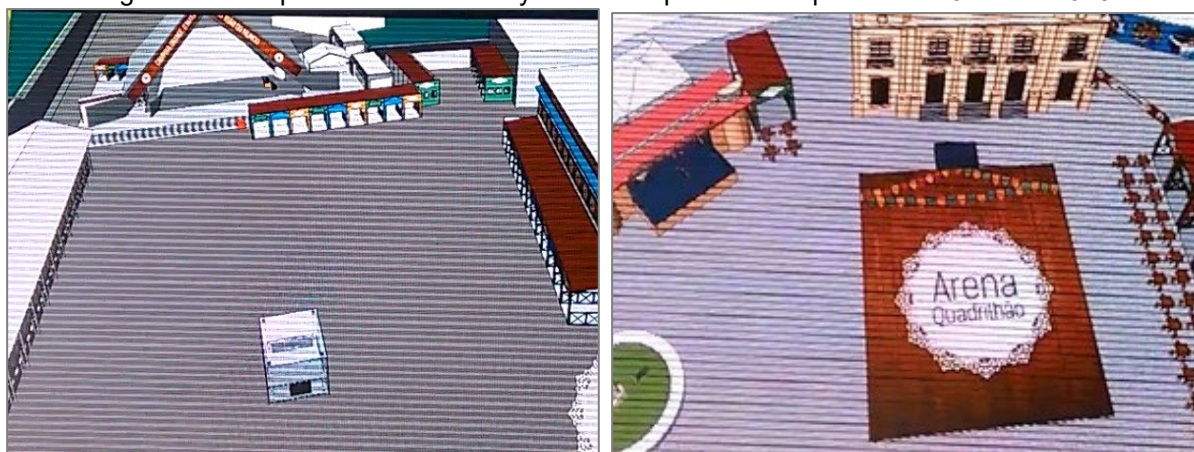
A edição de 2015 do Maior São João do Mundo em Campina Grande foi marcada por uma combinação entre ampliação estrutural, reorganização temática do Parque do Povo e os impactos da seca que assolava a região. Com investimento total estimado em R\$ 10 milhões, dos quais R\$ 4,2 milhões foram oriundos dos cofres públicos, o evento reafirmou sua grandiosidade ao mesmo tempo em que teve de lidar com restrições orçamentárias e ambientais (G1, 2015).

O layout do Parque do Povo passou por ajustes importantes (Figura 22). Entre as principais novidades estruturais, destacam-se a criação da Arena Quadrilhão, montada em frente à réplica da Catedral para sediar apresentações de quadrilhas juninas e grupos folclóricos, a instalação da palhoça na parte inferior, como palco secundário voltado a artistas locais, e a inauguração do Abrigo Maringá, com programação especial do Sesi Cultural. Também foi introduzida a réplica do Cine

Capitólio, espaço destinado à exibição de filmes ligados à cultura nordestina, demonstrando uma ampliação simbólica do território festivo (G1, 2015).

Mesmo com essas inovações, a organização buscou manter a disposição básica do ano anterior, com o palco principal fixado na parte superior e os camarotes reformulados. A estrutura do evento contemplou a montagem de barracas, quiosques, arquibancadas, iluminação cênica e sonorização digital com telões de LED. Ao todo, estima-se que o evento tenha gerado um impacto econômico de aproximadamente R\$ 160 milhões para o município (G1, 2015; G1, 2015).

Figura 22 - Maquete interativa do layout do Parque do Povo para o São João de 2015



Fonte: Reprodução/PMCG

Contudo, a festa ocorreu em meio a uma severa crise hídrica, agravada pelo racionamento que afetava Campina Grande e outros 18 municípios da Paraíba. A escassez levou à perfuração de poços artesianos no Parque do Povo como solução emergencial para abastecimento dos banheiros, embora a vazão de 500 a 700 litros/hora tenha se revelado insuficiente. O racionamento afetou também a programação artística, com corte de atrações de grande porte, como o cantor Zé Ramalho, em uma tentativa de conter gastos (G1, 2015).

O impacto da seca foi sentido também nos preços e insumos. A elevação de 50% no preço do milho verde, item essencial nas comidas típicas do evento, foi atribuída à quebra da safra local, obrigando comerciantes a importarem o produto de Pernambuco. O preço médio do milho passou de R\$ 2,00 em 2014 para R\$ 3,00 em 2015 (G1, 2015).

Do ponto de vista logístico, o evento mobilizou uma grande estrutura de mobilidade urbana: 102 agentes de trânsito atuaram no entorno do Parque, com interdições programadas em vias estratégicas como as ruas Sebastião Donato, Tiradentes, Desembargador Trindade e Paulino Raposo. O transporte coletivo foi

reforçado com ônibus circulando em horários estendidos durante a madrugada, e zonas específicas foram reservadas para táxis, mototáxis e ônibus de turismo, com apoio de monitoramento eletrônico e equipes da Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos (STTP), (G1, 2015; G1, 2015).

A edição de 2015 exemplifica como a espacialidade do Parque do Povo se mantém em constante adaptação, ora expandindo suas funções culturais e simbólicas com novos espaços temáticos, ora reagindo às pressões ambientais e econômicas. A integração entre gestão urbana, cenografia cultural e infraestrutura turística reafirma o São João como um evento profundamente ancorado no território, mas também sensível às dinâmicas externas que o atravessam.

A edição de 2016 do Maior São João do Mundo, desde seu lançamento oficial na Pirâmide do Parque do Povo, foi anunciada como uma tentativa de integração entre tradição cultural, inovação tecnológica e valorização regional, em meio a um cenário adverso de crise econômica e escassez hídrica. Na ocasião, o prefeito Romero Rodrigues e o coordenador Temístocles Cabral destacaram o planejamento antecipado como estratégia para viabilizar a festa, mesmo diante das dificuldades orçamentárias. Um dos principais desafios enfrentados foi o abastecimento de água, garantido por meio de um poço artesiano e do uso de carros-pipa provenientes do distrito de Galante (Repórter Junino, 2016).

Do ponto de vista espacial, o Parque do Povo reafirmou sua lógica de fragmentação e especialização funcional. O palco principal permaneceu instalado na parte superior, dedicado aos grandes shows, enquanto a parte inferior foi intensamente ativada com dois palcos menores: as palhoças Zé Lagoa e Seu Vavá, além do palco cultural do Abrigo Maringá. Esses espaços receberam mais de 85 trios de forró pé-de-serra, priorizando artistas locais e consolidando um território de resistência estética à hegemonia dos espetáculos de massa.

A cidade cenográfica também ampliou seu repertório simbólico e afetivo, reforçando a narrativa histórica de Campina Grande. Entre as inovações, destacou-se o Espaço do Milho, voltado exclusivamente à culinária regional, sinalizando o esforço de tematizar a festa em múltiplas dimensões sensoriais e culturais (G1, 2016; Repórter Junino, 2016).

A programação de 2016 foi expandida com eventos paralelos que se estenderam de abril a julho, como o concurso Arretado Star, o programa Momento

Junino da TV Borborema, e competições de quadrilhas estaduais e regionais. A Tocha Olímpica passou por Campina Grande na véspera da abertura do evento e acendeu simbolicamente o “fogueirão”. Um trio elétrico itinerante, o Volante, percorreu bairros da cidade, descentralizando o alcance da festa. Na Pirâmide, foram realizados os concursos da Rainha do São João, melhor casal junino e de noivos. A Volante Cultural, grupo cênico liderado por Virgulima de Campina, circulou pelo Parque promovendo intervenções artísticas que reafirmaram o espaço público como arena simbólica de pertencimento e celebração popular.

Contudo, foi a lógica de privatização de acessos e serviços que se destacou em 2016. Embora a entrada fosse gratuita, diversos espaços passaram a ser controlados economicamente. A estrutura de camarotes pagos incluía três opções: cercado frontal (R\$ 40 a R\$ 100), camarote lateral com banheiros de luxo e espaço de beleza (R\$ 80 a R\$ 250) e mesas premium (R\$ 200 a R\$ 800). Essa comercialização crescente do território evidencia um modelo de festa que promove segregação socioespacial, pois, como afirma Marinho (2013, p. 30), “o fator financeiro é que define quem melhor consome os espaços dela”.

Ao mesmo tempo, as receitas da festa tornaram-se objeto de críticas. A Aliança Comunicação e Cultura, empresa vencedora do processo de captação de patrocínios, arrecadou milhões junto a marcas como a AMBEV, que investiu R\$ 2 milhões em troca da exclusividade de vendas no Parque do Povo e nos distritos de Galante e São José da Mata. Ainda assim, a falta de transparência na prestação de contas, somada ao atraso no pagamento de artistas e à promoção pessoal de autoridades locais, foi registrada por jornais, redes sociais e, inclusive, em relatório do Ministério do Turismo que justificou a ausência de financiamento federal para o evento de 2015.

Apesar da arrecadação estimada de R\$ 250 milhões no PIB municipal e cerca de R\$ 200 milhões em ICMS, a edição de 2016 foi financiada majoritariamente pelo poder público. Dos R\$ 13 milhões investidos, cerca de R\$ 8 milhões vieram dos cofres da Prefeitura de Campina Grande (Secretário de Planejamento – João *apud* Marques, 2018). Segundo a gestão municipal, a captadora de recursos recebeu um percentual da verba arrecadada, cujo valor não foi especificado, para operacionalizar a festa.

A relação conflituosa entre gestão pública e iniciativa privada agravou-se com o atraso no pagamento dos artistas. Somente em janeiro de 2017 a prefeitura quitou os compromissos financeiros com os shows, arcando com R\$ 500 mil em dívidas herdadas do São João anterior. A justificativa oficial foi o impasse burocrático com a

empresa Aliança, aliado à crise fiscal do município (Temístocles Cabral *apud* Marques, 2018).

Segundo declarou à imprensa o coordenador Temístocles Cabral, cerca de 150 dos 300 artistas ainda não tinham recebido seus cachês até dezembro de 2016, o que gerou descontentamento público e mobilização nas redes sociais. Músicos como Abdias do Acordeon denunciaram a priorização de artistas de fora e a falta de transparência na ordem dos pagamentos. A gestão municipal justificou o atraso com base em dificuldades financeiras e prioridades orçamentárias, como limpeza urbana e folha de pagamento, prometendo honrar os contratos por meio de um cronograma progressivo. Ainda assim, o episódio expôs a fragilidade da política cultural local diante da crescente complexidade organizacional da festa e da dependência de patrocinadores privados (G1, 2016).

A partir desse cenário, a Prefeitura defendeu um novo modelo de gestão para 2017, baseado na terceirização da organização do evento. A proposta era que o setor privado assumisse a captação de recursos, contratação de atrações e montagem da estrutura, cabendo ao poder público apenas funções de fiscalização, segurança e limpeza urbana. Nas palavras do então secretário de planejamento: “Se o público não dá conta, tem que passar para o privado mesmo” (Secretário de Planejamento – João *apud* Marques, 2018).

A decisão, contudo, suscitou críticas tanto no meio político quanto entre agentes culturais. Ainda assim, em 2017, a empresa Aliança foi novamente contratada, recebendo R\$ 2,9 milhões diretamente da prefeitura e mantendo o controle sobre a captação de patrocínios e licenciamento de espaços. O fato de a empresa não ter cumprido plenamente seus compromissos em 2016, como o não cumprimento dos compromissos contratuais com os artistas, não impediu sua recondução à função, o que acirrou os questionamentos sobre a lisura e os critérios do processo de concessão.

Dessa forma, o São João de Campina Grande passou a operar sob uma lógica cada vez mais gerencial e seletiva, em que a dimensão simbólica da festa disputa espaço com interesses econômicos e disputas de poder, revelando as tensões entre cultura, território e capital.

4.3.2. Terceirização, reconfiguração e disputas no Parque do Povo

Em 2017, o Maior São João do Mundo passou por uma inflexão decisiva em sua forma de gestão. Pela primeira vez em sua história, o evento foi organizado por meio de uma **parceria público-privada (PPP)**, formalizada após licitação pública amparada pela Lei Federal nº 8.666/1993, que estabelece as diretrizes gerais sobre licitações e contratos administrativos no Brasil. A decisão foi anunciada pelo então prefeito Romero Rodrigues, que justificou a terceirização como medida de contenção de gastos e modernização da administração do evento, reduzindo os custos públicos estimados em R\$ 8 milhões no ano anterior para R\$ 2,9 milhões em 2017 (Jornal da Paraíba, 2017; G1, 2017, Brasil, 1993).

A adoção do modelo representou a consolidação de uma lógica neoliberal, na qual a “gestão profissional” do setor privado foi apresentada como solução para garantir a sustentabilidade da festa. Essa mudança, contudo, implicou também a intensificação do ordenamento do espaço e a ampliação das disputas em torno de sua apropriação, fazendo com que a festa passasse a operar de modo ainda mais normatizado e orientado por interesses econômicos e políticos.

Para compreender melhor as implicações dessa medida administrativa, é necessário considerar os fundamentos da Lei Federal nº 8.666/1993, que regula as licitações e contratos da administração pública no Brasil. A norma estabelece que toda contratação de serviços por entes públicos deve ser precedida de licitação, garantindo os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, probidade e julgamento objetivo. Entre suas modalidades, destacam-se a concorrência, o convite, a tomada de preços, o concurso e o leilão, sendo vedado o uso combinado ou a criação de novas formas. A ampla divulgação dos editais, por meio dos diários oficiais e da imprensa de grande circulação, busca ampliar a concorrência e assegurar transparência no processo. No contexto do São João de 2017, a escolha da empresa organizadora foi respaldada por esses dispositivos legais, embora o processo tenha gerado debates sobre sua aplicação e os reais ganhos públicos obtidos com a parceria.

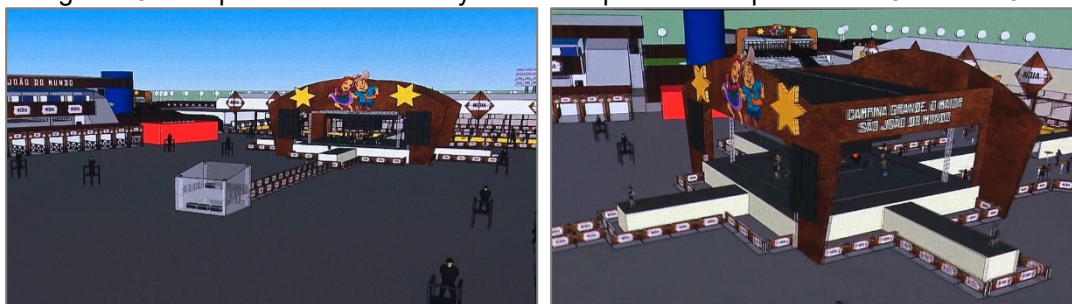
O processo licitatório, na modalidade concorrência do tipo menor preço, resultou na seleção da empresa Aliança Comunicação e Cultura, após a desclassificação da concorrente Branco Promoções e Eventos. A contratação da empresa gerou controvérsias: além de críticas à sua atuação anterior, quando houve atraso no pagamento de cachês em 2016, surgiram denúncias envolvendo um dos

sócios da Aliança, acusado de participar de convênios considerados irregulares com a administração pública (Blog do Dércio, 2017).

A mudança gerou forte repercussão pública. O então coordenador do evento, Temístocles Cabral, posicionou-se publicamente contra a terceirização, argumentando que o São João de Campina Grande é “um bem imaterial e de domínio público” e que a transferência de sua gestão à iniciativa privada colocava em risco os valores culturais da festa (MaisPB, 2017). Em resposta, o prefeito manteve sua decisão, tratando a terceirização como uma “experiência de gestão compartilhada”.

Com a nova gestão, foram implementadas mudanças estruturais e operacionais no Parque do Povo (Figura 23). O palco principal ganhou um novo layout em formato 360°, instalado na parte superior do parque, com o objetivo de promover maior integração entre artistas e público. A área de frontstage, espaço pago e delimitado em frente ao palco, teve sua dimensão reduzida de 50% para 30%, em uma tentativa de amenizar as críticas sobre a elitização do evento (G1, 2017).

Figura 23 - Maquete interativa do layout do Parque do Povo para o São João de 2017



Fonte: Reprodução / TV Paraíba

Os impactos da terceirização, contudo, transcenderam a estrutura dos shows, incidindo diretamente sobre a dinâmica comercial interna. As novas regras contratuais impostas pela empresa gestora representaram a instituição de um **ordenamento comercial do espaço festivo**, que passou a disciplinar as práticas econômicas e culturais no interior do parque. Dentre as exigências estavam a padronização de preços, a proibição de sistemas de som próprios nas barracas, a aquisição obrigatória de bebidas apenas nos depósitos internos e a restrição à venda de produtos de marcas não patrocinadoras. Conforme o contrato, o descumprimento dessas normas poderia acarretar multa de até R\$ 100 mil, limitando severamente a autonomia dos comerciantes locais em favor de um modelo padronizado e alinhado aos interesses corporativos, (Jornal da Paraíba, 2017).

mudança como uma descaracterização do perfil cultural do evento (Jornal da Paraíba, 2017).

O cantor Alcymar Monteiro, por exemplo, publicou um vídeo em que afirmava que o São João estava “virando um festival de horrores”. Outros nomes, como Santanna e Jorge de Altinho, também manifestaram descontentamento, embora com menor ênfase. A crítica mais impactante veio da cantora Elba Ramalho, que mesmo presente na programação, destacou que “não toca na Festa de Barretos”, um tradicional evento sertanejo, e que “quando chega o São João, se você não tem forró... eu não quero ir a uma festa que não tenha forró”, (Jornal da Paraíba, 2017).

A entrada massiva do sertanejo representa um deslocamento das territorialidades simbólicas que definem a identidade do evento. Como ressalta Dozena (2009, p. 187):

As músicas contribuem para a criação de uma ligação emotiva e humana com os lugares, além de demarcarem corporeidades, territorialidades e relações socioespaciais; sendo produzidas a partir de estímulos colocados pelos lugares e por isso mesmo evidenciando o sentido desses lugares (Dozena, 2009, p.187).

Ao priorizar um estilo musical com apelo comercial e nacional, a organização altera os vínculos afetivos e culturais construídos historicamente em torno do forró, fragilizando formas tradicionais de apropriação do espaço e impondo uma nova ordem. Esse movimento revela uma disputa concreta sobre quem pode definir o sentido e o uso do espaço festivo, colocando em choque interesses comerciais e culturais, e evidenciando que a produção do espaço urbano é também uma produção de sentidos e identidades.

Em suma, a espacialidade da festa transcende o improvisado e a espontaneidade para se consolidar como um espaço rigidamente ordenado. O Parque do Povo, enquanto palco oficial, é objeto de uma intensa normatização de fluxos, circulações e usos. Esse processo revela como o festejo, ao mesmo tempo em que promove a sociabilidade, **induz normas e disciplinamentos**, conforme sugerido pela banca. O **ordenamento festivo**, materializado em cercamentos, setorização e mecanismos de controle físico e comercial, ilustra, portanto, a produção de uma territorialidade regulada, hierarquizada e funcional aos interesses que governam o evento.

No ano seguinte (2018), a programação refletiu parcialmente as críticas: a presença de artistas sertanejos foi reduzida de onze para sete nomes. Figuras centrais

na polêmica de 2017, como Marília Mendonça, Elba Ramalho e Alcymar Monteiro, ficaram de fora da edição, o que gerou ainda mais especulações sobre o impacto político e comercial da disputa entre gêneros. A empresa Aliança Comunicação e Cultura, por sua vez, negou qualquer relação entre os cortes e a controvérsia anterior, afirmando que “a redução aconteceu de forma natural, atendendo ao apelo da população” (Jornal da Paraíba, 2018).

Ainda assim, sob o ponto de vista da gestão municipal, os resultados da edição de 2017 foram considerados positivos. Em entrevista à imprensa, o prefeito Romero Rodrigues celebrou o que chamou de “maior edição da história do evento”, destacando a economia obtida com a terceirização e a possibilidade de redirecionar parte dos recursos economizados para investimentos como a construção do Hospital da Criança e do Adolescente (Paraíba Total, 2017).

Após a edição de 2017, a Prefeitura Municipal de Campina Grande anunciou (Figura 25), em setembro daquele ano, um ambicioso projeto de reestruturação espacial para o Maior São João do Mundo. Em coletiva de imprensa, o então prefeito Romero Rodrigues apresentou uma proposta de ampliação do evento que conectaria o Parque do Povo à área da Estação Velha, criando um novo eixo junino no centro urbano da cidade. A proposta previa a instalação de um palco em formato 360° na Estação, além de estacionamento ampliado, requalificação de calçadas e integração com a Vila do Artesão (G1, 2018).

O projeto, ainda em fase de estudo à época, incluía uma série de inovações temáticas, como a criação de uma “cidade histórica” com réplicas de prédios simbólicos da cidade, biblioteca central, Cine Capitólio, Catedral, Prefeitura, e a implantação de um conjunto de memoriais dedicados à cultura nordestina e à trajetória da festa: Memorial do Maior São João do Mundo, Memorial de Luiz Gonzaga, de Jackson do Pandeiro, das Quadrilhas, de Marinês e da Sanfona. Havia ainda previsão para a instalação de um novo espaço cultural intitulado “Vila da Poesia Popular”, destinado a apresentações de cordelistas, repentistas e emboladores de coco, além da ativação da locomotiva ferroviária como atração permanente (G1, 2018).

Embora esse plano não tenha sido executado na edição de 2018, ele evidencia que, já naquele momento, o poder público municipal reconhecia os limites físicos do Parque do Povo frente à crescente demanda do evento e iniciava estudos para sua expansão e requalificação urbana. Como veremos nos tópicos seguintes, essa

proposta de ampliação só viria a ganhar concretude a partir de 2022, quando mudanças efetivas começaram a ser implementadas.

Figura 25 - Polo de Eventos Poeta Ronaldo Cunha Lima é proposto para o São João 2018



Fonte: PMCG, 2019

A edição de 2018 do Maior São João do Mundo deu continuidade à lógica de gestão terceirizada implantada no ano anterior, sob responsabilidade da empresa Aliança Comunicação e Cultura. Embora o projeto de ampliação apresentado pelo prefeito Romero Rodrigues em dezembro de 2017, que previa a integração do Parque do Povo à Estação Velha, não tenha sido executado, observou-se um esforço por parte da administração municipal em manter melhorias operacionais e tecnológicas na estrutura da festa.

Do ponto de vista espacial, o Parque do Povo manteve sua divisão em três setores principais: a parte superior, onde se localizava o palco principal; a área central, ocupada pela Pirâmide, com competições de quadrilhas; e a parte inferior, com as tradicionais barracas, quiosques, cidade cenográfica e espaços para shows alternativos. A estrutura contava com cerca de 240 unidades comerciais, incluindo 124 barracas, 50 quiosques e 15 restaurantes, mantendo o padrão dos anos anteriores em termos de oferta gastronômica e comercial (PMCG, 2018; G1, 2018).

Entre as novidades implementadas, destacaram-se o novo palco 360° em formato octogonal, com passarela ligando ao camarim, e a ampliação da cobertura das áreas de camarote e área VIP. O palco foi recuado, proporcionando maior espaço ao público geral. A ornamentação seguiu o padrão tradicional, com bandeirolas coloridas em toda a extensão do parque, inclusive sobre a área de shows e a Pirâmide (G1, 2018).

A festa também incorporou inovações tecnológicas voltadas à segurança pública. O uso de câmeras de monitoramento foi ampliado e integrado ao sistema urbano de vigilância. Além disso, o evento contou com a implementação de

reconhecimento facial nos portais de entrada, em uma tentativa de modernizar os mecanismos de controle de acesso e prevenção de incidentes (PMCG, 2018).

Entretanto, a edição de 2018 foi marcada por um acontecimento grave: um incêndio (Figura 26) ocorrido no dia 30 de junho, que atingiu 24 barracas e seis quiosques na parte inferior do Parque do Povo. O fogo teve início durante a troca de um botijão de gás e gerou pânico entre os frequentadores. O Corpo de Bombeiros evacuou o local, os shows da noite foram cancelados e duas pessoas ficaram feridas. Embora o espaço tenha sido liberado no dia seguinte, o episódio expôs vulnerabilidades da infraestrutura, mesmo com a existência prévia de extintores e inspeções técnicas (G1, 2018).

Figura 26 - Incêndio no Parque do Povo durante São João 2018



Fonte: Renan Zott

Em resposta, a empresa organizadora comprometeu-se a prestar assistência aos comerciantes prejudicados, acionando o seguro contratado para o evento. A Prefeitura, por sua vez, reforçou o compromisso com a continuidade da festa, que prosseguiu até o dia 8 de julho, como previsto na programação reorganizada após o adiamento causado pela greve nacional dos caminhoneiros, outro desafio logístico que afetou o abastecimento de alimentos e bebidas nos primeiros dias do evento (G1, 2018).

A edição de 2019 do Maior São João do Mundo foi marcada por uma reconfiguração institucional: a saída da empresa Aliança Comunicação e Cultura da organização do evento e a entrada da Medow Promo como nova gestora, vencedora

da licitação realizada em março daquele ano. A mudança ocorreu em decorrência da deflagração da Operação Fantoche pela Polícia Federal, que investigava irregularidades em convênios culturais firmados por empresas controladas por uma mesma família com entidades do Sistema S e o Ministério do Turismo. Entre os investigados estavam os sócios da Aliança, responsável pelas edições de 2017 e 2018, o que levou a Prefeitura de Campina Grande a rescindir o contrato com a empresa a cem dias do início da festa (G1, 2019).

A nova licitação, realizada na modalidade pregão presencial, teve como vencedora a Medow Promo, que apresentou proposta de R\$ 2,82 milhões, valor inferior aos orçamentos das edições anteriores (G1, 2019). Com isso, a edição de 2019 manteve o modelo de parceria público-privada (PPP), mas sob nova direção operacional. A troca de gestora gerou expectativas em torno da capacidade de inovação, organização e transparência da nova empresa, especialmente após os desgastes acumulados nos anos anteriores.

Do ponto de vista físico-estrutural, o Parque do Povo apresentou alterações pontuais em seu layout (Figura 27). O palco principal manteve o formato 360°, com um leve recuo para ampliar a área destinada ao público geral. Os camarotes foram reposicionados, ocupando também as laterais paralelas à Rua Sebastião Donato e ao Centro Cultural. Já a fogueira cenográfica foi instalada ao fundo da área de shows, no topo das escadarias em frente à Pirâmide, promovendo um novo enquadramento visual da praça de eventos (G1, 2019).

Na parte inferior do parque, a Vila Nova da Rainha foi deslocada para a área anteriormente ocupada por corredores de barracas. A Pirâmide seguiu como palco das competições de quadrilhas, agora com arquibancadas laterais ampliadas. A presença de palcos alternativos, cidade cenográfica e quiosques comerciais reforçou a manutenção do tripé tradicional que estrutura o território festivo do Parque do Povo: música, gastronomia e memória (G1, 2019).

Uma das principais inovações cênico-experienciais da edição foi a instalação de uma tirolesa de 96 metros de extensão na arena de shows, com 12 metros de altura, velocidade de 25 km/h e acessibilidade para cadeirantes. A iniciativa, promovida por uma marca patrocinadora, foi interpretada como uma estratégia de "gamificação do espaço urbano festivo", ampliando a interação sensorial dos visitantes com o evento e reforçando o apelo da festa como produto turístico-mercadológico (G1, 2019).

Figura 27 - Layout de São João no Parque do Povo em 2019



Fonte: Medow *apud* G1, 2019

Em termos simbólicos, a festa reafirmou sua centralidade na cultura nordestina ao bater dois recordes: a maior quadrilha junina do Brasil, com 1.010 casais, e o maior bolo de milho do país, com 544 kg. Os feitos foram homologados pelo instituto RankBrasil e reforçaram o papel do evento como espetáculo de superlativos, tanto no plano do consumo turístico quanto da produção de identidades regionais. A logística de produção do bolo, envolvendo centenas de litros de leite, milhares de ovos e dezenas de confeitadores, reflete também o grau de mobilização socioeconômica gerado pela festa (G1, 2019).

4.3.3. São João está dormindo

Minha mãe, quando é meu dia? pergunta João. / Seu dia já passou, responde Santa Isabel. / Numa festa tão bonita minha mãe não me acordou? (Cascudo, 1988).

A pandemia da COVID-19, que assolou o Brasil a partir de março de 2020, provocou uma ruptura histórica nas celebrações do São João em Campina Grande.

Pela primeira vez em décadas, o Parque do Povo, coração simbólico e físico da festa, permaneceu vazio durante os meses de junho nos anos de 2020 e 2021.

A suspensão do evento público, anunciada pelas autoridades municipais em respeito às normas sanitárias, impediu a construção do cenário festivo no espaço que tradicionalmente acolhe milhares de visitantes. Palcos, barracas, bandeirolas e cenários cenográficos, elementos da ambiência junina campinense, deixaram de ser montados, rompendo com um ciclo contínuo de produção cultural e econômica.

Esse hiato gerou consequências, para além da comoção simbólica provocada pela ausência da festa, elemento constitutivo da identidade campinense e nordestina, houve também forte impacto econômico. Segundo dados da Folha de São Paulo, (Valadares; Pitombo, 2020 *apud* Chianca, 2022), o São João de Campina Grande, movimentava cerca de R\$ 200 milhões por edição, além de gerar empregos, renda e tributos, afetando diretamente músicos, comerciantes, produtores culturais, trabalhadores informais e a extensa cadeia produtiva envolvida.

Diante do cancelamento, artistas e instituições culturais mobilizaram-se por meio de transmissões online e ações solidárias, que, embora relevantes, não substituíram a presença física e a vivência coletiva no Parque do Povo. O vazio deixado nesse espaço foi material, afetivo e simbólico, evidenciando o papel do São João como elemento estruturante do calendário social e identitário da cidade.

Frente à crise, a prefeitura e a sociedade civil buscaram alternativas. Iniciativas como o projeto “O São João de Campina em Casa”, com apresentações musicais virtuais de grandes nomes como Elba Ramalho, Flávio José, Cavalo de Pau e Cavaleiros do Forró, transmitidas entre os dias 23 e 27 de junho de 2020 no YouTube, tentaram amenizar os impactos sociais e econômicos. Além do entretenimento, a iniciativa teve caráter solidário: buscou arrecadar doações para barraqueiros, ambulantes e instituições de caridade locais.

Paralelamente, artistas e produtores culturais mobilizaram-se para manter viva a memória do evento. O fotógrafo Emanuel Tadeu, por exemplo, promoveu uma exposição virtual com registros dos bastidores da festa ao longo de seus 37 anos. Apesar disso, ações como o concurso de quadrilhas juninas foram suspensas. Os grupos, muitos com coreografias e figurinos prontos, viram-se impossibilitados de se apresentar.

O silêncio que tomou conta do Parque do Povo naquele período reforçou a centralidade do São João para Campina Grande, tanto em sua dinâmica urbana

quanto na memória afetiva de seus habitantes. Nesse contexto, a ausência da festa representou não só uma pausa nas celebrações, mas um marco histórico de desafios e de resiliência. A reinvenção das práticas juninas, mesmo que de forma remota e limitada, revelou a força dos rituais populares e o desejo coletivo de manter viva a identidade nordestina. Uma nova forma de comunhão, ainda que à distância!

4.3.4. Acordai, acordai, acordai João!

A festa lembra que a cidade não é só espaço de passagem (Bruna Almeida, 2024)³⁶.

Após dois anos sem a realização presencial dos festejos juninos no Parque do Povo, em decorrência da pandemia de Covid-19, o São João de 2022 (Figura 28) marcou o retorno da ocupação do espaço, tendo como empresa responsável pela execução a Medow Entretenimento e Cultura.

A análise comparativa entre os layouts oficiais de 2019 e 2022 evidencia a manutenção da estrutura geral do evento com modificações pontuais. Dentre essas alterações, destaca-se o leve reposicionamento do palco principal para uma posição mais centralizada, ainda localizado na parte superior do parque, mas abandonando o formato 360 graus utilizado anteriormente e retornando a uma configuração tradicional e mais recuada. Cabe aqui destacar que essa mudança na configuração espacial não passou despercebida pelo público e pela mídia.

A empresa Medow Entretenimento e Cultura, divulgou inicialmente um layout em que se evidenciava a ampliação das áreas destinadas a camarotes e espaços VIP, em detrimento das áreas de acesso gratuito. A repercussão foi imediata, gerando críticas quanto à priorização de setores privados e ao risco de descaracterização do evento de caráter popular. O novo posicionamento do palco, mais centralizado, e a disposição mais privilegiada desses setores reforçaram essa percepção de progressiva privatização do espaço. Diante da repercussão negativa, a prefeitura de Campina Grande se posicionou publicamente, afirmando que o layout divulgado fora um equívoco e que seria revisto. Destacou ainda o compromisso em preservar a

³⁶ ALMEIDA, Bruna. Da luta ao festejo: a cultura de rua como palco de empoderamento e resistência. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/colunista/observatorio-das-metropoles-nas-eleicoes-da-paraiba/2024/01/31/da-luta-ao-festejo-a-cultura-de-rua-como-palco-de-empoderamento-e-resistencia/>.

tradição e o caráter inclusivo da festa, reafirmando a prioridade do acesso gratuito ao Parque do Povo.

Nas laterais, foram distribuídos camarotes (com acesso mediante pagamento), acompanhados de bares e banheiros de uso exclusivo para os ocupantes desses espaços, diferentemente de 2019, quando esses elementos estavam posicionados nas laterais e na parte posterior do palco. A arena, localizada em frente ao palco, manteve-se como espaço destinado ao público com acesso gratuito. Já à direita dessa área, bares e restaurantes foram distribuídos, em contraste com o ano anterior, quando estavam concentrados na parte posterior do espaço. Entre o palco e a área do público, manteve-se a zona intermediária destinada à imprensa credenciada e à segurança.

Figura 28 - Layout do Parque do Povo para o São João 2022



Fonte: Medow Entretenimento e Cultura /Divulgação

Na parte inferior do Parque, seguiram funcionando os espaços tradicionais como a cidade cenográfica, as palhoças de forró, os espaços infantis e as barracas de alimentação. Nesse mesmo setor, observou-se também a realocação da fogueira

cenográfica, que em 2019 estava posicionada na porção norte, na arena de shows e, em 2022, foi reinstalada na porção sul, próxima à cidade cenográfica, entre os elementos de entretenimento massivo e os núcleos de memória e ambientação cultural. Uma mudança importante também foi a liberação da Rua Sebastião Donato para o tráfego de veículos durante o dia, sendo interditada apenas a partir das 18h.

A manutenção dessa configuração indica a continuidade de um modelo espacial já consolidado antes da pandemia, evidenciando uma retomada que reafirma as lógicas organizacionais e segmentações previamente estabelecidas.

O sucesso da edição de 2022 também se refletiu nos números expressivos de público, que reforçaram tanto a magnitude do evento quanto as limitações espaciais do Parque do Povo. Alguns shows atingiram a capacidade máxima de lotação, como a apresentação de Gustavo Lima, no dia 19 de junho, que reuniu cerca de 70 mil pessoas, segundo a organização. Ainda naquela noite, o artista chegou a afirmar que 118 mil pessoas circularam pelo Parque. O recorde de público, no entanto, foi quebrado pelo cantor Zé Vaqueiro, cuja apresentação no dia 2 de julho forçou o fechamento dos portões três horas antes do início do show, com um público estimado em 86 mil pessoas, de acordo com o Corpo de Bombeiros (G1 PB, 2022).

Esses episódios de superlotação evidenciaram os limites físicos do espaço e intensificaram debates públicos e institucionais sobre a necessidade de ampliação ou reconfiguração do Parque do Povo, uma pauta que já vinha sendo ventilada há anos, mas que ganhou força e visibilidade a partir de 2022, impulsionada por ocorrências como a derrubada dos portões.

Essa intensificação também pode ser compreendida no contexto de estratégias políticas de auto posicionamento institucional, uma vez que diferentes gestões municipais historicamente utilizam a festa como vitrine simbólica de suas administrações. No caso específico da gestão de Bruno Cunha Lima, atual prefeito e neto de Ronaldo José da Cunha Lima, nome fortemente associado à construção da identidade da festa, observa-se um esforço de consolidação política que se manifesta, entre outros aspectos, na condução e projeção pública do evento.

No encerramento da edição de 2022, o São João de Campina Grande recebeu oficialmente o título de maior festa junina do país, título de grande valor representativo, concedido pelo Instituto Ranking Brasil. O reconhecimento foi justificado pela magnitude dos números apresentados, 31 dias de festa, mais de 500 atrações e público recorde, e serviu para reforçar, no imaginário coletivo e na retórica

institucional, a centralidade de Campina Grande no circuito nacional das festas juninas (G1 PB, 2022).

Apesar da retomada presencial do evento e da continuidade do modelo espacial consolidado, a edição de 2022 evidenciou transformações na dimensão simbólica da festa. Dois pontos merecem destaque (Figura 29): **a ausência das tradicionais bandeirinhas na arena de shows e a substituição do letreiro “O Maior São João do Mundo”, historicamente presente no topo da pirâmide, eixo central do Parque, por uma peça publicitária com destaque para a marca da empresa patrocinadora.**

Figura 29 - São João de 2022 no Parque do Povo



Fonte: Jornal da Paraíba / Emanuel Tadeu

Entendemos que tais mudanças extrapolam a dimensão material e afetam diretamente a experiência estética e simbólica dos participantes. A retirada das bandeirinhas, por exemplo, contribui para uma descaracterização visual do evento, reduzindo sua ambiência festiva tradicional. Essa escolha, motivada por estratégias de marketing e pela busca de visibilidade publicitária nos grandes espaços da festa, altera a percepção da festa enquanto celebração cultural e coletiva.

Partimos do pressuposto de que a mudança de tais elementos interfere na experiência estética do frequentador no Parque do Povo, no sentido proposto por Meneses (2017, p. 48), que entende a estética como a

Ponte fundamental que os sentidos fornecem para sairmos de dentro de nós e organizarmos as múltiplas relações com o meio [...] é a condição de vida social, melhor dizendo, é a mediação que nos faz humanos, (Meneses, 2017, p. 48),

Ou seja, mais do que meros elementos cenográficos, os artefatos tradicionais e efêmeros, como as bandeirinhas, o letreiro simbólico, a própria fogueira, são constitutivos da dimensão imaterial da festa e essenciais para a sua identidade enquanto celebração.

Por ser um evento autofinanciado, e devido à crescente exposição midiática, as marcas patrocinadoras exercem uma influência cada vez maior sobre a construção do cenário e da narrativa da festa, utilizando-a como plataforma de visibilidade comercial. Como observa Perdigão (2014, p. 18):

Ao longo dos anos, percebe-se uma preocupação política em fazer algo diferente dos anos anteriores, principalmente dos governos passados. Tal desassossego leva muitas vezes a uma mudança no cenário da festa, causando certa noção de perda da tradição (tradição está relacionada ao local da festa, sua decoração, etc). Ao se buscar patrocinadores para a realização da festa, são oferecidos espaços às empresas para colocação de placas, blimps, materiais publicitários diversos (Perdigão (2014, p. 18).

Nesse processo, observa-se o avanço, já não tão recente, de uma lógica de mercantilização que, ao longo das últimas décadas, tem modificado não apenas o espaço físico da festa, mas também sua dimensão simbólica. Trata-se de uma tendência contínua de transformação das festas populares em produtos de entretenimento de larga escala, gerando tensões entre tradição e espetáculo, cultura popular e interesses mercadológicos. Assim, a experiência estética e afetiva dos sujeitos se vê progressivamente atravessada por estratégias comerciais, reconfigurando a forma como a festa é vivida, percebida e lembrada coletivamente.

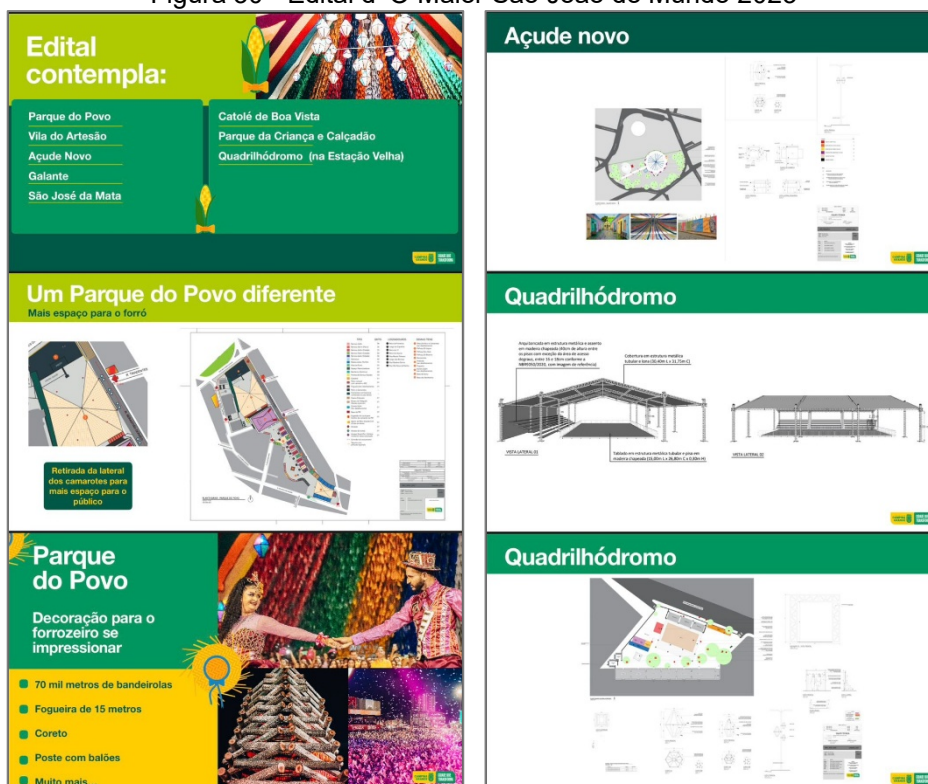
4.3.5. No céu da tradição, quarenta anos de emoção

Anunciada com grande antecedência e forte carga simbólica, a edição comemorativa de 40 anos d'O Maior São João do Mundo foi publicamente

apresentada em janeiro de 2023, em cerimônia conduzida pelo prefeito Bruno Cunha Lima. Ao caracterizá-la como “a edição do coração”, o gestor municipal reforçou o tom afetivo e comemorativo do evento, evocando a memória coletiva e destacando o papel de diferentes atores sociais, artistas, organizadores, ambulantes e trabalhadores da cadeia produtiva, na consolidação da festa como patrimônio cultural e símbolo identitário da cidade.

Dando continuidade às estratégias delineadas em 2022 para enfrentar os desafios impostos pela crescente demanda do circuito junino, sobretudo os episódios de superlotação no Parque do Povo, a edição de 2023 foi marcada por um conjunto de transformações que visavam reconfigurar a lógica territorial, simbólica e operacional do evento. Ainda que o projeto de revitalização do Parque Evaldo Cruz (Açude Novo) estivesse em fase de estudos, a prefeitura adotou medidas imediatas de expansão territorial, incorporando novos espaços à programação (Figura 30).

Figura 30 - Edital d’ O Maior São João do Mundo 2023



Fonte: PMCG/Codecom (2023)

Entre as inovações mais relevantes, destaca-se a descentralização do circuito junino, com a criação de núcleos festivos em diferentes pontos da cidade, como a Estação Velha, Vila do Artesão, Parque da Criança, Calçadão da Cardoso Vieira, além dos distritos de Galante, São José da Mata e Catolé de Boa Vista, foi apresentada como forma de distribuir melhor os fluxos de público e, ao mesmo tempo, democratizar

o acesso e valorizar os diversos territórios urbanos. Ao reposicionar o São João como um evento policêntrico, a gestão respondia às tensões vividas em 2022, como também reposicionava simbolicamente a festa, conciliando inovação logística, desconcentração urbana e revalorização das tradições culturais.

A criação do Quadrilhódromo (Figura 31) na Estação Velha é um exemplo emblemático desse movimento. Pensado como espaço exclusivo para as quadrilhas juninas, o núcleo ampliou o circuito físico do evento e, ao mesmo tempo, reposicionou esse tipo de manifestação dentro da lógica contemporânea da festa. A valorização das quadrilhas passa a conviver com exigências de infraestrutura, cronograma e visibilidade, revelando tanto avanços quanto conflitos na forma como a cultura popular é tratada no espaço urbano atual (PMCG, 2023).

Figura 31 - Quadrilhódromo na Estação Velha, São João de 2023



Fonte: PMCG/Codecom (2023)

Como quem deseja reafirmar, e performar, sua própria grandiosidade, Campina Grande, em 2023, sua estratégia de consolidação simbólica por meio da superação de recordes. Na nona edição do “Maior Quadrilhão Junino do Mundo”, foram reunidos 1.071 casais no Parque do Povo, superando os 1.049 do ano anterior e registrando oficialmente mais um feito no Rank Brasil. O “Maior Bolo de Milho do Mundo” também rompeu sua marca anterior, alcançando 45 metros de comprimento e 653 quilos, distribuídos em 73 peças, em alusão aos 40 anos do evento (PMCG, 2023).

A cada edição, a cidade reafirma seu protagonismo por meio de performances que articulam tradição e visibilidade pública, mobilizando

métricas quantitativas como forma de consagrar o evento no imaginário coletivo. A insistência no adjetivo “maior” funciona como operador simbólico de prestígio, mas também reforça uma lógica espetacularizante na qual as expressões da cultura popular são reconfiguradas segundo parâmetros de impacto e escala. Ao mesmo tempo em que celebram elementos da cultura popular, essas ações evidenciam uma lógica espetacularizante, em que tradições são reconfiguradas a partir de critérios de impacto, grandeza e alcance. **O que está em jogo, portanto, é menos a preservação da tradição em si e mais a sua capacidade de ser convertida em valor simbólico e capital cultural sob as regras do espetáculo contemporâneo.**

Ao mesmo tempo, a prefeitura deu início ao processo licitatório para escolha da empresa responsável pela execução da festa. O edital previa montagem, manutenção, som, iluminação, cenografia, desmontagem, projetos arquitetônicos e de acessibilidade, além da responsabilidade pela captação de patrocínios e desenvolvimento de site e aplicativo. Embora a execução logística tenha ficado a cargo da empresa vencedora, a Arte Produções, a gestão municipal sustentou que a condução criativa e cultural permaneceu sob seu domínio, cabendo-lhe o papel de estabelecer diretrizes e supervisionar a aplicação das propostas.

Antes de apresentar as alterações no layout do Parque do Povo em 2023, é pertinente retomar um episódio ocorrido na edição anterior, cuja repercussão evidenciou sensibilidades importantes em torno dos símbolos visuais da festa. Em 2022, a ausência das bandeirolas, elemento tradicionalmente associado ao imaginário junino, gerou ampla mobilização nas redes sociais, com críticas que apontavam para uma percepção de esvaziamento simbólico e perda dos “pequenos detalhes” que constituem o *ethos* do evento. A retomada desses elementos em 2023 foi discursivamente associada, pela gestão municipal, à ideia de “resgate das tradições”, sinalizando uma resposta direta às reações do público.

Nesse contexto, as intervenções estruturais implementadas no Parque do Povo em 2023 vão além de simples ajustes operacionais, elas materializam uma lógica de reconfiguração espacial orientada por critérios de controle de fluxo, segmentação simbólica e valorização midiática. A remoção dos camarotes ao longo da Rua Sebastião Donato permitiu a ampliação da área destinada ao público geral, o que pode ser interpretado como uma tentativa de mitigar os efeitos de superlotação observados

no ano anterior. Simultaneamente, essa modificação reforça a centralidade visual e simbólica do espaço destinado ao “espetáculo principal”.

O palco principal, ampliado para 41 metros de largura, constitui um vetor importante dessa lógica. Sua monumentalidade serve à construção narrativa de grande escala associada à marca d'O Maior São João do Mundo, operando como dispositivo cenográfico da identidade festiva. Por sua vez, o Palco Cultural, reposicionado na parte inferior, recebeu melhorias funcionais, como a inclusão de camarins e banheiros, mas permanece ocupando uma posição secundária dentro da hierarquia espacial da festa. A forma como a própria Prefeitura organiza e comunica essa estrutura espacial evidencia a produção de uma geografia da festa. Enquanto, o palco principal encarna o discurso da grandiosidade e da “estrutura de padrão internacional” concentrando as apresentações de maior visibilidade, vinculadas a artistas consagrados e a uma estética de entretenimento de massa. Já as chamadas “Ilhas de Forró”, como a Palhoça Seu Vavá e a Palhoça Zé Lagoa, são descritas como espaços destinados ao “autêntico forró pé de serra”. Distinção que estabelece hierarquias internas na festa, a tradição é contida em zonas específicas, enquanto os espaços de maior visibilidade são ocupados por performances alinhadas à lógica do entretenimento de massa.

A edição de 2023 apresentou um layout setorizado (Figura 32), composto por sete ambientes principais: praça de alimentação, área dos restaurantes, praça dos patrocinadores, praça da igreja matriz e logradouros, espaço da pirâmide, fogueira cenográfica e arena de shows com camarotes. Essa organização espacial foi acompanhada de uma cenografia que articulou elementos tradicionais e referências visuais contemporâneas. A cenografia acompanhou essa estrutura, combinando elementos já consagrados no imaginário da festa, como a igreja, a fogueira e a cidade cenográfica, com recursos visuais contemporâneos voltados à produção de imagens e à ativação midiática do espaço, como os portais temáticos de entrada e os chamados “pontos instagramáveis”.

A decoração se inspirou no estilo Art Déco, presente em importantes edificações de Campina Grande. A estética também incorporou influências do Movimento Armorial, fundado por Ariano Suassuna, cuja proposta era promover uma arte brasileira baseada em raízes populares nordestinas. Essas referências foram reinterpretadas em estruturas como a pirâmide e na paginação do piso, onde se aplicou o desenho estilizado de um sol, “para aquecer e iluminar a festa”.

Desenvolvida pela empresa Arte Produções, a cenografia foi oficialmente apresentada como uma homenagem à cidade, reiterando os laços entre festa, memória e identidade urbana, vínculos que, no entanto, são progressivamente reconfigurados pelas exigências do consumo, da visibilidade e da estetização controlada da cultura popular. Segundo dados da organização, foram utilizados aproximadamente 30 km de bandeirolas apenas na pirâmide, além de 105 mil metros quadrados de área decorada em todo o Parque do Povo.

Figura 32 - Layout do Parque do Povo para o São João 2023



Fonte: PMCG/Codecom (2023)

Para além da cenografia elaborada e da segmentação espacial, a edição de 2023 também apostou em recursos voltados à amplificação midiática da festa. A estimativa de 2,5 milhões de visitantes e a movimentação de cerca de R\$ 500 milhões

revelam a escala alcançada pela celebração, bem como sua inserção nas dinâmicas de consumo e visibilidade. Entre os dispositivos acionados, destaca-se a realização de um show de drones na noite de abertura, com 80 equipamentos formando figuras no céu, como balões, estrelas e corações, sincronizadas à música “Olha pro Céu”. A performance, realizada no Açude Velho, foi apresentada como celebração dos 40 anos da festa e integra uma estratégia de valorização sensorial da festa, onde inovação e tradição são combinadas para reforçar a narrativa de profissionalização e grandeza. **A festa se reconfigura a partir de linguagens contemporâneas de espetáculo, produzindo experiências visualmente impactantes e midiaticamente compartilháveis.**

4.3.6. Ampliação do parque do povo e revitalização do Parque Evaldo Vruz (Açude Novo)

Como mencionado anteriormente, o crescimento do evento “O Maior São João do Mundo”, em 2022, tornou ainda mais evidentes as limitações físicas e operacionais do Parque do Povo para acomodar um público em constante expansão. Diante desse cenário, emergiu a necessidade de reconfigurar o espaço destinado à festa, reacendendo discussões sobre alternativas viáveis de ampliação. Entre as alternativas propostas, o Parque Evaldo Cruz, contíguo ao Parque do Povo e situado em área estratégica da malha central, passou a ocupar uma posição de destaque nas propostas de reestruturação territorial do evento, sendo gradualmente ressignificado como uma extensão potencial nesse novo arranjo do circuito junino.

Importa destacar que a ideia de integração entre as áreas que hoje correspondem ao Parque Evaldo Cruz e ao Parque do Povo remete a década de 1970, quando esse trecho do centro expandido já era contemplado em planos de requalificação urbana, especialmente nas diretrizes do PDLI. Naquele período, buscava-se promover maior adensamento de espaços livres públicos, com vistas à ampliação das áreas de empraçamento e convivência na malha central da cidade, ainda que o espaço hoje denominado Parque do Povo não estivesse institucionalmente configurado como tal. A recente conexão física entre os dois territórios, agora impulsionada pela lógica da festa e do espetáculo, resgata parcialmente essa agenda urbanística anterior, ressignificando-a conforme as novas demandas culturais, políticas e turísticas da contemporaneidade.

A interseção entre as demandas festivas e a memória urbanística da cidade desencadeou um novo ciclo de debates incorporando questões simbólicas e políticas relacionadas à apropriação do espaço público. Como resposta, o poder público adotou estratégias de escuta e consulta popular com o intuito de legitimar possíveis intervenções. Contudo, embora essas iniciativas indicassem uma predisposição ao diálogo, as metodologias utilizadas, centradas sobretudo em plataformas digitais e mecanismos de participação restritos, mostraram-se limitadas em alcance e representatividade, levantando dúvidas sobre a efetividade do processo participativo.

Nesse cenário, a gestão municipal passou a utilizar as redes sociais como ferramenta de consulta popular, sinalizando uma tentativa de incorporar elementos participativos à condução do planejamento urbano. Tal iniciativa refletiu o reconhecimento da insuficiência do Parque do Povo para comportar a dimensão adquirida pelo evento. A inclusão do Parque Evaldo Cruz (Figura 33) como possível área complementar reacendeu o debate sobre sua função simbólica, social e espacial, apontando para uma inflexão na forma como o poder público passou a considerar sua revalorização no contexto da dinâmica urbana contemporânea.

Figura 33 - Parque Evaldo Cruz, s/d



Fonte: Blog CG Retalhos³⁷

³⁷ Política na Paraíba. **Prefeitura de Campina Grande mantém ritmo da obra de revitalização do Parque Evaldo Cruz.** Disponível em: <<https://politicanaparaiba.com.br/prefeitura-de-campina-grande-mantem-ritmo-da-obra-de-revitalizacao-do-parque-evaldo-cruz/>>.

A revalorização do Parque Evaldo Cruz a partir da lógica da festa evidencia uma priorização do uso eventual e turístico em detrimento de sua apropriação cotidiana pela população local. Ao ser instrumentalizado como extensão do “Maior São João do Mundo”, o espaço corre o risco de se consolidar como território de uso sazonal, desvinculado das dinâmicas e demandas permanentes de lazer, convivência e pertencimento da comunidade urbana.

Nesse cenário, destaca-se a atuação do prefeito Bruno Cunha Lima, que utilizou sua conta oficial no Instagram para divulgar propostas relativas ao futuro do evento e convidar a população a participar de enquetes realizadas por meio dos stories. Conforme publicado por Bruno Cunha Lima (2022) em sua conta oficial na plataforma (ver anexo):

Para solucionar esse e outros problemas, só existe, três opções e uma delas, ao meu ver não pode ser uma opção: 1) Deixar como está (essa não deve ser uma opção”; 2) Tentar ampliar a área do Parque do Povo que tem uma localização extraordinária e é perto de tudo e 3) Construir um “Novo Parque do Povo” e um local mais amplo, adequado e com infraestrutura. Eu, particularmente, tenho desenvolvido um pouco das duas opções e, confesso, gosto das duas alternativas, mas sou consciente de que ambas têm seus prós e contras. Aproveitei os dias que tava com COVID pra pensar um pouco a respeito do assunto, pra ouvir algumas pessoas, de dentro e de fora da administração pública. Aproveitei, também, pra “desenhar” algumas alternativas [...] Antes de mostrar o que tá sendo planejado, quero saber a opinião de vocês em, pelo menos, duas coisas e, pra isso, vou fazer duas enquetes nos próximos dois stories [...] O parque do povo deve ser ampliado onde está. Campina precisa de um novo local de eventos. Quanto à sua disposição de se permitir “ser convencido” e, quem sabe, mudar de opinião: [...] Agora vamos ao que está sendo planejado e que será discutido com a cidade, logo depois que a edição 2022 do Maior São João do Mundo terminar. Vamos fazer um encontro de avaliação com os diversos setores da cidade – cultural, comercial, serviços, prefeitura, segurança e etc [...]. (Postado por Bruno Cunha Lima em 2022).³⁸

As enquetes promovidas no Instagram institucional da Prefeitura configuraram uma tentativa de engajamento comunitário tanto no processo de replanejamento do evento junino quanto, de forma mais ampla, na requalificação do Parque Evaldo Cruz. Embora inovadora, essa estratégia levanta questionamentos importantes sobre os limites das plataformas digitais enquanto instrumentos efetivos de participação na gestão urbana. Embora as redes sociais ampliem o alcance das consultas públicas, é fundamental reconhecer que o engajamento digital nem sempre representa a

³⁸ Publicação do Prefeito Bruno Cunha Lima na plataforma do Instagram na data de 03 de julho de 2022.

diversidade e a complexidade dos interesses comunitários. Grupos com acesso limitado à internet ou menor familiaridade com essas plataformas pode ser excluídos do debate, comprometendo a representatividade e potencialmente aprofundando desigualdades já existentes.

Dessa forma, é pertinente questionar se o uso de enquetes em redes sociais, especialmente no Instagram, configura uma ferramenta efetiva de escuta pública e construção de uma gestão urbana mais inclusiva. Apesar de promoverem alguma aproximação entre gestão e cidadania, esses mecanismos costumam restringir a participação a perfis específicos da população, limitando a diversidade de vozes ouvidas e, conseqüentemente, a representatividade das decisões tomadas.

Conforme Avritzer (2009), a democracia participativa demanda a criação de instâncias deliberativas estáveis, nas quais diversos grupos sociais possam disputar projetos urbanos em condições de igualdade. Para que essa participação seja efetiva, é necessário ir além de formatos pontuais e virtuais, garantindo que diferentes segmentos da sociedade influenciem de maneira contínua e equitativa as decisões urbanas. Nesse contexto, é fundamental ampliar os mecanismos participativos, incorporando conselhos municipais, audiências públicas presenciais e fóruns de diálogo que assegurem a pluralidade de vozes e a legitimidade dos processos.

Em contrapartida, mecanismos como enquetes em stories do Instagram tendem a reforçar uma lógica vertical, em que o poder público valida decisões previamente tomadas, simulando uma escuta pública. Conforme ressalta Vainer (2000), os processos de planejamento urbano frequentemente se apresentam como “neutros” e “científicos”, porém carregam escolhas políticas que determinam quais vozes serão legitimadas e quais serão silenciadas na definição dos rumos da cidade.

Além disso, a falta de estratégias amplas para uma escuta qualificada reforça desigualdades históricas na representação urbana, silenciando grupos como moradores do entorno, trabalhadores informais, juventudes periféricas e usuários cotidianos do espaço sujeitos cujas práticas espaciais raramente influenciam os projetos de intervenção urbana.

A participação social no planejamento urbano não deve ser vista apenas como uma estratégia para legitimar políticas públicas, mas como um direito fundamental de todos os cidadãos, especialmente daqueles historicamente marginalizados nos processos decisórios urbanos. Isso exige a promoção da inclusão social e territorial, democratizando o acesso aos espaços e bens públicos.

Esse debate evidencia a necessidade de adotar múltiplos canais de diálogo com a sociedade civil. A participação social no planejamento urbano não deve ser vista apenas como uma estratégia para legitimar políticas públicas, mas como um direito fundamental dos cidadãos, especialmente daqueles historicamente marginalizados, garantindo que os processos decisórios reflitam os diversos anseios e demandas da população campinense.

Para que as intervenções no Parque Evaldo Cruz avancem rumo a um modelo de sustentabilidade social e ambiental, é imprescindível implementar uma gestão colaborativa do espaço, que envolva a população local na definição, execução e monitoramento das ações. Essa co-gestão promove maior pertencimento, apropriação e cuidado dos espaços, evitando seu uso exclusivo em eventos de grande porte e assegurando sua função social ao longo do ano.

Apesar das limitações metodológicas inerentes ao engajamento digital, a administração municipal avançou na execução do projeto de revitalização do Parque Evaldo Cruz, cujas obras seguiram em andamento nos anos seguintes. Desenvolvido pela equipe técnica da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), em parceria com a empresa Atecel, o projeto executivo previu um investimento total de R\$ 40 milhões.

Conforme divulgado no site oficial da Prefeitura de Campina Grande, a primeira etapa da obra foi concluída em 2024, com a entrega de estruturas consideradas fundamentais para a integração dos espaços urbanos: o túnel de ligação entre os Parques do Povo e Evaldo Cruz, a ponte sobre a rua Lino Gomes da Silva, além de um pátio multiuso, escadarias de acesso à área da fonte e a restauração do obelisco histórico, agora acompanhado de uma nova fonte luminosa (Figura 34).

Complementarmente, foram executadas intervenções urbanísticas, como a pavimentação do entorno do obelisco, a construção de rampas de acessibilidade, a requalificação paisagística da área, a instalação de gradis de proteção e a implementação de um novo sistema de iluminação com tecnologia LED, visando maior eficiência energética e valorização estética do espaço público.

Por meio de um túnel, vamos interligar o Parque do Povo ao Evaldo Cruz, ampliando a área para o São João, que é a principal festa da cidade. Essa é a primeira etapa de execução da obra, estamos em ritmo acelerado para conseguirmos entregar até o final do mês de abril, explicou Joab Machado (Notícia do site oficial da Prefeitura de Campina Grande – PB).³⁹

³⁹ PMCG. Prefeitura Municipal de Campina Grande. **Revitalização do Parque Evaldo Cruz se destaca no pacote de obras dos 159 anos de Campina Grande.** Disponível em:

Figura 34 - Projeto de revitalização do Parque Evaldo Cruz



Fonte: Seplan/Codecom (2023)

Outro ponto relevante do processo foi a ampliação física do Parque do Povo, com a incorporação de 34 lotes, entre casas e terrenos, ao patrimônio público municipal. Com essa incorporação, a área total do Parque passará de 31.595 metros quadrados para 40 mil metros quadrados, representando um aumento significativo da capacidade espacial do local. Essa expansão permitirá a criação de novas estruturas e o aproveitamento ampliado para eventos culturais, atividades esportivas e de lazer ao ar livre, reforçando o caráter multifuncional do equipamento urbano (PMCG, 2024).

A demolição dos lotes foi realizada com mão de obra da própria Prefeitura, por meio das secretarias envolvidas com a segurança e operacionalização do processo, como SESUMA, Defesa Civil, Guarda Municipal, STTP e o Gabinete do Prefeito (PMCG, 2024).

A segunda fase da revitalização incluiu a ampliação da infraestrutura esportiva, com a instalação de quadra poliesportiva, pista de caminhada, ciclovia, skate plaza e academia popular, numa estratégia que valoriza a multifuncionalidade do espaço urbano. Contudo, apesar das intervenções sucessivas ao longo das décadas, o Parque Evaldo Cruz ainda não se consolidou como um espaço plenamente integrado e apropriado pela comunidade.

O projeto de infraestrutura verde aponta para a valorização da saúde urbana e do direito à cidade. Para que cumpra plenamente sua função social, sua formulação e apropriação demandam atenção às dinâmicas locais e à diversidade de usos que o território comporta.

Cada etapa de requalificação, desde a conversão do antigo reservatório em parque até as intervenções mais recentes, enfrentou desafios recorrentes relacionados à funcionalidade, conectividade e identidade urbana. Embora os avanços físicos sejam evidentes, persiste um modelo de planejamento que tende a restringir a participação da população nas etapas de concepção, deliberação e implementação. Mais do que uma mera expansão física, essa intervenção evidencia o caráter projetivo do evento: **a festa não apenas se adapta ao crescimento da demanda, mas assume o papel de agente estruturador do espaço urbano, ditando o ritmo e a direção de obras estratégicas no coração da cidade.** Cumpre-se, assim, a vocação original do Parque do Povo de inscrever Campina Grande em um horizonte de modernidade e projeção futura.

Esse quadro evidencia a importância de um olhar crítico sobre as formas de apropriação e gestão do espaço público, especialmente num contexto marcado pela territorialidade dinâmica do Parque do Povo e Parque Evaldo Cruz. **A sustentabilidade social desses espaços públicos está diretamente relacionada à capacidade de reconhecer e integrar as múltiplas formas de uso, pertencimento e identidade dos diversos grupos que circulam por ali, contribuindo para que o parque não se restrinja ao uso sazonal, mas se fortaleça como território cotidiano da cidade.**

4.3.7. Em 2024, histórias novas começam a se revelar

A edição de 2024 d'O Maior São João do Mundo consolidou um novo ciclo de transformações no modo de organização e apropriação do espaço festivo, marcado pela ampliação da estrutura física (Figura 35), reforço da parceria público-privada e incremento dos mecanismos de espetacularização do evento.

A principal inovação foi a integração territorial entre o Parque do Povo e o Parque Evaldo Cruz (Açude Novo), concretizada pela construção de um túnel sob a Rua Lino Gomes e de uma ponte temática e funcional, permitindo o fluxo contínuo de pessoas e possibilitando a expansão da festa para além dos seus limites tradicionais.

Essa conexão viabilizou o aumento da área total para 40.000 m², com a incorporação de 34 lotes (casas e terrenos) ao patrimônio público municipal.

Figura 35 - Comparativo das áreas do Parque do Povo em 2023 e 2024, respectivamente



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A operação foi coordenada por múltiplas secretarias, incluindo SESUMA, Defesa Civil, STTP, Guarda Municipal e Gabinete do Prefeito, sendo a demolição dos imóveis concluída em abril de 2024 (PMCG, 2024).

A ampliação do espaço possibilitou a elevação da capacidade de público em 28% em relação a 2023, atingindo o limite diário de 73.500 pessoas, sendo 65.500 nas áreas livres, 6.500 no frontstage e 1.500 nos camarotes (G1 PB, 2024). Com isso, o evento recebeu, ao longo dos 33 dias de festa, 2,93 milhões de pessoas, número que representa um aumento de 17,2% em relação ao ano anterior (G1 PB, 2024). Esse crescimento consolida o São João como o principal catalisador econômico do município: de acordo com a SEDE, a movimentação financeira ultrapassou a marca dos R\$ 600 milhões, superando os dados de 2023 (G1 PB, 2024).

Do ponto de vista urbano e simbólico, a reorganização do layout foi estruturada segundo a lógica de segmentação e especialização dos usos. A área inferior (setor sul) passou a abrigar o palco principal, com arena de shows, camarotes, roda-gigante e espaço PCD (Figura 36).

Figura 36 - Layout do Parque do Povo para o São João 2024



Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande / Leydson Jackson

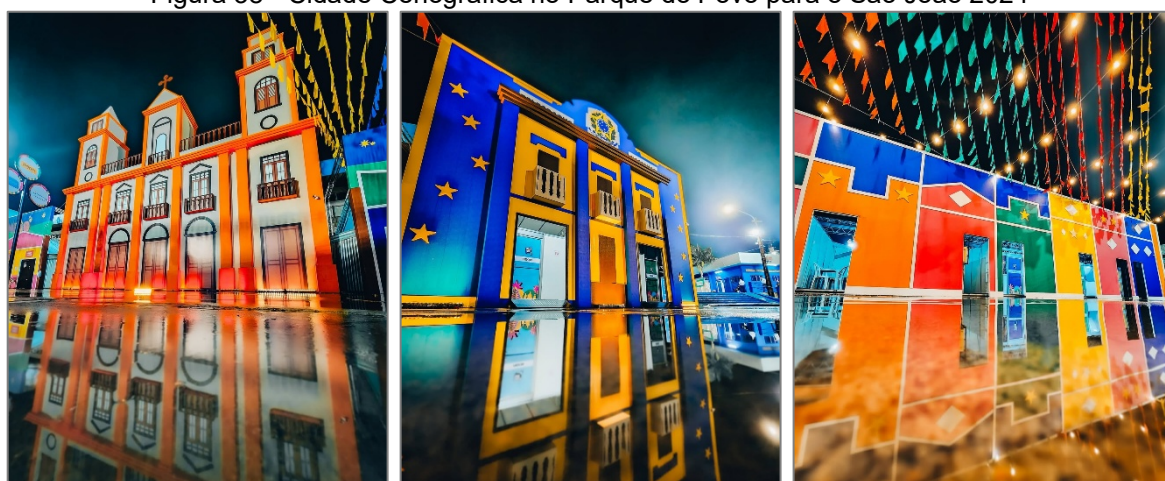
Já na área superior, instalaram-se a cidade cenográfica (Figura 37 e 38), a fogueira, ilhas de forró, espaços gastronômicos e a pirâmide, tradicional palco dos festivais de quadrilha junina e do casamento coletivo. No Parque Evaldo Cruz, a programação incluiu o Pátio de Eventos, a ilha de forró Zé Bezerra, outra roda-gigante e a Loja Oficial da festa, em um arranjo que consolida a multifuncionalidade do espaço urbano (PMCG, 2024).

Figura 37 - Layout do Parque do Povo para o São João 2024



Fonte: PMCG, 2024.

Figura 38 - Cidade Cenográfica no Parque do Povo para o São João 2024



Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande / Leydson Jackson

A gestão do evento também apostou em políticas de mobilidade urbana e inclusão social, como o programa Tarifa Zero Junino, que garantiu transporte público gratuito entre 19h e 4h durante os 33 dias de festa, além do Buzão Junino, que interligou o centro de Campina Grande ao distrito de Galante nos finais de semana (G1 PB, 2024). Esses elementos revelam um esforço de articulação entre mobilidade,

acessibilidade e logística festiva, contribuindo para a democratização do acesso à festa.

No entanto, apesar dos avanços urbanísticos e do crescimento econômico, é necessário refletir criticamente sobre os efeitos sociais dessa expansão física e mercantilização da festa. O fortalecimento da parceria público-privada, que desde 2017 rege a organização do evento, tem levado à progressiva comercialização dos espaços públicos, com áreas VIPs, camarotes corporativos e regras rígidas de operação para comerciantes informais e ambulantes. Ainda que as intervenções físicas apontem para uma lógica de infraestrutura verde e de promoção da saúde urbana, observa-se uma crescente tendência de **segmentação socioespacial**.

A segmentação se configura a partir da delimitação física das estruturas montadas para a festa, sobretudo, pelas dinâmicas de apropriação do espaço por diferentes grupos sociais. A multifuncionalidade do território festivo reflete divisões sociais profundas, que se manifestam cotidianamente e se intensificam durante o evento.

A “cidade cenográfica”, situada na parte superior do Parque do Povo, concentra barracas de diversos tamanhos e graus de sofisticação, funcionando como bares e restaurantes, muitos deles ligados a empreendimentos consolidados da cena gastronômica local, mas também incluindo iniciativas menores. No mesmo setor, instalam-se os *stands* de grandes patrocinadores, como Brahma, Natura, Picpay, Petrobras, Seara, 7K, e Sempre Livre, que utilizam o espaço como vitrine promocional.

Esse espaço, reconhecido como o mais “nobre” do evento, é marcado por ruas largas e ornamentação cenográfica elaborada, com nomenclaturas que homenageiam antigas vias da cidade, criando uma ambiência de pertencimento simbólico à memória urbana de Campina Grande. Apesar do caráter elitizado, há uma permeabilidade controlada: públicos diversos circulam por esse espaço, seja atraído por ativações de marca ou por curiosidade estética, compondo um quadro de democratização seletiva do espaço.

Outras áreas revelam territorialidades mais diversas. Ao longo da Rua Sebastião Donato, há quiosques de menor custo e pontos emblemáticos como o bar Tenebra, reduto de jovens e grupos LGBTQIAPN+. Essa área opera como polo de diversidade cultural e resistência simbólica em meio ao ambiente massificado do evento. Já a arena de shows configura divisões mais rígidas: os camarotes, na lateral direita frontal, concentram públicos mais abastados; enquanto, mais ao fundo, surgem

zonas de transição ocupadas por uma classe média alta e heteronormativa. A lateral esquerda, por sua vez, mais ampla, abriga maior diversidade de gênero, estilo e consumo.

A Pirâmide, espaço historicamente vinculado aos festivais de quadrilha e ao casamento coletivo, apresenta um uso dual: em determinadas noites, é apropriada pelos quadrilheiros para as apresentações de grupos juninos; em outras, quando recebe shows musicais, passa a ser associada, muitas vezes de forma estigmatizada, ao público popular, sendo erroneamente percebida como uma zona de “maior risco” dentro do evento.

Entretanto, mesmo dentro dessa variedade, observa-se que alguns bares e restaurantes, barracas e quiosques, já consolidados na memória coletiva da festa acabam por migrar de posição ano após ano, alterando sua localização no layout e, com isso, modificando também os fluxos de público, mobilidade espacial sutil, mas com impacto direto na formação das territorialidades internas do evento, uma vez que a presença ou ausência de determinados pontos de referência atrai ou desloca públicos específicos.

Essa ecologia espacial é, inclusive, tema de representação humorística nas redes sociais. Um vídeo amplamente compartilhado, produzido de forma cômica por um jovem campinense (Anexo 18), descreve a lógica territorial do Parque do Povo a partir dos públicos que habitam cada setor, demonstrando com clareza como a **distribuição espacial está associada a marcadores de classe, gênero, estilo de vida e identidade cultural**. Apesar de seu tom leve, o vídeo revela uma leitura extremamente perspicaz das práticas de apropriação do espaço, evidenciando que a simples mudança de localização de um bar tradicional pode “migrar” com seu público, reconfigurando fluxos e dinâmicas internas.

Essa percepção empírica converge com os fundamentos da geografia crítica e da sociologia urbana, que compreendem o espaço não como simples suporte físico, mas como um campo simbólico e relacional, onde afetos, práticas e consumos produzem paisagens efêmeras de pertencimento, distinção e exclusão. No São João de Campina Grande, a territorialidade não é estática: ela se move, se negocia e se reinventa continuamente por agentes sociais que disputam sentidos e usos do território festivo. Como já apontava Lefebvre (2001), o direito à cidade transcende o acesso físico ao espaço urbano, ele implica a possibilidade de apropriação cultural e simbólica.

Assim, embora o evento reafirme a identidade local e projete Campina Grande como maior, cabe perguntar: os investimentos recentes resultam em apropriação ou em expropriação cultural? O desafio é evitar que a infraestrutura ampliada se reduza a um cenário funcional e espetacularizado, esvaziado de vida popular. A ecologia espacial da festa revela que, mesmo em meio à celebração coletiva, persistem fronteiras sociais alimentadas por lógicas de mercado, normativas estéticas e decisões políticas que reforçam segmentações e desigualdades.

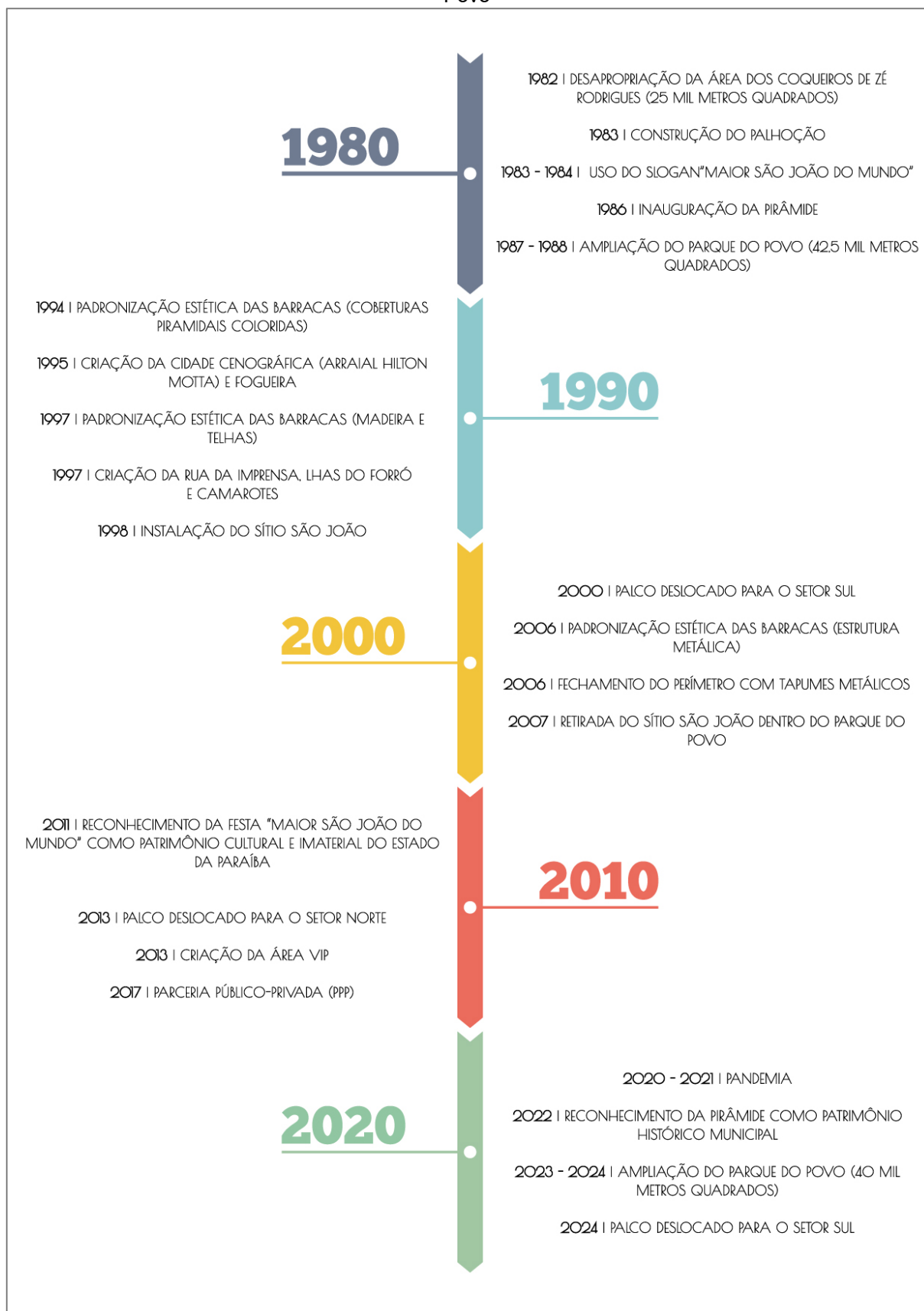
Curiosamente, a divisão socioespacial observada hoje apresenta notáveis semelhanças com as segmentações descritas nos primeiros estudos acadêmicos sobre o evento. Chianca (1987) já identificava, nos primórdios da festa estruturada, três setores socioespaciais: o Setor A, com grandes barracas frequentadas pelas classes mais altas; o Setor B, intermediário; e o Setor C, próximo à Pirâmide, com barracas menores e público popular. Quase quatro décadas depois, mesmo com as transformações tecnológicas e urbanísticas, a lógica permanece surpreendentemente similar: a parte superior continua concentrando os empreendimentos mais sofisticados; a área central e as laterais mantêm um público mais heterogêneo; e os setores populares seguem associados às margens, ainda carregando estigmas sociais.

Essa continuidade revela que a festa, embora transformada em espetáculo de proporções nacionais, mantém em seu cerne estruturas históricas de distinção social e econômica, reproduzidas no modo como o espaço é planejado, ocupado e experimentado. Reforça-se, assim, a ideia de que o São João de Campina Grande não é apenas um produto cultural, mas um território desigual, cuja configuração espacial ecoa hierarquias sociais históricas

Como forma de sistematizar os principais momentos e marcos da festa de São João no espaço do Parque do Povo, foi elaborada a linha do tempo a seguir. Sua construção se baseou na análise de documentos oficiais, registros iconográficos, matérias jornalísticas e relatos historiográficos, e busca evidenciar as etapas de territorialização, consolidação e reconfiguração do espaço festivo ao longo das últimas décadas.

A linha do tempo tem como propósito destacar as transformações espaciais e institucionais que moldaram a festa, permitindo observar como o território foi sendo ocupado, adaptado e reinterpretado de acordo com as demandas socioculturais, políticas e econômicas de cada período.

Figura 39 - Linha do Tempo das transformações que moldaram a festa de São João no Parque do Povo



Fonte: Elaborado pela autora (2025)



Grande festa nordestina / Forró a cada segundo /
Nós fazemos em Campina / O Maior São João do
Mundo, (Lima, 1983).

5. UM OLHAR SOBRE A PREEXISTÊNCIA

Este capítulo aplica a metodologia proposta por Virgínia Pontual e Rosane Piccolo para identificação e leitura integrada do patrimônio cultural, que organiza a análise em etapas: conhecimento preliminar, pesquisa histórica, leitura da forma urbana, levantamento urbano-arquitetônico e paisagístico, e avaliação de valores culturais, associada à abordagem de Luz Valente-Pereira para o planejamento e reabilitação urbana com base na estima pública, que fundamenta a reflexão crítica a partir das dimensões sociais, culturais e simbólicas, buscando restituir a cidade à estima pública e integrar políticas de preservação material e imaterial. A análise do Parque do Povo e de seu entorno foi estruturada nas etapas de **conhecimento preliminar, pesquisa histórico documental, leitura da forma urbana e interpretação crítica**, articulando os resultados à perspectiva de reabilitação e valorização do espaço no contexto da cidade.

As informações aqui apresentadas resultam de **pesquisa bibliográfica, documental e iconográfica**, voltada à compreensão do espaço público do Parque do Povo e de suas relações com o tecido urbano. A sistematização dos dados obtidos por meio de mapas temáticos, registros fotográficos, levantamentos históricos e documentos oficiais, complementados por observação direta, tem como objetivo subsidiar uma análise crítica que considere sua inserção urbana, suas características físicas, sociais e funcionais, e sua importância simbólica.

Essa perspectiva metodológica orienta toda a análise subsequente, garantindo que os elementos físicos, históricos e simbólicos do Parque do Povo sejam interpretados de forma integrada, relacionando-os às políticas urbanas e patrimoniais e aos desafios de gestão e reabilitação da área.

5.1. PRIMEIRO PASSO: CONHECIMENTO PRELIMINAR

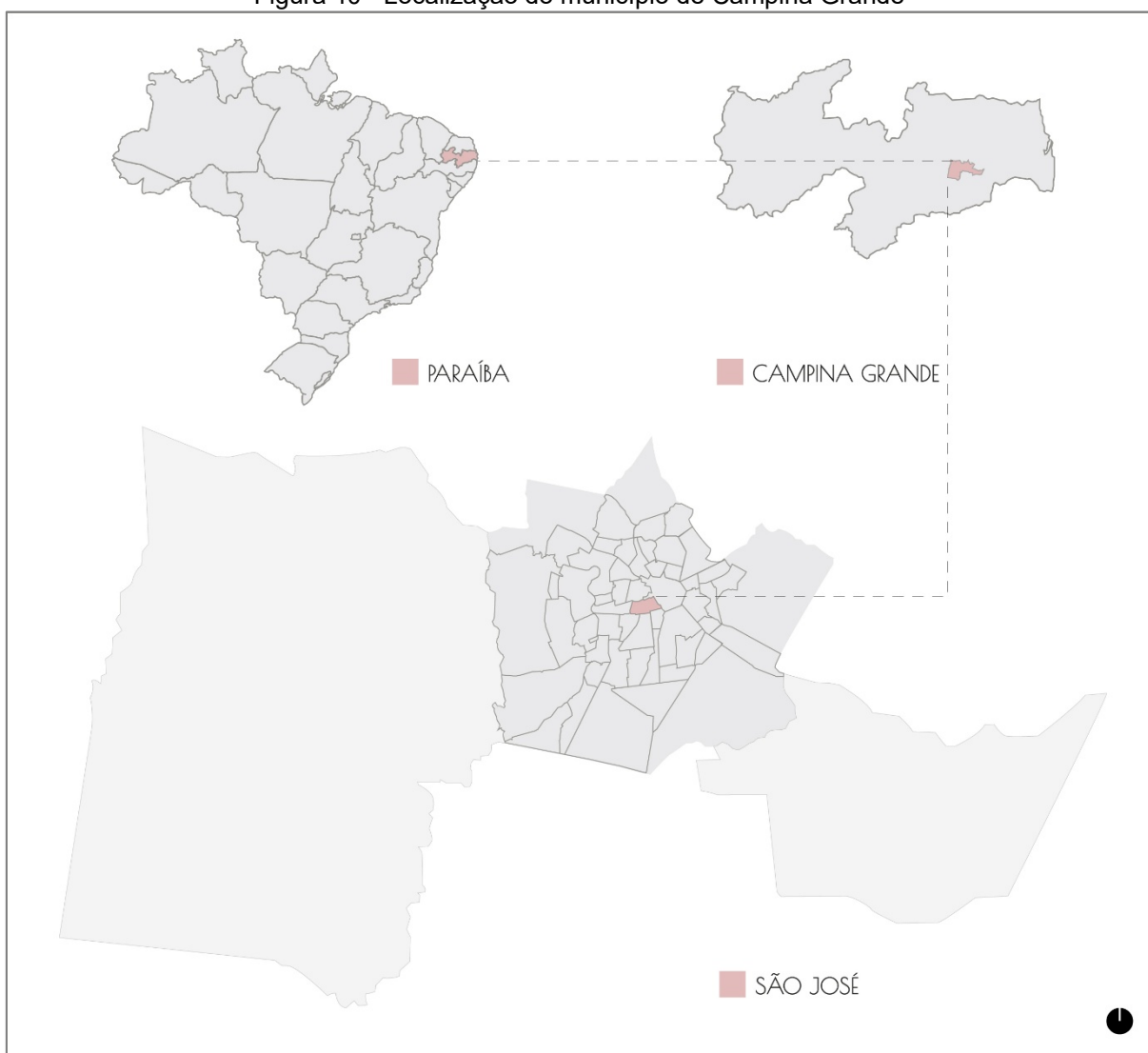
O primeiro passo consiste no conhecimento preliminar do patrimônio, realizado por meio de visitas ao local e leituras de fontes secundárias. No caso do Parque do Povo, essa etapa permitiu compreender suas **características físicas, sociais e simbólicas**, observando espaços verdes, edificações, equipamentos urbanos, atividades culturais e de lazer, e a relação do parque com o tecido urbano.

A partir dessas observações, foram elaboradas listas de elementos do parque e definidos indexadores para organizar as informações. No terceiro passo da metodologia, a leitura da forma urbana, esses dados subsidiaram a descrição detalhada do parque e a elaboração de mapas temáticos, possibilitando analisar sua estrutura física e ativa em contexto urbano. Durante essa etapa, foram abordados aspectos fundamentais para contextualizar o parque:

5.1.1. Localização e inserção urbana

O Parque do Povo está situado no estado da Paraíba, região Nordeste do Brasil, inserido no perímetro urbano do município de Campina Grande, cidade de porte médio que exerce influência regional nas esferas econômica, cultural e social.

Figura 40 - Localização do município de Campina Grande



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

No recorte intraurbana, o parque localiza-se no bairro São José, área central da cidade, divisa com os bairros do Centro, Prata, Centenário, Quarenta, Liberdade e Catolé, com delimitação definida pelas ruas Sebastião Donato, Doutor João Moura, Paulino Raposo, Olegário Azevedo e Avenida Marechal Floriano Peixoto.

5.1.2. Contexto imediato

Inserido no bairro São José, em limite imediato com o bairro do Centro de Campina Grande, o Parque do Povo localiza-se em uma área urbana marcada pela intensa presença de atividades comerciais e de prestação de serviços, o que contribui para a elevada circulação de pessoas e para a vitalidade cotidiana da região. Considerando sua localização estratégica e a vinculação ao núcleo histórico da cidade, os mapas apresentados neste capítulo abrangem os bairros do Centro e São José, com o intuito de representar adequadamente a área de influência e ilustrar sua inserção no contexto urbano consolidado. Conforme destaca Diniz (2018):

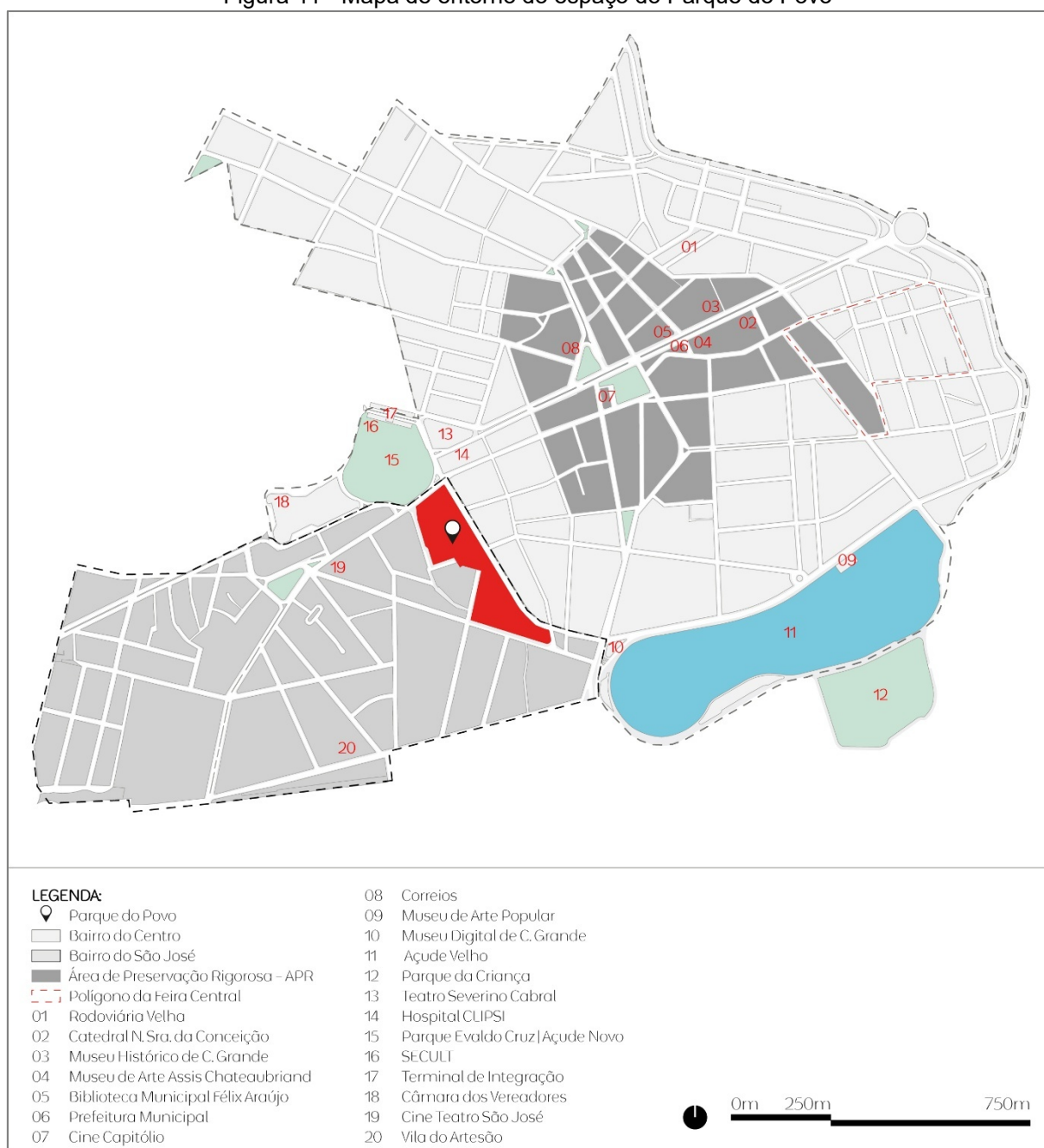
O centro da cidade possui uma carga simbólica que está presente no imaginário da sociedade - espaço em que a cidade surgiu e onde estão presentes espaços da memória coletiva. Do ponto de vista econômico, é a área que concentrou e ainda concentra a maior quantidade e diversidade de oferta de comércio e serviços e para onde convergem todos os meios de transporte coletivo que circulam pelos bairros (Diniz, 2018, p. 59).

A área também se destaca pela localização adjacente a dois importantes espaços livres públicos: o Parque Evaldo Cruz, popularmente conhecido como Açude Novo, e o Parque Vergniaud Wanderley, mais conhecido como Açude Velho. Ambos compõem os principais marcos paisagísticos da cidade, sendo frequentemente associados à imagem simbólica e à memória afetiva de seus habitantes. No mapa é possível observar a relação espacial entre esses parques, bem como a presença de praças arborizadas que integram a malha urbana da região central.

Como abordado no capítulo anterior, o Parque Evaldo Cruz (Açude Novo), foi recentemente submetido a um processo de requalificação, que incluiu, entre outras intervenções, a construção de um túnel subterrâneo conectando-o ao Parque do Povo. **Essa infraestrutura fortalece a integração funcional entre os dois espaços públicos e potencializa seu uso combinado, sobretudo durante o período junino, quando há um aumento do fluxo de visitantes em razão das festividades.**

Essa conexão física, no entanto, não elimina a desigualdade simbólica entre os espaços. Enquanto o Açude Velho consolidou-se historicamente como marco identitário e paisagem de referência cotidiana, o Açude Novo permanece em processo de construção de significados, sendo muitas vezes ativado apenas de forma sazonal. Esse contraste revela como certos espaços públicos se enraízam no imaginário coletivo, enquanto outros dependem de políticas indutivas para adquirir densidade simbólica.

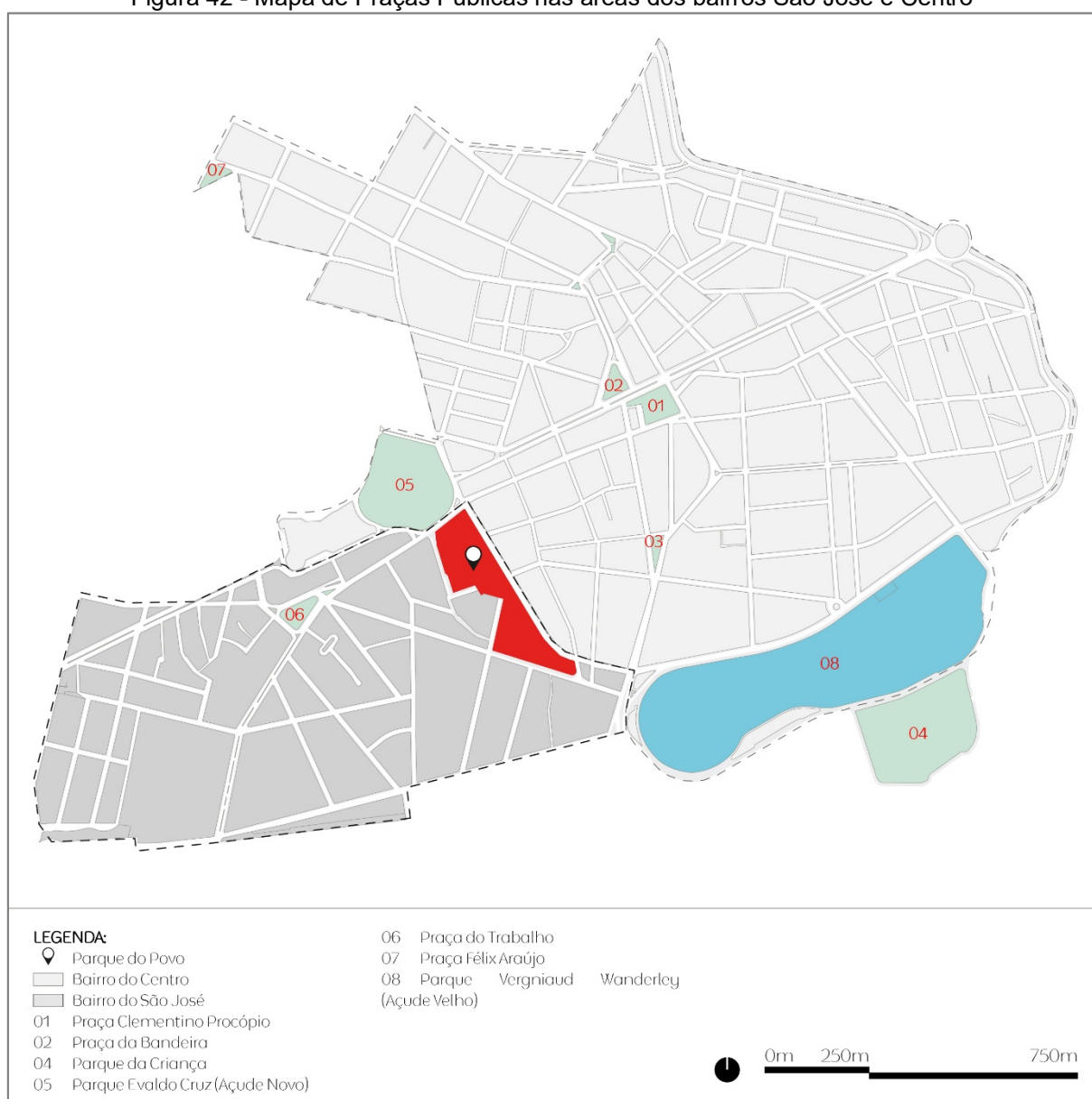
Figura 41 - Mapa de entorno do espaço do Parque do Povo



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Apesar dessa articulação física, persiste uma assimetria no padrão de uso cotidiano desses espaços. O Açude Velho se destaca por sua elevada frequência diária, funcionando como espaço de lazer, prática esportiva e convivência social. Já o Açude Novo, por muito tempo subutilizado, vem passando por um processo gradual de reativação, intensificado a partir de 2024 com ações do poder público. Entre elas, destacam-se a requalificação física, a introdução de programações sazonais, como os festejos juninos, a instalação da árvore de Natal e outras atividades. Tais iniciativas têm contribuído para aumentar a atratividade do local; entretanto, seu pleno aproveitamento paisagístico e ambiental ainda se encontra em construção, refletindo desafios persistentes na gestão e valorização dos espaços livres urbanos.

Figura 42 - Mapa de Praças Públicas nas áreas dos bairros São José e Centro



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Nesse contexto, destaca-se também o Parque da Criança, um equipamento urbano voltado prioritariamente ao público infantil e familiar, com proposta lúdica e recreativa. Sua presença amplia a diversidade de usos disponíveis na área central, favorecendo a convivência intergeracional e reforçando a importância da oferta de espaços públicos voltados a diferentes faixas etárias.

A coexistência de equipamentos com funções tão distintas, do lazer infantil à monumentalidade simbólica dos açudes, passando pela centralidade do Parque do Povo, evidencia o caráter multifuncional do entorno, mas também coloca desafios de ordenamento. O uso desigual desses espaços aponta para a necessidade de compreender a centralidade urbana como um mosaico de apropriações, no qual convivem permanências históricas, requalificações recentes e usos sazonais.

A variedade de usos e configurações desses espaços evidencia o potencial de articulação socioespacial da área central, reforçando a necessidade de políticas públicas permanentes voltadas à sua preservação, manutenção e ativação.

Nas imediações do Parque do Povo, encontram-se ainda diversos equipamentos dedicados à cultura, ao lazer, ao esporte e ao entretenimento, que ampliam o dinamismo sociocultural da região. Entre os principais, destacam-se o Centro Cultural Lourdes Ramalho e o Teatro Rosil Cavalcanti, ambos localizados no interior do parque, além do Teatro Municipal Severino Cabral, do Museu de Arte Popular da Paraíba (conhecido como Museu dos Três Pandeiros), do Parque da Criança, do Museu Digital e do Museu do Algodão (Estação Velha).

Entre os elementos que compõem o entorno imediato do Parque do Povo destaca-se a presença do Hospital da CLIPSI, cuja localização sempre suscitou debates em razão do impacto sonoro das festividades. A proximidade entre um equipamento de saúde e um evento de grande porte coloca em confronto direitos coletivos distintos: o direito à saúde e ao ambiente equilibrado, que pressupõem silêncio e condições adequadas de cuidado, e o direito à cultura e ao lazer, que sustentam a realização do São João. Esse embate ilustra como a festa, para além de sua dimensão simbólica, também evidencia tensões urbanas e sociais próprias da convivência entre espaços de uso público e atividades essenciais, desafiando políticas de ordenamento capazes de equilibrar tradição, economia e bem-estar coletivo.

Esse embate materializa, em escala local, dilemas próprios da cidade contemporânea: a sobreposição de funções e a convivência de interesses coletivos nem sempre conciliáveis. A territorialização da festa, ao tensionar o direito à saúde e

o direito à cultura, expõe a dificuldade de articular políticas urbanas integradas capazes de reconhecer a pluralidade de demandas. Esse tipo de conflito também reforça a condição da festa como dispositivo de ordenamento, pois, ao mesmo tempo em que promove a sociabilidade e o lazer, impõe novos parâmetros de convivência e reorganiza o espaço urbano segundo sua lógica de funcionamento.

Outro elemento urbano de grande relevância para a estruturação da centralidade é o Terminal de Integração de transporte público, que atua na articulação entre os diversos bairros da cidade. A convergência de, praticamente, todas as linhas de ônibus que operam na cidade se concentram nesse equipamento, o que o torna um nó central na rede de mobilidade urbana. Em razão dessa conectividade, o acesso ao Parque do Povo é amplamente facilitado, assegurando sua fruição por grande parte, considerável, da população, independentemente da localização dos bairros de origem.

5.2. SEGUNDO PASSO: PESQUISA HISTÓRICA

Conforme Pontual & Piccolo, o segundo passo da metodologia corresponde a pesquisa histórica, orientada à compreensão da identidade, memória e evolução do patrimônio cultural. No presente trabalho, embora a contextualização histórica desenvolvida no Capítulo 4 aborde elementos que contribuem para a construção de uma identidade associada ao Parque do Povo e à festa nele realizada, o aporte teórico não se deteve especificamente no estudo aprofundado dessa dimensão.

A aplicação prática desta etapa seguiu predominantemente a linha de investigação sobre a territorialização e a evolução física e funcional do parque e de seu entorno, utilizando documentos, mapas, fotografias, plantas e textos históricos. Complementarmente, foram considerados os aspectos legais e cadastrais, abrangendo instrumentos de proteção e reconhecimento em âmbitos estadual e municipal.

Essa abordagem forneceu subsídios essenciais para a etapa seguinte, a leitura da forma urbana, e para a interpretação crítica do patrimônio, articulando as dimensões histórica e normativa na compreensão do espaço.

5.2.1. Aspectos legais

A conformação do espaço urbano é regulada por um conjunto de legislações e diretrizes técnicas estabelecidas pelos entes públicos, em especial os de esfera municipal e estadual, com o propósito de orientar o crescimento ordenado das cidades e garantir a funcionalidade, a sustentabilidade e a equidade no uso do solo. Tais normativas fornecem o arcabouço técnico e jurídico necessário para a formulação de projetos arquitetônicos e urbanísticos, assegurando legitimidade às intervenções no ambiente construído. No contexto do município de Campina Grande, destacam-se, entre os principais instrumentos normativos que orientam a organização do território urbano, o Plano Diretor Municipal (Lei Complementar nº 003/2006), Estatuto da cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001) e a Lei Orgânica do Município de Campina Grande, que estabelecem as diretrizes gerais para o uso e ocupação do solo e para a gestão urbana.

No que se refere especificamente à preservação do patrimônio cultural, destacam-se os Decretos Estaduais nº 7.819/1978 e nº 33.816/2013, responsáveis por instituir o tombamento e a delimitação de áreas e bens de interesse histórico e arquitetônico, sob jurisdição do IPHAEP.

O Plano Diretor constitui-se como o principal instrumento da política urbana nos municípios brasileiros, conforme estabelecido no artigo 182 da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelo Estatuto da Cidade, sua função é orientar o uso do solo urbano, assegurando que a propriedade atenda à sua função social e que o desenvolvimento das cidades ocorra de forma equilibrada (Brasil, 2001).

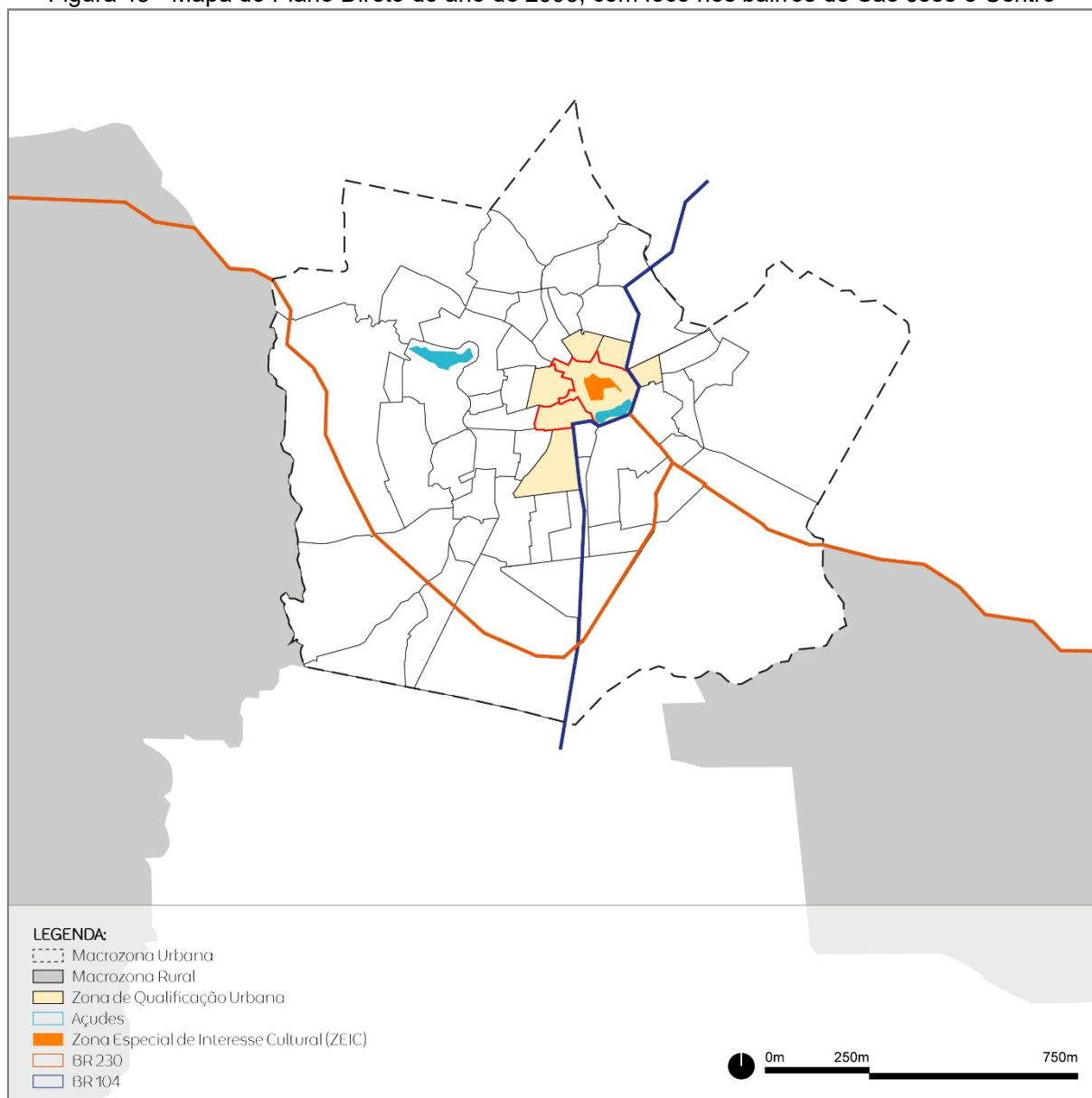
O território municipal Campina Grande está dividido em Macrozona Urbana e Macrozona Rural, sendo a primeira voltada ao desenvolvimento de atividades urbanas, como residências, comércios e serviços, e a segunda destinada a usos agropecuários, extrativistas e correlatos.

A Macrozona Urbana, por sua vez, é subdividida em quatro zonas: Zona de Qualificação Urbana, Zona de Ocupação Dirigida, Zona de Recuperação Urbana e Zona de Expansão Urbana.

Conforme representação cartográfica a seguir, a área central da cidade onde se insere o Parque do Povo, objeto deste estudo, está localizada na Zona de Qualificação Urbana. De acordo com o Art. 14 do Plano Diretor, essa zona é caracterizada pela presença de infraestrutura urbana consolidada e condições físicas favoráveis, admitindo usos múltiplos e a intensificação do uso e ocupação do solo. Tendo como principais objetivos **promover o ordenamento e adensamento**

construtivo, viabilizar o adensamento populacional controlado em áreas subutilizadas, evitar a saturação do sistema viário e ampliar a disponibilidade de espaços públicos de lazer, áreas verdes e equipamentos urbanos (Campina Grande, 2006).

Figura 43 - Mapa do Plano Direto do ano de 2006, com foco nos bairros de São José e Centro



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Entendendo as dinâmicas de organização e regulação do espaço urbano, é importante destacar a posição limítrofe do Parque do Povo, situado entre os bairros do Centro e do São José, localização que conecta o parque em uma zona de transição entre dois registros territoriais distintos que, embora apresentem características próprias, compartilham dinâmicas territoriais e socioespaciais interligadas em virtude da proximidade geográfica. De um lado, o Centro, núcleo político, econômico e

simbólico, historicamente consolidado e atualmente detentor da maior concentração de bens tombados e áreas de preservação reconhecidas (como podemos observar nas figuras abaixo). De outro, o bairro São José, de uso predominantemente misto (residencial e comercial).

Neste sentido, cabe trazer à luz uma questão de interesse, entre os princípios, objetivos e diretrizes das políticas urbanas expressas nos Planos Diretores Municipais, figura a proteção ao patrimônio cultural. Conforme estabelece o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), a política de desenvolvimento urbano deve contemplar o reconhecimento, a valorização e a preservação da memória coletiva, enquanto dimensão constitutiva do território.

A esse respeito, é importante retomar a definição do artigo 216 da Constituição Federal, segundo a qual:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - As formas de expressão; II - Os modos de criar, fazer e viver; III - As criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, (Brasil, 1988, Art. 216).

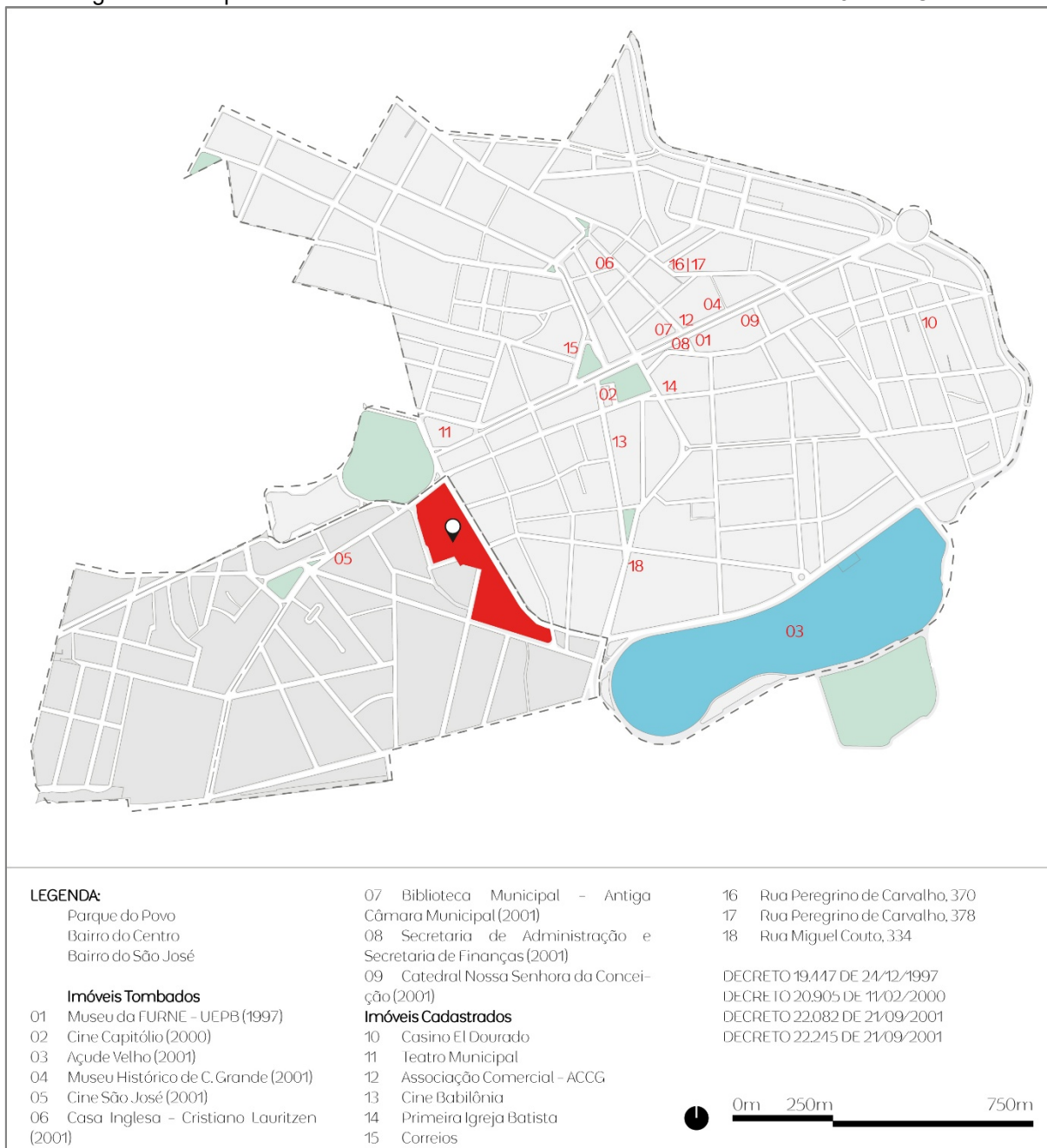
Essa concepção ampliada de patrimônio permite reconhecer as diversas expressões culturais como constitutivas do tecido urbano, e evidencia a importância de políticas inclusivas, capazes de abarcar não apenas os monumentos materiais, mas também as práticas e significados culturais construídos no cotidiano das comunidades locais.

Com esse referencial em mente, a análise da configuração espacial do Parque do Povo, permite problematizar os critérios de reconhecimento institucional do patrimônio e refletir sobre as desigualdades que atravessam os processos de patrimonialização.

A análise cartográfica do Mapa das Poligonais de Preservação, elaborado com base nos registros do IPHAN e do IPHAEP, revela a concentração dos bens tombados na área central e histórica, especialmente no perímetro definido pelo Decreto Estadual nº 25.139/2004, reforçado pela Deliberação nº 0025/2003 do CONPEC.

Além desses, o mapa também contempla outras normativas, como o Decreto nº 22.245/2001, que delimita a área de preservação do entorno do Açude Velho, e o Decreto Estadual nº 33.816/2013, que define novas áreas de preservação de entorno.

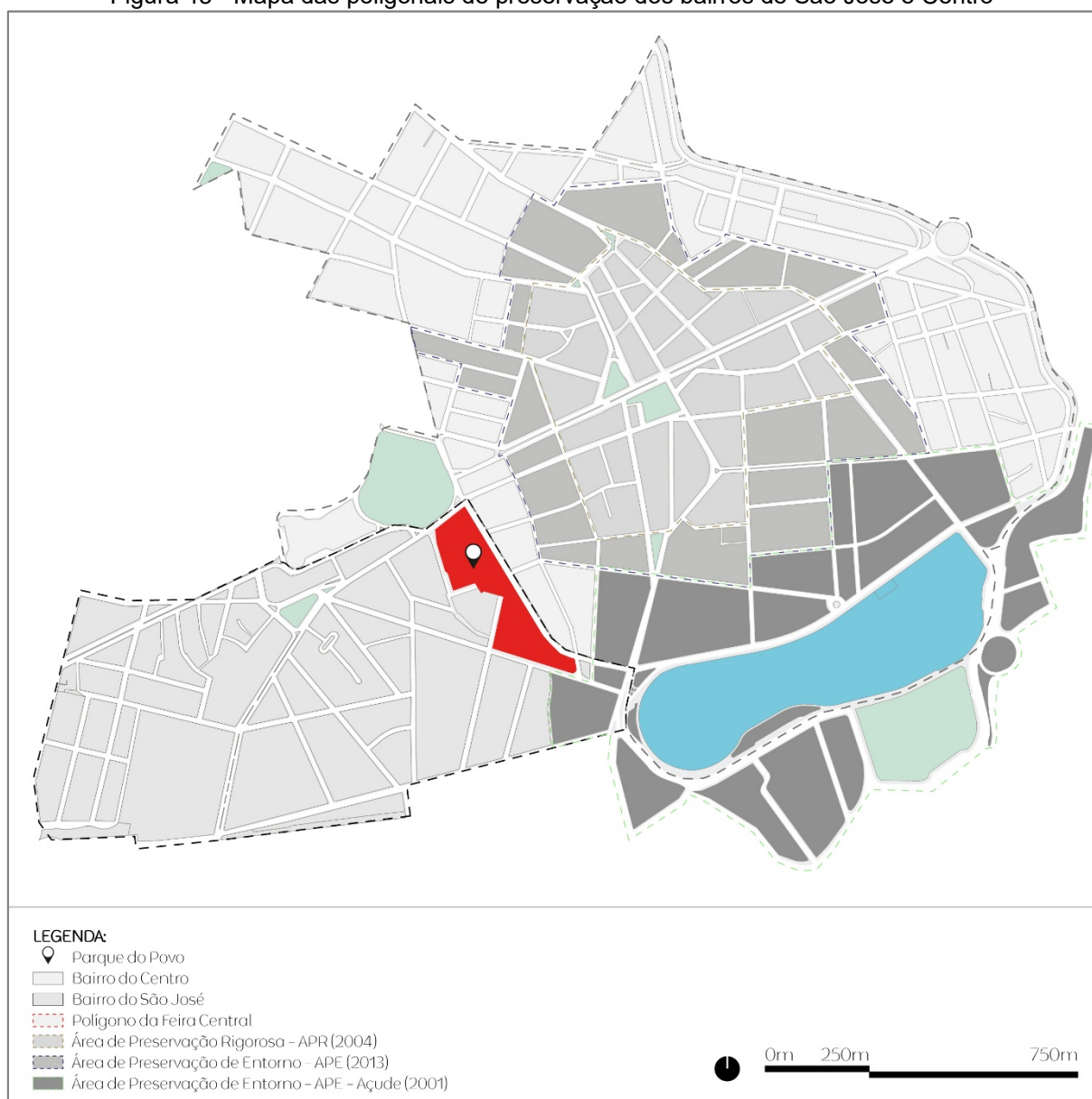
Figura 44 - Mapa dos imóveis individuais tombados e cadastrados de São José e Centro



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Para além dos decretos de tombamento emitidos pelo IPHAN e pelo IPHAEP, é importante destacar dois instrumentos legais diretamente relacionados ao objeto de estudo desta dissertação, os quais, apesar de seu valor simbólico e normativo, permanecem amplamente ausentes das iniciativas de difusão institucional e valorização patrimonial promovidas no município.

Figura 45 - Mapa das poligonais de preservação dos bairros de São José e Centro



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

O primeiro é a **Lei Estadual nº 9.390/2011**, que reconhece oficialmente o “**Maior São João do Mundo**” como patrimônio cultural imaterial do Estado da Paraíba, embora represente um importante marco de valorização cultural, essa formalização ainda é pouco divulgada e não foi integrada de maneira efetiva às estratégias locais de preservação. O segundo é o decreto municipal de 26 de outubro de 2022, que reconhece a Pirâmide, estrutura central dos festejos no Parque do Povo, como patrimônio histórico da cidade de Campina Grande.

Esse descompasso entre o reconhecimento normativo e a ausência de políticas públicas de valorização e conservação revela uma lógica de patrimonialização predominantemente simbólica, na qual o ato formal de registro não é necessariamente

acompanhado de mecanismos efetivos de proteção, financiamento ou inclusão nos circuitos institucionais de memória. No caso do “Maior São João do Mundo” e da Pirâmide, a patrimonialização assume um caráter mais instrumental, mobilizado em contextos específicos, sobretudo para fins turísticos, promocionais e mercadológicos, do que propriamente integrado às diretrizes de planejamento urbano ou às ações educativas e culturais de longo prazo.

Essa constatação reforça a ideia de que a patrimonialização no município tende a operar de forma seletiva e hierarquizada, favorecendo determinados bens e territórios, especialmente aqueles localizados nas zonas historicamente consolidadas e já protegidas pelos marcos normativos tradicionais. Por outro lado, manifestações culturais, como o São João de Campina Grande, embora amplamente reconhecidas socialmente, enfrentam contradições quando institucionalizadas em formatos que favorecem a espetacularização e a mercantilização.

No caso específico do evento denominado “O Maior São João do Mundo”, ainda que reconhecido como patrimônio cultural imaterial do Estado da Paraíba, é possível observar um afastamento progressivo de suas características tradicionalistas. O evento, cada vez mais moldado por lógicas de consumo, turismo e entretenimento de massa, tende a se desvincular das práticas comunitárias e populares que historicamente estruturaram as festas juninas nordestinas.

Essa realidade revela um ponto importante para reflexão: a necessidade de se pensar em instrumentos de salvaguarda que não apenas formalizem o reconhecimento legal, mas que também assegurem a preservação dos valores simbólicos, dos modos de fazer tradicionais e da memória coletiva associados à festividade. **Ainda que este trabalho não tenha como objetivo propor diretrizes ou induzir a criação de instrumentos específicos de preservação, considera-se pertinente destacar que a discussão sobre a proteção do patrimônio cultural, especialmente no que diz respeito às manifestações populares, exige abordagens críticas que problematizem as tensões entre tradição e espetáculo, entre o reconhecimento simbólico e a efetiva valorização cultural.** Tais reflexões ganham relevância à medida que o processo de patrimonialização corre o risco de se tornar meramente formal ou instrumentalizado, esvaziando o sentido das práticas culturais em nome de agendas políticas ou econômicas. Portanto, compreender essas dinâmicas é essencial para o debate sobre as formas contemporâneas de produção, uso e gestão do patrimônio no espaço urbano.

5.2.1.1. Levantamento e avaliação dos “bens patrimoniais”

O levantamento de bens patrimoniais tem como finalidade identificar, caracterizar e avaliar os elementos que constituem a memória coletiva e a identidade urbana. De acordo com Pontual & Piccolo (2001), esta etapa deve combinar observação direta, análise documental e interpretação crítica, permitindo não apenas a descrição física, mas também a atribuição de valores culturais.

No caso do Parque do Povo e de seu entorno imediato, foram observados diferentes tipos de bens, classificados como:

- I. **Estrutura permanente diretamente vinculada ao São João**, a Pirâmide do Parque do Povo, considerada patrimônio cultural da Paraíba e reconhecida por decreto municipal. É o marco central da festa junina e um dos principais símbolos do “Maior São João do Mundo”.
- II. **Equipamentos culturais institucionais**, como o Centro Cultural Lourdes Ramalho e o Teatro Rosil Cavalcanti, localizados na área do parque, mas não utilizados durante o período junino. Esses espaços exercem funções culturais e educacionais no cotidiano, mas permanecem dissociados da dinâmica festiva.
- III. **Espaços livres de valor paisagístico**, como os açudes Velho e Novo, que articulam a paisagem natural e a memória urbana de Campina, embora apenas o Açude Novo seja integrado diretamente a festa junina.
- IV. **Equipamento cultural de referência regional**, como o Museu de Arte Popular da Paraíba, situado às margens do Açude Velho, que integra o sistema cultural da cidade, mas também não participa da dinâmica festiva do Parque do Povo.

A avaliação dos bens considerou cinco critérios principais:

- Localização e inserção urbana, relação com o núcleo central e acessibilidade.
- Tipologia e uso, função original e função atual do bem.
- Estado de conservação, análise visual da integridade física.
- Valor cultural, considerando dimensões como histórico, artístico, paisagístico, simbólico, entre outras possíveis categorias de significação.
- Integração ao São João, verificação da vinculação ou não à festa junina.

Com base nesses critérios, foi elaborada a tabela a seguir:

Tabela 2 - Levantamento e avaliação dos bens patrimoniais no Parque do Povo e entorno

Bem Patrimonial	Localização	Tipologia	Uso Atual	Estado de Conservação	Valor Cultural	Integração ao São João
Pirâmide	Área central do Parque do Povo	Estrutura arquitetônica permanente	Cultural/ Festivo	Bom	Histórico, comemorativo, simbólico	Sim, núcleo da festa
Centro Cultural Lourdes Ramalho	Interior do parque	Equipamento cultural	Cultural/ Institucional	Bom	Artístico	Não
Teatro Rosil Cavalcanti	Interior do parque	Equipamento cultural	Cultural/ Institucional	Bom	Artístico	Não
Açude Velho	Adjacente ao núcleo central	Espaço livre público	Lazer/ Esportivo	Bom	Paisagístico	Não
Açude Novo	Conectado ao Parque do Povo	Espaço livre público	Lazer/ Cultural	Bom	Paisagístico	Sim
Museu de Arte Popular da Paraíba	Margens do Açude Velho	Equipamento cultural	Cultural/ Turístico	Bom	Artístico	Não
Teatro Municipal	Adjacente ao núcleo central	Equipamento cultural	Cultural/ Institucional	Bom	Artístico, Histórico	Não

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A análise demonstra que, entre os bens culturais, apenas a Pirâmide está diretamente vinculada à festa junina e possui reconhecimento formal como patrimônio cultural da Paraíba, por meio de decreto estadual. Os demais bens desempenham papéis relevantes no sistema cultural e paisagístico do centro da cidade, mas permanecem à margem da lógica do São João, o que evidencia uma fragmentação entre a festa e os equipamentos culturais consolidados. Esse diagnóstico reforça a necessidade de pensar o Parque do Povo como espaço de articulação permanente entre patrimônio material, usos culturais cotidianos e memória coletiva.

Embora a tabela tenha privilegiado valores como histórico, artístico, paisagístico, simbólico e de uso, é importante reconhecer que os bens analisados podem carregar uma diversidade ainda maior de significados. Como observa Lacerda (2012), os bens patrimoniais podem ser compreendidos a partir de múltiplos atributos, como valores de antiguidade, histórico, artístico, cultural, simbólico, cognitivo, econômico, de uso, de opção e de existência.

Para fins desta pesquisa, tais categorias não foram aplicadas como metodologia sistemática de valoração, mas como referência conceitual que ajuda a iluminar a pluralidade de significados que esses bens carregam. Assim, a Pirâmide,

por exemplo, conjuga valores simbólicos, comemorativos e de uso; o Açude Velho agrega valores paisagísticos, de antiguidade e simbólicos; enquanto o Museu de Arte Popular da Paraíba articula valores artísticos, cognitivos e simbólicos.

Essa distinção metodológica é fundamental: de um lado, uma leitura aplicada e operacional (valores sintetizados na tabela), de outro, uma leitura interpretativa (valores ampliados de Lacerda, 2012), que permite reconhecer a multiplicidade de sentidos atribuídos pela comunidade e pelas práticas culturais.

Assim, o reconhecimento dos diferentes atributos patrimoniais presentes no Parque do Povo e em seu entorno contribui para evidenciar as tensões entre permanências e ausências de valorização, fornecendo subsídios para futuras reflexões sobre conservação, gestão e memória urbana.

5.3. TERCEIRO PASSO: LEITURA DA FORMA URBANA

De acordo com Pontual & Piccolo, a leitura da forma urbana constitui etapa fundamental para compreender a estrutura física e a organização espacial da cidade ou do setor analisado, considerando aspectos como a mancha urbana, a malha viária, os espaços livres e os marcos referenciais.

No presente trabalho, essa leitura foi desenvolvida a partir das informações históricas e legais reunidas nas etapas anteriores, complementadas por levantamento cartográfico e observação direta em campo. Além do referencial de Pontual & Piccolo, a interpretação seguiu a perspectiva de Luz Valente-Pereira, que entende o espaço urbano como suporte de práticas culturais, de relações sociais e de significados simbólicos, ressaltando a importância de articular patrimônio material e imaterial na avaliação do território.

O objetivo desta etapa foi identificar padrões de ocupação, conexões e hierarquias viárias, bem como analisar a relação entre o Parque do Povo e os elementos estruturantes do tecido urbano de Campina Grande. Essa abordagem integrada permitiu evidenciar a inserção estratégica do parque, sua articulação com equipamentos culturais e áreas livres adjacentes, e a capacidade de adaptação do espaço para receber usos sazonais e temporários, como as festividades juninas, sem perder de vista suas funções cotidianas e permanentes.

5.3.1. Divisão espacial do Parque do Povo

O Parque do Povo apresenta uma configuração espacial articulada em três níveis altimétricos distintos. A cota mais elevada situa-se na porção norte do terreno, configurando um platô acessado por meio de escadaria que estabelece a conexão com o nível intermediário, onde se situa o conjunto central composto pela chamada “Pirâmide”. A partir desse patamar, o relevo apresenta uma declividade suave em direção ao setor sul, que corresponde à cota mais baixa do parque, dispensando, nesse trecho, a adoção de elementos de transição acentuada, como escadas ou rampas estruturadas.

Figura 46 - Mapa de Setorização do Parque do Povo



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Setor Norte (A): Localizado no nível mais elevado do parque, é delimitado ao norte por trechos de muro de arrimo remanescentes e, ao oeste, pelo Centro Cultural Lourdes Ramalho e pela sede da administração da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente (SESUMA). O setor conta com múltiplos acessos: ao norte, há uma escadaria situada na Avenida Marechal Floriano Peixoto; ao oeste, o acesso se dá por meio de duas escadarias localizadas na Rua Paulino Raposo, que vencem um desnível aproximado de 3 metros em relação ao nível principal do parque. Além desses acessos tradicionais, foi implantada uma conexão subterrânea com o Parque

Evaldo Cruz (Açude Novo), viabilizada por meio de um túnel construído sob a via, uma vez que o nível da rua está acima do nível dos parques. Essa estrutura amplia a integração entre os dois espaços públicos, promovendo maior fluidez na circulação e reforçando a articulação entre os equipamentos urbanos. Importante destacar que todos os acessos permanecem em funcionamento, complementando-se e garantindo múltiplas possibilidades de entrada e saída.

Setor Central (B): Centralizado em relação à configuração do parque, esse trecho está localizado em um nível inferior ao Setor Norte e abriga o Forródrômo, estrutura coberta de caráter permanente, popularmente conhecida como “Pirâmide”. A edificação, originalmente concebida como espaço das festividades juninas destinado a apresentações de shows e à prática de danças, funcionando como espaço de celebração e encontro, no entanto, com o crescimento do evento ao longo dos anos, sua capacidade tornou-se limitada, e atualmente o espaço é utilizado para as apresentações de quadrilhas juninas, bem como para apresentações de shows de menor porte, realizados sob a estrutura durante o período dos festejos. Fora do ciclo junino, a Pirâmide funciona como um espaço aberto e de livre acesso, com usos variados e flexíveis, podendo receber eventos culturais, atividades comunitárias ou simplesmente servir como área de convivência urbana. O setor está delimitado, ao norte, pela escadaria que o conecta ao platô superior (Setor Norte) e, ao oeste, por outra escadaria e pelos sanitários públicos.

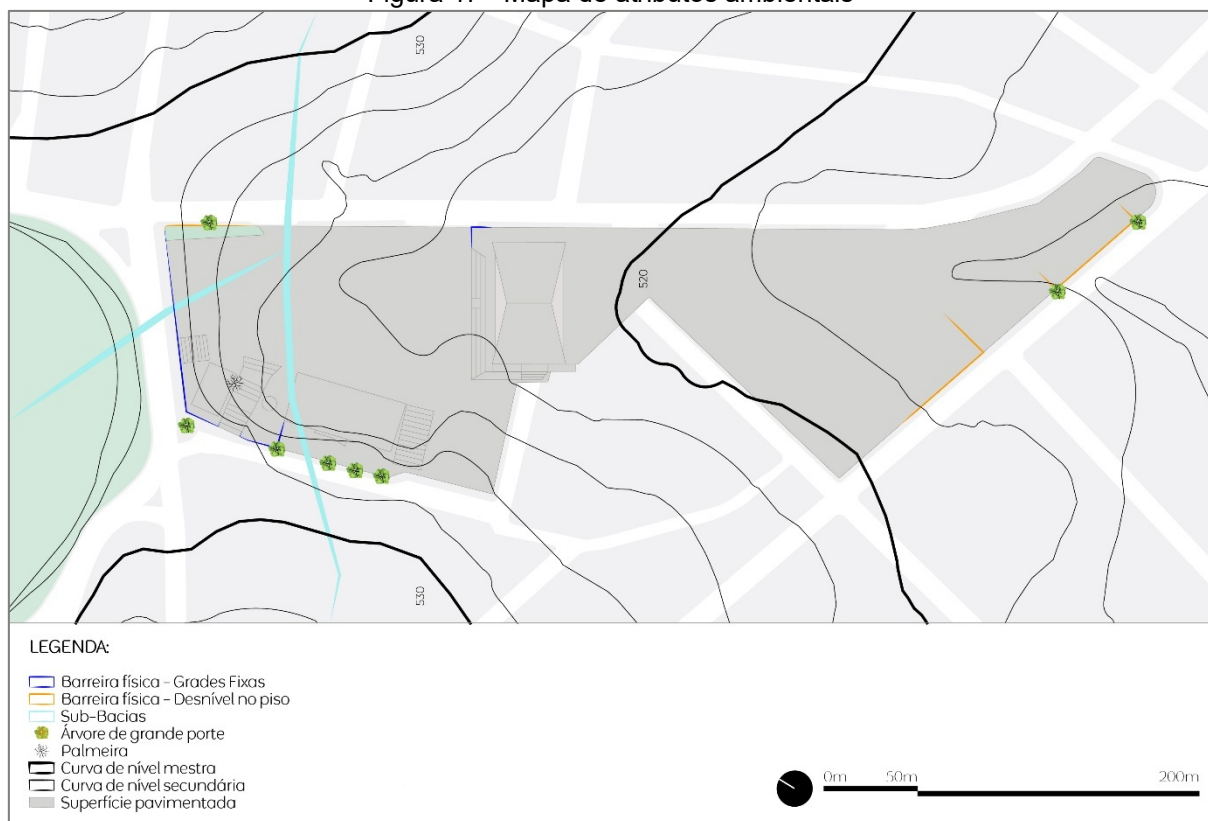
Setor Sul (C): Localizado ao sul da Pirâmide, esse setor situa-se em um nível ligeiramente inferior ao do Setor Central, com uma transição topográfica suave que dispensa a adoção de escadarias ou rampas estruturadas. Em 2024, passou por uma ampliação com a desapropriação de áreas adjacentes, o que resultou no alargamento do parque em direção ao lado oeste. O espaço tornou-se mais amplo e menos comprimido, contribuindo para a redução da sensação anterior de enclausuramento e ampliando as possibilidades de uso durante eventos de grande porte.

5.3.2. Atributos Ambientais

O plano horizontal do parque é marcado por uma superfície cimentícia, lisa e contínua, contendo poucos elementos construídos além das escadarias, sanitários, um totem com placa de inauguração e a já mencionada Pirâmide. Observa-se, ainda,

a ausência de vegetação que proporcione sombreamento e conforto ambiental, o que compromete a permanência de usuários em períodos ordinários.

Figura 47 - Mapa de atributos ambientais

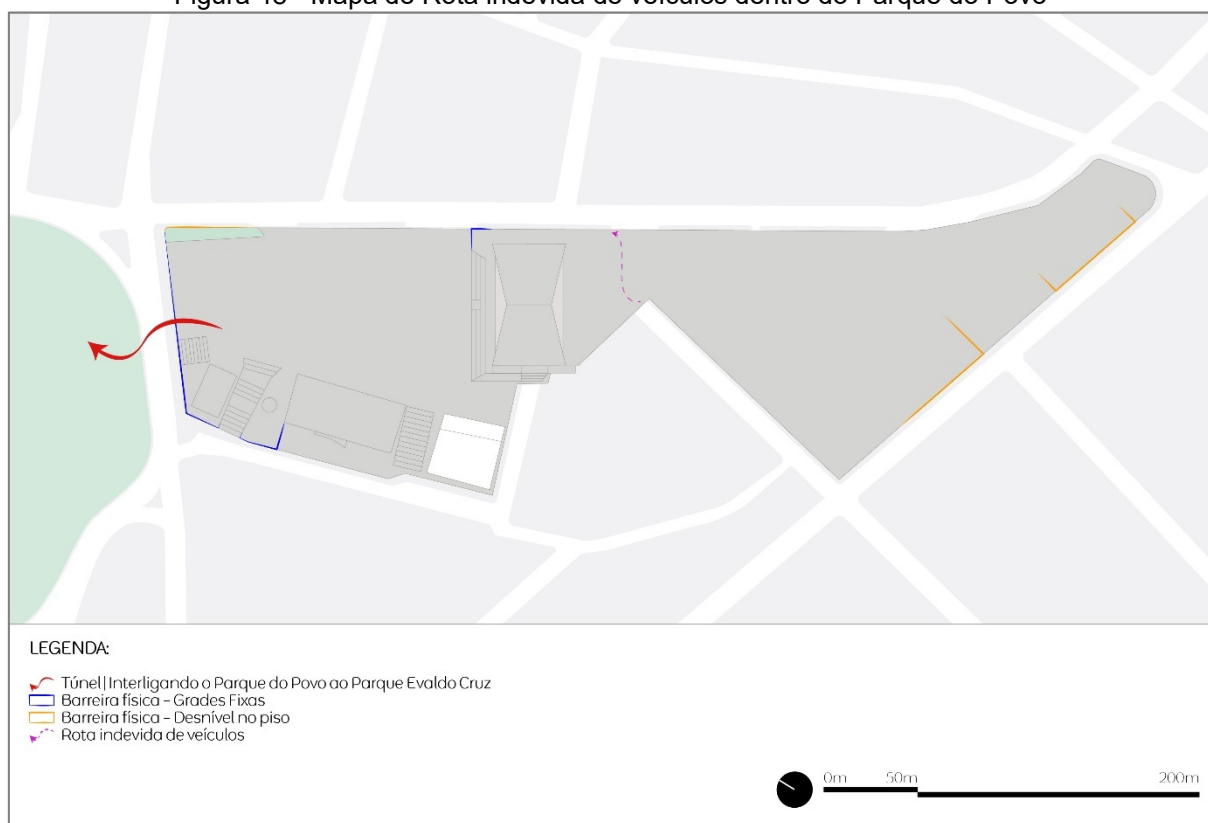


Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Trata-se, portanto, de um espaço homogêneo e morfologicamente rígido, carente de atributos formais que promovam identificação no cotidiano. Ainda assim, seu valor é potencializado pelo evento que nele ocorre: o Maior São João do Mundo. Embora a Pirâmide do Parque do Povo funcione como elemento icônico e de fácil reconhecimento no cenário urbano, assumindo, portanto, a função de marco referencial, observa-se a ausência de outros dispositivos formais e espaciais que contribuam para a construção de uma ambiência visualmente atrativa e funcionalmente qualificada.

A carência de perspectivas visuais planejadas e de percursos bem definidos, tanto físicos quanto simbólicos, compromete a legibilidade e a apropriação do espaço. A indefinição dos acessos e a inexistência de instrumentos eficazes de ordenamento dos fluxos resultam em uma ocupação desregulada, onde veículos motorizados transitam livremente, sem qualquer tipo de controle ou restrição. Essa condição, além de comprometer a segurança dos usuários, contribui para tornar o ambiente menos acolhedor, desencorajando a permanência e o uso cotidiano por parte da população.

Figura 48 - Mapa de Rota indevida de veículos dentro do Parque do Povo



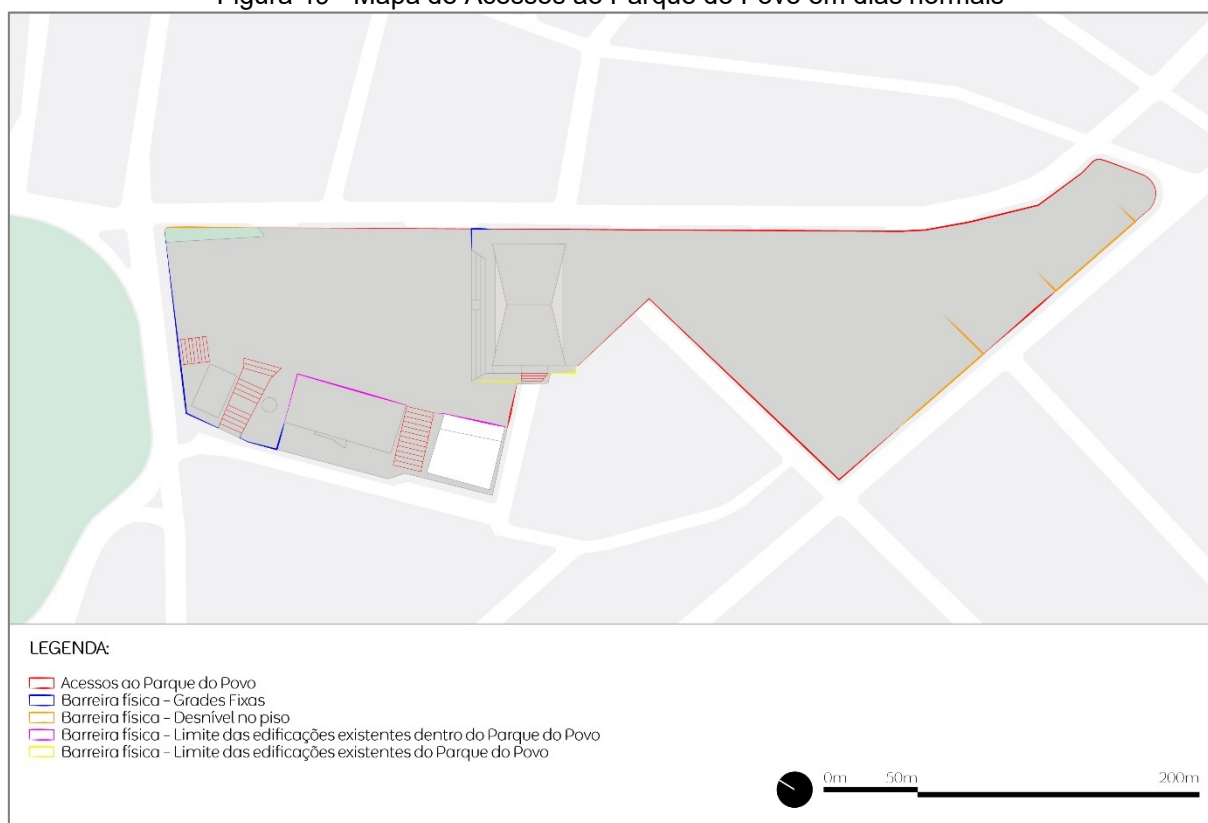
Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Para tornar mais evidente as dinâmicas de apropriação e reconfiguração do espaço analisadas ao longo deste trabalho, apresenta-se a seguir um comparativo visual entre dois momentos distintos do Parque do Povo: o cotidiano e o período do evento junino.

O primeiro mapa representa o acesso ao parque em sua configuração ordinária, destacando a permeabilidade espacial, os fluxos livres e a integração com o entorno urbano. O segundo mapa, por sua vez, ilustra como o espaço é reorganizado durante o São João, evidenciando a instalação de barreiras físicas, o controle de entradas e saídas e a limitação dos fluxos, elementos que apontam para um processo de privatização temporária do espaço público.

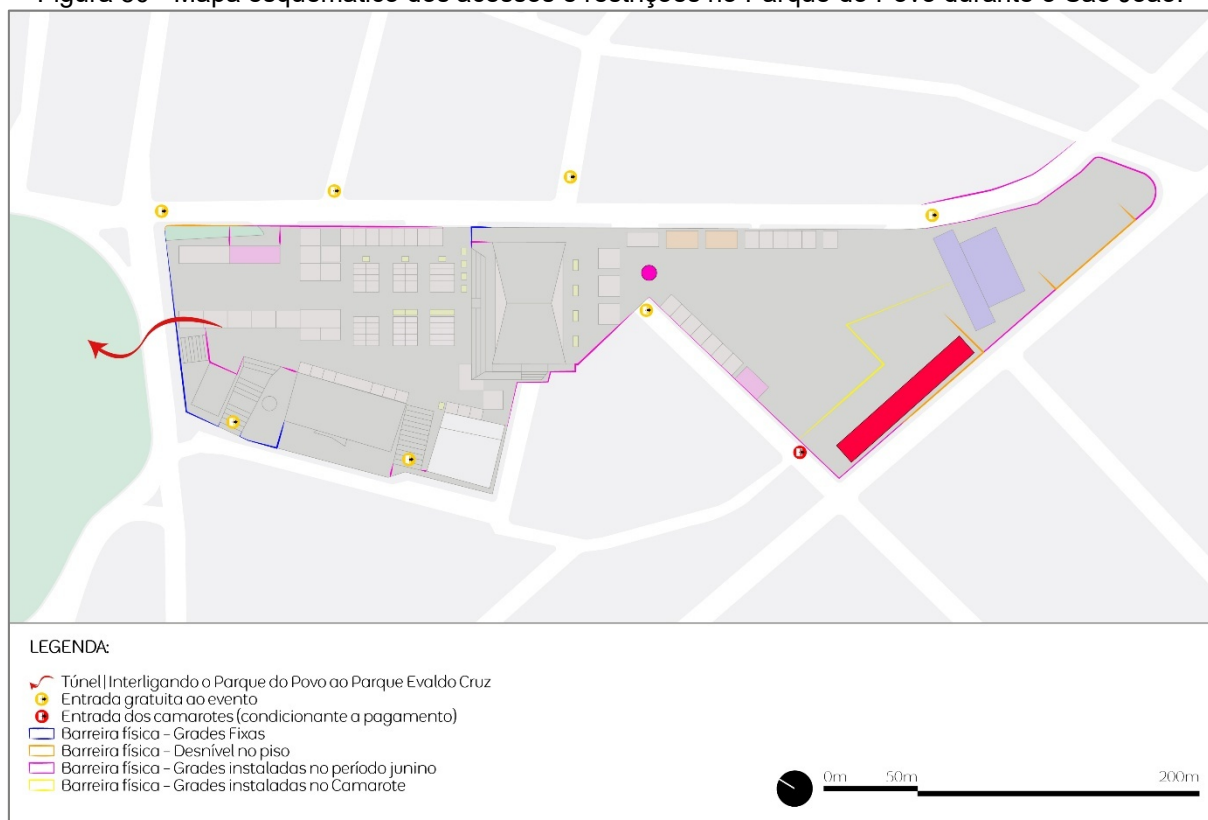
Os mapas (Figura 49 e 50) ilustram as transformações espaciais que ocorrem no Parque do Povo durante os festejos, evidenciando como o evento modifica temporariamente a forma como o espaço é experimentado, controlado e vivido, revelando as múltiplas camadas de disputa relacionadas ao “direito à cidade” durante essas ocasiões.

Figura 49 - Mapa de Acessos ao Parque do Povo em dias normais



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Figura 50 - Mapa esquemático dos acessos e restrições no Parque do Povo durante o São João.



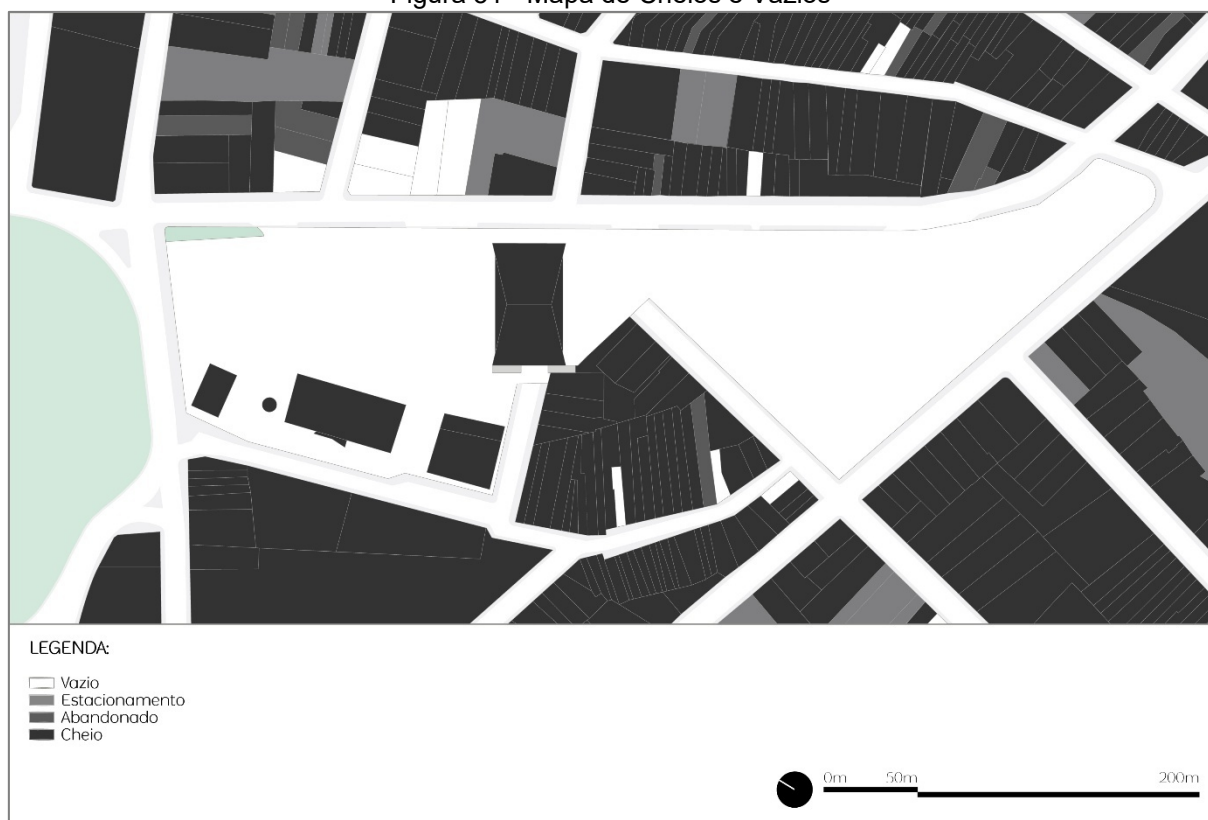
Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Essa transformação dialoga diretamente com a crítica de Henri Lefebvre (2001), ao expor como o espaço urbano pode ser capturado por lógicas mercadológicas e interesses seletivos, limitando o direito de apropriação do espaço pelos cidadãos e evidenciando tensões sociais na ocupação do parque.

5.3.3. Cheios e Vazios

No mapa (Figura 51) de Cheios e Vazios (ou figura-fundo) é possível observar a densidade construtiva do entorno imediato ao Parque do Povo. Dois aspectos se destacam: a presença de lotes vagos ao longo da rua principal do parque, indicando áreas subutilizadas no tecido urbano, e a quantidade expressiva de lotes destinados a estacionamento, em uso durante todo o ano. Essa configuração evidencia uma lógica de uso voltada ao suporte cotidiano da mobilidade urbana, e não apenas à demanda sazonal de grandes eventos.

Figura 51 - Mapa de Cheios e Vazios



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

O Parque do Povo configura-se como uma lacuna no parcelamento urbano, funcionando como um imenso lote não edificado dentro da malha consolidada. Essa singularidade reforça seu papel como espaço estratégico para usos coletivos e

eventos, mas também evidencia os desafios para sua integração no cotidiano urbano e na vida da cidade.

5.3.4. Uso e ocupação do solo

A análise do mapa de uso e ocupação do solo (Figura 52) revela que, embora o Parque do Povo esteja inserido na área central da cidade, seu entorno imediato apresenta predominância de uso residencial. Essa configuração evidencia a coexistência de duas lógicas urbanas distintas: de um lado, as dinâmicas típicas das centralidades urbanas, marcadas pela heterogeneidade funcional e pela intensa circulação de pessoas e bens; de outro, a permanência de uma ambiência de vizinhança consolidada, sustentada por vínculos sociais e por um forte sentimento de pertencimento territorial.

Figura 52 - Mapa de Uso e Ocupação



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Apesar da prevalência do uso residencial, observa-se a presença de atividades comerciais e de serviços em menor escala, muitas das quais assumem caráter sazonal, intensificando-se durante o período das festividades juninas. Nesses momentos, é comum a adaptação de residências para o funcionamento temporário de

bares, lanchonetes e estabelecimentos correlatos. No entanto, a intermitência desses usos ao longo do ano contribui para a recorrência de fachadas inativas, comprometendo a vitalidade urbana e enfraquecendo a interface entre o espaço público e o edificado.

Adicionalmente, constata-se a expressiva presença de lotes classificados como vazios, seja na forma de terrenos utilizados exclusivamente como estacionamentos, seja por meio de imóveis abandonados ou em avançado estado de deterioração, o que acentua a fragmentação do tecido urbano e fragiliza a articulação espacial da área. Soma-se a isso o elevado fluxo veicular em vias como a Rua Sebastião Donato, que se configura como uma barreira física, dificultando a integração efetiva do parque com o entorno imediato e limitando seu potencial de uso cotidiano. A ausência de uma malha urbana mais consolidada contribui para a desarticulação do espaço urbano e restringe sua apropriação no dia a dia.

Nesse contexto, destaca-se o Centro Cultural Lourdes Ramalho (CCLR), equipamento público localizado no interior do Parque do Povo e voltado à promoção de atividades artísticas e culturais. O espaço oferece gratuitamente cursos de capoeira, dança, teatro, pintura e música, configurando-se, em termos potenciais, como vetor estratégico de dinamização cultural no centro da cidade. No entanto, a subutilização do CCLR evidencia a fragilidade das políticas públicas voltadas à valorização da cultura local.

Considerando sua localização em um espaço público simbólico e de ampla acessibilidade, o equipamento poderia atuar como catalisador de dinâmicas culturais permanentes, contribuindo para a ativação do parque nos períodos não festivos e para o fortalecimento de sua função como espaço de encontro e expressão coletiva. Internamente, o Teatro Rosil Cavalcanti, localizado no subsolo e acessado por uma escadaria monumental voltada para a Rua Paulino Raposo, reforça a subutilização do equipamento.

Destaca-se ainda a presença da sede administrativa da SESUMA, cuja ativação concentra-se majoritariamente no período junino. Fora dessa época, o edifício permanece em grande parte ocioso, sendo utilizado pontualmente por equipes de limpeza urbana e do programa Campina Recicla.

Diante desse cenário de subaproveitamento e descontinuidade espacial, algumas iniciativas recentes do poder público têm buscado reverter essa lógica. A revitalização do Parque Evaldo Cruz e a construção do túnel subterrâneo que o

conecta ao Parque do Povo, concluída a tempo da edição de 2024 das festividades juninas, constituem tentativas de reconfigurar a articulação entre esses dois espaços centrais.

Embora revestidas pelo discurso da valorização do espaço público, tais intervenções devem ser compreendidas dentro de uma lógica político-econômica orientada para a capitalização do território, considerando o expressivo volume de visitantes atraídos pelo ciclo junino. Assim, a integração entre os parques não emerge de uma valorização espontânea da vivência urbana cotidiana, mas de uma estratégia dirigida à intensificação dos fluxos e usos sazonais, evidenciando o predomínio de interesses pragmáticos na condução das ações urbanas.

5.3.4.1. Usos e ocupação ativa no Parque do Povo

Ainda que idealizado como epicentro d'O Maior São João do Mundo, o Parque do Povo vem assumindo, ao longo dos anos, uma função multifacetada dentro do tecido urbano de Campina Grande. Como observado, o local sedia diversos eventos sazonais, como a Consciência Cristã, o MotoFest, corridas de rua, além de shows e atividades promovidas por organizações privadas e públicas, sendo frequentemente descrito pela Prefeitura Municipal de Campina Grande como um importante vetor de dinamização econômica e cultural da cidade (PMCG, 2024). No entanto, tal narrativa parece operar mais como uma estratégia de legitimação do espaço, cujo uso cotidiano permanece restrito e subaproveitado na maior parte do tempo.

Apesar de reconhecido como polo simbólico e funcional durante os festejos juninos e em datas pontuais, a observação direta evidencia que o espaço permanece subutilizado durante a maior parte do ano. A ocupação predominante como área de estacionamento revela um descompasso entre o discurso oficial de “dinamização constante” e as práticas reais de uso urbano. Mesmo com a recente ampliação da área total do parque e sua conexão com o Parque Evaldo Cruz, não se verifica uma ocupação plena, diversificada e contínua que reflita o potencial urbano do local.

Ainda assim, o espaço é apropriado informalmente por grupos que o utilizam para a prática de atividades de lazer, como skate, ciclismo e patins, ou por pessoas que utilizam a área para pilotar aeromodelos e drones. A Pirâmide, por exemplo, costuma ser um dos pontos mais escolhidos para essas práticas, por ser o único espaço coberto e relativamente protegido, tanto da circulação de veículos quanto

contra intempéries, como o sol forte e a chuva. Embora o parque careça de mobiliário urbano fixo e vegetação, características que limitam o conforto e a permanência prolongada, os usuários demonstram formas criativas de ressignificar o espaço, demonstrando que o direito à cidade também se expressa por meio de usos cotidianos, espontâneos e improvisados.

As práticas cotidianas observadas no Parque do Povo, como o skate, o patins, o ciclismo, o aeromodelismo, entre outras formas de lazer, revelam uma vitalidade que independe da infraestrutura oficial ou dos grandes eventos promovidos pelo poder público. Tais usos espontâneos podem ser compreendidos como performances urbanas que operam numa lógica de resistência à normatividade dos usos planejados e disciplinados do espaço urbano.

Fontes (2011) destaca essas práticas como expressões de uma apropriação vivida da cidade, reforçando a ideia de Crawford *et al* (1999) de que os espaços mais significativos não são necessariamente os rigidamente projetados, mas sim os moldados pela experiência dos usuários.

Essas apropriações, ao se sobreporem às lógicas monumentais e cenográficas do Parque durante os festejos juninos, apontam para uma ambivalência do espaço: ao mesmo tempo em que é palco de uma intensa ocupação programada e mercadológica em determinados períodos do ano, o parque revela, no cotidiano, outras possibilidades de uso, mais flexíveis, lúdicas e abertas à experimentação. Debord e Wolman (1956) compreendem tais práticas como desvios criativos frente à função tradicional da cidade, desafiando formas arquitetônicas e comportamentos sociais normativos.

Do ponto de vista urbanístico, essa carência de estrutura fixa pode ser encarada tanto como uma limitação quanto como uma oportunidade (quando analisado do ponto mercadológico). Por um lado, a falta de equipamentos públicos de apoio, como bancos, bebedouros, sinalizações e delimitações claras de circulação, prejudica a permanência e a segurança dos usuários. Por outro, a flexibilidade espacial permite a apropriação multifuncional e simultânea do parque, característica associada à arquitetura efêmera e às práticas contemporâneas de urbanismo tático. A implantação de estruturas móveis e temporárias, como sinalizações visuais, balizadores, pisos diferenciados, poderia qualificar os fluxos e promover usos mais seguros e democráticos do espaço.

Entre os principais entraves identificados está o fluxo veicular desordenado, com circulação livre de automóveis em quase todas as áreas, o que gera conflitos com os pedestres e reduz a vocação do parque como área de convivência urbana. A rua transversal no setor sul, por exemplo, além de funcionar como via de escoamento rápido, limita a permanência das pessoas na região, agravada ainda pela baixa iluminação noturna. Esse mesmo setor é amplamente usado como estacionamento, o que reforça sua subvalorização como espaço público de lazer.

Figura 53 - Espaço do Parque do Povo utilizado como estacionamento



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora, 2025

No setor norte, embora se observe uma maior diversidade de atividades e apropriações, a função de estacionamento ainda persiste, revelando uma ambivalência entre o espaço destinado à vivência e à mobilidade. Com a conexão ao Parque Evaldo Cruz, a prefeitura tem buscado ampliar a programação no local, com eventos como o “Natal Iluminado”, onde estruturas temporárias de consumo e lazer são instaladas ao longo do Parque e do entorno do Açude Novo. Ainda assim, tais iniciativas, embora simbólicas, permanecem pontuais e não consolidam uma ocupação cotidiana contínua e articulada com as necessidades da população.

Figura 54 - Natal iluminado, integração entre o Parque Evaldo Cruz e o Parque do Povo em 2024



Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande, 2024

Em síntese, o Parque do Povo se apresenta como um espaço de uso híbrido: monumental e cenográfico durante o São João; subutilizado e fragmentado ao longo do restante do ano. Sua flexibilidade estrutural permite apropriações diversas, mas a ausência de políticas urbanas voltadas à permanência cotidiana evidencia uma lacuna entre seu potencial urbano e sua efetiva articulação com a vida urbana da cidade.

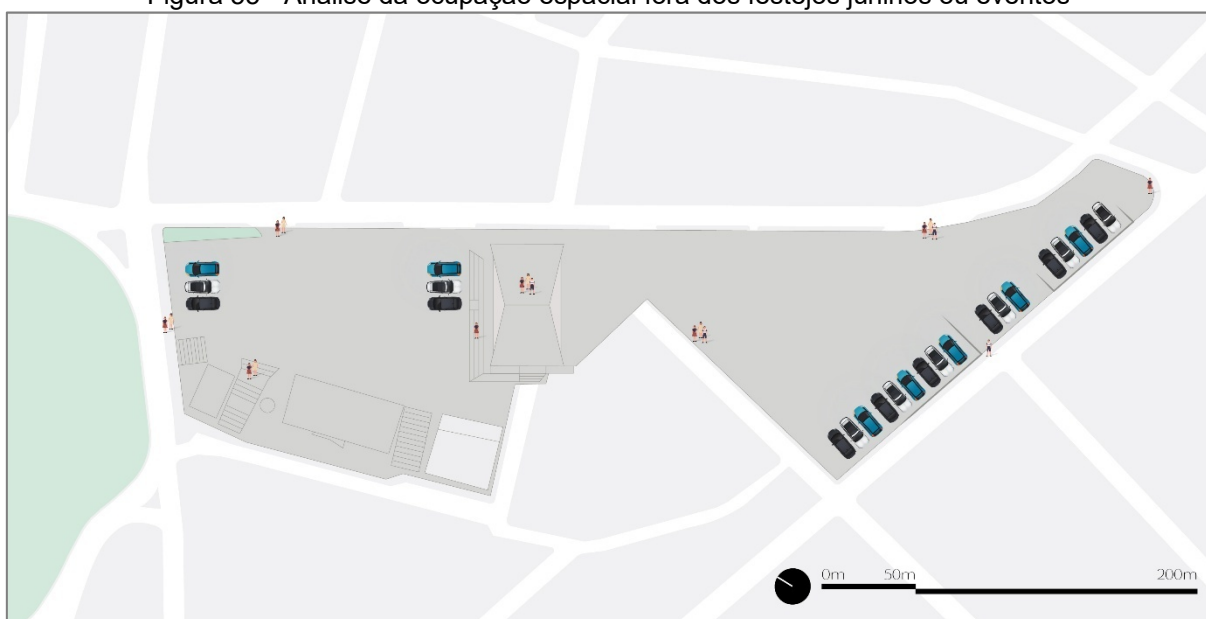
Nesse sentido, o Parque do Povo pode ser interpretado como uma heterotopia urbana, nos termos de Lefebvre (2001), isto é, um espaço onde múltiplas temporalidades e racionalidades se cruzam, por vezes de forma conflitante. O contraste entre a intensa apropriação durante o São João e a dispersão nos outros períodos do ano explicita uma espécie de oscilação entre centralidade simbólica e marginalidade funcional. Isso revela também a fragilidade de sua integração contínua à malha urbana, não por ausência de uso, mas pela desarticulação entre os usos cotidianos e as políticas públicas que poderiam reconhecê-los como legítimos.

A própria monumentalidade do Parque, quando não ativada por grandes eventos, transforma-se em fator de esvaziamento, distanciando-se de uma vocação pública voltada à convivência e ao pertencimento. A escassez de infraestrutura urbana permanente (como banheiros, mobiliário, vegetação, iluminação) durante a maior parte do ano reforça esse caráter disfuncional, que acaba por inibir a permanência e limitar os vínculos afetivos com o lugar.

Ainda que a festa do São João possa ser compreendida, à luz de Lefebvre, como uma forma de realização do direito à cidade, na medida em que promove o encontro, o uso intensivo do espaço, e a expressão coletiva, sua lógica de ocupação, formatada por um calendário pontual e por estruturas privatizadas, evidencia também os limites de uma urbanidade centrada em eventos. O uso contínuo e multifacetado do espaço urbano, mesmo quando improvisado ou não institucionalizado, é igualmente legítimo enquanto forma de produção de cidade.

A cartografia comparativa a seguir ilustra a variação de usos e ocupações do Parque do Povo em dois momentos distintos: o uso cotidiano (voltado ao lazer informal) e o uso durante o Maior São João do Mundo.

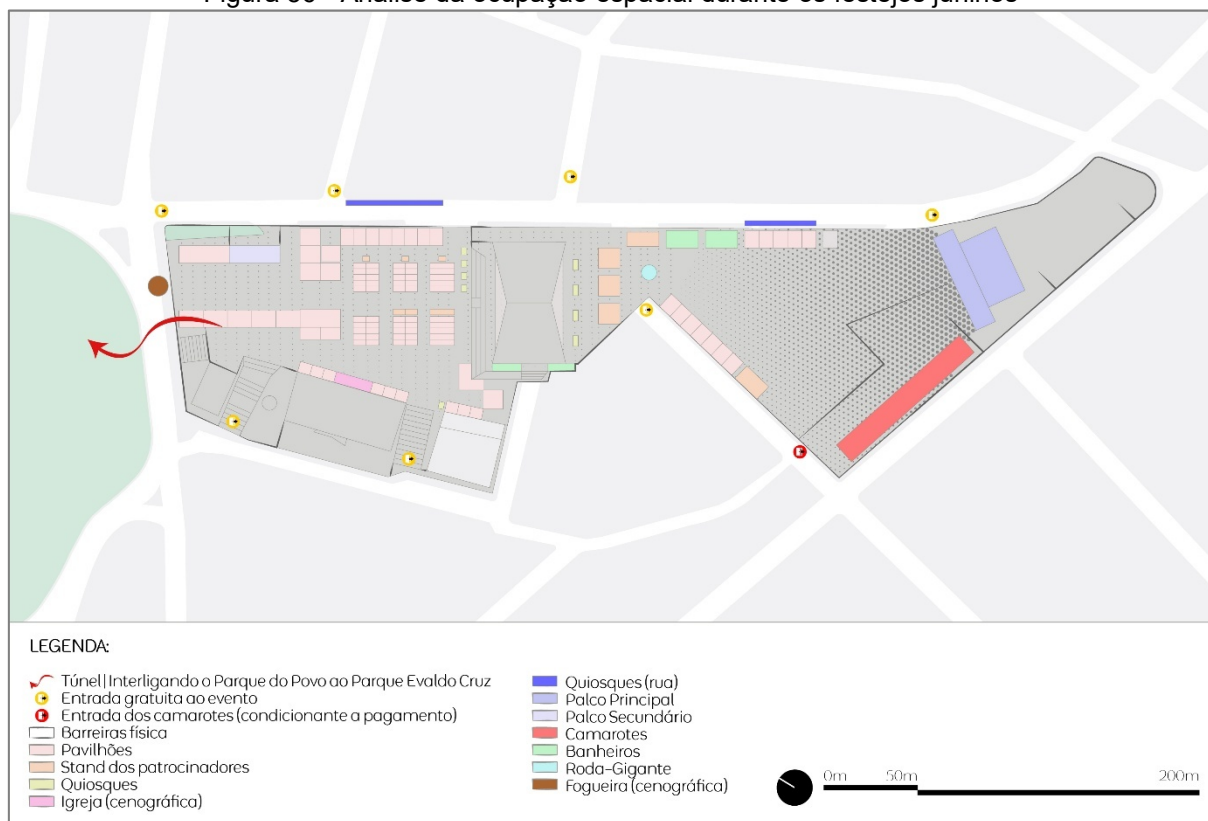
Figura 55 - Análise da ocupação espacial fora dos festejos juninos ou eventos



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Observa-se uma diferença marcante na extensão e na densidade da ocupação do espaço, bem como nos fluxos e nas estruturas instaladas. Enquanto o São João promove uma apropriação total e estruturada do parque, com setorização rígida e controle de acesso, o uso cotidiano é marcado pela espontaneidade e dispersão das práticas, concentrando-se em pontos estratégicos como a Pirâmide e o setor norte. A representação espacial, nesse sentido, evidencia a dualidade funcional do parque e sua oscilação entre centralidade e marginalidade ao longo do ano.

Figura 56 - Análise da ocupação espacial durante os festejos juninos



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

5.3.5. Verticalização e Gabarito das edificações

A leitura do mapa de gabarito (figura 57) evidencia que o entorno imediato do Parque do Povo apresenta baixos índices de verticalização, com predominância de edificações térreas ou com até dois pavimentos. Essa morfologia construtiva, aliada à ocupação predominantemente residencial, contribui para a conformação de uma ambiência de baixa densidade, aspecto que se destaca pela contradição em relação à localização do parque em pleno setor central da cidade.

Surpreendentemente, a baixa verticalização persiste apesar do potencial econômico que eventos sazonais, como o São João, poderiam gerar para o entorno, indicando uma aparente resistência ao adensamento. Configuração que pode ser compreendida como resultado da articulação entre fatores normativos, como restrições urbanísticas vigentes, limitações de mercado e dinâmicas socioculturais locais, que, de maneira articulada, exercem resistência às lógicas hegemônicas de adensamento e verticalização típicas dos centros urbanos contemporâneos.

Figura 57 - Mapa de Gabarito do entorno do Parque do Povo



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

5.3.6. Área do lote

A análise da área dos lotes no entorno do Parque do Povo revela uma persistência de traçados compatíveis com usos predominantemente residenciais, refletindo uma subdivisão fundiária que remonta à conformação original do bairro. Apesar da localização central e da crescente pressão urbana, a malha fundiária mantém lotes relativamente estreitos e profundos, característicos de um parcelamento tradicional.

Ainda que se observem alguns terrenos vazios, subutilizados ou convertidos em estacionamentos, sobretudo durante os períodos de grandes eventos, como o São João, não há sinais expressivos de reconfiguração ou remembramento dos lotes com vistas à incorporação imobiliária ou ao adensamento construtivo. Essa manutenção do padrão de parcelamento pode estar relacionada a estratégias pontuais de rentabilização durante o ciclo anual de festas, sugerindo um uso mais especulativo do solo do que voltado à transformação urbana duradoura.

Esse cenário levanta questionamentos importantes. Por que, mesmo diante da alta circulação de pessoas e da relevância simbólica do Parque do Povo durante os festejos, o entorno imediato permanece pouco transformado? Seria o parque considerado pouco atrativo nos demais períodos do ano? A baixa presença de investimentos permanentes sugere uma desconexão entre o uso intensivo em momentos específicos e a valorização urbana contínua. Embora este trabalho não tenha como foco a análise do mercado imobiliário, tais indícios ajudam a compor o quadro contraditório que marca a relação entre o parque e seu entorno: central na festa, periférico no cotidiano.

Figura 58 - Mapa de área do lote do entorno do Parque do Povo



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

5.3.7. Hierarquia viária

A área central de Campina Grande, onde se insere o Parque do Povo, é estruturada por uma rede viária composta por diferentes categorias funcionais, que exercem papéis complementares na articulação da mobilidade urbana. Essa hierarquia organiza os fluxos de deslocamento em diferentes escalas, local,

intraurbana e intermunicipal, e influencia diretamente a acessibilidade e o dinamismo do espaço central.

Entre os eixos de maior hierarquia destaca-se a Avenida Floriano Peixoto, principal via estruturante do município. Com um traçado retilíneo e extenso, essa avenida atravessa Campina Grande no sentido leste-oeste, dividindo a cidade em duas grandes porções e exercendo papel na estruturação urbana. Além de sua função como eixo/corredor de mobilidade regional, concentra uma dinâmica intensa de atividades comerciais, institucionais e culturais, atuando como eixo de polarização econômica e como elemento de ordenamento territorial que orienta o crescimento da malha urbana.

As vias arteriais, principais e secundárias, por sua vez, interligam os bairros centrais às áreas adjacentes, permitindo a circulação de volumes médios a elevados de tráfego. Essas vias absorvem parte da demanda gerada pelos equipamentos urbanos da região, como instituições públicas, centros culturais e espaços comerciais e favorecem a capilaridade do sistema de transporte.

Complementando a rede, as vias coletoras conectam as ruas locais aos corredores de maior capacidade, organizando o fluxo interno dos bairros e canalizando-o para os pontos de interesse da área central. Já as vias locais, predominantes nas áreas residenciais e no tecido histórico, cumprem função de acesso restrito, sendo destinadas predominantemente à circulação de pedestres e veículos de baixa velocidade.

No que se refere à infraestrutura de transporte público, a área abriga dois equipamentos de destaque. O Terminal de Integração, localizado nas proximidades do Parque do Povo, é o principal ponto de articulação entre as linhas de transporte coletivo urbano, concentrando praticamente todas as rotas operadas no município, sua presença reforça o papel central da área e amplia o acesso democrático ao Parque, especialmente durante grandes eventos, como o São João.

O segundo equipamento é o antigo Terminal Rodoviário de Passageiros Cristiano Lauritzen, cuja função original tem sido progressivamente transformada. Atualmente, o espaço funciona majoritariamente como mercado popular, embora ainda mantenha linhas intermunicipais de curta distância, atendendo municípios pertencentes à região de influência polarizada de Campina Grande. Apesar da redução funcional como ponto de embarque e desembarque de passageiros, o terminal continua exercendo um papel no sistema de mobilidade regional.

Cabe destacar que, durante o período dos festejos juninos, parte da rede viária no entorno do Parque do Povo sofre intervenções temporárias. Algumas vias, especialmente as de acesso direto ao parque, são parcialmente ou totalmente interditadas ao tráfego de veículos, em razão do aumento expressivo no fluxo de pedestres e da necessidade de reconfiguração do espaço urbano para atender à infraestrutura do evento.

Um exemplo notável é a Rua Sebastião Donato, que passa a integrar fisicamente a área destinada às apresentações e ao público, funcionando como extensão da área de shows. Essas alterações, que serão aprofundadas na análise comparativa da territorialidade, revelam a flexibilidade do espaço urbano de se adaptar frente a usos sazonais e reforçam a centralidade do Parque do Povo no calendário cultural da cidade.

A figura (Figura 59) subsequente apresenta o mapa do plano operacional de trânsito para o período junino na área em análise, são destacadas as interdições viárias no entorno imediato do evento, que alteram a estrutura funcional das vias e impactam a localização dos pontos de transporte coletivo.

Figura 59 - Mapa de plano operacional de trânsito durante o São João



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

5.3.7.1. Fluxo viário e mobilidade urbana durante os festejos juninos

Durante o período do Maior São João do Mundo, a cidade de Campina Grande passa por um processo intenso de reconfiguração de sua malha viária central, especialmente nas imediações do Parque do Povo. A mobilidade urbana é replanejada temporariamente com o intuito de garantir a segurança dos forrozeiros e otimizar a circulação de veículos e pedestres na área do evento. Essa transformação temporária reforça o caráter efêmero da festa, não apenas do ponto de vista cenográfico, mas também da adaptação do espaço urbano à lógica do megaevento.

A STTP mobilizou em 2024 um efetivo com mais de 150 profissionais, entre agentes, fiscais e colaboradores, organizados em mais de 2.300 escalas de trabalho (PMCG, 2024). A operação incluiu interdições permanentes em sete vias estratégicas que dão acesso direto ao “Quartel General do Forró”, como as ruas Frei Caneca, Paulino Raposo e Major Belmiro. Além disso, interdições temporárias foram previstas de acordo com o fluxo de pessoas e veículos, demonstrando um modelo de gestão flexível e responsivo às demandas da festa.

No campo da acessibilidade e democratização do acesso, o destaque foi o programa “Tarifa Zero Junino”, uma parceria entre a Prefeitura e a iniciativa privada, que garantiu transporte público gratuito entre 19h e 4h durante todos os dias do evento. Apenas nos primeiros 19 dias, foram contabilizadas 129.045 passagens gratuitas (PMCG, 2024), evidenciando a adesão da população à medida e sua relevância para a logística urbana da festa.

O tráfego na Rua Sebastião Donato, eixo viário situado ao lado do Parque do Povo, tornou-se objeto de atenção especial. Segundo determinação do Ministério Público, a via deve permanecer aberta até as 18h, sendo interditada apenas durante o período noturno com a instalação de portais e equipamentos de segurança. Moradores da região foram cadastrados pela STTP para garantir acesso livre às suas residências nos dias de festa, uma tentativa de mitigar os impactos sobre a rotina da vizinhança (PMCG, 2024).

Além das adaptações no transporte coletivo, foram definidos pontos estratégicos para táxis, mototáxis, transportes por aplicativo e ônibus de turismo. As ruas do entorno do Parque do Povo foram ordenadas de modo a receber embarques e desembarques em áreas específicas, com sinalização adequada e controle de tráfego, reforçando a preocupação com segurança e organização do fluxo urbano.

Mobilidade - Durante o período noturno do São João serão feitas interdições com o objetivo de garantir a segurança viária para os forrozeiros. Serão sete pontos de interdição permanente em ruas que dão acesso ao “Quartel General do Forró”. São eles: Rua Sebastião do Donato com Rua Frei Caneca; Rua Desembargador Trindade com Rua Frei Caneca; Rua Tiradentes com Rua Frei Caneca; Rua Paulino Raposo com Rua Lino Gomes; Rua Olegário Azevedo com Rua Paulinho Raposo; Rua Olegário Azevedo com Rua José do Patrocínio; Rua Major Belmiro com Rua Doutor João Moura. Também haverá a possibilidade de interdições temporárias, de acordo com fluxo de pessoas e veículos. A depender da demanda, essas interdições podem acontecer nos seguintes pontos: Rua Sebastião Donato com Rua Miguel Couto; Avenida Almeida Barreto com Rua Capitão José Amâncio Barbosa; Avenida Almeida Barreto com Rua Major Belmiro; Avenida Almeida Barreto com Rua José do Patrocínio; Transporte - Durante o período do Maior São João do Mundo (29 de maio a 30 de junho) o transporte público de Campina Grande funcionará normalmente. A grande novidade este ano é o Tarifa Zero Junino a partir de uma parceria com a empresa VaideBet. Através do “Vai de Graça, Vai de Bet” o transporte público será gratuito diariamente, entre 19h e 4h. Pontos de táxi - Aproximação da Rua Santa Clara ao Parque do Povo (lado esquerdo); Rua Sebastião Donato, no lado oposto do Hospital da Clípsi; Início da Rua Sebastião Donato (lado direito); Rua Doutor João Moura (lado direito), da Rua José do Patrocínio a Rua Major Belmiro. Mototáxi - Início da Rua Treze de maio (lado direito); Rua Sebastião Donato, próximo à esquina com Rua Otacílio Albuquerque (lado esquerdo); próximo à esquina da Rua João Moura com Rua Major Belmiro. Transporte por aplicativo - Rua Lino Gomes em frente a AABB; Rua Doutor João Moura (lado direito), entre a Rua Major Belmiro e a Rua Capitão José Amâncio Barbosa; Início da Rua Sebastião (lado esquerdo); próximo à esquina da Rua Frei Caneca com Rua Tiradentes; Ônibus de turismo (embarque e desembarque) - Avenida Floriano Peixoto, por trás da Clípsi; Rua Doutor João Moura, após a Rua Capitão José Amâncio Barbosa e Rua Lino Gomes, após a Rua Paulino Raposo até o início da ponte (lado direito). O estacionamento dos ônibus, vans e similares deverá ocorrer as margens do Açude Velho nas ruas Doutor Severino Cruz, Paulo de Frontin e Almeida Barreto (PMCG, 2024).

Essas medidas temporárias de regulação da mobilidade revelam como o São João opera não apenas como um evento cultural, mas como um verdadeiro agente de transformação urbana. **A cidade se adapta e se reorganiza para atender às exigências logísticas e simbólicas da festa, confirmando a centralidade do evento no cotidiano de Campina Grande.**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo identificar as permanências e transformações das festas juninas no espaço público do Parque do Povo, em Campina Grande – PB, com ênfase em sua territorialização e nas dinâmicas espaciais que moldam sua configuração ao longo do tempo. Por meio de uma articulação entre revisão bibliográfica, análise documental e observação da forma urbana, buscou-se compreender como o território festivo é apropriado, ressignificado e tensionado por múltiplos interesses, culturais, institucionais e mercadológicos.

O estudo evidenciou que a festa de São João, embora fundada sobre elementos tradicionais e simbólicos profundamente enraizados na cultura popular nordestina, vem passando por um processo de transformação contínua, tanto em sua materialidade quanto em seus sentidos. A territorialização do evento consolidou um espaço urbano cenográfico e temporário, cuja configuração é reprogramada a cada ano para atender a novas demandas de visibilidade, circulação e consumo. A plasticidade do território junino, conforme analisado ao longo da pesquisa, revela-se como estratégia de manutenção do prestígio e da atratividade do evento, mas também como sinal de sua progressiva espetacularização e mercantilização. Esse movimento reforça o caráter projetivo da festa, que ao longo das décadas vem se configurando como motor de intervenções urbanas e de afirmação territorial, evidenciando que Campina Grande projetou a festa para o futuro, sustentando desde sua institucionalização uma ambição de grandeza e modernização, particularmente significativa no contexto de uma cidade média.

As estruturas efêmeras implantadas durante o ciclo junino, embora transitórias, deixam marcas duradouras na paisagem e na memória urbana. O espaço que acolhe a festa torna-se um marco simbólico, operando como palco de práticas culturais, mas também como produto de disputas por acesso, uso e significação. A valorização da monumentalidade e da lógica de evento contribui para o esvaziamento funcional do Parque do Povo fora do período junino, revelando uma apropriação pontual e descontinuada do território urbano. Nesse sentido, à luz de Marc Augé (1994), o Parque do Povo pode ser compreendido como um “não lugar”: espaço cenográfico, temporário e funcional, concebido para circulação, consumo e espetáculo. Sua materialidade sazonal, desprovida de densidade histórica, evidencia a ambiguidade entre efemeridade e centralidade. Ao mesmo tempo em que carece de continuidade

no uso cotidiano, o parque se converte em território simbólico que projeta a imagem da cidade e organiza suas práticas sociais.

Por outro lado, a análise morfológica realizada neste trabalho demonstrou que, mesmo diante das transformações impostas por agentes institucionais e econômicos, certos elementos estruturais e simbólicos persistem no imaginário coletivo, garantindo alguma continuidade nas formas de uso, nos rituais e na identidade da festa. Essa coexistência entre permanência e ruptura mostra que o São João de Campina Grande é, simultaneamente, um lugar de memória e um espaço em permanente reinvenção. A festa, portanto, se coloca como território de tensões, no qual tradição e modernidade não se excluem, mas se sobrepõem em arranjos instáveis e em negociações permanentes.

Contudo, essa mutabilidade tem implicado não um simples apagamento, mas uma complexa renegociação das referências tradicionais. A festa se reconfigura em um espaço de tensão onde a memória é constantemente reeditada para coexistir com dinâmicas de mercado, resultando em uma paisagem cultural híbrida. Essa renegociação, no entanto, manifesta-se também através da intensificação de dinâmicas excludentes, como a “camarotização”, a segmentação do público e a privatização de áreas públicas. O espaço da festa, que deveria ser território de encontro e celebração coletiva, vem sendo moldado por lógicas de diferenciação socioespacial e retorno financeiro. Assim, o que aparenta ser espaço de exceção e liberdade revela-se igualmente como instância de disciplinamento, na qual fluxos, consumos e condutas são regulados e normatizados.

A festa junina realizada em Campina Grande, nesse sentido, escapa à redução analítica que a interpretaria exclusivamente como instrumento de reprodução do capital simbólico e econômico. Embora insira-se em um circuito espetacularizado, permeado por interesses públicos e privados, sua dinâmica evidencia uma complexa rede de relações em que convergem estratégias de valorização urbana e promoção turística, ações institucionais, práticas econômicas locais e experiências de sociabilidade e fruição cultural. O evento, portanto, assume um caráter multifacetado: enquanto se estrutura a partir de modelos organizacionais racionais e planejados, também incorpora dimensões de apropriação simbólica e ressignificação por parte de moradores e participantes, que, ao interagir com o espaço festivo, atualizam suas experiências de lazer, identidade e pertencimento.

A leitura da festa como território contribui para compreender o São João enquanto manifestação cultural, mas também como instrumento de produção do espaço urbano. **A festa atua sobre a cidade, projetando formas, valores e usos, e a cidade, por sua vez, atua sobre a festa, institucionalizando, normatizando e condicionando suas expressões.** Essa relação expõe tensões entre permanência e mudança, tradição e espetáculo, apropriação e exclusão.

Considerando os limites e recortes da presente pesquisa, abrem-se possibilidades para novos estudos que explorem de forma mais aprofundada as experiências subjetivas dos diferentes grupos sociais envolvidos na festa, assim como investigações sobre os impactos urbanos e econômicos do evento no cotidiano da cidade. Seria igualmente pertinente ampliar o diálogo com o campo da gestão cultural, da arquitetura efêmera e das políticas públicas, analisando de que modo os eventos temporários influenciam os projetos de cidade. A territorialização festiva, longe de ser mero reflexo da tradição, constitui-se como um campo estratégico para a disputa de sentidos e para a compreensão da paisagem cultural urbana contemporânea.

A festa constrói, deliberadamente, uma imagem de si mesma como grandiosa. O título de “Maior São João do Mundo” é menos uma descrição objetiva do evento e mais uma performance de identidade, um retrato autoinduzido que reforça a narrativa da centralidade cultural de Campina Grande. Essa autorrepresentação midiática é parte constitutiva de sua territorialidade. Ao afirmar-se como espetáculo, a festa também reafirma sua condição de dispositivo político, econômico e simbólico, consolidando-se como um dos principais instrumentos pelos quais Campina Grande produz, disputa e projeta a sua própria cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. Campina Grande: Edições da Livraria Pedrosa, 1962.

ANDRADE, Juciene Batista Felix. **Mitologias do progresso na construção de uma grande Campina (1920-1940)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

AMARAL, Rita de Cássia de Mello Peixoto. **Festa à Brasileira**: Significados do festejar, no país que “não é sério”. 1998. 387 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

ARAÚJO, Alceu Maynard. **Cultura Popular Brasileira**. 3a ed. São Paulo, Melhoramentos, 1977.

ARAÚJO, Jair Barbosa. **O Algodão de Campina Grande**: uma discussão acerca dos livros didáticos de história. Campina Grande: Agenda, 2006.

ARAÚJO, Lana Camila Gomes de; APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **As práticas de divertimento na cidade de Campina Grande – PB**: estudo de caso sobre o Cassino Eldorado. Revista A Barriguda, Campina Grande, v. 7, n. 1, p. 95–106, jan./abr. 2017.

ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. **Campina Grande**: poder local e mudança nacional - (1945-1964). Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985.

ARANTES, Otília Beatriz. Fiori. Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da Modernização Arquitetônica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

ARENDT, Hanna. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2002.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA. **Lei Nº 9.390 de 28 de junho de 2011** – Declara o evento “O Maior São João do Mundo”, realizado em Campina Grande, como Patrimônio Cultural e Imaterial do Estado da Paraíba. 2011. Disponível em: <<https://www.al.pb.leg.br/4811>>.

AVRITZER, Leonardo. **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009.

BLOG DO DÉRCIO. **Empresa que venceu licitação na Prefeitura de Campina Grande**. Campina Grande, 2017. Disponível em: <<https://dercio.com.br/blog/empresaquevenceulicitacaonaprefeiturade-camp/>>.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A cultura na rua**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1989. 39.

BRASIL. **Lei nº 10.257**, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 jul. 2001.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **La distinction** – Critique sociale du jugement. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu**: entrevistado por Maria Andréa Loyola. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. **Folclore do Brasil**: pesquisas e notas. Brasil/Lisboa: Fundo de Cultura, 1969.

CAMPINA GRANDE. **Lei Orgânica do Município de Campina Grande**. Campina Grande: Câmara Municipal, 1990.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. **Lei Complementar nº 003**, de 09 de outubro de 2006. Promove a revisão do Plano Diretor do Município de Campina Grande. Diário Oficial do Município, Campina Grande, 09 out. 2006.

CANCLINI, Néstor García. **As culturas populares no capitalismo**. Tradução de Cláudio Novaes Pinto Coelho. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARVALHO, Maria Jackeline Feitosa. **Discursos e imagens da cidade**: o processo de requalificação urbana de Campina Grande PB. 2011. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

CASTRO, Janio Roque Barros de. **Da casa à praça pública**: a espetacularização das festas juninas no espaço urbano. Salvador: EDUFBA, 2012.

CAVALCANTE, Edson Saulo Dias. **Parceria público-privada**: uma pesquisa entre os pequenos comerciantes sobre a terceirização do São João em Campina Grande – PB. Monografia (Graduação em Administração) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2018.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**: o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHIANCA, Luciana de Oliveira. **O Maior São João do Mundo**. Monografia (Graduação em Antropologia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1987.

CHIANCA, Luciana de Oliveira. **São João está dormindo, não acorda não!** Celebrando a festa junina, apesar da pandemia. Antropolítica - Revista Contemporânea De Antropologia, v. 54, n. 3, 2022.

CLAVAL, Paul. **Geografia cultural**: o estado da arte. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 59–97.

CRAWFORD, Margaret; CHASE, John; KALISKI, John. **Everyday Urbanism**. New York: The Monacelli Press, 1999.

COSTA, Antonio Albuquerque da. **A cidade em fragmentos**: uma análise das metamorfoses espaciais em Campina Grande-PB no período de 1990 a 2010. 2010. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

COX, Harvey. **A festa dos foliões**. Tradução de Edmundo Binder. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.

DEBORD, Guy-Ernest.; WOLMAN, Gil J. **Mode d'emploi du détournement**, Les Levres Nues, n. 8, maio 1956.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 1997a. v. 5.

DINIZ, Kaio Santos. **Revitalização urbana**: uma análise sobre mudanças realizadas nos espaços públicos da área central de Campina Grande-PB (2000-2016). 2018. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DUVIGNAUD, Jean. **Festas e civilizações**. Tradução de L. F. Raposo Fontenelle. Fortaleza: UFC; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FERNANDES, Ana. **Cidades e cultura**: rompimento e promessa. In: JACQUES, Paola Berenstein; JEUDY, Henri Pierre (org.). **Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais**. Tradução de Rejane Janowitzer. Salvador: EDUFBA/FAUFBA, 2006. p. 51-64.

Modernização em Campina Grande nas Páginas do Diário da Borborema. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

FRAZER, James George. **O Ramo de Ouro**. Trad, de Waltensir Dutra. São Paulo, Círculo do Livro, 1978.

FONTES, Adriana Sansão. **Intervenções temporárias, marcas permanentes**. A amabilidade nos espaços coletivos de nossas cidades. Tese (Doutorado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

G1. Maior São João do Mundo agora é Patrimônio Cultural e Imaterial da PB. Campina Grande, 2011. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2011/06/maior-sao-joao-do-mundo-agora-e-patrimonio-cultural-e-imaterial-da-pb.html>>.

G1. São João 2014 faz homenagem aos 150 anos de Campina Grande. Campina Grande, 2014. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/sao-joao/noticia/2014/06/sao-joao-2014-faz-homenagem-aos-150-anos-de-campina-grande.html>>.

G1. No Arraiá do Conhecimento, painéis contam a história de prédios antigos da cidade em Campina Grande. Campina Grande, 2014. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/sao-joao/noticia/2014/06/no-arraia-do-conhecimento-paineis-contam-historia-de-predios-antigos-da-cidade-em-campina.html>>.

G1. Parque do Povo recebe ajustes finais para o São João de Campina Grande. Campina Grande, 2014. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/sao-joao/noticia/2014/06/parque-do-povo-recebe-ajustes-finais-para-o-sao-joao-de-campina-grande.html>>.

G1. Layout do Parque do Povo homenageia artistas e mantém mudanças no São João 2014. Campina Grande, 2014. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/sao-joao/noticia/2014/06/layout-do-parque-do-povo-homenageia-artistas-e-mantem-mudancas-no-sao-joao-2014.html>>.

G1. Artistas dão nome aos arraiais no Parque do Povo, em Campina Grande. Campina Grande, 2014. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/sao-joao/2014/noticia/2014/05/artistas-dao-nome-aos-arraiais-no-parque-do-povo-em-campina-grande.html>>.

G1. Estrutura do São João de Campina Grande custa R\$ 10 milhões em 2015. Campina Grande, 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/05/estrutura-do-sao-joao-de-campina-grande-custa-r-10-milhoes-em-2015.html>>.

G1. Campina Grande busca alternativas para 'driblar' seca durante São João. Campina Grande, 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/sao-joao/2015/noticia/2015/06/campina-grande-busca-alternativas-para-driblar-seca-durante-sao-joao.html>>.

G1. São João deve gerar R\$ 160 milhões em Campina Grande, prevê prefeitura. Campina Grande, 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/05/sao-joao-deve-gerar-r-160-milhoes-em-campina-grande-preve-prefeitura.html>>.

G1. Seca prejudica safra e milho custa R\$ 3 no São João de Campina Grande. Campina Grande, 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/sao-joao/2015/noticia/2015/06/seca-prejudica-safra-e-milho-custa-r-3-no-sao-joao-de-campina-grande.html>>.

G1. Trânsito muda nas proximidades do Parque do Povo em Campina Grande. Campina Grande, 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/05/transito-muda-nas-proximidades-do-parque-do-povo-em-campina-grande.html>>.

G1. Ruas de Campina Grande ficam interditadas durante festejos juninos. Campina Grande, 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/sao-joao/2015/noticia/2015/06/ruas-de-campina-grande-ficam-interditadas-durante-festejos-juninos.html>>.

G1. Estrutura do São João de Campina Grande custa R\$ 10 milhões em 2015. Campina Grande, 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/05/estrutura-do-sao-joao-de-campina-grande-custa-r-10-milhoes-em-2015.html>>.

G1 Paraíba. Campina Grande deve cachê a 50% dos artistas que tocaram no São João. Campina Grande, 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/09/campina-grande-deve-cache-50-dos-artistas-que-tocaram-no-sao-joao.html>>.

G1. São João de Campina Grande tem estrutura diferente em 2016. Campina Grande, 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/sao-joao/2016/noticia/2016/06/sao-joao-de-campina-grande-tem-estrutura-diferente-em-2016-confira.html>>.

G1. Artistas reclamam de atraso no pagamento de cachês do São João de Campina Grande. Campina Grande, 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/sao-joao/noticia/2016/12/artistas-reclamam-de-atraso-no-pagamento-de-cache-do-sao-joao-de-campina-grande.html>>.

G1. Confira as novidades na estrutura do São João 2017 de Campina Grande. Campina Grande, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/confira-as-novidades-na-estrutura-do-sao-joao-2017-de-campina-grande.ghtml>>.

G1. Programação do São João 2017 de Campina Grande é lançada nesta quarta-feira. Campina Grande, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/musica/noticia/programacao-do-sao-joao-2017-de-campina-grande-e-lancada-nesta-quarta-feira.ghtml>>.

G1. São João 2017 de Campina Grande tem repertório do forró tradicional ao sertanejo. Campina Grande, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/sao-joao/2017/noticia/sao-joao-2017-de-campina-grande-tem-repertorio-do-forro-tradicional-ao-sertanejo-veja-hits.ghtml>>.

G1 Paraíba. Empresa vai receber R\$ 2,9 milhões por São João de Campina Grande. Campina Grande, 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2017/03/empresavai-receber-r29-milhoesporsaojoaodecampinagrande.html>>.

G1 Paraíba. Empresas de PE disputam gestão do São João 2017 de Campina Grande. Campina Grande, 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2017/03/empresasdepedisputamgestaodosao-joao2017decampinagrande.html>>.

G1 Paraíba. Empresa é desabilitada de licitação do São João 2017 de Campina Grande. Campina Grande, 2017. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2017/03/empresaedesabilitadade-licitacaodosaojoao2017decampinagrande.html>>.

G1 Paraíba. Prefeitura de Campina Grande quita cachês do São João após seis meses. Campina Grande, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2017/01/prefeitura-de-campina-grande-quita-caches-do-sao-joao-apos-seis-meses.html>>.

G1. São João de Campina Grande começou há 35 anos com improviso; conheça a história. Campina Grande, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/sao-joao/2018/noticia/sao-joao-de-campina-grande-comecou-ha-35-anos-com-improviso-conheca-historia.ghtml>>.

G1. Veja estrutura do Parque do Povo para o São João 2018 de Campina Grande. Campina Grande, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/sao-joao/2018/noticia/veja-estrutura-do-parque-do-povo-para-o-sao-joao-2018-de-campina-grande.ghtml>>.

G1. Prefeito propõe fazer São João 2018 de Campina Grande da Estação Velha até o Parque do Povo. Campina Grande, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/prefeito-propoe-fazer-sao-joao-2018-de-campina-grande-da-estacao-velha-ate-o-parque-do-povo.ghtml>>.

G1. São João 2018 de Campina Grande é adiado e começa dia 8 de junho, confirma prefeitura. Campina Grande, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/sao-joao/2018/noticia/sao-joao-2018-de-campina-grande-e-adiado-e-comeca-dia-8-de-junho-confirma-prefeitura.ghtml>>.

G1. Parque do Povo é evacuado após incêndio no São João 2018 de Campina Grande. Campina Grande, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/parque-do-povo-e-evacuado-apos-incendio-no-sao-joao-2018-de-campina-grande.ghtml>>.

G1. Veja novidades no layout do Parque do Povo para o São João 2019 de Campina Grande. Campina Grande, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/sao-joao/2019/noticia/2019/04/20/veja-novidades-no-layout-do-parque-do-povo-para-o-sao-joao-2019-de-campina-grande.ghtml>>.

G1. São João 2019 de Campina Grande tem nova empresa escolhida para realização. Campina Grande, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/sao-joao/2019/noticia/2019/03/14/sao-joao-2019-de-campina-grande-tem-nova-empresa-escolhida-para-realizacao.ghtml>>.

G1. São João 2019 de Campina Grande tem tirolesa como novidade na arena de shows. Campina Grande, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/sao-joao/2019/noticia/2019/06/22/sao-joao-2019-de-campina-grande-tem-tirolesa-como-novidade-na-arena-de-shows.ghtml>>.

G1. Confira o mapa e saiba tudo sobre o Parque do Povo no São João 2019 em Campina Grande. Campina Grande, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/sao-joao/2019/noticia/2019/05/25/confira-o-mapa-e-saiba-tudo-sobre-o-parque-do-povo-no-sao-joao-2019-em-campina-grande.ghtml>>.

G1. **São João 2022 de Campina Grande tem layout divulgado; veja detalhes.** Campina Grande, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/sao-joao/2022/noticia/2022/05/27/sao-joao-2022-de-campina-grande-tem-layout-divulgado-veja-detalhes.ghtml>>.

G1. **São João de Campina Grande recebe título de maior do Brasil.** Campina Grande, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/sao-joao/2022/noticia/2022/07/11/sao-joao-de-campina-grande-recebe-titulo-de-maior-do-brasil.ghtml>>.

G1. **Após uma semana do término, relembre grandes momentos do São João 2022 de Campina Grande.** Campina Grande, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/sao-joao/2022/noticia/2022/07/17/apos-uma-semana-do-termo-relembre-grandes-momentos-do-sao-joao-2022-de-campina-grande.ghtml>>.

G1. **Layout do São João 2023 de Campina Grande é divulgado.** Campina Grande, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/sao-joao/2023/noticia/2023/05/09/layout-do-sao-joao-2023-de-campina-grande-e-divulgado-confira.ghtml>>.

G1. **São João 2023 de Campina Grande recebeu 2,5 milhões de pessoas; veja números do Parque do Povo.** Campina Grande, 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/sao-joao/2023/noticia/2023/07/05/sao-joao-2023-de-campina-grande-recebeu-25-milhoes-de-pessoas-veja-numeros-do-parque-do-povo.ghtml>>.

GEHL INSTITUTE. **Public life diversity toolkit.** Volume 2. March, Pittsburgh, Pensilvânia, 2016.

GOMES, Maria Gabriela Numeriano de Sá. **Um olhar sobre a preexistência:** o sítio histórico de Floresta – PE, a percepção dos moradores e a salvaguarda do patrimônio cultural. 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

GOMINHO, Leonardo Ferraz. **Cheiro de chuva:** crônicas de uma terra. Floresta: Edição do Autor, 1998.

GUARINELLO, N. L. **Festa, trabalho e cotidiano.** In: JANCÓS, I & KANTOR, I (orgs). Festa cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: Ed. Hucitec./Edusp, 2001. Volume II.

HALL, Edward Twitchell. **A Dimensão Oculta.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1966.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** São Paulo Edições Loyola, 2004.

HELLER, Hermann. **Teoria do Estado.** São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1968.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições.** Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens:** o jogo como elemento da cultura. Tradução de João Paulo Monteiro. São Paulo: Perspectiva, 2005.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico**, 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA (IPHAEP). **Decreto nº 25.139**, de 28 de junho de 2004. Dispõe sobre o tombamento de bens culturais. Diário Oficial do Estado da Paraíba, João Pessoa, n. 12.688, 29 jun. 2004.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA (IPHAEP). **Decreto nº 33.816**, de 05 de abril de 2013. Dispõe sobre a preservação de bens culturais no estado. Diário Oficial do Estado da Paraíba, João Pessoa, n. 15.203, 06 abr. 2013.

JORNAL DA PARAÍBA. **Primeiro dia do São João de CG já atrai turistas**. Campina Grande, 2011. Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/cultura/primeiro-dia-do-sao-joao-de-cg-ja-atrai-turistas-veja-fotos-da-estreia?_amp>.

JORNAL DA PARAÍBA. **São João de CG é decretado Patrimônio Cultural e Imaterial da PB**. Campina Grande, 2011. Disponível em: <<https://jornaldaparaiba.com.br/cotidiano/vidaurbana/sao-joao-de-cg-e-decretado-patrimonio-cultural-e-imaterial-da-pb>>.

JORNAL DA PARAÍBA. **Músicos que não receberam cachê do São João de CG vão denunciar atraso em carta**. Campina Grande, 2016. Disponível em: <<https://jornaldaparaiba.com.br/cultura/musicos-que-nao-receberam-cache-do-sao-joao-de-cg-vao-denunciar-atraso-em-carta>>.

JORNAL DA PARAÍBA. **Barracas do Parque do Povo não vão poder instalar som no São João de CG**. Campina Grande, 2017. Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/barracasdoparquedopovonaovaopoder-instalarsomno-saojoaodecg.html>.

JORNAL DA PARAÍBA. **Três empresas compram edital para promover o São João de Campina Grande**. Campina Grande, 2017. Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/noticia/181732_tres-empresascompram-editalparapromoverosaojoaodecampinagrande>.

JORNAL DA PARAÍBA. **São João de Campina Grande divulga regras para comerciantes e visitantes**. Campina Grande, 2017. Disponível em: <<https://jornaldaparaiba.com.br/cotidiano/vidaurbana/sao-joao-de-campina-grande-divulga-regras-para-comerciantes-e-visitantes>>.

JORNAL DA PARAÍBA. **Prefeito quer economizar R\$ 5,5 milhões com terceirização do São João de Campina Grande**. Campina Grande, 2017. Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/politica/noticia/180376_prefeitoquereconomizar-rs55-milhoescomterceirizaodosaojoaodecampinagrande>.

JORNAL DA PARAÍBA. **Forró x sertanejo: um ano depois, envolvidos em disputa ficam fora do São João de CG**. Campina Grande, 2017. Disponível em: <<https://jornaldaparaiba.com.br/cultura/forro-x-sertanejo-um-ano-depois-envolvidos-em-disputa-ficam-fora-sao-joao-de-cg>>.

LACERDA, Norma. **Valores dos bens patrimoniais**. In: (ORG.) LACERDA, N; ZANCHETI, S.M; - Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos / / Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides João Barros. São Paulo: Ática, 1991.

LE BERRE, Maryvonne. **Territoires. Encyclopédie de Géographie**. Paris: Economica, 1995. p. 601-622.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. Editora Centauro, São Paulo, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. 1. ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990.

LEI FEDERAL Nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

LIMA NETO, Carlos Alberto de. **Venturosa Campina: propostas e reformas urbanas em Campina Grande-PB. 1970-1976**. 2022. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Arquitetura, Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

LIMA, Elisabeth Cristina de Andrade. **A fábrica dos sonhos: a invenção da festa junina no espaço urbano**. 3. ed. João Pessoa: Ideia, 2002.

LIMA, Ronaldo José da Cunha. **Poema declamado na abertura do São João de Campina**, 1983.

LIMA, Rossini Tavares de. **Alguns Complexos Culturais das Festas Joaninas**. In: Revista Brasileira do Folclore. Ano I, n. 1, Companhia de Defesa do Folclore, Rio de Janeiro: GB, setembro/dezembro, 1961.

LOPES, Severino. **A força d'O Maior São João do Mundo**. Diário da Borborema, Campina Grande, Turismo e Eventos, p. 74, 25 maio de 2003.

LUCENA FILHO, Severino Alves. **A festa junina em Campina Grande – Paraíba: Evento gerador de discursos organizacionais no contexto do folkmarketing**. 2005. Tese (Doutado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Tradução de Bertha Halpern Gurovitz. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. 3. ed. São Paulo: Hucitec; Unesp, 2003.

MAIS PB. **Romero ignora críticas de ex-coordenador sobre o São João: 'a opinião dele pouco me importa'**. Disponível em: <<http://www.maispb.com.br/211361/romero-ignoracriticadeexcoordenadorsobreosao-joaoaopiniaodelepoucomeimporta.html>>.

MAIS PB. **Coordenador do São João critica decisão da PMCG de terceirizar festa:** 'demonstra incapacidade'. Campina Grande, 2017. Disponível em: <<http://www.maispb.com.br/211305/coordenadordosaojoacriticadecisaodapmcgde-terceirizar-festademonstraincapacidade.html>>.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARINHO, C. D. **A cidade, a festa e o povo:** configurações espaciais e sociabilidades no Maior São João do Mundo. 2013. 164 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande.

MARQUES, Jordania Alyne Santos. **As territorialidades da festa junina de Campina Grande – PB (2016-2017)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

MORIGI, Valdir José. **Imagens recortadas, tradições reinventadas:** as narrativas da festa junina em Campina Grande, Paraíba. 2001. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

NÓBREGA, Zulmira. **A festa do Maior São João do Mundo:** dimensões culturais da festa junina na cidade de Campina Grande. 2010. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de. **O São João em Portugal**. Revista de Etnografia e História, Porto, v. 5, t. 1, 1965.

OLIVEIRA, Maria José Silva. **Emblemas da modernidade campinense**. In: GURJÃO, Elite de Queiroz (Org.). *Imagens multifacetadas da História de Campina Grande*. João Pessoa: Ed. União, 2000.

OLIVEIRA, Maria José Silva. **Do discurso dos planos ao plano discurso:** PDLI - plano de desenvolvimento local integrado de Campina Grande 1970-1976. 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

OLIVEIRA, Júlio César Mélo de. **Campina Grande:** a cidade se consolida no século XX. 2007. 58 f. Monografia (Especialização em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

OLIVEIRA, Thomas Bruno Pereira de. **Imprensando o feio e dando passagem ao belo:** a segunda grande transformação urbana de Campina Grande-PB (1970-1980). 2014. Dissertação (Mestrado) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

PARAÍBA. **Decreto nº 7.819**, de 12 de junho de 1978. Dispõe sobre o cadastramento e tombamento dos bens culturais, artísticos e históricos no Estado da Paraíba e dá outras providências. Diário Oficial do Estado da Paraíba, João Pessoa, 13 jun. 1978.

PARAÍBA. **Lei Estadual nº 9.390**, de 16 de março de 2011. Reconhece oficialmente o evento “O Maior São João do Mundo”, realizado no Município de Campina Grande. Diário Oficial do Estado da Paraíba, João Pessoa, 17 mar. 2011.

PERDIGÃO, João Gabriel de Lima. **Dos costumes ao espetáculo: a transformação da festa junina campinense n"o maior São João do mundo**. Recife, 2014. 90 f. Dissertação (mestrado) - UFPE, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Administração, 2014.

PIMENTEL, Alberto. **As alegres canções do Norte**. Lisboa, Livraria Viúva Tavares Cardoso, 1905.

PONTUAL, Virgínia; PICCOLO, Rosane. **Metodologia para a identificação e autenticação do patrimônio cultural**. In: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. Textos para Discussão, Série 3 – Identificação do Patrimônio Cultural, n. 27, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE (PMCG). **Plano de Desenvolvimento Local Integrado**. Campina Grande: COMDECA, 1973.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE (PMCG). **Parque do Povo tem estrutura totalmente concluída para a realização do Maior São João do Mundo 2018**. Campina Grande, 2018. Disponível em: <<https://campinagrande.pb.gov.br/parque-do-povo-tem-estrutura-totalmente-concluida-para-a-realizacao-do-maior-sao-joao-do-mundo-2018/>>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE (PMCG). **Romero Rodrigues faz lançamento do evento junino nesta quinta-feira, anuncia novidades e programação artística**. Campina Grande, 2018. Disponível em: <<https://campinagrande.pb.gov.br/romero-rodrigues-faz-lancamento-do-evento-junino-nessa-quinta-feira-anuncia-novidades-e-programacao-artistica/>>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE (PMCG). **Prefeitura de Campina Grande realiza reunião sobre os preparativos finais do Maior São João do Mundo 2018**. Campina Grande, 2018. Disponível em: <<https://campinagrande.pb.gov.br/prefeitura-de-campina-grande-realiza-reuniao-sobre-os-preparativos-finais-do-maior-sao-joao-do-mundo-2018/>>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. **Parque do Povo chega ao 36º ano do Maior São João do Mundo com layout repaginado**. Campina Grande, 2019. Disponível em: <<https://campinagrande.pb.gov.br/parque-do-povo-chega-ao-36o-ano-do-maior-sao-joao-do-mundo-com-layout-repaginado/>>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE (PMCG). **Prefeitura e Medow apresentam novidades para o Maior São João do Mundo 2022**. Campina Grande, 2022. Disponível em: <<https://campinagrande.pb.gov.br/prefeitura-e-medow-apresentam-novidades-para-o-maior-sao-joao-do-mundo-2022/>>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE (PMCG). **Campina Grande estabelece novos recordes com o maior quadrilhão junino e o maior bolo de milho do mundo**. Campina Grande, 2023. Disponível em: <<https://campinagrande.pb.gov.br/campina-grande-estabelece-novos-recordes-com-o-maior-quadrilhao-junino-e-o-maior-bolo-milho-do-mundo/>>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE (PMCG). **O Maior São João do Mundo**: Campina emplaca novos recordes conquistados com o maior quadrilhão junino e o maior bolo de milho do mundo. Campina Grande, 2023. Disponível em:

<<https://campinagrande.pb.gov.br/o-maior-sao-joao-do-mundo-campina-emplaca-novos-recordes-conquistados-com-o-maior-quadrilhao-junino-e-o-maior-bolo-de-milho-do-mundo/>>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE (PMCG). **Novo layout do Parque do Povo encanta o público que prestigiou abertura da edição dos 40 anos do Maior São João do Mundo.** Campina Grande, 2023. Disponível em: <<https://campinagrande.pb.gov.br/novo-layout-parque-do-povo-encanta-o-publico-que-prestigiou-abertura-da-edicao-dos-40-anos-do-maior-sao-joao-do-mundo/>>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE (PMCG). **Espetáculo de drones enfeita o céu de Campina Grande na abertura do Maior São João do Mundo 2023.** Campina Grande, 2023. Disponível em: <<https://campinagrande.pb.gov.br/espetaculo-de-drones-enfeita-o-ceu-de-campina-grande-na-abertura-do-maior-sao-joao-do-mundo-2023/>>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE (PMCG). **Parque do Povo: transformação de Campina Grande através do PP e do São João.** Campina Grande, 2024. Disponível em: <<https://campinagrande.pb.gov.br/parque-do-povo-transformacao-de-campina-grande-atraves-do-pp-e-do-sao-joao/>>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE (PMCG). **Campina Grande se prepara para o São João 2024 com ampliação do Parque do Povo e revitalização do Parque Evaldo Cruz.** Campina Grande, 2024. Disponível em: <<https://campinagrande.pb.gov.br/campina-grande-se-prepara-para-o-sao-joao-2024-com-ampliacao-do-parque-do-povo-e-revitalizacao-do-parque-evaldo-cruz/>>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE (PMCG). **Conheça todos os espaços do novo layout da edição 2024 do Maior São João do Mundo.** Campina Grande, 2024. Disponível em: <<https://campinagrande.pb.gov.br/conheca-todos-os-espacos-do-novo-layout-da-edicao-2024-do-maior-sao-joao-do-mundo/>>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE (PMCG). **Público vai viver o Maior São João do Mundo 2024 em novo Parque do Povo.** Campina Grande, 2024. Disponível em: <<https://campinagrande.pb.gov.br/publico-vai-viver-o-maior-sao-joao-do-mundo-2024-em-novo-parque-do-povo/>>.

PORTAL DA PARAÍBA. **Parque do Povo ganha novo layout para comemorar os trinta anos do Maior São João do Mundo.** Campina Grande, 2013. Disponível em: <<http://www.paraibatotal.com.br/noticias/2013/06/07/47919parquedo-povoganhannovolayoutparacomemoraros-trintaanosdomaiorsaojoaodomundo>>.

QUEIROZ, Marcus Vinicius Dantas de. **Quem te vê não te conhece mais:** arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950). 2008. 249 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, 2008.

QUEIROZ, Marcus Vinicius Dantas de. **Quem te vê não te conhece mais:** arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950). Campina Grande: EDUFCG, 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática. 1993.

REPÓRTER JUNINO. **Agora é pra valer:** lançamento do São João de Campina Grande 2016. Campina Grande, 2016. Disponível em: <<https://reporterjunino.com.br/2016/04/28/agora-e-para-valer-lancamento-do-sao-joao-de-campina-grande-2016/>>.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 2015. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SACK, R. D. **Human territoriality:** its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec. 1996.

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada:** o caso de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE CAMPINA GRANDE (SEDE). **Prefeitura e Medow apresentam novidades para o Maior São João do Mundo 2022.** Campina Grande, 2022. Disponível em: <<https://sede.campinagrande.pb.gov.br/?p=1461>>.

SILVA, Iranise Alves da. **A crise da moradia:** a política habitacional para as classes de baixa renda de Campina Grande pb. Rio de Janeiro: Agir, 1987.

SOJA, Edward. William. **The political Organization of Space.** Washington, D.C: AAG Comission on College Geography. 1971.

SOUSA, Katyuscia Kelly Catão de. **Sonhos urbanos:** o Parque do Açude Novo e a reconstrução da alma campinense. Campina Grande, 1969-1976. 1. ed. Campina Grande: EdUFCG, 2014. v. 1. 172p.

SOUZA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945).** In: Revista Brasileira de História. São Paulo, Volume 23, nº 46, 2003, pp 61-92.

SUNRISE. Direção: Pamela Fryman. Produção: Carter Bays; Craig Thomas. How I Met Your Mother. Temporada 9, episódio 17. Estados Unidos: CBS, 2005. Série de televisão.

VAINER, Carlos. **Os liberais também fazem planejamento urbano?** Glosas ao Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. In: ARANTES, O., VAINER, C., MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

VALENTE-PEREIRA, Luz. **Reabilitação urbana:** questões gerais e metodologia de planejamento. [S.l.]: Edição de autor, 2005.

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: DEAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli R. O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1999.

UOL. **Campina Grande garante ter o melhor São João do mundo**. Campina Grande, 2011. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/viagem/especiais/festas-juninas/ultnot/2011/06/03/campina-grande-garante-ter-o-melhor-sao-joao-do-mundo.jhtm>>.

ANEXOS

ANEXO 01 | FOLDER – O MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987 E 1988, RESPECTIVAMENTE

ANEXO 02 | FOLDER – O MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO, 1989, 1990, 1991, 1992 E 1993, RESPECTIVAMENTE

ANEXO 03 | FOLDER – O MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO, 1995, 1996, 1997 E 1988, RESPECTIVAMENTE

ANEXO 04 | FOLDER – O MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO, 1999, 2000, 2001

ANEXO 05 | FOLDER – O MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO, 2002 E 2003, RESPECTIVAMENTE

ANEXO 06 | FOLDER – O MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO, 2004, 2005, 2007, 2008, 2009 E 2010, RESPECTIVAMENTE

ANEXO 07 | FOLDER – O MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO, 2011, 2012, 2013 E 2014, RESPECTIVAMENTE

ANEXO 08 | JORNAL – CAPITAL DO TURISMO, 1987

ANEXO 09 | JORNAL – CAPITAL DO TURISMO, 1986

ANEXO 10 | JORNAL – CAPITAL DO TURISMO, 1986

ANEXO 11 | DECRETO LEI DE RECONHECIMENTO HISTÓRICO DA PIRÂMIDE, 2022_01

ANEXO 11 | DECRETO LEI DE RECONHECIMENTO HISTÓRICO DA PIRÂMIDE, 2022_02

ANEXO 12 | PROJETO DO PARQUE DO POVO NO ANO DE 1997

ANEXO 13 | LAYOUT DO PARQUE DO POVO NO ANO DE 2001

ANEXO 14 | ARRAIAL DO PARQUE DO POVO NO ANO DE 2003

ANEXO 15 | NO AGRESTE, OS MAIORES “ARRAIÁS” DO PLANETA, 2003

ANEXO 16 | PRÊMIO PARA A MAIOR FESTA POPULAR DO MUNDO, 2004

ANEXO 17 | PUBLICAÇÕES REGISTRADAS ATRAVÉS DA PLATAFORMA DO INSTAGRAM DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE E DO PREFEITO BRUNO CUNHA LIMA, 2022_01

ANEXO 17 | PUBLICAÇÕES REGISTRADAS ATRAVÉS DA PLATAFORMA DO INSTAGRAM DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE E DO PREFEITO BRUNO CUNHA LIMA, 2022_02

ANEXO 17 | PUBLICAÇÕES REGISTRADAS ATRAVÉS DA PLATAFORMA DO INSTAGRAM DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE E DO PREFEITO BRUNO CUNHA LIMA, 2022_03

ANEXO 17 | PUBLICAÇÕES REGISTRADAS ATRAVÉS DA PLATAFORMA DO INSTAGRAM DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE E DO PREFEITO BRUNO CUNHA LIMA, 2022_04

ANEXO 18 | PUBLICAÇÕES REGISTRADAS ATRAVÉS DA PLATAFORMA DO TIKTOK DO JOSÉ HORÁCIO ARAÚJO (USUÁRIO ROCKXUPADO) SOBRE A DIVISÃO SOCIOESPACIAL DO PARQUE DO POVO, 2022

ANEXO 01 | FOLDER – O MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO, 1983, 1984, 1985,
1986, 1987 E 1988, RESPECTIVAMENTE



ANEXO 02 | FOLDER – O MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO, 1989, 1990, 1991, 1992
E 1993, RESPECTIVAMENTE



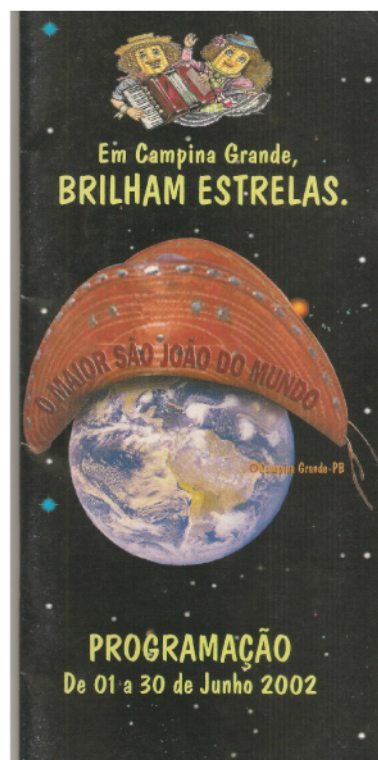
ANEXO 03 | FOLDER – O MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO, 1995, 1996, 1997 E
1988, RESPECTIVAMENTE



ANEXO 04 | FOLDER – O MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO, 1999, 2000, 2001



ANEXO 05 | FOLDER – O MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO, 2002 E 2003,
RESPECTIVAMENTE



ANEXO 06 | FOLDER – O MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO, 2004, 2005, 2007,
2008, 2009 E 2010, RESPECTIVAMENTE



ANEXO 07 | FOLDER – O MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO, 2011, 2012, 2013 E 2014, RESPECTIVAMENTE



ANEXO 08 | JORNAL – CAPITAL DO TURISMO, 1987

Campina Grande, terça-feira, 23 de junho de 1987

Capital do turismo

Quando Campina Grande abriu as suas portas na sexta-feira passada, para receber os turistas do "Maior São João do Mundo" não percebeu que estava recepcionando o começo de uma nova era.

Não temos porque deixar de dizer, neste espaço de jornal que é formador de opinião, que esta cidade, sempre vocacionada para as grandezas, está dando ao Brasil uma prova de alegria, criatividade e acima de tudo, responsabilidade.

Nós temos hoje em Campina, uma festa popular que não encontra precedentes para se assemelhar. O carnaval de Olinda, reconhecido nacionalmente, dura

pouco menos que uma semana! A "Paixão de Cristo", em Nova Jerusalém, se restringe aos oito dias mesmo da paixão... Sol e mar, temos em todas as praias nordestinas! Mas Campina Grande, inovando no forró, criou um espaço que ninguém haverá de tomar.

Se temos hoje "O Maior São João do Mundo", devemos ampliar essa onda para uma maresia total. O litoral é da Paraíba, mas o forró, balanceador de alma e corações, não permite comparações.

Há que se incentivar não apenas a iniciativa da Prefeitura Municipal, coroada com a inspiração do prefeito Ronaldo da Cunha

Lima, que criou, ampliou e incentivou o São João campinense, mas também o poder privado - o empresário local que deixou de se beneficiar dos ganhos extraordinários do Mercado Aberto e partiu para celerizar, em cimento de ferro, a nova etapa da nossa cidade.

Campina Grande viveu glórias com o algodão. E foi comparada a Liverpool, na Inglaterra. Éramos a cidade rainha do "Ouro Branco". E crescemos, fomos ricamente embelezados! Passada a euforia a agricultura em baixa, o blicudo nos atacando ferozmente, decaímos para patamares de subsolo.

Que fazer, agora? Ressurgir a agricul-

tura? É possível. Mas, antes de tudo, já que a raiz plantada brotou, dar asas ao turismo. É por aí o caminho da nossa redenção. E temos mesmo que ir em frente.

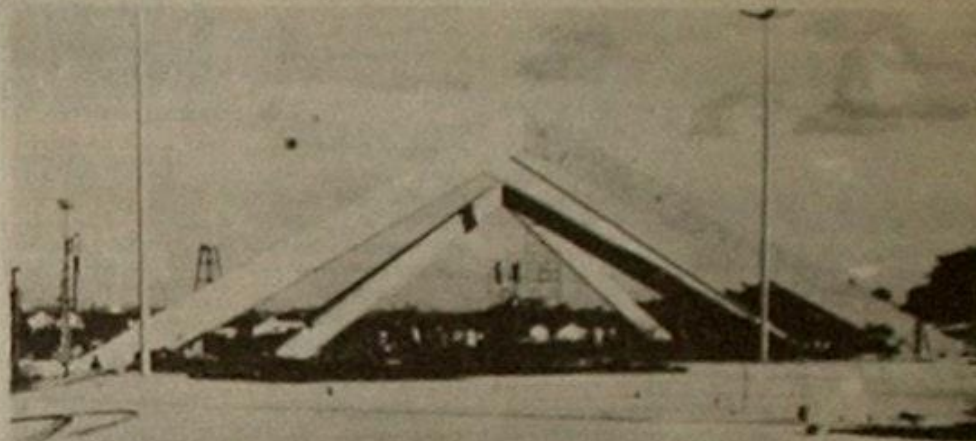
Campina Grande vive hoje a sua festa turística. Dela temos que receber os louros. E ampliar, doravantes, todos os espaços possíveis para a amplitude da alegria.

Vamos incentivar o São João Maior do Mundo e partir firmes e decididos, para eternizar, em balões e foguetórios, a afirmação turística de uma Capital interiorana que era do trabalho mas que, por teimosia, vai ser a Capital do Turismo Nordestino.

ANEXO 09 | JORNAL – CAPITAL DO TURISMO, 1986

INFORMATIVO
SEMANAL**RONALDO**
Prefeitura Municipal de Campina Grande

Parque do povo será inaugurado dia 14



A cidade de Campina Grande, volta a viver momentos de grandes realizações da Administração Ronaldo Cunha Lima, a partir desta terça-feira, dia 13 de maio, quando o governo municipal estará entregando a comunidade, outras obras construídas nos mais diferentes bairros de nossa cidade. O ponto alto dos festejos acontecerá na próxima quarta-feira, às 21 horas, quando Ronaldo Cunha Lima inaugurará o Parque do Povo para em seguida desincompatibilizar-se e submeter-se ao julgamento dos parabenos, nas eleições de novembro próximo.

O Parque do Povo, obra construída pela Administração Ronaldo Cunha Lima com recursos próprios, marcará as realizações de um Governo Popular e democrático. Nesta sua primeira etapa é constituído de: Paródro (casa destinada a shows artísticos, culturais, e danças) ampla área para a realização permanente de feirinha de comidas, bebidas típicas e artesanato, Caixa d'água, banheiros, estacionamento, área para parques de diversões, vindo em sua segunda fase, até dezembro vindouro, a construção de

um moderno Ginásio de Esportes, com capacidade para mais de 10 mil pessoas.

NOVO MERCADO PÚBLICO

A programação será iniciada às 9 horas de terça-feira próxima, na Liberdade, quando o prefeito Ronaldo Cunha Lima estará inaugurando a pavimentação das ruas Santa Catarina e Fernetti-buco, bem como o novo Mercado Público daquele Bairro que estava sem as menores condições, de continuar funcionando, sendo agora, totalmente recuperado pela Administração municipal.

GRUPOS ESCOLARES

A Rede Municipal de Ensino ganha, a partir desta dia 13, mais três novos grupos escolares, os quais serão inaugurados pelo prefeito campinense, às 16 horas. Grupos Professor José de Almeida Junior, no Centenário Francisco Zena Brasileiro Amorim, na Cachoeira, e Capitão Francisco Fábio da Silva Amorim, no povoado do Deserto. Distrito de Garoto. Também às 17 horas, será inaugurada a Creche Tenny Valéria de Araújo, na Vila dos Termostos construída pela sra. Maria das Graças C. Faria e Voluntários do

A Administração campinense, do Prefeito Cunha Lima.

NA AMARO COUTINHO

O encerramento do primeiro dia de inaugurações do chefe do Governo Municipal será na Rua Amaro Coutinho, quando ele, em concentração pública, naquela arteria, estará inaugurando a pavimentação ali construída, bem como nas ruas Silvianópolis, em José Pinheiro e Hordão e Sousa Cavalcanti, em Monte Castelo, cumprindo mais uma etapa do plano de infraestrutura básica do município.

SURGE MAIS UMA PRAÇA

A Praça Ottoni Barreto Sertão, localizada na confluência da Avenida Floriano Peixoto com a Rua da Independência, na mata, às 5 horas da manhã, abrirá a programação do dia 14 de maio, quando o prefeito Ronaldo Cunha Lima, estará inaugurando aquele agradável público, bem como a pavimentação das Ruas Desembargador Azevedo e Nito Paganha. Às 16 horas, acontecerá outro ponto da programação, na praça Félix Araújo, onde o prefeito estará inaugurando a, após a restauração da

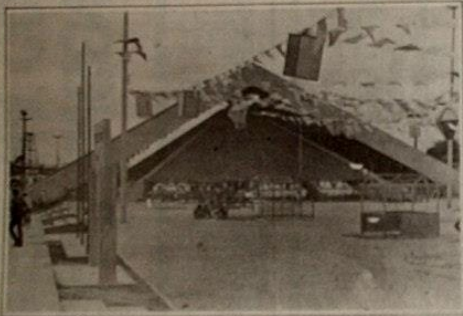
reconstrução, ao mesmo tempo que dará por inauguradas as pontes construídas sobre o Riacho Bodocongó, interligando os Condomínios Álvaro Gaudêncio de Queiroz e Severino Cabral ao centro da cidade, por meio do alongamento da Avenida Floriano Peixoto.

UMA FESTA DO POVO

A inauguração do sistema de iluminação e arborização da Avenida Manoel Tavares, bem como os serviços de pavimentação da Rua Apolônia Amorim e Avenida das Nações, será às 20 horas de quarta-feira, em frente a SAE do Alto Branco, para, em seguida, o chefe da entidade, se dedicar para o Parque do Povo. Às 21 horas, a fim de inaugurar o aniversário do Governo Municipal ao vice Antônio de Carvalho Souza, em meio a uma grande festa que contará com as presenças de inúmeros líderes políticos parabenos, culminando com um animado show artístico musical com cantores nordestinos.

ANEXO 10 | JORNAL – CAPITAL DO TURISMO, 1986

UMA GRANDE OBRA PARA UM GRANDE POVO



Campina Grande por sua gente, sua cultura e sua tradição merece uma grande obra e um grande espaço para realizar o MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO e outras festas da sua cultura popular. Receba então Rainhada Borborema com festa, aquilo que você merece. A maior área de cultura, lazer e turismo do Nordeste.

A ENARQ sente-se honrada em ajudar a construir o progresso desta terra e manter acesa a chama desta grande festa, que o MAIOR e MELHOR SÃO JOÃO DO MUNDO.

PARQUE DO POVO um marco da realização de uma grande administração.

**ENARQ**

ANEXO 11 | DECRETO LEI DE RECONHECIMENTO HISTÓRICO DA PIRÂMIDE,
2022_01



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)
Gabinete do Vereador Waldeny Santana

Projeto de Lei Nº ____ / 2022
de 2022

Campina Grande-PB, 26 de outubro

Ementa:

RECONHECE COMO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE
CAMPINA GRANDE, A "PIRÂMIDE"
DO PARQUE DO POVO.

Art. 1º Fica Reconhecida como "PATRIMÔNIO HISTÓRICO" do Município de
Campina Grande, a "PIRÂMIDE" do Parque do Povo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.


WALDENY SANTANA
VEREADOR/UNIÃO BRASIL

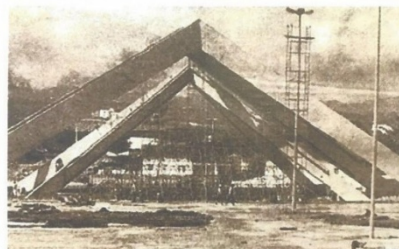
PROJETO DE LEI Nº ____ RECONHECE COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, A "PIRÂMIDE"
DO PARQUE DO POVO.

ANEXO 11 | DECRETO LEI DE RECONHECIMENTO HISTÓRICO DA PIRÂMIDE,
2022_02



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)
Gabinete do Vereador Waldeny Santana

JUSTIFICATIVA
Senhor Presidente,
Senhoras Vereadoras e
Senhores Vereadores:



Pirâmide do Parque do Povo

Segundo o arquiteto Eduardo Lucas, professor da disciplina de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, a **Pirâmide** é um projeto do arquiteto Carlos Almeida. "Após a encomenda de uma fogueira para o espaço, a inspiração veio na madrugada, ele acordou e dos rabiscos saiu a **Pirâmide**. A simbologia que ela traz vem dos povos egípcios que consideram o monumento um símbolo de vida eterna, além de serem verdadeiros templos. Outra curiosidade é do cenógrafo do Parque do Povo, José Sereco que revela que a inspiração para decorar a pirâmide é transportar as pessoas para um imenso balão".

O Parque do povo foi construído em **1986**, espaço criado para centralizar as manifestações juninas e a "**Pirâmide**", na verdade foi criada para representar uma fogueira e o local se chamaria "**Forródro**", em referência ao Sambódromo. Porém, pela sua estrutura, popularmente ficou conhecida como **Pirâmide** até os dias de hoje.

A **Pirâmide**, hoje representa um marco Histórico em nossa Cidade. No período do maior São João do Mundo que acontece anualmente entre os meses de junho a julho, a **Pirâmide** é palco de muito forró, além das apresentações e competições das quadrilhas juninas da Cidades e Região, sendo um dos pontos Turísticos de nossa Cidade, e reconhecida nacionalmente, costuma ser sempre visitada e registrada, tanto pela população Campinense, como turistas de todo mundo que visitam nossa Cidade.


WALDENY SANTANA
VEREADOR - UNIAO BRASIL

PROJETO DE LEI Nº _____ RECONHECE COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, A "PIRÂMIDE" DO PARQUE DO POVO.

ANEXO 12 | PROJETO DO PARQUE DO POVO NO ANO DE 1997

CORREIO DA PARAÍBA

Paraíba - quarta-feira, 14 de maio de 1997

Dentur divulga projeto do Maior São João do Mundo

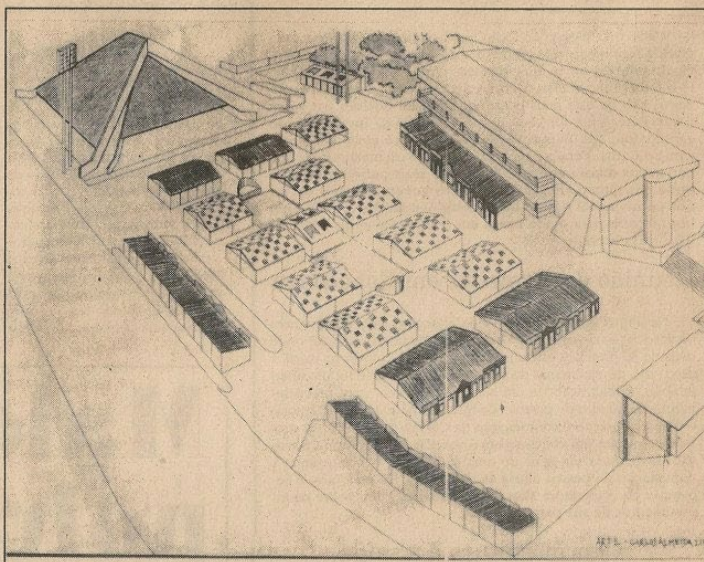
Estrutura prevê a construção de uma cidade cenográfica

Campina Grande - O Departamento de Turismo da Prefeitura de Campina Grande divulgou ontem em primeira mão o novo projeto do maior São João do Mundo que acontece de 30 de maio a 29 de junho em toda a cidade e, principalmente, no Parque do Povo.

O projeto consiste em um esboço gráfico no qual é apresentada a utilização dos espaços da área do Parque do Povo. Foi definida toda a estrutura da festa: o local das barracas, imprensa, palco e das demais atrações.

Este ano a prefeitura comemora os 15 anos do "Maior São João do Mundo". Utilizando toda a extensão do Parque do Povo, com uma área de 42 mil metros quadrados, também será montada a cidade cenográfica, que abrigará vários pontos de venda de bebidas e comidas típicas.

A grande novidade do Maior São João do Mundo, este ano, além das barracas em madeira e com telhas, é a instalação de dois arraiais na área central do Parque do Povo, entre as barracas de bebida e comida, que servirá como palco para apresentação de quadrilhas e para os casais dançarem o forró.



Projeto geral do que será construído no Parque do Povo para o Maior São João do Mundo em CG

ANEXO 13 | LAYOUT DO PARQUE DO POVO NO ANO DE 2001

CAMPINA GRANDE, SEXTA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 2001 **CIDADES** **PÁGINA 03 - JORNAL DA PARAIBA**

EXPECTATIVA / A redução no consumo de energia não diminuiu o otimismo da prefeitura, que espera cerca de 1,2 milhão de pessoas

São João começa com "todo gás"

» CAMPINA GRANDE
» ANA CLAUDIA PAPES
» da reportagem local

Começa hoje um dos eventos regionais mais populares e grandiosos de todo o país. Na cidade onde tudo se transforma em forró, que o diga a própria Micaelândia, a festa de abertura do Maior São João do Mundo está marcada para acontecer logo mais às 22 horas, quando o prefeito Cássio Cunha Lima saudará os campinenses e turistas que lotarão o Parque do Povo. A festa na área de 42 mil metros quadrados do Parque do Povo só termina daqui há trinta dias, mais precisamente no primeiro dia de julho.

Em seguida, as atenções estarão voltadas para o céu. Será o momento do show pirotécnico, com duração de 20 minutos.

A partir daí vai valer a regra geral de driblar a crise do racionamento de energia lançando mão de iluminação alternativa. A festa pretende, como disse o próprio prefeito Cássio Cunha Lima, uma "indústria movida a candeiro". A expectativa é de que 1,2 milhão de pessoas visitem o Parque do Povo durante os 30 dias

de festa, número 20% maior que o do ano passado. Neste ano o chamado "Quartel Geral do Forró" passará por mudanças. Foram colocados mais quatro pavilhões no Arraial Hilton Motta e uma nova ilha de forró.

A parte superior do Parque também ganhou dois novos pavilhões, denominados de mini-pavilhões. Para os artistas a atração, além do público, claro, será o novo palco, que ficou ainda maior após receber um recuo de 50 metros. Outros dois pavilhões foram instalados na parte superior do Parque do Povo. O canarote e a cidade cenográfica, que no ano passado ocupavam parte da rua Sebastião Donato, foram transferidos para o lado oposto, proporcionando melhoria no acesso para campinenses e turistas.

No tablado localizado ao lado da fogueira cenográfica se apresentarão quadrilhas juninas e grupos folclóricos, a exemplo do Tropicais da Borborema.

O Sítio São João e a Vila Nova da Rainha reservaram uma programação bem original para os visitantes que poderão apreciar apresentações da Banda de Pifanos, Rabeca de Pau e Couro, emboladores de coco, repenistas, entre outras atrações.

O PARQUE JÁ ESTÁ TODO PRONTO PARA A FESTA

tião Donato, foram transferidos para o lado oposto, proporcionando melhoria no acesso para campinenses e turistas.

No tablado localizado ao lado da fogueira cenográfica se apresentarão quadrilhas juninas e grupos folclóricos, a exemplo do Tropicais da Borborema.

O Sítio São João e a Vila Nova da Rainha reservaram uma programação bem original para os visitantes que poderão apreciar apresentações da Banda de Pifanos, Rabeca de Pau e Couro, emboladores de coco, repenistas, entre outras atrações.

Três geradores vão garantir iluminação

A Prefeitura Municipal já adquiriu os três grupos de geradores que vão garantir a energia elétrica para os 30 dias de festa do Maior São João do Mundo. Ainda não foi divulgado o valor do custo com a manutenção dos equipamentos, mas em média cada gerador consome 40 litros de óleo diesel por hora - ao custo médio de 32 reais - para gerar energia suficiente para que a festa não perca o seu brilho.

Nos postos de gasolina o litro do óleo diesel é vendido por um preço médio de R\$ 0,82 centavos. Se for mantido o consumo de oito horas ininterruptas por noite, o custo de cada equipamento ficará em R\$ 262,40. O que significa que, para usar os três geradores de uma única vez seriam necessários R\$ 787,20 para cada oito horas diárias de utilização, o que corresponderia a aproximadamente R\$ 23,6 mil ao final dos 30 dias de festa.

Segundo o engenheiro da Prefeitura Municipal, Carlos Alberto Clemente, os três geradores serão usados para áreas diferentes do Parque do Povo. Um gerador para o Palco do Arraial Hilton Motta; outro para a cidade cenográfica e parte das barracas e o terceiro para a área onde fica a fogueira, tablado da quadrilha e barracas. Já a Celbi fará a iluminação nas torres e Pirâmide do Parque do Povo

REFORÇO

Os carros geradores vão garantir tranquilidade aos forrozeiros

MUDANÇAS NO PARQUE

O layout da área da festa sofreu modificações para garantir mais alternativas de diversão para os forrozeiros

O palco foi recuado em 50 metros para dar maior visibilidade e conforto ao público

Quatro pavilhões e uma ilha de forró foram colocados no Arraial Hilton Motta este ano

A parte superior do Quartel Geral do Forró ganhou mais dois pavilhões e ilhas de forró

PM disponibilizará 450 homens por noite

O Comando do 2º BPM montou um esquema especial de segurança para os 30 dias de festa do Maior São João do Mundo. A preocupação é, especialmente, com a redução da iluminação pública e o consequente aumento de periculosidade. Além dos policiais lotados no município, será trazido um reforço do comando de João Pessoa. Nos dias de maior movimentação no Parque do Povo, que compreendem as datas de 12, 13, 14, a semana de 22 a 25 de junho e demais finais de semana, serão montados 300 policiais na área até às 22 horas. Após esse horário, o efetivo receberá um reforço de mais 150 homens, que serão mantidos no Parque do Povo e áreas adjacentes até às 2 horas da madrugada.

Nos dias em que a movimentação for menor, às segundas, terças e quartas-feiras, a PM vai manter entre 120 e 150 policiais nas ruas do Parque.

CAVALARIA

Segundo o chefe do Gabinete do Comando, Gilberto Felipe da Silva, o esquema especial de segurança será mantido durante os 30 dias de festa, mas o reforço policial será considerado uma prioridade do comando da PM em 19 dias da festa, para isso também serão mantidos homens da cavalaria, que ficarão nas áreas do Açude Velho, Açude Novo, Parque da Criança e na Estação Velha. A estimativa da PM, conforme números do São João do ano passado, é de que mais de 50 mil pessoas circulam à noite pela área do Parque do Povo, aos finais de semana.

STTP vai concentrar agentes no Parque

A STTP - Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos do Município, divulgará ontem os nomes das ruas que serão interditadas no período da noite, durante os 30 dias de festa no Parque do Povo, além do esquema de segurança que será desenvolvido pelos agentes de trânsito, horários e pontos de parada dos ônibus coletivos.

Quatro ruas serão interditadas. São elas a Sebastião Donato, no cruzamento com a Frei Caneca, próximo ao Clube da Jovem e palco principal, Frei Caneca com Desembargador Trindade, na área da Pirâmide; Frei Caneca com Trindades e rua Lino Gomes da Silva com Paulino Raposo, que fornece acesso ao Centro Cultural.

De segunda à quinta-feira, durante os 30 dias de festa, essas ruas permanecerão interditadas das 18 horas até a meia-noite. Na sexta-feira, sábado e domingo das 18 horas até às 4 horas da madrugada.

Os agentes da STTP estão orientando os motoristas para que façam um desvio pela rua Almeida Barreto, Aristides Lobo e Pedro I, contornando assim a área do Parque do Povo até chegarem ao centro da cidade. Dos 66 agentes de trânsito da STTP, dez serão deslocados todas as noites para o Parque do Povo. Dois agentes ficarão em motocicletas da STTP fazendo o trabalho de vistoria na área externa do Parque do Povo. Também serão usados cavaleiros e equipamentos para orientar o desvio dos veículos.

ANEXO 14 | ARRAIAL DO PARQUE DO POVO NO ANO DE 2003

15 de Junho a 15 de Julho/2003 - **TRIBUNA** - 13

O concurso de quadrilhas é o ponto alto do São João campinense



Arraial do Parque do Povo: uma viagem na história e cultura de Campina Grande

A cenografia do Parque do Povo é um espetáculo à parte na programação do Maior São João do Mundo. Venha dar um passeio pelo Arraial Luiz Gonzaga, pela Vila Nova da Rainha (nome antigo de Campina Grande), uma área onde além de você viver o clima nostálgico da cidadezinha do interior, com seu conjunto de fachadas, oferece uma área reservada ao talento dos nossos artesãos. A cidade tem uma tradição secular do artesanato. No começo eram os artigos de couro, selas, arreios, alpercatas, facas de ponta e outros produtos. Hoje a produção de artesanato, em couro, madeira, estopa e outras matérias-primas, privilegia peças ornamentais, esculturas, e uma infinidade de outros produtos.

O Sítio São João oferece uma viagem ao cenário rural nordestino, através da representação de uma casinha taipa comum, com sua mobília mínima, os seus retratos de santos, de Padre Cícero, nas paredes. O pote, o tamborete, a rede no armador, o oratório na camarinha, e o tradicional fogão de lenha. Ao redor da casinha, no sítio São João, a bodega, a capela, a casa de farinha, o depósito de mangal, o vendedor de folheto de cordel e outros elementos do sertão nordestino rural, em processo de extinção com o processo de urbanização da população brasileira, e a invasão dos costumes urbanos no meio rural.

Na cidade cenográfica do Parque do Povo, destacam-se também as réplicas de prédios históricos significativos de Campina Grande, dos séculos XIX e XX, como a réplica do prédio do Museu Histórico (já foi

Câmara de Vereadores, prisão, Correios), da catedral de Nossa Senhora, da Conceição, além da réplica do Eldorado, o mais luxuoso cabaré e cassino que jamais houve no interior nordestino, um paraíso dos barões do algodão que fizeram a riqueza campinense durante as primeiras décadas do século XX.

Além do Arraial Hilton Motta, em cujo palco se apresentam as grandes atrações do Maior São João do Mundo, entre elas, Marinês, Dominginhos, Elba Ramalho, Fagner, além do Hilton Motta, o verdadeiro coração da festa junina campinense, é o seu Forró-dromo. É lá onde o povão se reúne para se esbaldar no forró. Adultos, jovens, crianças, misturados aos turistas de vários estados brasileiros fazem a festa. É lindo ver e participar da alegria contagiante do povo debaixo dessa pirâmide forrozeira!

O Maior São João do Mundo introduz uma novidade na festa deste ano, a encenação da chegada dos tropeiros a Campina Grande. Esse personagem teve um papel fundamental para o progresso campinense, transportando algodão, peles, em costa de burro. Daqui esses produtos eram exportados através da linha férrea. Uma das mais belas toadas de Luiz Gonzaga, o rei do Baião, intitulada "Tropeiros da Borborema", de autoria de Raimundo Asfara e Rosil Cavalcanti, homenageia no nosso tropeiro. Ele também compõe o conjunto dos três personagens do monumento no Açude Velho, ao lado do vaqueiro e da apanhadeira de algodão.

Xico Nóbrega

ANEXO 15 | NO AGRESTE, OS MAIORES “ARRAIÁS” DO PLANETA, 2003

VIAGEM DOMINGO, 18 DE MAIO DE 2003 5

Fotos de divulgação



No agreste, os maiores ‘arraiás’ do planeta

Campina Grande, na Paraíba; e Caruaru, em Pernambuco, têm festejos colossais

São João é coisa séria no Nordeste. A população confraterniza-se sob votos de “feliz São João”. Mas nada se compara aos *arraiás* de Caruaru, em Pernambuco, e Campina Grande, na Paraíba, ícones das comemorações. Quadri-lhas tomam de assalto as cidades que recebem milhares de turistas no embalo do forró. São as maiores festas juninas do Brasil e, por conseguinte, do mundo.

Campina Grande abriga o grandioso Parque do Povo, no qual se concentram as principais atrações musicais. Para este ano, estão confirmadas as presenças de Flávio José, Zé Ramalho, Capilé, Dominguinhos, Zé Calixto, Chico César, Fagner e Mestre Ambrósio, além de diversos artistas regionais.

Um dos principais atrativos do Parque do Povo é a Vila Nova da Rainha, uma réplica das construções da época. O conjunto arquitetônico conta com 15 casas, coreto e capela. Nas instalações funcionam lojas de artesanato que comercializam produtos confeccionados com couro, sisal, estopa e barro, além de imagens dos santos juninos em madeira.

O complexo junino tem espaço ainda para cerca de 300 barracas, um palco principal para os shows musicais, um tablado para os grupos folclóricos e as mais de 200 quadrilhas e as *Ilhas de Forró* – palhoças regidas pelo mais nordestino dos ritmos. No total, são mais de 500 horas de xotes e xaxados.

Outra importante atração, recebendo cerca de 200 mil visitantes a cada ano, é o Sítio São João, que retrata o cotidiano do interior nordestino ao apresentar, através de construções figurativas e utensílios, a vida sertaneja.

Em Caruaru, os festejos juninos têm início ainda em maio. A cidade também criou um espaço cenográfico que reproduz uma vila típica do sertão com casinhas simples e coloridas, delegacia, correios, igreja, bares e teatro de mamulengos. A Vila do Forró reúne mais de 200 barracas com iguarias típicas.

Um dos pontos altos dos festejos são os bacamarteiros, tradição que remete ao fim do século 19 em Pernambuco. Trajando um uniforme azul, com lenço vermelho no pescoço, alparcatas e chapéu de couro, os bacamarteiros evoluem com as salvas de tiros de pólvora ao som de xaxados comandados pelas tradicionais bandas de pífanos (uma rústica espécie de flauta). Um dos mais importantes grupos instrumentais do país, a Banda de Pífanos de Caruaru é uma das referências da cidade, apresentando-se por todo o país.

Outra cidade grande que se movimenta durante o mês de junho é Maceió. A capital alagoana, onde instalam-se mais de 200 *arraiás*, promove a festa a partir do dia 12 de junho. Boa oportunidade para usufruir das piscinas de co-rais da Praia da Pajuçara, no descanso entre um baião e um xote que varam a noite.

Fagner, Zé Ramalho e Mestre Ambrósio já estão confirmados

ANEXO 16 | PRÊMIO PARA A MAIOR FESTA POPULAR DO MUNDO, 2004


"Paraíba, terra amada"
A UNIÃO

campina grande

15
JOÃO PESSOA, QUINTA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 2004
© AUGUSTO PESSOA



Com 21 anos de existência, o São João de Campina Grande, popularmente conhecido como o "Maior São João do Mundo", conquistou o Prêmio Caio 2004 de melhor Festa Popular Regional do Brasil, durante evento realizado no Royal Palm Resort, em Campinas (SP), e que reuniu as maiores autoridades do turismo de eventos das regiões Sudeste e Sul.

O São João de Campina concorreu com o Carnaval de São Paulo - segundo lugar - e os festejos natalinos de Curitiba, que ocupou a terceira colocação. Foram inscritas mais de 30 categorias relacionadas com eventos.

A inscrição da festa paraibana foi feita pela presidente da PBTur (Empresa Paraíbaense de Turismo), Cléa Cordeiro, que explicou que o material utilizado na feitura do case foi basicamente de material reciclado. Ao todo foram 16 fotos da festa, em três quadros artesanais, que revelaram aspectos líricos e históricos da festa, repercutindo de uma forma alegre e com muito brilho o evento.

O Maior São João do Mundo recebeu muitos elogios por parte do corpo de jurados. O jornalista Paulo Cunha revelou que, além do material de alta qualidade, a festa paraibana simboliza um momento mágico da cultura brasileira, sem concorrente no gênero. "Não tinha como não optar pelo São João", disse o jornalista.

Na opinião do diretor da Revista Eventos, Sérgio Junqueira, a participação da Paraíba no Prêmio Caio 2004 serve de exem-

REALIZADO HÁ 21 ANOS EM CAMPINA GRANDE, O SÃO JOÃO DE CAMPINA CONQUISTOU O PRÊMIO CAIO 2004, EM SÃO PAULO

Prêmio

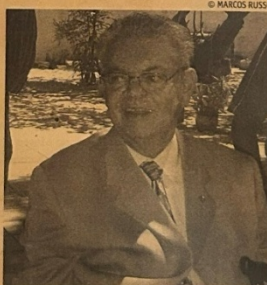
para a maior festa popular do mundo

plô para os outros Estados nordestinos. Foram mais de 170 trabalhos inscritos, dos quais apenas quatro da região Nordeste tiveram a oportunidade de participar da etapa final - dois da Bahia e um de Pernambuco.

EVENTOS

O Prêmio Caio conquistado pela PBTur ocorreu em sua quinta edição e é considerado a mais importante premiação da indústria nacional de eventos, marketing promocional e turismo. A Revista dos Eventos, de São Paulo, é a criadora do Prêmio, que conta com o apoio das principais associações do segmento no País.

O Prêmio surgiu em 1999, depois de sentir-se a necessidade de valorizar a indústria de eventos, marketing promocional e turismo. E como forma de incentivar os profissionais do setor, proporcionando reconhecimento no mercado e na mídia. Atualmente acontecem no Brasil mais de 330 mil eventos, que



PATRONO

O poeta Ronaldo Cunha Lima criou a festa em 1983. Na época, era prefeito de Campina

envolvem 79,9 milhões de participantes, gerando bilhões de reais por ano, que representam em torno de 3,1% do PIB brasileiro.

O Prêmio é uma reverência a um dos pigmeiros e um dos maiores empreendedores da indústria nacional de feiras de negócios e eventos, Caio Alcântara Machado, falecido no ano passado. Caio criou o Salão do Automóvel, nos anos 60, quando o

Brasil ainda não tinha montadoras instaladas.

O troféu representa um jacaré, que foi inspirado numa frase dita por um amigo de Alcântara Machado, que adorava jogar e apostar no bicho e repetiu sempre "um dia vai dar jacaré". O empresário então passou a adotar a frase àqueles que não acreditavam que as feiras se tornariam um ótimo negócio para qualquer empresa.

CLASSIFICAÇÃO

O São João de Campina concorreu com o Carnaval de São Paulo, que ganhou o 2º lugar e os festejos natalinos de Curitiba, 3º lugar

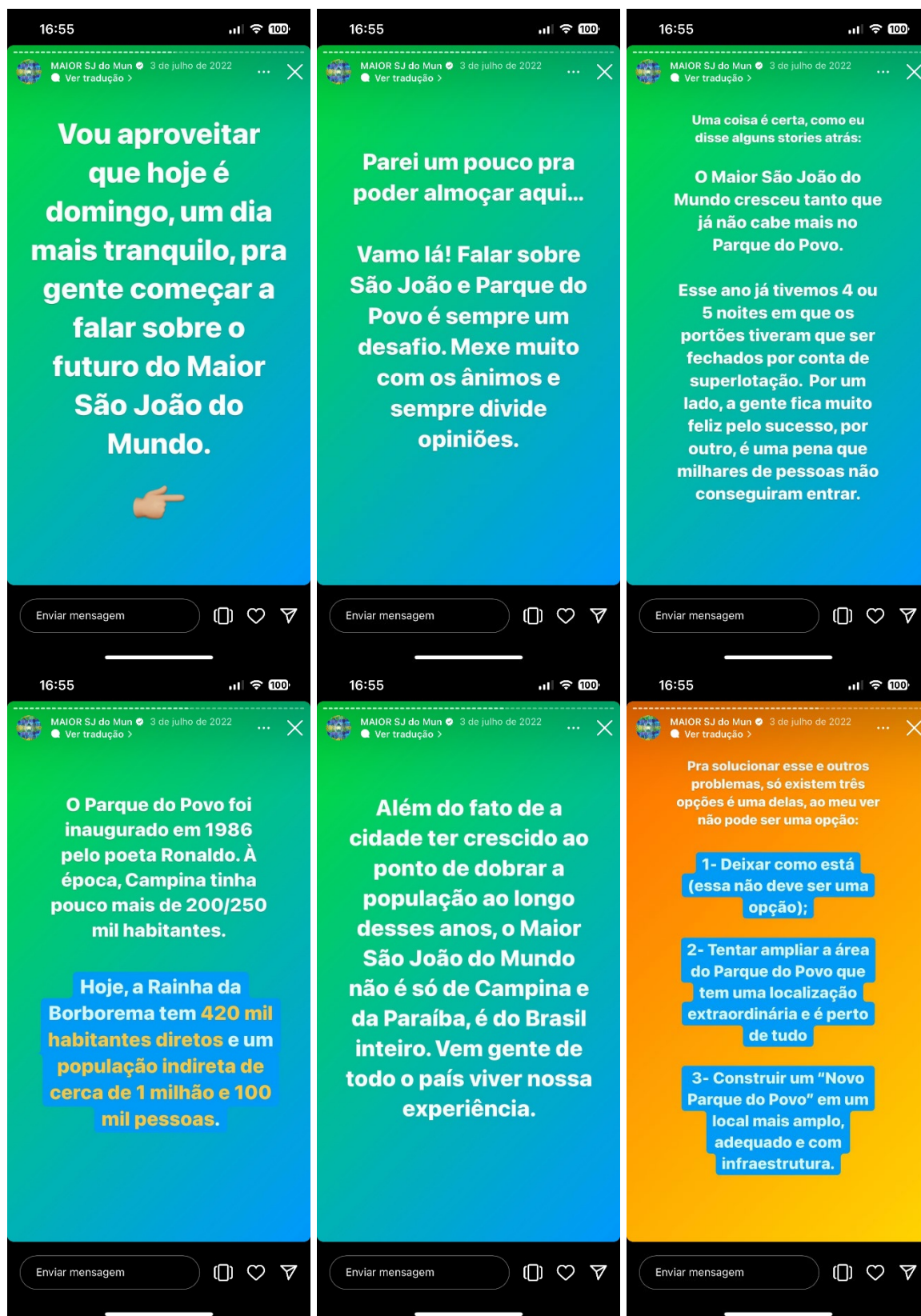
O SURGIMENTO DA FESTA

A festa foi idealizada e realizada pela primeira vez em 1983 pelo então prefeito Ronaldo Cunha Lima, e este ano ela chegou à maioridade: 21 anos.

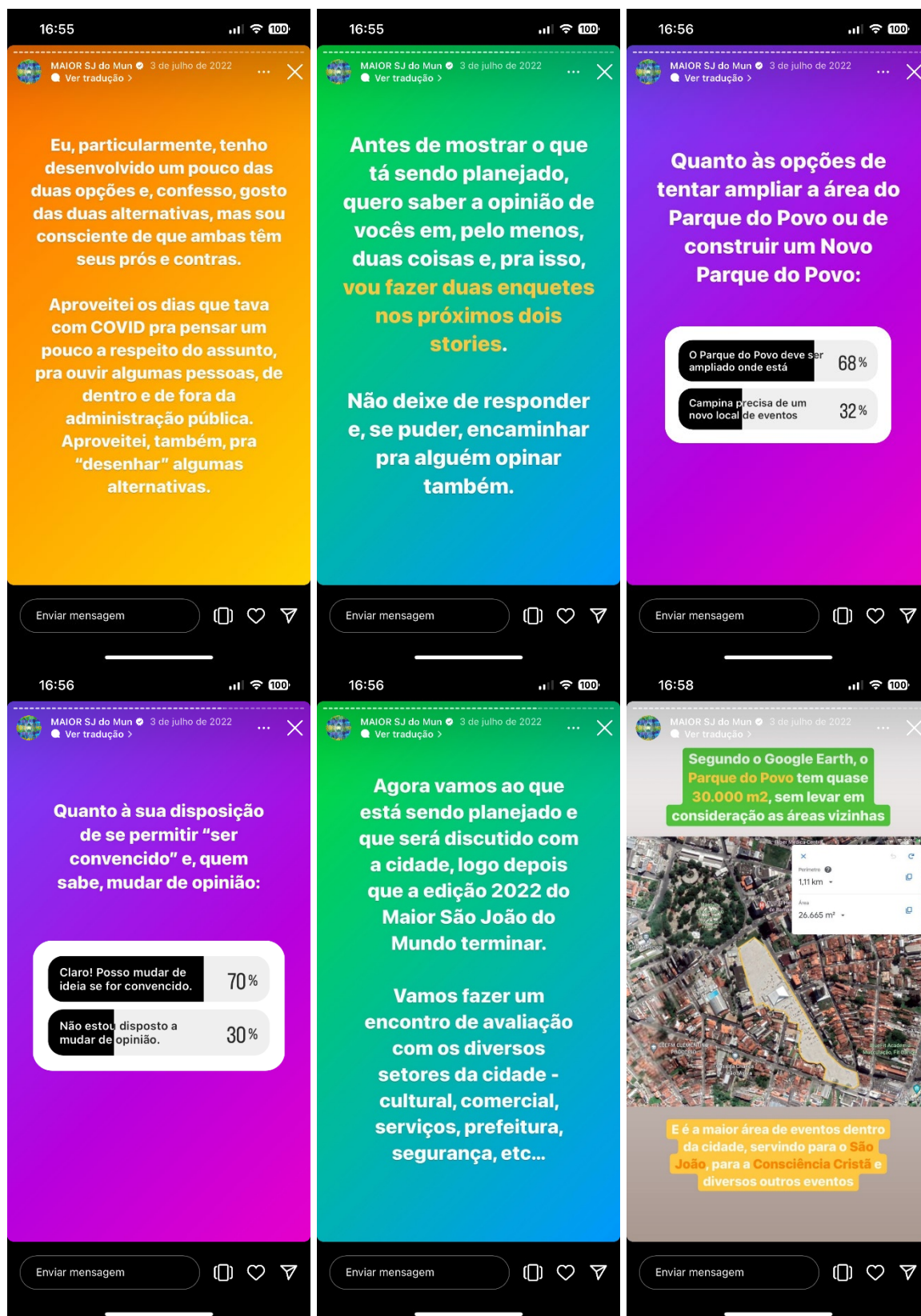
Montada no Parque do Povo, a festa, que é destaque no calendário de eventos da Embratur, tem duração de 30 dias, e atrai milhares de turistas de todo o País. Mais de 1 milhão de pessoas circulam pelos 42,5 mil metros recheados de forró pé de seira, comida típica, artesanato e muita alegria.

Desde que foi criada, o São João de Campina passou por várias mudanças, mas a partir de 1997 o evento se consolidou na mídia nacional. Na época, o governador Cássio Cunha Lima era o prefeito da cidade e deu ao evento um caráter profissional de funcionamento e gestão. Recentemente, várias peças publicitárias foram veiculadas em jornais, revista e televisão, colocando a Paraíba, definitivamente, no roteiro turístico do País.

ANEXO 17 | PUBLICAÇÕES REGISTRADAS ATRAVÉS DA PLATAFORMA DO
 INSTAGRAM DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE E DO
 PREFEITO BRUNO CUNHA LIMA, 2022_01



ANEXO 17 | PUBLICAÇÕES REGISTRADAS ATRAVÉS DA PLATAFORMA DO
 INSTAGRAM DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE E DO
 PREFEITO BRUNO CUNHA LIMA, 2022_02



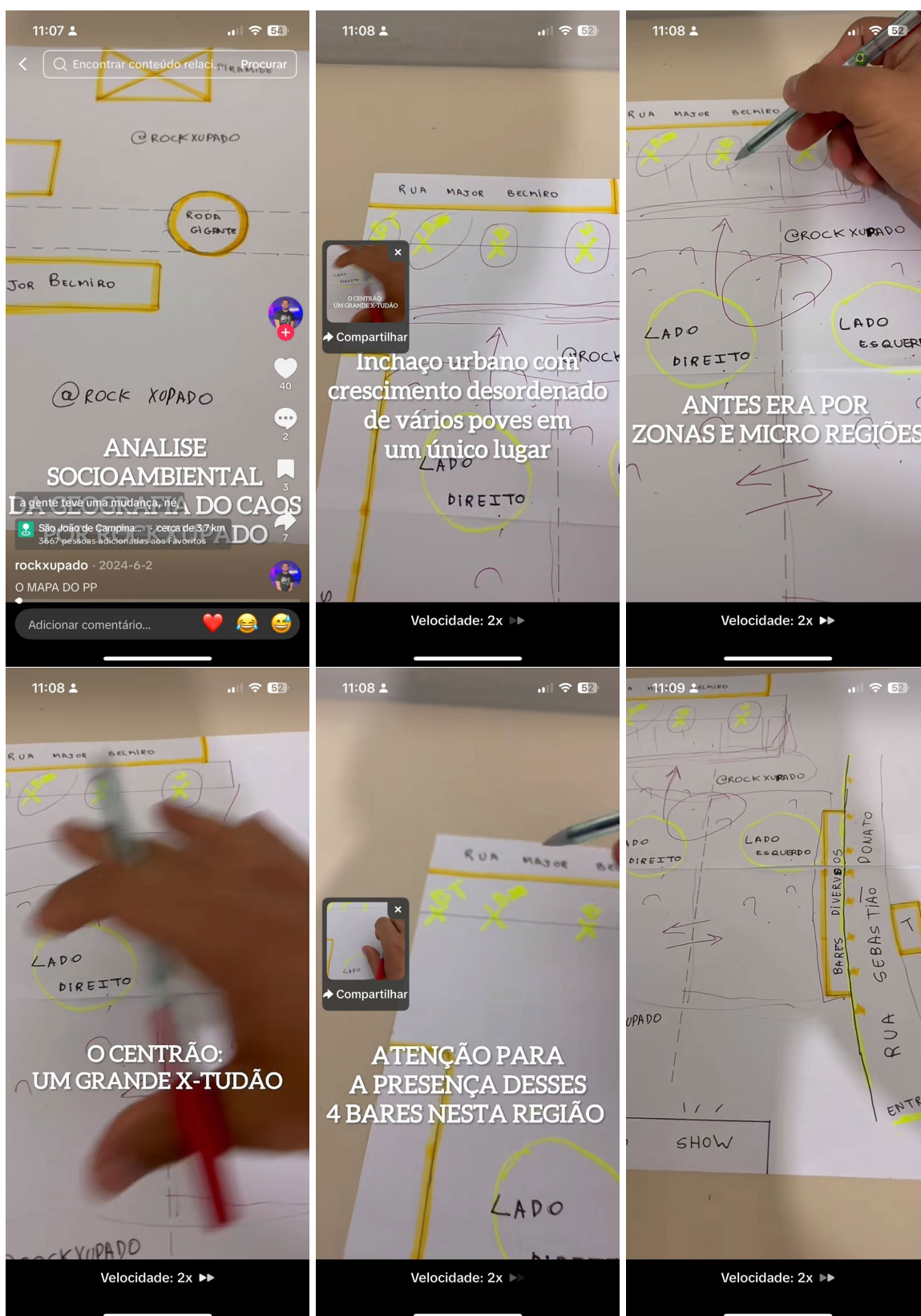
ANEXO 17 | PUBLICAÇÕES REGISTRADAS ATRAVÉS DA PLATAFORMA DO
 INSTAGRAM DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE E DO
 PREFEITO BRUNO CUNHA LIMA, 2022_03



ANEXO 17 | PUBLICAÇÕES REGISTRADAS ATRAVÉS DA PLATAFORMA DO
 INSTAGRAM DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE E DO
 PREFEITO BRUNO CUNHA LIMA, 2022_04



ANEXO 18 | PUBLICAÇÕES REGISTRADAS ATRAVÉS DA PLATAFORMA DO TIKTOK DO JOSÉ HORÁCIO ARAÚJO (USUÁRIO ROCKXUPADO) SOBRE A DIVISÃO SOCIOESPACIAL DO PARQUE DO POVO, 2022





Encerra-se mais um tempo / fim do São João / as
fogueiras se apagam / finda a animação / mas
guardo na memória cada riso e canção / e espero
ansiosamente a próxima celebração.

Geicy Palmeira, 2025.